

ALMANAQUE MULTIDISCIPLINAR DE PESQUISA

ISSN 2359-6651
2024.2 - v.13

Carta das Editoras para a Edição 2024.2 do Almanaque Multidisciplinar de Pesquisa

Prezados Leitores,

Com grande entusiasmo, apresentamos a edição 2024.2 do Almanaque Multidisciplinar de Pesquisa, um espaço dedicado à troca de ideias, pesquisas e reflexões que transcendem os limites dos diversos campos do saber. Em um contexto de rápidas transformações e desafios complexos, esta edição reúne artigos que não apenas dialogam entre si, mas também abrem novos horizontes para a compreensão das múltiplas dimensões da sociedade contemporânea.

A equipe editorial tem o prazer de apresentar trabalhos que abrangem uma ampla gama de temas, refletindo a pluralidade e a riqueza das abordagens acadêmicas que buscamos fomentar. A diversidade de perspectivas — que vai das ciências humanas às ciências exatas, do pensamento crítico ao aplicado — reforça o caráter multidisciplinar da nossa revista e sua missão de ser um canal acessível para o compartilhamento de conhecimentos inovadores e relevantes.

Destacamos nesta edição os artigos interdisciplinares, que se tornam cada vez mais essenciais para enfrentar os problemas complexos do mundo atual. O pensamento interdisciplinar, que integra diferentes áreas do conhecimento, permite uma visão mais ampla e inovadora dos desafios que enfrentamos, promovendo soluções mais eficazes e criativas. Reconhecemos que questões contemporâneas como os desafios ambientais, os avanços tecnológicos e as mudanças sociais exigem abordagens que ultrapassem as fronteiras tradicionais das disciplinas acadêmicas. Nesse sentido, a interdisciplinaridade se apresenta como uma convergência crucial para a geração de novos conhecimentos e para o desenvolvimento de estratégias que atendam de forma eficaz às necessidades da sociedade.

Agradecemos sinceramente aos autores, revisores e leitores, cujo empenho e entusiasmo tornam possível a realização desta edição. É graças à colaboração de todos que conseguimos manter a excelência e a relevância desta publicação. Esperamos que nossa revista continue a ser um espaço de troca rica e inspiradora, onde o conhecimento circula livremente e contribui para a formação de um pensamento crítico e inovador.

Desejamos a todos uma leitura proveitosa e provocadora, na esperança de que os artigos aqui apresentados inspirem novas reflexões e aprofundem questões vitais para o nosso tempo.

Atenciosamente,

As Editoras

Renata de Almeida Oliveira e Marcia Regina Castro Barroso

Almanaque Multidisciplinar de pesquisa

COMITÊ EDITORIAL**Editoras-chefe**

Profa. Dra. Renata de Almeida Oliveira (UNIGRANRIO)

Profa. Dra. Marcia Regina Castro Barroso (UNIGRANRIO)

Unigranrio | Afya

Profa. Dra. Anna Paula Soares Lemos

Profa. Dra. Ana Carolina Motta

Prof. Dr. Davi José de Souza da Silva

Profa. Dra. Márcia de Melo Dórea

Prof. Dr. Márcio Luiz Corrêa Vilaça

Profa. Dra. Tamara Souza Campos

Profa. Dra. Haydéa Maria Marino de Sant'Anna Reis

Profa. Dra. Etyelle Pinheiro de Araujo

Profa. Dra. Lilia Aparecida Costa Gonçalves

Prof. Dr. Renan Gomes de Moura

Nacional

Profa. Dra. Elina Gonçalves da Fonte Pessanha (UFRJ)

Profa. Dra. Maria Cristina Paulo Rodrigues (UFF)

Prof. Dr. Thiago de Souza dos Reis (UERJ/UVA)

Prof. Dr. Thiago Cavaliere Mourelle (Arquivo Nacional)

Profa. Dra. Bárbara Proença do Nascimento (UFF)

Profa. Dra. Antônia de Castro Ribeiro (Fiocruz)

Profa. MSc. Larissa Thans Carneiro (Universidade Castelo Branco)

Profa. Dra. Bruna Nunes Teixeira (COPPE/UFRJ)

Profa. Dra. Sabrina Dinola Gama Silva (UNIRIO)

Profa. Dra. Bianca Rihan Pinheiro Amorim (UNIRIO)

Profa. Dra. Valéria Cid Maia (Museu Nacional/UFRJ)

Abordagens sobre Qualidade de Vida (QV) e trabalho humano: revisão integrativa de literatura

Gustavo Carolino Girardi¹

Claudia Tania Piccinin²

Priscila Rubbo³

Resumo

O conceito de qualidade de vida é multidimensional, está aliado à sensação de bem-estar, saúde e trabalho. Diante disso, este estudo teve como objetivo analisar as perspectivas das abordagens sobre Qualidade de Vida (QV) e trabalho humano dos estudos indexados na base Scopus no período de 2015 a julho de 2021. Para busca e seleção do corpus documental foi utilizado o método *Methodi Ordinatio*. A amostra dessa revisão constituiu-se de 212 artigos. Teve como resultado as seguintes abordagens: domínio de publicações em QV e trabalho humano com 97 artigos (45,7%), QV profissional com 69 artigos (32,5%) e QV na saúde do trabalhador com 46 artigos (21,8%). QV e trabalho 3 artigos (1%), esse resultado permitiu carência de pesquisas e pesquisa nessa temática, temas que relacionam QV e trabalho humano a políticas emprego, renda, saúde, mobilidade urbana, educação, custo de vida, gênero e perspectivas de políticas públicas em países emergentes e que não apareceram ou foram perdidos nas pesquisas. Com frequência, os campos de pesquisa encontrados na literatura foram hospitais, famílias, empresas, casas de abrigo, municípios e escolas. Alguns estudos envolvendo trabalhadores da saúde principalmente em razão da pandemia de COVID-19, temas como produtividade no trabalho e saúde do trabalhador em geral também foram encontrados. O jornal Internacional Diário de Pesquisa Ambiental e Saúde Pública apareceu com maior frequência nas publicações. O maior número de publicações aconteceu em 2019 com 40 artigos,

¹Possui Graduação em Administração pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUC (2010), Mestrado em Tecnologias Computacionais para o Agronegócio pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR (2018) e atualmente aluno do doutorado no programa de Engenharia de Produção pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR. Técnico administrativo da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR.

² Graduada em Administração com Habilitação em Marketing, MBA em Gestão de Negócios e Logística pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná - Campus Pato Branco, especialista em Gestão Industrial - Conhecimento e inovação e mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná - Campus Ponta Grossa. Doutora em Administração pela Universidade Positivo. Professora do Departamento de Engenharia de Produção e do Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da UTFPR - Campus Ponta Grossa.

³ Professora de Ciências Contábeis da Universidade Tecnológica Federal do Paraná - Campus Pato Branco. Mestre e Doutora em Engenharia de Produção na Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR, Campus Ponta Grossa. Especialista em Gestão Industrial: Conhecimento e Inovação pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR, Câmpus Ponta Grossa. Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR, Câmpus Pato Branco.

em relação a localização geográfica, a América é a região que concentra o maior número de periódicos com artigos publicados sobre QV e trabalho. Nesse sentido, conclui-se que houve uma produção científica relevante no período estudado, com diversificação de abordagens e metodologias e abordagem nos benefícios da QV e bem-estar dos trabalhadores.

Palavra-Chave: Bem-estar; Saúde; Emprego.

Abstract

The concept of quality of life is multidimensional and is linked to the sense of well-being, health, and work. In this context, this study aimed to analyze the perspectives of approaches to Quality of Life (QoL) and human work in studies indexed in the Scopus database from 2015 to July 2021. The Methodi Ordinatio method was used for searching and selecting the documentary corpus. The sample for this review consisted of 212 articles. The results identified the following approaches: dominance of publications on QoL and human work with 97 articles (45.7%), professional QoL with 69 articles (32.5%), and QoL in worker health with 46 articles (21.8%). QoL and work were addressed in 3 articles (1%), highlighting a gap in research on this theme, particularly regarding the relationship between QoL and human work with employment policies, income, health, urban mobility, education, cost of living, gender, and public policy perspectives in emerging countries, which were either absent or overlooked in the studies. The most frequently researched fields in the literature included hospitals, families, companies, shelters, municipalities, and schools. Some studies focused on healthcare workers, particularly due to the COVID-19 pandemic, as well as topics such as work productivity and worker health in general. The International Journal of Environmental Research and Public Health appeared most frequently among the publications. The highest number of publications occurred in 2019, with 40 articles. Regarding geographical distribution, the Americas had the highest concentration of journals publishing articles on QoL and work. Thus, it is concluded that there was significant scientific production during the study period, with a diversification of approaches and methodologies, as well as a focus on the benefits of QoL and workers' well-being.

Keywords: Wellness; Health; Job.

Introdução

Com o avanço da tecnologia, percebem-se mudanças significativas na gestão de pessoas nas organizações empresariais, no setor público e no ambiente empresarial – mudanças que abrangem o comportamento dos indivíduos e impactam na sua Qualidade de Vida (QV). (Toscano-Del Cairo; Vesga-Rodríguez; Avendaño-Prieto, 2020) . Muitos estudos têm feito a relação

entre QV e saúde (Michalos, Zumbo & Hubley, 2000; Schmidt, Power, Bullinger & Nosikov, 2005), estado de saúde e bem-estar subjetivo (Wyller *et. al.*, 1998), contudo, a definição do termo QV não é clara e seu conceito depende, muitas vezes, do escopo do estudo.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2007, p.8) , a QV pode ser definida como “a compreensão que cada pessoa tem de seu lugar na vida em relação aos costumes, crenças, comportamentos, dificuldades e incertezas do futuro”. Quando a QV tem um impacto positivo na vida de um indivíduo, pode surgir como resultado uma sensação de bem-estar e saúde (Santos; Espinosa; Marcon, 2020) . Os psicólogos descrevem esse sentimento como experiências segmentadas no contexto de trabalho, educação, saúde, família, amigos e relacionamentos amorosos (Sirgy; Lee, 2016) . Em outras palavras, a remuneração desempenha um papel importante nas decisões dos trabalhadores e pode influenciar positiva ou negativamente seu comportamento (Che Ahmat; Arendt; Russell, 2019) .

Em termos de uma vida física e mental saudável que interage com o ambiente social de um indivíduo, torna-se cada vez mais necessário delinear várias medidas diferenciadas de QV que considerem o bem-estar como um conceito multidimensional (Boreham; Povey; Tomaszewski, 2016) (Blick *et al.*, 2016). Nesse conceito, a QV de um trabalhador é baseada na satisfação obtida com o emprego, bem como em uma ampla sucessão de necessidades pessoais que servem de explicação para as conquistas pessoais, familiares e sociais (González, Hidalgo, & Salazar, 2007).

Diante disso, o objetivo deste trabalho é analisar as perspectivas das abordagens sobre Qualidade de Vida (QV) e trabalho humano nos estudos indexados na base de dados scopus com período compreendido em jan /2015 a jul /2021 e visa responder as seguintes questões de pesquisa:

- (1) Quais periódicos abarcam maior número de publicações sobre QV e trabalho humano, estudos mais citados e frequência anual?
- (2) Qual a localização geográfica das instituições e autores que publicaram sobre QV e trabalho humano?

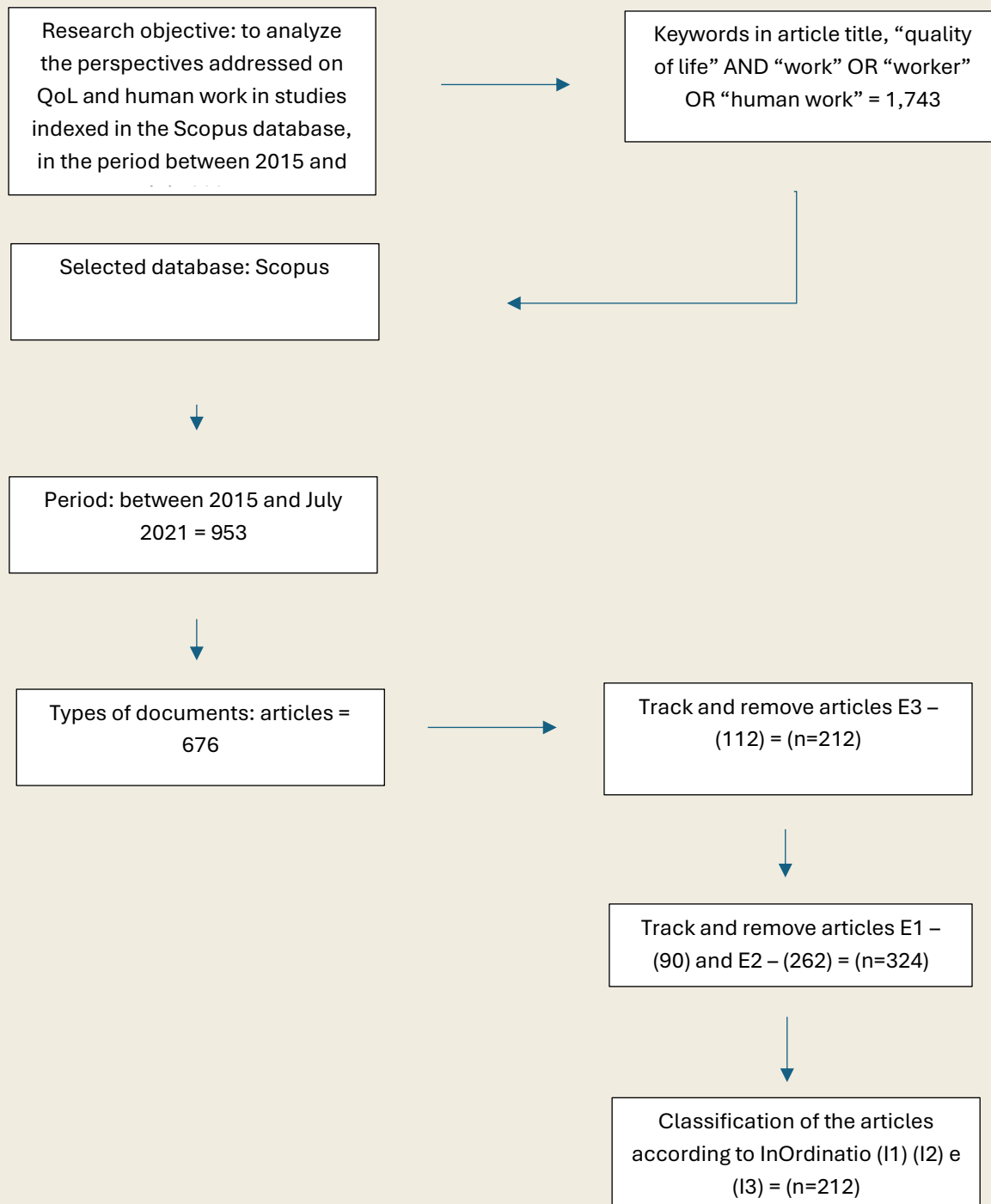
(3) Quais as principais abordagens sobre Qualidade de Vida (QV) e trabalho humano?

(4) Quais as principais lacunas de pesquisa sobre Qualidade de Vida (QV) e trabalho humano?

Princípios e Métodos

Para identificar as contribuições acadêmicas sobre QV e trabalho humano, a base de dados selecionada por sua relevância e abrangência foi a Scopus (quase 1,7 bilhão de referências citadas em mais de 81,5 milhões de registros) apresenta dados multidisciplinares e seletivos (Elsevier, 2021). A busca foi realizada no período de janeiro/2015 a julho/2021 com objetivo de identificar estudos realizados nos últimos 7 anos, pois quanto mais atualizado o estudo, maior a possibilidade de identificar avanços no tema e maior a contribuição para a área de conhecimento. O método de revisão de literatura *Methodi Ordinatio* (Pagani; Kovalski; Resende, 2015) norteou esta pesquisa.

Methodi Ordinatio é um método de investigação científica usado para reconhecer todos os artigos iminentemente importantes mediante critérios objetivos e reproduzíveis a partir dos quais, são avaliados como características do estudo e interpretados os resultados (Editores *et al.*, 2005). Essa estrutura metodológica foi utilizada por autores como Fonseca (2021) com publicação na revista Sustainability, Campos (2018) e Pagani (2015) com publicação no Journal Scientometrics e Carvalho (2020) com publicação no Journal of Informetrics. Para esta pesquisa também foram utilizados os softwares Mendeley versão 1.19.4; JabRef versão 5.3; Office 365 (Excel). A síntese das buscas está contida no Fluxograma 1.



Fluxograma 1. Fluxograma do método de pesquisa de revisão sistemática da literatura.

A primeira etapa do método foi estabelecer o objetivo da pesquisa. A etapa 2 consistiu em pesquisa inicial na base de dados com as palavras – chave e o período selecionado. O processo de revisão teve a intenção de propiciar a coleta e análise de dados de forma imparcial em uma condição de resultados inesperados, com o intuito de aprimorar as informações de dados estatísticos e gráficos (Ferenhof; Fernandes, 2016) .

Ao fim da metodologia *Methodi Ordinatio*, o índice *InOrdinatio* foi obtendo um ranking dos artigos a serem analisados com maior profundidade. A vantagem dessa metodologia que se difere, por exemplo, do modelo de revisão sistemática do prisma, é que ela busca como modelo de tomada de decisão multicritério o fator de impacto do jornal, o número de citações e o ano de publicação (Fonseca, 2021) .

Para este estudo, foram definidos como descritores de busca em conjunto com a combinação dos operadores booleanos como palavras chaves, “ qualidade de vida ” E “ trabalho ” OU “ trabalhador ” OU “ humano work ”, na base de dados SCOPUS com (1) delimitação temporal de jan /2015 a jul /2021; (2) artigos que continham em seu título pelo menos um dos termos dos descritos acima; (3) somente artigos. Os procedimentos de filtragem foram aplicados com objetivo de garantir a padronização dos achados.

Somado a isso, foram traçados critérios de inclusão e exclusão dos artigos selecionados, de acordo com os seguintes subconjuntos:

Critério de exclusão:

- (E1) Trabalho de conferência, capítulo de livro, observação, editorial, carta, livro, errata, pesquisa curta, artigo de imprensa.
- (E2) O artigo não revisa, pesquisa, discute ou resolve problemas relativos à QV e ao trabalho.
- (E3) Revisão do resumo inicial, artigos com foco em medicamentos, alimentos e animais.

Critério de inclusão:

- (I1) Artigo completo, classificado segundo o método *InOrdinatio*.

- (E2) Objetivo do artigo e da pesquisa, diretamente relacionado à QV e trabalho humano.

- (E3) Quando o assunto dos artigos é explícito e especificamente voltado para qualidade de vida e trabalho humano.

Os artigos foram revisados e enquadrados nos critérios acima a fim de restringir a subjetividade no processo. Efetuada a pesquisa, realizou-se a triagem e o registro dos resultados em planilha eletrônica *excel*. Os dados básicos coletados dos artigos selecionados foram: (1) Título do artigo, (2) Resumo (com objetivo), (3) Base de dados eletrônica, (4) Ano de publicação, (5) Nome do *Journal*, (6) área estudada, (7) população estudada.

Em seguida, buscou-se o fator de impacto, ano de publicação e o número de citações dos artigos no Google Scholar para todos os trabalhos coletados, após, foi efetuada a aplicação da aprovação *InOrdinatio* para ranquear os artigos selecionados. Os artigos foram escolhidos considerando o maior *InOrdinatio*.

Assim, após aplicados os critérios de pesquisa, a amostra resultou em 212 artigos para análise quantitativa e qualitativa no portfólio final. Com objetivo de responder as questões elencadas neste artigo foram utilizados os seguintes procedimentos:

- Método quantitativo - Análise bibliométrica. Os dados foram unificados por (1) aplicativo original, que está trabalhando no tema (grupos, padrões) (Q1); (2) periódicos, anos de publicação e localização geográfica (Q2) podem ser apresentados em diferentes idiomas ou na forma de abreviaturas.
- Agrupamento de dados qualitativos. A metodologia foi conduzida de forma que os artigos fossem minuciosamente analisados: (1) para compreender seus significados contextuais, referências (masculino, feminino, jovem, trabalho) (Q3); (2) verificar padrões citados nos artigos, softwares (Q4) apresentados por siglas, abreviaturas ou sinônimos (Q4).

Resultados e discussão

Análise Bibliométrica

A Tabela 1 apresenta o número de artigos analisados por ano.

Tabela 1

Ano	Número de artigos
2015	25
2016	27
2017	26
2018	27
2019	40
2020	39
2021	28

Fonte: os autores

Observa-se homogeneidade no número de publicações nos 4 primeiros anos analisados, com publicações entre 25 e 27 artigos. Já nos anos de 2019 a 2021 observa-se crescente número de publicações. Embora o número de artigos tenha diminuído no ano de 2021 há que se considere o limite temporal estabelecido até julho/2021, ou seja, nos primeiros 7 meses do ano de 2021 já foram publicados mais artigos do que nos anos de 2015, 2016, 2017 e 2018. Logo, verifica-se que o tema permanece com interesse relevante na literatura.

Com relação à localização geográfica das publicações, a Figura 1 ilustra que as instituições que mais publicaram sobre o tema estão localizadas nos EUA, Brasil e China com até 100 publicações, em segundo lugar Austrália e Canadá com até 14 publicações. A Figura 1 ilustra as localizações geográficas das instituições que publicaram sobre esse tema.

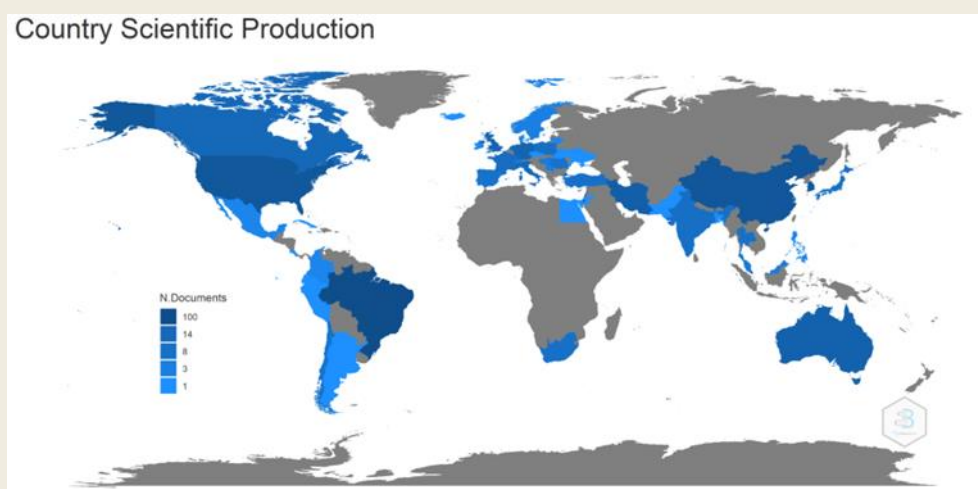


Figura 1. Localização geográfica das produções científicas.

A América foi a região que concentrou o maior número de periódicos com artigos publicados, ou seja, somando-se as publicações de EUA, Brasil e Canadá equivale a dizer que o continente americano é responsável pela maioria das publicações sobre QV e trabalho humano. A seguir (Figura 2) é apresentada a nuvem de palavras que demonstram os elementos com maior destaque nos estudos.



Figura 2. Nuvem de palavras.

Foram agrupadas as palavras chaves com as vertentes associadas, dos 58 clusters relevantes os cinco dominantes foram: Qualidade da Vida (216), Humano (212), Adulto (89), Feminino (85), Masculino (80), que compreendem 45,8% do total de palavras-chave como resultado, pois as palavras estão de acordo com o contexto desta pesquisa. Os cinco eixos preponderantes de pesquisa encontrados nas palavras-chave foram relacionados a Qualidade da Vida, Humano, Adulto, Feminino, Masculino. Nesse sentido, torna-se relevante discriminar os dez periódicos mais citados conforme Tabela 2:

Tabela 2 – 10 Periódicos mais citados

Diário	JCR	Citações
Jornal Internacional de Pesquisa Ambiental e Saúde Pública	3.390	57
Indicadores Sociais Pesquisar	2.614	54
Diário de Aplicado Psicologia	7.429	45
Revista PLOS ONE	2.776	32
Diário de Avançado Enfermagem	3.187	28
Trabalhar	1.505	27
Pesquisa Aplicada em Qualidade de Vida	3.078	26
Revista de Psicologia da Saúde Ocupacional	7.250	23
Diário de Vocacional Comportamento	6.065	23
BMC Saúde Pública	3.295	22
Revista Internacional de Estudos de Enfermagem	5.837	22
Resultados de Qualidade de Vida em Saúde	3.186	21
Qualidade de Pesquisa da Vida	4.147	21

Fonte: Os autores.

O diário Internacional Diário de Pesquisa Ambiental e *Public Health* e *Spaces* possuem o maior número de artigos publicados na temática e aparecem com maior frequência para as pesquisas. Revista Internacional de Pesquisa Ambiental e Saúde Pública apresenta 20 artigos (9,4%) e Espaços 12 artigos (5,7%).

Na Figura 3 estão os países de origem dos autores mais relevantes da amostra. O autor mais relevante é o autor da correspondência ou coautor designado que atua como representante de todos os coautores no processo de

submissão, revisão e edição final de um manuscrito para um determinado jornal, o Brasil se destaca do restante da seleção com 40 autores correspondentes, seguidos dos Estados Unidos (26), China (17) e Coréia do Sul (16).

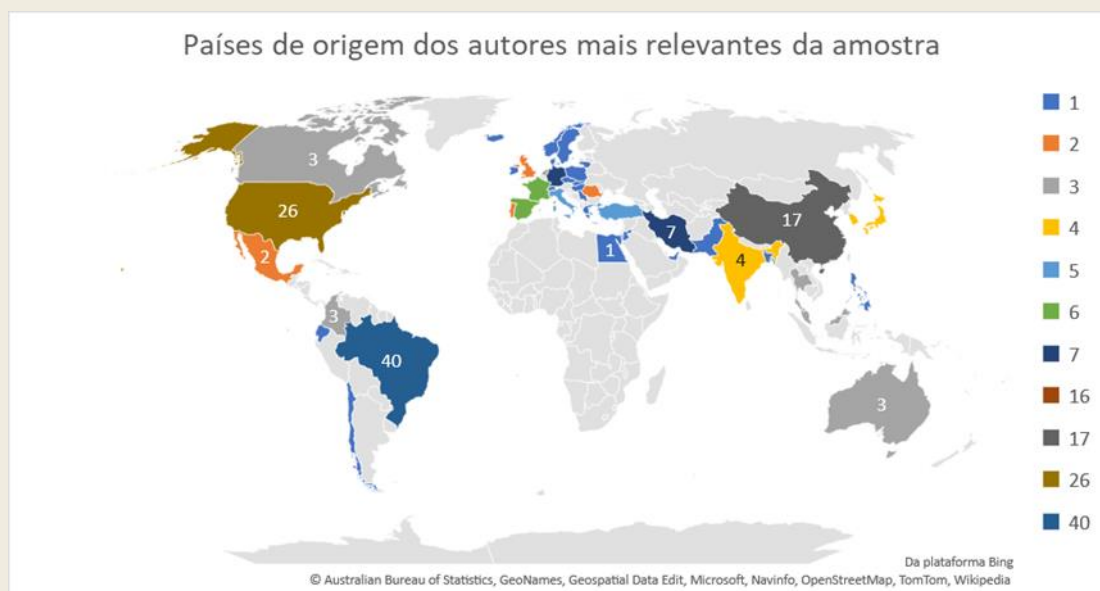


Figura 3. País de origem dos autores mais relevantes da amostra.

Neste ponto, é notável que em relação ao Q1 “Quais periódicos abarcam maior número de publicações sobre QV e trabalho humano, estudos mais citados e frequência anual?” as revistas *International Journal of Environmental Research and Public Health* e a revista *Social Indicators Research* aparecem como principal meio de publicação de artigos sobre QV e trabalho, sendo os mais citados em periódicos – 57 e 54 vezes, respectivamente. Em relação ao número de artigos relevantes sobre QV e trabalho, o *International Journal of Environmental Research and Public Health* e *Espacios* têm o número de artigos publicados envolvendo o tema. Em 2019, também apresentaram o maior número de publicações sobre o tema, 40 no total.

A questão de pesquisa Q2 refere-se à localização geográfica das instituições e dos autores que trabalharam com QV e trabalho, “Qual a localização geográfica das instituições e autores que publicaram sobre QV e trabalho humano?” 49 países abraçaram com estudos sobre QV e trabalho tendo maior participação, Brasil (40 autores), EUA (26 autores), China (17 autores),

Coréia do Sul (16 autores), demais países adotaram entre um e sete autores. Em relação aos periódicos, a América é a região que concentra o maior número de periódicos com artigos publicados sobre QV e trabalho. O tópico seguinte lista as principais abordagens sobre QV e trabalho humano encontrado na pesquisa.

Análise de conteúdo: principais abordagens sobre Qualidade de Vida (QV) e trabalho humano

Em relação aos temas abordados nos artigos, 46 artigos (21,8%) abordam QV saúde do trabalhador, 95 artigos (44,7%) abordam QV e aspectos sociais; 68 artigos (32,5%) trataram da QV profissional, abordando subtemas como QV profissional; QV pessoal e sistemas de avaliação ; 3 (1%) tratam de assuntos relacionados a QV e trabalho humano, como renda, política de emprego e salário-mínimo. Para melhor compreensão subdividimos os artigos do portfólio em quatro categorias (temáticas), (i) QV e saúde do trabalhador; (ii) QV e aspectos sociais; (iii) QV profissional; e (iv) QV e trabalho humano, que agregam relações com diferentes práticas.

QV e saúde do trabalhador

Sendo o trabalho um determinante social com demandas contínuas de esforços físicos e psíquicos seu reflexo na percepção da QV é inerente (Samson; Shvartzman, 2018b). Sobre a saúde dos trabalhadores, as pesquisas relacionadas a temática QV e saúde do trabalhador (i) abordaram doenças como Burnout (Vidotti *et al.*, 2019) e síndrome do esgotamento profissional e emocional (Scholz, 2015). O método mais utilizado foi a aplicação de testes, como exemplo, os modelos ProQOL (Cohen *et al.*, 2017), *Short Form Health Survey* (Matthay, 2012), Multidimensional Calling Measure (MCM-K) (Allameh, 2018), Índice de Bem-Estar Psicossocial (PWI-SF) (Cheng, 2020), escala de Controle (Wang *et al.*, 2018), Autonomia (Welch, 2018), Autorrealização e Prazer (CASP-19) (Somoray *et al.*, (2017).

Em relação as mantidas, predominam estudos com profissionais da saúde, como a pesquisa de Cohen et al. (2017) que aplicou um ProQOL para 93 parteiras e em quatro centros médicos de Israel. O estudo foi destinado a experiências especificamente relacionadas ao local de trabalho e psicológicas, concluíram que por mais que seja exaustivo, para 73% das partes, há satisfação no trabalho. Já Rollo et al. (2020) estudou a necessidade da intervenção psiquiátrica em sessenta trabalhadores de um escritório. Usou como método o *Short Form Health Survey* de 36 itens da RAND, que é um inquérito de saúde que avalia oito conceitos de qualidade de vida, o resultado mostrou que o método de processo de ação em saúde foi reforçado, pois os funcionários informaram bem-estar e melhor QV.

Além disso, os trabalhos de Kim et al. (2020a), Cheng et al. (2020), Allameh et al. (2018) e Wang et al. (2018), abordam doenças relacionadas a COVID-19. Os estudos foram alcançados pela aplicação de três acompanhamentos, a versão coreana do *Multidimensional Calling Measure* (MCM-K), a forma curta do Índice de Bem-Estar Psicossocial (PWI-SF) e a escala de Controle, Autonomia, Autorrealização e Prazer (CASP-19), teve como objetivo avaliar a vocação ocupacional, saúde psicológica e qualidade de vida dos trabalhadores na Coreia em meio à pandemia de COVID-19. As escalas contemplaram a origem social e as atividades de lazer dos funcionários. Os resultados emocionantes que trabalham em *home office* contribuíram para que os coreanos mantivessem os níveis adequados de QV e saúde psicológica durante a pandemia. Os desempregados apresentaram níveis baixos de QV e saúde psicológica. Identificou-se, também, que novas aulas de ocupação foram criadas em virtude da pandemia, de forma a buscar alternativas possíveis para manter o trabalho.

Da mesma forma, Meloni (2020) pesquisou sobre a ansiedade, por meio de um pensamento transversal aplicado a 243 médicos e enfermeiros estudou o estresse psicológico × depressão relacionado ao trabalho em profissionais de saúde chineses. Os autores concluíram que a exposição prolongada ao estresse no trabalho pode levar trabalhadores médicos à depressão, enfatizaram que a interação desses fatores contribuiu para ideias suicidas e sofreram a dor do trabalho. Jiraporncharoen et al. (2016) estudou o uso negativo do tabaco e QV

entre os profissionais da saúde na Tailândia por meio de um exame físico em 3.204 participantes que se inscreveram online. Concluíram, que o uso de sedativos negativos à saúde está diretamente ligado a menor qualidade de vida física e mental e o uso de álcool e tabaco estão ligados à depressão.

Uma pesquisa de Lin *et al.* (2015) investigou a situação atual da violência no local de trabalho em ambientes de atenção primária na China. Foi aplicada uma triagem em 1.626 profissionais de saúde. O estudo concluiu que a violência nos locais de trabalho reflete na diminuição na produtividade, submete o trabalhador a comportamentos morais, tendo como consequências experimentais e dificuldade em controlar a raiva. O estudo mostrou que 51,64% do total de protegido de algum tipo de violência no local de trabalho, tendo efeito direto no desempenho do funcionário. É importante considerar o impacto das pesquisas sobre a saúde do trabalhador, a partir dos estudos é possível avaliar o tratamento, definir estratégias de intervenção e prevenção, identificar necessidades, além de permitir aos trabalhadores compreenderem melhor as doenças a que estão expostas.

QV e aspectos sociais

Sob a perspectiva da QV e aspectos sociais, a pesquisa buscou identificar como a qualidade de vida impacta nas relações sociais dos indivíduos, os autores abordaram sub-temáticas como depressão (Gao, 2020) e ansiedade (Stephens, 2020). Khansa *et al.* (2020) assistiram entrevistas em um campo amostral aleatório de 1.487 participantes libaneses com o objetivo de avaliar o efeito da interação entre ansiedade e depressão na ideação suicida, QV e trabalho. Os resultados de ansiedade e depressão estão fortemente associados ao aumento do pensamento suicida, estão ligados à diminuição da produtividade no trabalho e afetam a QV.

Igualmente, Concheiro-Moscoso *et al.*, (2021) avaliaram o nível de estresse no trabalho e sua influência na qualidade de vida. O estudo foi piloto para determinar a viabilidade, tamanho da amostra, custo e duração do estudo. Os autores concluíram que o estresse e a ansiedade estão em nosso jeito de vida e

nascer das responsabilidades. Contudo, nos últimos anos, passaram a ser vistos como danosos para a saúde mental e física, mas não inevitavelmente. Vogt (2017) pesquisou sintomas de estresse pós-traumático em homens e mulheres veteranos de guerra, tendo como resultado o relato de alta qualidade de vida no trabalho e na família, contudo, apesar dos relatos, em relação ao desempenho e satisfeito no trabalho e na família a maioria dos veteranos relataram pior desempenho com efeitos negativos nos relacionamentos íntimos.

Por fim, os resultados ressaltam a necessidade de consideração adicional relacionada aos desafios do trabalho desempenhado principalmente por mulheres veteranas. Sobre ansiedade ao dirigir e qualidade de vida em geral Stephens et al. (2020) aplicado um controlado com 535 pessoas com objetivo de examinar essa relação, os resultados evidenciaram uma relação negativa entre ansiedade e qualidade de vida para um grupo de pessoas extremamente ansiosas. Em geral, a metodologia utilizada pelos autores, na categoria QV e aspectos sociais, envolveu aplicação de sessões e/ou entrevistas (Gao, 2020; Stephens, 2020 ; Khansa et al. 2020 ; Concheiro-Moscoso et al., 2021 ; Vogt 2017 ; Somoray et al., 2017; Stephens et al., 2020; Pham et al., 2019; Kristinsson et al., 2019; Aharon et al., 2019) ProQol (Geoffrion , 2019).

QV profissional

Demandas de satisfação e qualidade de vida no trabalho, aspectos socioeconômicos, carga horária, psicológicos e de saúde realizados contribuem de forma significativa a QV profissional. Os artigos selecionados nesta categoria, em sua maioria, foram elaborados por meio de coleta de dados com triagem como: *Medical Outcomes* Estudos de 12 itens, *Whoqol-bread* , *Autoquestionnaire* de vida 65 (QQV-65), Qualidade de vida questionário (SGRQ) (Landeiro et al., 2011). Como exemplo, Del Cairo et al. (2020) realizou uma pesquisa com aplicação de orientações a funcionários de educação de uma instituição de ensino com o objetivo de demonstrar a QV e engajamento com as tarefas da organização. Verificaram, como resultado, que o estresse e a ansiedade são sintomas recorrentes entre os trabalhadores.

Além disso, o estudo de Santos *et al.* (2020), retrata que os níveis de QV dos professores são influenciados por aspectos socioeconômicos e de trabalho, causados, principalmente, em modificações de humor, de estresse e hormonais, sendo percebidos distúrbios de voz e transtornos mentais. Os autores destacam que a carga horária e o tipo de relação empregatícia tiveram efeito significativo nas relações sociais e físico-pessoais. Sobre a política de remuneração, salário-mínimo e satisfeito no trabalho, Che Ahmat *et al.* (2019) analisa se esses fatores poderiam influenciar na percepção de QV. A pesquisa foi realizada por meio de interação eletrônica com 300 participantes, concluiu que a percepção dos trabalhadores sobre a política de salário-mínimo influenciou significativamente sua satisfação com a motivação e a motivação para o trabalho.

Em relação a QV profissional e saúde, o estudo de Gazibara *et al.* (2018) teve por objetivo avaliar fatores relacionados a QV ocupacional das mulheres empregadas que estão passando pela menopausa, sessões sociodemográficas, escala de QV de Utian e Inventário de depressão foram usados para coleta de dados, 335 mulheres sérvias responderam aos ensinamentos. Como resultado, constataram que os sintomas da menopausa foram associados à baixa QV ocupacional das mulheres, nesse contexto os autores concluíram que a gestão de problemas de saúde permitiria que as mulheres sofressem controle sobre a oportunidade e desafios profissionais. Sobre a QV dos trabalhadores homens aposentados, pesquisa realizada por (Wu; Tsay, 2018) aponta que as experiências anteriores no mercado de trabalho parecem ter efeito de longo prazo na QV durante a aposentadoria.

QV e trabalho humano

Este tema buscou identificar nos trabalhos selecionados como fatores relacionados ao trabalho humano - política de emprego, vida pessoal e renda - influenciam na qualidade de vida dos indivíduos. Um estudo com enfermeiras que trabalham com cuidados intensivos investigou o equilíbrio entre trabalho-vida pessoal e QV, revelou que as enfermeiras que moram com as famílias tendem a ter menos QV do que as que não coabitam na mesma casa (Tanaka

et al., 2021). Em relação à geografia do trabalho, os espaços ocupados pelos trabalhadores, como sindicatos, possibilitam a interação mútua e ação coletiva para formação de classes, estrutura econômica e modo de vida dos trabalhadores, essas observações requerem especial importância para compreensão dos movimentos sociais e organização do trabalho (McFarland, 2017).

A utilização de índices de emprego e renda também possibilitam medir a qualidade do emprego e perspectivas de políticas públicas relacionadas a QV e trabalho humano. Sehnbruch *et al.* (2020) criou um indicador sintético de qualidade de emprego a partir de índices de renda do trabalho, estabilidade e condições de emprego, o objetivo do estudo foi analisar a qualidade dimensional de emprego e QV para indivíduos em 9 países da América Latina, em níveis de qualidade de emprego Chile apresentaram o melhor resultado, os piores resultados foram de Paraguai, México, Bolívia e Peru, entretanto, Chile, Peru, Colômbia e Brasil adotado maiores problemas com rotação de emprego. Em relação à diferença de gênero, os resultados encontraram que as mulheres são mais carentes nos indicadores de renda do que os homens, contudo, os indicadores de excesso de trabalho são maiores para o gênero feminino, os indicadores também evidenciaram maior rotatividade das mulheres ao assumir tarefas de cuidados domésticos.

Por fim, a Q3 “Quais as principais abordagens sobre Qualidade de Vida (QV) e trabalho humano?” 4 categorias foram mencionadas, QV e saúde do trabalhador, QV e aspectos sociais, QV profissional, QV e trabalho. Essa análise levou em consideração apenas as menções explícitas nos títulos e/ou objetivo dos artigos, desconsiderando menções a conceitos amplos que descrevem esses termos em uma abrangência genérica.

Para a Q4 “Quais as principais lacunas de pesquisa sobre Qualidade de Vida (QV) e trabalho humano?” dentre as categorias seguidas, QV e trabalho apresentaram menor quantidade de resultados com defasagem em temas que relacionam QV e trabalho humano a políticas emprego, renda, saúde, mobilidade urbana, educação, custo de vida, gênero e perspectivas de políticas públicas em países emergentes e integrados.

Considerações finais

Para analisar as perspectivas das abordagens sobre Qualidade de Vida (QV) e trabalho humano, foram selecionados 1.743 artigos por meio de buscas em estudos indexados na base de dados Scopus de 2015 a julho de 2021. Após criteriosa análise e revisão apoiada nas bases de dados eletrônicas, 212 artigos foram estudados. A metodologia utilizada para revisão foi o *Methodi Ordinatio*. As perguntas de pesquisa e os resultados que guiaram este estudo foram:

Q1 “Quais periódicos abarcam maior número de publicações sobre QV e trabalho humano, estudos mais citados e frequência anual?” As revistas *International Journal of Environmental Research and Public Health*, e a revista *Social Indicators Research* aparecem como os principais meios de publicação de artigos sobre QV e trabalho, sendo as mais citadas nas revistas – 57 e 54 vezes, respectivamente. Em relação ao número de artigos relevantes sobre QV e trabalho, o *International Journal of Environmental Research and Public Health* e *Espacios* têm o número de artigos publicados envolvendo o tema. Em 2019, também apresentaram o maior número de publicações sobre o tema, 40 no total.

Q2 “Qual a localização geográfica das instituições e autores que publicaram sobre QV e trabalho humano?” No total, 49 países aceitaram com estudos sobre QV e trabalho tendo maior participação Brasil (40 autores), EUA (26 autores), China (17 autores) e Coréia do Sul (16 autores), os demais países adotaram entre um e sete autores. Em relação aos periódicos, a América do Norte foi a região que concentrou o maior número de periódicos com artigos publicados sobre QV e trabalho.

Q3 “Quais as principais abordagens sobre Qualidade de Vida (QV) e trabalho humano?” As principais abordagens sobre QV foram divididas em 4 categorias, QV e saúde do trabalhador com 46 artigos incluídos (21,8%) , QV e aspectos sociais com 97 artigos (45,7%), QV profissional com 69 artigos incluídos (32, 5%) , QV e trabalho com apenas 3 artigos (1%), esse resultado aceitou carência de pesquisas e pesquisa nessa temática com temas que relacionem QV e trabalho humano a políticas emprego, renda, saúde, mobilidade

urbana, educação, custo de vida, gênero e perspectivas de políticas públicas em países emergentes e integrados .

A categoria QV profissional, abordada temas relacionados a satisfação, qualidade de vida e motivada para o trabalho, sistemas de avaliação mais utilizados foram as entrevistas atendidas exclusivamente para ranquear por meio de perguntas e enquetes. Por fim, a categoria QV e trabalho discutiu políticas públicas, emprego e renda com foco na QV. Essa análise levou em consideração apenas as menções explícitas nos títulos e/ou objetivo dos artigos, desconsiderando menções a conceitos amplos que descrevem esses termos em uma abrangência genérica.

Q4 “Quais as principais lacunas de pesquisa sobre Qualidade de Vida (QV) e trabalho humano?” Identificamos como campos de pesquisa temas que relacionam QV e trabalho humano e políticas emprego, renda, saúde, mobilidade urbana, educação, custo de vida, gênero e perspectivas de políticas públicas em países emergentes e integrados.

Na base de dados 1490 palavras chaves foram tratadas por 2 *softwares*, VOS Viewer e Excel e os programas foram escolhidos em decorrência da capacidade e flexibilidade para trabalhar com dados de entrada em grande quantidade e possibilitaram a criação de imagens intuitivas que auxiliam na análise de dados (Fahimnia; Sarkis; Davarzani, 2015).

Este estudo foi limitado a base de dados *scopus*, concluído em meio a pandemia global COVID-19, por esse motivo, assuntos relacionados ao bem-estar dos trabalhadores da saúde aparecem constantemente nas pesquisas, principalmente em decorrência da complexidade da doença e condições estressantes a qual foram visíveis. Sugere-se como pesquisas futuras novos estudos para comparação dos resultados após a pandemia, expansão da pesquisa em outras bases de dados e pesquisas que relacionem QV e trabalho humano a políticas públicas, de emprego, renda, saúde, mobilidade urbana, educação, custo de vida e gênero além da comparação desses índices entre países emergentes e incorporados.

“Quais são as principais lacunas de pesquisa sobre Qualidade de Vida (QV) e trabalho humano?” Foram identificadas lacunas no campo da pesquisa, em

especial a busca por índices de QV em países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Com esses índices, pode-se fazer uma análise comparativa dos problemas relacionados à qualidade do emprego, renda, saúde e mobilidade urbana.

No banco de dados, 1490 palavras-chave foram analisadas por dois softwares, VOS Viewer e Microsoft Excel. Os programas foram escolhidos devido à sua capacidade e flexibilidade para trabalhar com dados de entrada em grandes quantidades. Também permitem a criação de imagens intuitivas que auxiliam na análise dos dados (Fahimnia; Sarkis; Davarzani, 2015).

Este estudo limitou-se à base de dados Scopus e foi realizado durante a pandemia de COVID-19. Por esse motivo, questões relacionadas ao bem-estar dos trabalhadores da saúde apareceram constantemente durante a pesquisa, em decorrência da complexidade da doença e das condições estressantes a que os trabalhadores da saúde estavam expostos. Portanto, sugere-se que estudos futuros foquem na comparação desses resultados em um contexto pós-pandemia, bem como ampliem a pesquisa em outras bases de dados, bem como relacionem QV e trabalho entre países, políticas públicas e remuneração.

Referências

AHARON, AA; MADJAR, B.; KAGAN, I. Comprometimento organizacional e qualidade de vida no trabalho entre enfermeiras de saúde pública em Israel. *Enfermagem em Saúde Pública*, v. 36, n. 4, pág. 534–540, 2019.

ALLAMEH, SM et al. O efeito do capital psicológico na qualidade de vida, dado o papel mediador do capital social e da qualidade de vida no trabalho. *International Journal of Business Innovation and Research*, v. 17, n. 2, pág. 210–225, 2018.

BLICK, RN e cols. Ambientes de trabalho inclusivos são importantes? Efeitos do emprego integrado à comunidade na qualidade de vida de indivíduos com deficiência intelectual. *Research in Developmental Disabilities*, v. 53–54, p. 358-366, 2016.

BOREHAM, P.; POVEY, J.; TOMASZEWSKI, W. Trabalho e bem-estar social: o impacto das condições de trabalho na qualidade de vida. *Revista Internacional de Gestão de Recursos Humanos*, v. 27, n. 6, pág. 593–611, 2016.

CHE AHMAT, NH; ARENDT, SW; RUSSELL, DW Efeitos da implementação da política de salário-mínimo: Remuneração, comportamentos de trabalho e qualidade de vida. *International Journal of Hospitality Management*, v. 81, p. 229–238, 2019a.

CHENG, L.; GAN, Y. Capital psicológico e comprometimento ocupacional de professores pré-escolares urbanos chineses mediados pela qualidade de vida relacionada ao trabalho. *Comportamento Social e Personalidade*, v. 48, n. 5 de 2020.

COHEN, R. et al. Exposição a eventos traumáticos no trabalho, sintomas pós-traumáticos e qualidade de vida profissional em parteiras. *Obstetrícia*, v. 50, p. 1–8, 2017.

CONCHEIRO-MOSCOSO, P. et al. Estudo para a elaboração de um protocolo de avaliação do impacto do estresse na qualidade de vida dos trabalhadores. *Revista Internacional de Pesquisa Ambiental e Saúde Pública*, v. 18, n. 4, pág. 1–11, 2021.

CAMPOS, EAR et al. Construção e avaliação qualitativa de um portefólio bibliográfico segundo a metodologia Methodi Ordinatio. *Cienciometria*, v. 116, n. 2, pág. 815–842, 2018.

CARVALHO, GDG et al. Bibliometria e revisões sistemáticas: uma comparação entre o Proknow-C e o Methodi Ordinatio. *Journal of Informetrics*, v. 14, n. 3 de 2020.

EDITORES, S. et al. Revisões Sistemáticas: Síntese das Melhores Evidências para Decisões Clínicas -- Cook et al... Página 1 de 16. p. 1–8, 2005.

ELSEVIER, plataforma de revistas, 2021.

FAHIMNIA, B.; SARKIS, J.; DAVARZANI, H. Green supply chain management: Uma revisão e análise bibliométrica . v. 162. Elsevier, 2015.

FERENHOF, HA; FERNANDES, RF Desmistificando a revisão de literatura como base para redação científica: método SFF desmistificando a revisão da

literatura como base da escrita científica: método ssf. revista acb , v. 21, n. 3, pág. 550–563, 2016.

FERNANDES-JÚNIOR, SA et al. Sono, fadiga e qualidade de vida: uma análise comparativa entre trabalhadores noturnos com e sem filhos. PLoS UM , v. 11, n. 7 de 2016.

FONSECA, M. H. et al. E-health practices and technologies: A systematic review from 2014 to 2019Healthcare (Switzerland), 2021.

GAO, L. et al. Uso problemático da internet e qualidade de vida percebida: resultados de um estudo transversal que investigou o uso da internet no trabalho e no lazer. Revista Internacional de Pesquisa Ambiental e Saúde Pública , v. 17, n. 11, pág. 1–15, 2020.

GAZIBARA, T. et al. Mulheres climatéricas no trabalho: o que está por trás da má qualidade de vida ocupacional? Health Care for Women International , v. 39, n. 12, pág. 1350-1365, 2018.

GEOFFRION, S. et al. Validade de Construto da Escala de Qualidade de Vida Profissional (ProQoL) em uma Amostra de Trabalhadores de Proteção à Criança. Journal of Traumatic Stress , v. 32, n. 4, pág. 566–576, 2019.

GONZÁLEZ, R., HIDALGO, G., & SALAZAR, J. Qualidade de vida no trabalho": uma palavra da moda com conturbado conceituação. Psicologia e Saúde , v. 17, n. 1, p. 115–123, 2007.

JIRAPORNCHAROEN, W. et al. Uso de sedativos: sua associação com uso nocivo de álcool, uso nocivo de tabaco e qualidade de vida entre profissionais de saúde na Tailândia. Journal of Substance Use , v. 21, n. 4, pág. 414-422, 2016.

KHANSA, W. et al. Interação entre ansiedade e depressão na ideação suicida, qualidade de vida e comprometimento da produtividade no trabalho: resultados de uma amostra representativa da população libanesa. Perspectivas em Cuidados Psiquiátricos , v. 56, n. 2, pág. 270–279, 2020.

KIM, Y.-J.; KANG, S.-W. A qualidade de vida, saúde psicológica e vocação ocupacional dos trabalhadores coreanos: diferenças pelas novas classes de ocupação emergentes em meio à pandemia de COVID-19. Revista Internacional de Pesquisa Ambiental e Saúde Pública , v. 17, n. 16, pág. 1–14, 2020a.

KRISTINSSON, K.; JONSDOTTIR, IJ; SNORRASON, SK Percepções dos funcionários sobre as habilidades de escuta dos supervisores e sua qualidade de vida relacionada ao trabalho. *Relatórios de Comunicação* , v. 32, n. 3, pág. 137–147, 2019.

LANDEIRO, GMB e cols. Revisão sistemática dos estudos sobre qualidade de vida indexados na base de dados SciELO. *Ciência & Saúde Coletiva* , v. 16, n. 10, pág. 4257–4266, 2011.

LEE, D.-J.; SIRGY, MJ O que as pessoas fazem para alcançar o equilíbrio entre vida profissional e pessoal? Uma conceituação formativa para ajudar a desenvolver uma métrica para pesquisas de qualidade de vida em larga escala. *Pesquisa de Indicadores Sociais* , v. 138, n. 2, pág. 771–791, 2018.

LIN, W.-Q. e outros Violência no local de trabalho e desempenho no trabalho entre agentes comunitários de saúde na China: o papel mediador da qualidade de vida. *Revista Internacional de Pesquisa Ambiental e Saúde Pública*, v. 12, n. 11, pág. 14872-14886, 2015.

MATTHAY, Michael A. et al. The acute respiratory distress syndrome. *The Journal of clinical investigation*, v. 122, n. 8, p. 2731-2740, 2012.

MCFARLAND, AL A relação entre o uso de espaços verdes e jardins públicos no local de trabalho no bem-estar mental, qualidade de vida e satisfação no trabalho de funcionários e voluntários. *HortTechnology* , v. 27, n. 2, pág. 187-198, 2017.

MELONI, F. et al. Trabalhador de schrodinger: eles são positivos ou negativos para sars-cov-2? *revista internacional de pesquisa ambiental e saúde pública* , v. 17, n. 17 de 2020.

MICHALOS, Alex C.; ZUMBO, Bruno D.; HUBLEY, Anita. Health and the quality of life. *Social Indicators Research*, v. 51, p. 245-286, 2000.

OMS. Organização mundial da saúde. p.8. 2007.

PAGANI, RN; KOVALESKI, JL; RESENDE, LM *Methodi Ordinatio*: uma proposta de metodologia para selecionar e classificar artigos científicos relevantes abrangendo fator de impacto, número de citações e ano de publicação. *Cienciometria* , v. 105, n. 3, pág. 2109–2135, 2015.

PENTEADO, RZ; DA SILVA, NB; MONTEBELLO, MIL Voz, estresse, trabalho e qualidade de vida de treinadores e preparadores físicos de futebol. *codas* , v. 27, n. 6, pág. 588–597, 2015.

PHAM, T.-T.; PARK, B. Transtorno do uso de álcool e qualidade de vida relacionada à saúde em trabalhadores noturnos coreanos: um estudo transversal usando os dados KNHANES 2007-2015. *PLoS UM* , v. 14, n. 4, 2019.

ROLLO, S.; PRAPAVESSIS, H. Uma abordagem combinada de processo de ação em saúde e intervenção mHealth para reduzir o tempo sentado no local de trabalho em adultos que trabalham em escritórios: uma análise secundária que examina a qualidade de vida relacionada à saúde e os resultados do desempenho no trabalho. *Psicologia e Saúde* , 2020.

SANTOS, EC; ESPINOSA, MM; MARCON, SR Qualidade de vida, saúde e trabalho de professores do ensino fundamental. *ACTA Paulista de Enfermagem*, v. 33, p. 1–8, 2020.

SCHMIDT, Silke et al. The conceptual relationship between health indicators and quality of life: results from the cross-cultural analysis of the EUROHIS field study. *Clinical Psychology & Psychotherapy: An International Journal of Theory & Practice*, v. 12, n. 1, p. 28-49, 2005.

SCHOLZ, M. et al. Desenvolvimento e correlação de padrões de comportamento e experiência relacionados ao trabalho, burnout e qualidade de vida em estudantes de medicina desde o primeiro ano até o primeiro exame estadual. *Psychotherapie, Psychosomatik, medizinische Psychologie* , v. 65, n. 3–4, pág. 93–98, 2015.

SEHNBRUCH, K. et al. A qualidade do emprego (QoE) em nove países latino-americanos: uma perspectiva multidimensional. *Desenvolvimento Mundial*, v. 127, p. 104738, 2020.

SIRGY, MJ; LEE, DJ Work-Life Balance: Um modelo de qualidade de vida. *Pesquisa Aplicada em Qualidade de Vida* , v. 11, n. 4, pág. 1059–1082, 2016.

SOMORAY, K.; SHAKESPEARE-FINCH, J.; ARMSTRONG, D. O impacto da personalidade e da pertença ao local de trabalho na qualidade de vida profissional dos profissionais de saúde mental. *Australian Psychologist* , v. 52, n. 1, pág. 52–60, 2017.

STEPHENS, AN et al. Os impactos da ansiedade ao dirigir sobre a evitação auto-relatada ao dirigir, o desempenho no trabalho e a qualidade de vida. *Revista Transporte e Saúde* , v. 19, 2020.

TANAKA, J. et al. A lacuna real-ideal no equilíbrio trabalho-vida e qualidade de vida entre enfermeiras de cuidados intensivos. *Revista de Gerenciamento em Enfermagem* , v. 29, n. 5, pág. 998–1006, 2021.

TOSCANO-DEL CAIRO, CA; VESGA-RODRÍGUEZ, JJ; AVENDAÑO-PRIETO, BL Qualidade de vida no trabalho e na relação com o noivado. *Acta Colombiana de Psicología* , v. 23, n. 1, pág. 128–137, 2020.

VIDOTTI, Viviane et al. Síndrome de burnout, estrés laboral y calidad de vida en trabajadores de enfermería. *Enfermería global*, v. 18, n. 55, p. 344-376, 2019.

VOGT, D. et al. Consequências do TEPT para a qualidade de vida no trabalho e na família de veteranos da Guerra do Afeganistão e do Iraque. *Psiquiatria Social e Epidemiologia Psiquiátrica* , v. 52, n. 3, pág. 341-352, 2017.

WANG, D.; WANG, X.; XIA, N. Como o estresse relacionado à segurança afeta o comportamento de segurança dos trabalhadores: o papel moderador do capital psicológico. *Ciência da Segurança* , v. 103, p. 247–259, 2018.

WELCH, T.; CLEAK, H. A Habitação é um Preditor da Autonomia e Qualidade de Vida das Pessoas com Doença Mental Grave? Implicações para o Serviço Social. *Serviço Social Australiano* , v. 71, n. 4, pág. 491–506, 2018.

WYLLER, Torgeir Bruun et al. Correlates of subjective well-being in stroke patients. *Stroke*, v. 29, n. 2, p. 363-367, 1998.

WU, LH; TSAY, RM A busca pela felicidade: experiências de trabalho e qualidade de vida de homens mais velhos de Taiwan. *Pesquisa de Indicadores Sociais* , v. 136, n. 3, pág. 1031–1051, 2018.

XU, Y.; HARMON-DARROW, C.; FREY, JJ Repensando a qualidade de vida profissional para assistentes sociais: inclusão de barreiras ecológicas para o autocuidado. *Revista do Comportamento Humano no Meio Social* , v. 29, n. 1, pág. 11–25, 2019.

Telhado verde e telhado frio e suas contribuições para a redução da temperatura ambiente em construções na cidade de Cascavel no oeste do estado do Paraná

Thayara Letícia Tonietto¹

Jair Antonio Cruz Siqueira¹

Fúlvio Natércio Feiber²

Hitomi Mukai¹

Giovana Dombeck Vieira¹

Luciene Kazue Tokura¹

Resumo

A cobertura é um dos maiores componentes de uma edificação, ela recebe a radiação solar direta e por longas horas do dia, portanto alternativas para reduzir a carga de calor da edificação são muito importantes, pois a temperatura interna da edificação será reduzida o quanto antes, reduzindo assim o consumo de energia. Telhados verdes e telhados frios são uma opção para a redução de temperaturas internas em edificações. O objetivo desse trabalho foi avaliar e comparar essas duas estratégias (telhado verde e telhado reflexivo) por meio da análise de 3 protótipos instalados em Cascavel-PR, com foco no conforto ambiental. Sendo 1 protótipo com telhado verde, 1 protótipo com telha de fibrocimento com aplicação de tinta térmica branca e 1 protótipo com telhado de fibrocimento sem tratamento, sendo a testemunha. Termopares tipo J foram usados para avaliar a temperatura interna e externa do protótipo ao longo de 60 dias. Posteriormente, os dados foram inseridos no software Sisvar 5.6. Para a realização da análise de variância e do teste de médias, por meio do teste Tukey ao nível de 5% de probabilidade. A temperatura média registrada do telhado frio 24,59 °C e do protótipo do telhado verde 24,80 °C é a mesma e inferior a temperatura média do protótipo testemunha 26,08 °C, enquanto a umidade do telhado verde trouxe resultados mais satisfatórios. Portanto, devido ao alto custo de implantação das coberturas verdes, as coberturas frias são uma opção para as edificações rurais.

Palavras-chave: arquitetura bioclimática, sistemas de cobertura, conforto ambiental, conforto térmico, condutividade térmica.

¹ Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Energia na Agricultura, PPGEA, Cascavel, Paraná. E-mail: giovana.dombeck@hotmail.com

² Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Coordenador do Curso de Especialização em Arquitetura e Tecnologia da Construção da UTFPR, Toledo, Paraná.

Abstract

The roof is one of the largest components of a building, it receives direct solar radiation for long hours of the day, therefore alternatives to reduce the heat load of the building are very important, as the internal temperature of the building will be reduced as soon as possible, thus reducing energy consumption. Green roofs and cold roofs are an option for reducing internal temperatures in buildings. The objective of this work was to evaluate and compare these two strategies (green roof and reflective roof) through the analysis of 3 prototypes installed in Cascavel-PR, focusing on environmental comfort. 1 prototype with a green roof, 1 prototype with fiber cement tiles with the application of white thermal paint and 1 prototype with an untreated fiber cement roof, being the witness. Type J thermocouples were used to evaluate the internal and external temperature of the prototype over 60 days. Subsequently, the data were entered into the Sisvar 5.6 software. To carry out the analysis of variance and the mean test, using the Tukey test at a 5% probability level. The recorded average temperature of the cold roof 24.59 °C and the green roof prototype 24.80 °C is the same and lower than the average temperature of the witness prototype 26.08 °C, while the humidity of the green roof brought more satisfactory results. Therefore, due to the high cost of implementing green roofs, cold roofs are an option for rural buildings.

Keywords: bioclimatic architecture, roofing systems, environmental comfort, thermal comfort, thermal conductivity.

Introdução

A aplicação do conceito de conforto à moradia teve início no século XVIII, e que esse conceito surge inicialmente ligado ao conforto térmico. (Rybczynski, 1996). Ao contar dos tempos antigos, o homem buscava proteção das intempéries climáticas, demonstrando que o conforto e as pessoas estão interligados. Em contraponto disso, nos últimos anos, devido às facilidades trazidas pela modernidade, tem crescido essa busca por conforto nas edificações, com a utilização de aparelhos de ar-condicionado, ventiladores, torneiras elétricas, cortinas automáticas, entre outros (Mascaró, 1992).

Uma construção mais sustentável depende da “seleção correta de materiais e componentes, que pode ser definida como a seleção de produtos que, combinada a um correto detalhamento de projeto, resultam em impactos ambientais menores, benefício social e viabilidade econômica” (John *et al.*, 2006).

Assim, o alto desenvolvimento tecnológico gerando novos materiais e sistemas prediais que podem tanto diminuir impactos como também podem promover um aumento de bem-estar humano e incremento no ecossistema local (Yeang, 2006).

O autor referenciado anteriormente, conclui que uma série de fatores incide na escolha de materiais e componentes de forma mais sustentável: fontes de energia renováveis na produção ou manutenção e baixa energia embutida (inclusive no transporte); alto conteúdo reciclado, maximizando futura reutilização ou reciclagem; potencial do material para ser continuamente reutilizado ou reciclado no fim de sua vida útil; baixo impacto ecológico na produção (emissão, resíduo e poluição baixos); biodegradabilidade; produção local dos materiais ou uso de materiais que não são refinados e mais próximos de seu estado natural, já que assim é gasto menos energia para utilizá-lo; baixa toxicidade para humanos e ecossistemas; método de instalação e desinstalação facilitada; ciclo de vida longo para maior durabilidade e menor uso de recursos (Yeang, 2006).

A temperatura dentro de um edifício está relacionada a fatores externos (radiação solar e variáveis climáticas) e internos (iluminação artificial, equipamentos internos, etc.) (Mascaró, 1992). Por estarem expostas à radiação solar, a cobertura tem grande impacto no desempenho térmico da edificação. Ao contrário das paredes, a cobertura fica exposta ao sol todos os dias do ano, o que ajuda a aumentar a temperatura (Aljebur, 2015).

Ao abordar o tema coberturas, o telhado verde nas construções sustentáveis passa a ser um procedimento empregado com sistema de drenagem e impermeabilização do ambiente ao qual será introduzido (Alberto *et al.*, 2020).

O telhado verde passa a ser uma possibilidade que conseguiria diminuir os efeitos nas construções, aprimorando a qualidade do ar a partir da absorção de CO₂ provocada pela vegetação que por sua vez, possibilita o refinamento do conforto térmico aos ambientes internos, com isso, o telhado passa a ser um isolante térmico (Moraes, 2013).

O calor gerado pela cobertura de uma casa térrea é responsável por mais de 50% do calor total (Loh *et al.*, 2011). No Brasil, nota-se que a maior parte das coberturas são escuras e os telhados são revestidos com telhas de fibrocimento, que são utilizadas principalmente para habitação social e galpões agrícolas, que aumentam a absorção da radiação solar e aumentam a temperatura interna (Ikematsu, 2007).

A propriedade física mais importante da cobertura é a condutividade térmica, que deve ser a mais baixa. Portanto, reduzir a transferência de calor dos materiais ao redor dos edifícios é essencial para reduzir os requisitos de resfriamento e aquecimento (Madhumathi *et al.*, 2014).

Constatou em sua tese de doutorado que a inclinação do telhado no verão tem pouco efeito sobre o fluxo de calor, e o uso de isolamento térmico sob o telhado tem um efeito melhor do que a ventilação. Também confirmou que as variáveis mais relevantes para a redução do fluxo de calor no verão são a emissividade, a resistência térmica dos materiais de cobertura e a absorção solar (Lamberts, 1988).

O principal benefício de uma cobertura verde é que devido à inércia térmica do sistema construtivo, a temperatura interna do ambiente é reduzida, havendo um atraso na transferência do fluxo de calor gerado pela radiação solar (Perussi; Vecchia, 2020). Outros benefícios incluem: redução da poluição do ar, aumento da biodiversidade, melhoria da eficiência energética (Coelho, 2019).

A pesquisa analisada a economia líquida de telhados verdes em relação aos telhados frios em um período de 50 anos, os telhados verdes sofreram perdas devido aos altos custos de instalação. A economia líquida trazida por telhados frios foi de US \$ 25/m², e as perdas econômicas ocasionadas por telhados verdes foram de US \$ 71 / m². O autor ressalta que se o proprietário do telhado está preocupado com o aquecimento global, ele deve escolher um telhado branco porque é três vezes mais eficiente que um telhado verde no resfriamento do mundo (Sproul *et al.*, 2014).

Os materiais frios são um tipo especial de tinta com alta refletividade solar e, em comparação com os materiais de construção tradicionais, tendem a reduzir a absorção da radiação solar, limitando assim o aumento da temperatura da

superfície do telhado. Assim, a refletância solar, a emissividade térmica e a absorptância solar são um dos principais fatores que afetam a temperatura superficial dos materiais (Ganguly *et al.*, 2016).

A refletância solar e a radiação térmica são as duas propriedades principais da superfície do material que determinam a temperatura do telhado. Como a maioria dos telhados é escura, eles absorvem 90% ou mais da energia solar, portanto, quando o clima é claro e quente, o telhado pode atingir uma temperatura de 66 graus ou mais (Urban; Roth, 2019).

Os benefícios de uma cobertura fria são diversos, como a redução da temperatura do ar local e o impacto das ilhas de calor, redução da demanda de eletricidade (Urban; Roth, 2019), e menor taxa de absorção de energia solar (Levinson; Akbari, 2010). Porém, no inverno, em comparação com o verão, a posição do sol no céu é muito mais baixa, o dia é mais curto e o céu tende a ficar mais nublado, reduzindo assim a quantidade de luz solar disponível no telhado (Santamouris *et al.*, 2010).

Avaliou-se o impacto de telhados frios em edifícios rurais e suburbanos na Índia. As salas de aula com as mesmas especificações (uma com telhado branco e outra cinza) foram monitoradas por dez semanas. Os resultados mostraram que o telhado frio tem impacto significativo, devido a redução da temperatura superficial das coberturas internas e externas, diminuindo assim a temperatura interna do ar, melhorando o conforto térmico. Um dos resultados é que a temperatura interna de sala com tratamento e não tratamento foi de pelo menos 1 grau e no máximo 4 graus (Garg *et al.*, 2016).

Elaborou-se um estudo com simulação computacional, em cinco zonas climáticas na Índia e descobriu que o retorno financeiro sobre telhados frios era inferior a três anos (Bhatia *et al.*, 2011).

Portanto, este estudo tem como objetivo analisar e comparar a utilização das duas estratégias de telhado, telhado verde e telhado frio, e então examinar qual estratégia apresenta o melhor desempenho térmico. Este estudo é significativo porque nenhuma comparação foi encontrada entre os dois métodos, e a maioria dos estudos analisa apenas telhados verdes ou frios ou simulações computacionais.

Materiais e Métodos

A pesquisa foi realizada na Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, localizada no campus de Cascavel-PR, latitude de 24°98' Sul, Longitude 53°45' Oeste e altitude de, aproximadamente, 750 metros em relação ao nível do mar (Figura 1). A cidade de Cascavel está localizada na região oeste do estado do Paraná e na região sul do Brasil. Cascavel tinha uma população estimada de 332.333 pessoas no ano de 2020 e se estende por 2.100,8 km², sendo polo estratégico do Mercosul e considerada a capital do Oeste do Paraná (IBGE, 2020).

Figura 1. Localização da instalação dos protótipos.



Fonte: Google Maps (2020).

O experimento foi verificado por meio dos dados coletados diariamente, em 21 de novembro de 2020 a 20 de janeiro de 2021, no período mais quente do ano devido ao solstício de verão do hemisfério sul. Através de protótipos de madeira de pinus, sendo: telhado verde, telhado de fibrocimento com tinta fria e telhado de fibrocimento sem tratamento.

A vegetação escolhida para o telhado verde foi a grama esmeralda (Figura 2), por ser muito comum nesta região, com baixo custo e vastamente utilizada para telhados verdes. A camada impermeabilizante presente no telhado verde, é habitualmente composta por uma manta asfáltica, no entanto, devido ao alto custo da aquisição, superior a mil reais, foi utilizado sacos plásticos, pelo baixo custo, para que os demais itens não vazassem para o interior do protótipo. O substrato escolhido é o arenoso, composta por uma mistura sendo uma parte de terra comum, outra de terra vegetal e outras duas de areia comum. Sendo valoroso o substrato ter esse toque arenoso, para quando estiver molhado não ficar pegajoso, uma vez que assim não se compactam com seu próprio peso, o que facilita a permeabilidade do meio (Snodgrass; McIntyre, 2010).

Figura 2. Grama esmeralda.



Fonte: Gramas e Gramados (2020).

Dois termopares de tipo J foram instalados em cada protótipo, para a medição da temperatura. Um termopar foi utilizado para medição da temperatura de bulbo úmido, o outro foi utilizado para medição da temperatura de bulbo seco.

Para a determinação de umidade relativa do ar, foi instalado um psicrômetro aspirado.

O termopar tipo J é um sensor de temperatura simples, durável e de baixo custo, amplamente utilizado em vários processos de medição de temperatura. Eles são compostos por dois metais diferentes, e suas extremidades são unidas para formar um circuito fechado (Digel, 2021).

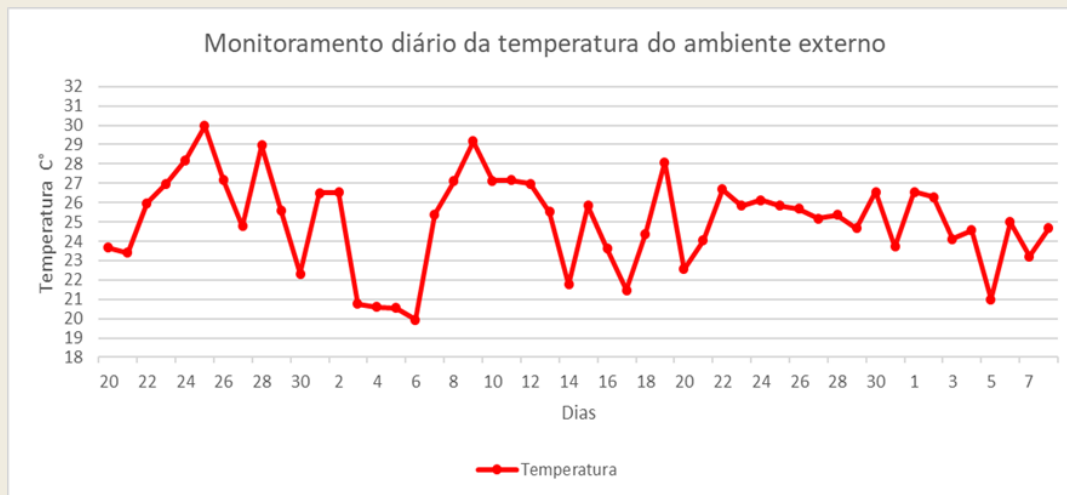
O sistema de psicrômetro aspirado consiste na instalação de dois termopares adaptados a um tubo de pvc de 75mm, sendo um sensor para a temperatura de bulbo seco, e outro adaptado a uma mecha de material higroscópio, ligado a um reservatório de água ventilado por sistema de cooler, com velocidade cerca de mais ou menos 5 m/s acionado a cada 15 minutos, conforme (Cunha; Volpe, 2014). Esses sensores são conectados ao registrador de dados Campbell Scientific CR 1000, que transmite os dados para a interface do programa registrador de dados no computador.

A faixa de conforto a ser considerada foi baseada na norma 16401/08, com temperaturas internas entre 22,5°C a 25,5°C (para umidade relativa de 65%), e 23,0°C a 26,0°C (para umidade relativa de 35%).

Resultados e Discussão

Considerando os 60 dias completos da coleta de dados, verifica-se a partir da Figura 3 o monitoramento diário durante os 60 dias analisados da temperatura do ambiente externo (°C) registrado na Cidade de Cascavel, Paraná, sendo que a média da temperatura ambiente foi de 25,08 graus Celsius durante esse período.

Figura 3. Gráfico com o monitoramento diário da temperatura do ambiente externo no período de 60 dias.



Na Figura 4 pode ser observado os dados obtidos usando um psicrômetro aspirado para controlar a umidade relativa do ar interna dos telhados. A UR apresentada pela cobertura sem tratamento ficou a mesma da cobertura fria, enquanto a cobertura verde apresenta diferentes níveis de umidade. Conforme demonstrado na Tabela 1, isso pode ser confirmado na análise de variância por meio do teste de Tukey a 5% de significância.

Figura 4. Gráfico com a umidade relativa do ar (UR) para os telhados analisados, obtidos através das temperaturas do bulbo seco e bulbo úmido.

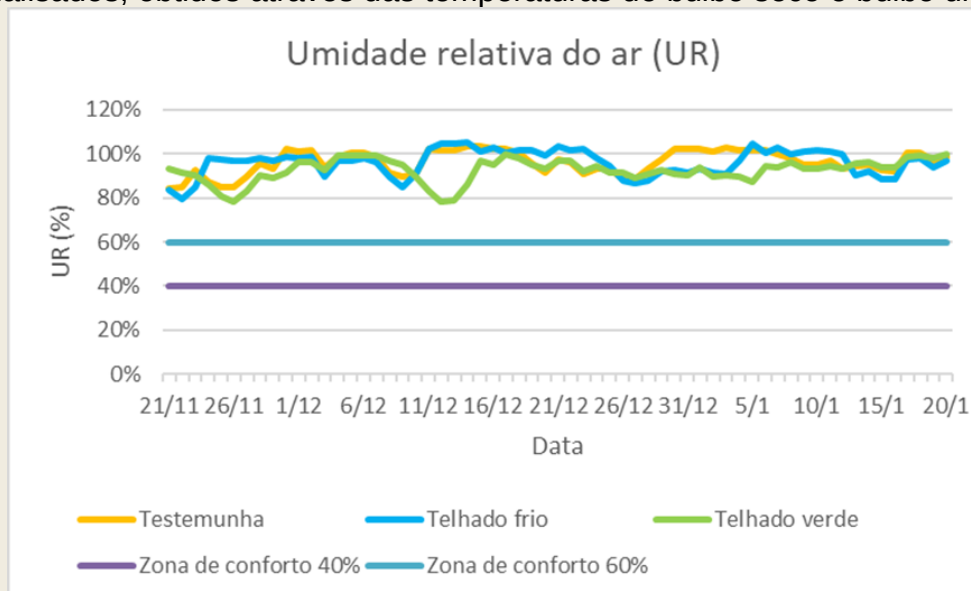


Tabela 1. Temperatura média interna (°C) para testemunha, telhado verde e telhado frio e média da Umidade Relativa do ar (%).

Tratamento	Bulbo Seco (°C)	Umidade Relativa (%)
Testemunha	26,08 b	96 a
Telhado frio	24,59 a	96 a
Telhado verde	24,80 a	92 b

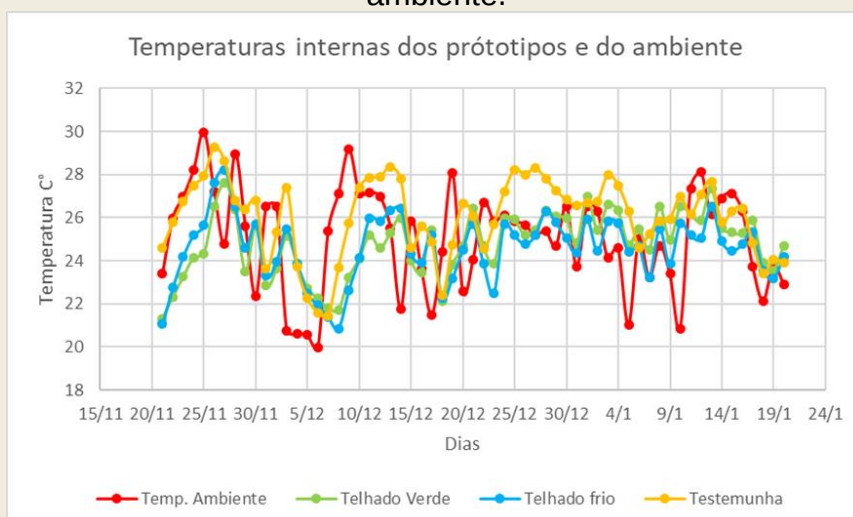
Teste Tukey a 5% de significância da média de temperatura registrada do período avaliado e da média da Umidade Relativa do ar. Letras diferentes na coluna, indicam diferenças significativas ao nível de 5% de significância.

Em relação à umidade, pode-se constatar que a umidade dos componentes da cobertura verde é sempre superior à registrada na cobertura tradicional. O mesmo comportamento foi obtido nas pesquisas realizadas, anteriormente no Rio de Janeiro (Feitosa; Wilkinson, 2018) e na cidade de São Paulo Limeira (Frizon *et al.*, 2018).

Juntamente às formas de análise de dados apresentadas anteriormente, o teste Tukey expressamente utilizado para verificar qualquer diferença entre duas médias, com resultados precisos (Oliveira, 2008).

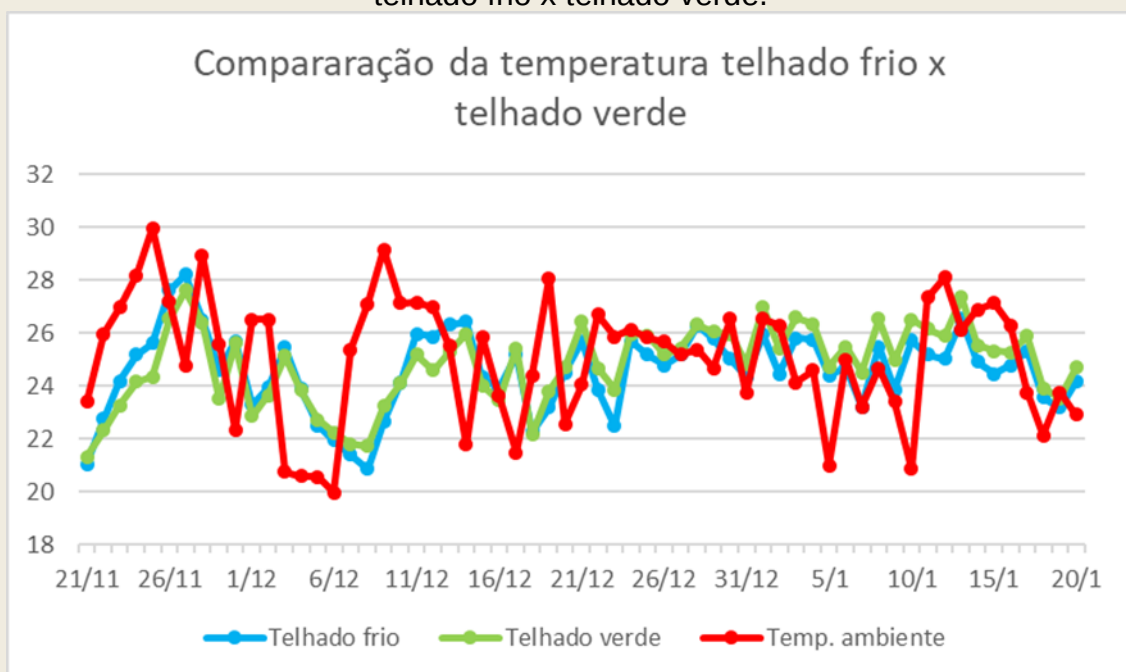
Na Figura 3 pode ser observado o gráfico com variação da temperatura ambiente e temperatura interna do telhado verde, frio e testemunha. Em vários dias, o gráfico do telhado sem tratamento apresentou uma temperatura maior que a própria temperatura ambiente e do telhado verde e frio.

Figura 5. Gráfico com o monitoramento das temperaturas internas e do ambiente.



Observa-se uma comparação das temperaturas entre o telhado frio e o verde na Figura 6, nessa análise, percebe-se que praticamente os dois tratamentos tiveram os mesmos resultados, e que houve uma diferença na diminuição ou aumento de temperatura em relação a temperatura ambiente. No dia mais quente do período analisado, 25 de novembro, os dois tratamentos apresentaram temperaturas menores que da temperatura ambiente. E no dia mais frio, 06 de dezembro, temperaturas maiores, confirmando a que os telhados armazenam calor nos dias mais frios.

Figura 6. Gráfico com o monitoramento das temperaturas internas do protótipo telhado frio x telhado verde.



A comparação do Δt ($\Delta t = \text{temp. ambiente} - \text{temp. interna do protótipo}$) para os três protótipos durante todos os dias avaliados apresentou que o telhado sem tratamento ficou 1°C mais quente que a temperatura média externa do período, no qual a temperatura externa teve média de 25,08°C e a do protótipo testemunha de 26,08°C (Tabela 2).

Tabela 2. Temperatura média interna (°C) para testemunha, telhado verde e telhado frio e média da Umidade Relativa do ar (%).

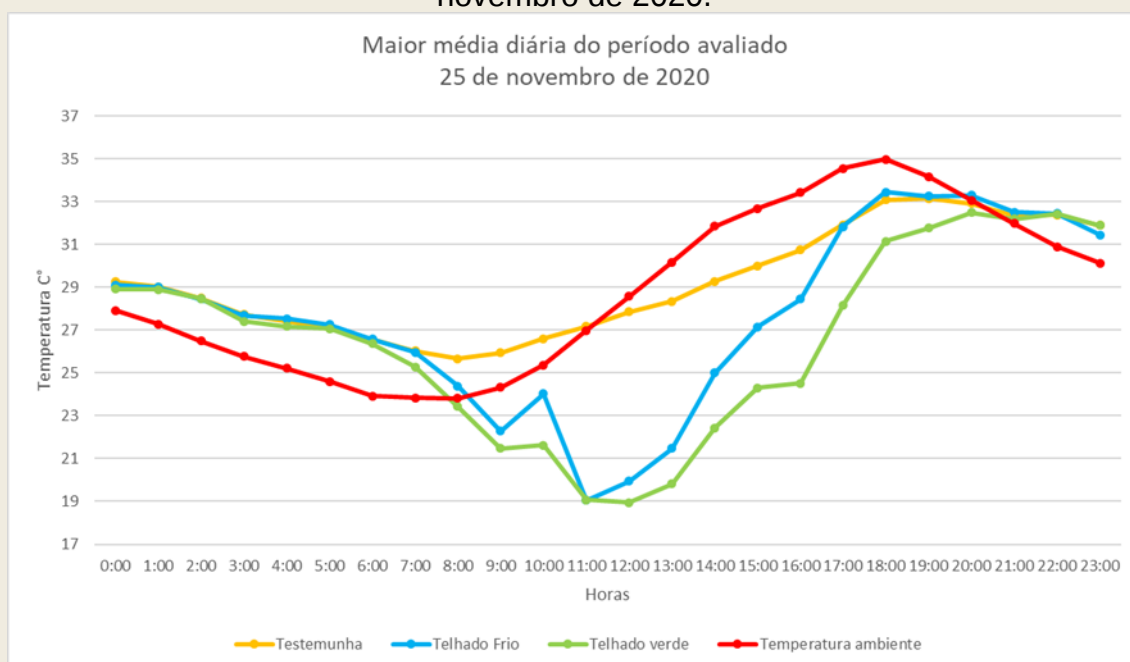
Tratamento	Bulbo Seco (°C)	Umidade Relativa (%)
Testemunha	26,08 b	96 a
Telhado frio	24,59 a	96 a
Telhado verde	24,80 a	92 b

Teste Tukey a 5% de significância da média de temperatura registrada do período avaliado e da média da Umidade Relativa do ar. Letras diferentes na coluna, indicam diferenças significativas ao nível de 5% de significância.

Comportamento térmico da maior média registrada do período avaliado

A maior média térmica registrada durante o período avaliado foi no dia 25 de novembro de 2020, com 28,83 graus. Na Figura 7 pode ser observado as variações de temperatura ao longo do dia dos 3 protótipos e da temperatura ambiente.

Figura 7. Gráfico da maior média registrada do período avaliado, 25 de novembro de 2020.



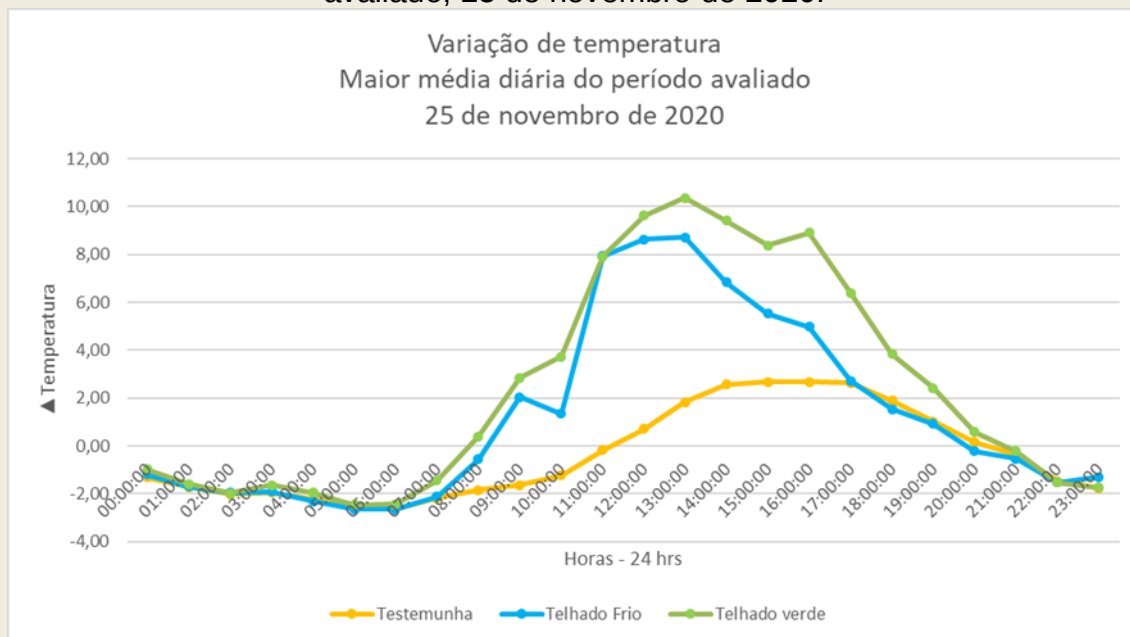
A média da temperatura externa foi de 28,83°C. A média da temperatura interna do telhado sem tratamento foi de 29,20°C (fora da zona de conforto, segundo a norma 16401/08). A média da temperatura interna do telhado frio foi de 27,56°C (fora da zona de conforto, segundo a norma 16401/08) e a média da temperatura interna do telhado verde foi de 26,46°C (fora da zona de conforto, segundo a norma 16401/08).

Todos os protótipos apresentaram médias fora da zona de conforto segundo a norma 16401/08. Se analisarmos por horário, no período das 10h às 14h da tarde, horário que o telhado mais recebe radiação solar, o telhado frio e telhado verde apresentaram dados dentro da zona de conforto, enquanto a temperatura externa estava fora da zona de conforto.

Para verificar a contribuição na diminuição da temperatura de cada protótipo, conforme observado na figura 06, tem-se o $\Delta t = \text{temp. ambiente} - \text{temp. interna}$ de cada protótipo, percebe-se que o telhado verde chegou a apresentar uma variação média de temperatura de 10,37°C, às 13h da tarde. Às 17h, hora mais quente do dia com 28,16°C, a variação média de temperatura chegou a quase 7°C de diferença. Às horas da manhã, o protótipo do telhado frio, apresentou a mesma variação de temperatura que o telhado verde, com 7,92°C de diferença da temperatura ambiente.

O horário que teve a maior amplitude térmica dos dois telhados com tratamento, as 13h da tarde, o telhado frio apresentou 8,71°C e o telhado verde 10,37°C conforme citado anteriormente, nem dois graus de diferença. Ou seja, a amplitude térmica dos dois foi quase a mesma, conforme confirmado no teste Tukey a 5% de significância, mas a média da umidade relativa do ar do telhado frio foi a mesma do telhado sem tratamento, já o telhado verde foi diferente dos dois.

Figura 8. Gráfico da variação de temperatura da maior média diária do período avaliado, 25 de novembro de 2020.



O Δt do telhado testemunha ($\Delta t = \text{temp. ambiente} - \text{temp. interna do telhado testemunha}$) apresentou variação média de $-0,40^\circ\text{C}$ a temperatura externa do ambiente no dia mais quente do período avaliado, 25/11/2020, ou seja, ficou $0,40^\circ\text{C}$ mais quente o ambiente externo (Tabela 3). Enquanto o telhado frio e o telhado verde apresentaram variações térmicas médias de $1,27^\circ\text{C}$ e $2,36^\circ\text{C}$ consequentemente, ou seja, ficaram $1,27^\circ\text{C}$ e $2,36^\circ\text{C}$ mais frios que o ambiente externo, confirmado no teste Tukey, que os dois tratamentos não diferem entre si, apenas do protótipo testemunha.

Durante a elaboração deste trabalho, comparou o telhado verde com o telhado convencional e encontrou resultados similares, mas com uma amplitude térmica maior, de $4,49^\circ\text{C}$ para a cidade de Cascavel-PR (Souza, 2016). Na Itália, observou que a temperatura interna diferia em até $3,5^\circ\text{C}$ em comparação com a camada de cobertura verde. Os valores exibidos são semelhantes aos obtidos neste trabalho (Gagliano *et al.*, 2015).

O fato ocorre devido o telhado verde possuir camadas de isolamento que desaceleram o fluxo de calor através da cobertura, assim, menor energia térmica é transferida do exterior para o interior da edificação (Rosseti *et al.*, 2013).

Tabela 3. Temperatura média interna (°C) para testemunha, telhado verde e telhado frio e média da Umidade Relativa do ar (%) do dia mais quente do período avaliado.

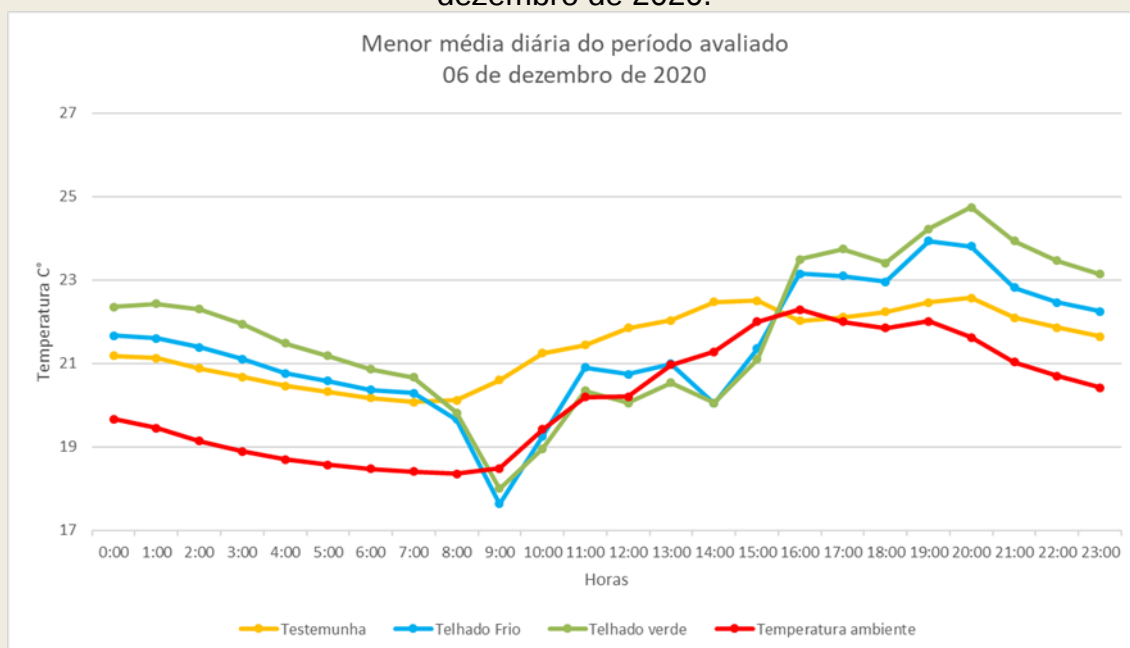
Tratamento	Bulbo Seco (°C)	Umidade Relativa (%)
Testemunha	29,20 a	85 a
Telhado frio	27,56 b	90 a
Telhado verde	26,46 b	77 b

Teste Tukey a 5% de significância da maior média de temperatura registrada do período avaliado e da média da Umidade Relativa do ar. Letras diferentes na coluna, indicam diferenças significativas ao nível de 5% de significância.

Comportamento térmico da menor média registrada do período avaliado

A menor média de temperatura registrada no período avaliado foi no dia 06 de dezembro de 2020, sendo 20,17°C, na Figura 9 é possível verificar o registro da temperatura diária. Das 9h as 16h da tarde, a temperatura do protótipo testemunha foi superior que a temperatura ambiente e aos demais protótipos, chegando em uma variação de até 2 graus de temperatura as 9h da manhã.

Figura 9. Gráfico da menor média registrada do período avaliado, 06 de dezembro de 2020.



A média da temperatura externa foi de 20,17°C. A média da temperatura interna do telhado sem tratamento foi de 21,42°C (fora da zona de conforto, segundo a norma 16401/08). A média da temperatura interna do telhado frio foi de 21,37°C (fora da zona de conforto, segundo a norma 16401/08). A média da temperatura interna do telhado verde foi de 21,76°C (fora da zona de conforto, segundo a norma 16401/08).

Através do teste Tukey realizado, a 5% de significância, aponta que os três tratamentos não se diferenciaram entre si, no dia mais frio do período avaliado, conforme apresentado na Tabela 4.

Figura 10. Gráfico da variação de temperatura da menor média diária do período avaliado, 06 de dezembro de 2020.

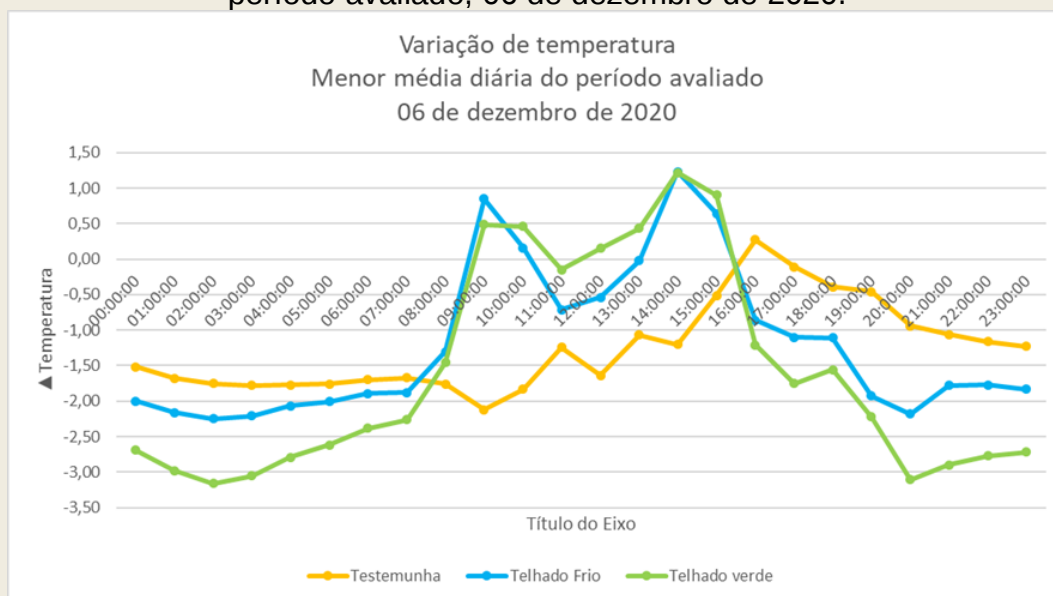


Tabela 4. Temperatura média interna (°C) para testemunha, telhado verde e telhado frio e média da Umidade Relativa do ar (%) do dia com a menor temperatura do período avaliado.

Tratamento	Bulbo seco (°C)	Umidade Relativa (%)
Testemunha	21,42 a	98 a
Telhado frio	21,37 a	98 a
Telhado verde	21,76 a	96 b

Teste Tukey a 5% de significância da menor média de temperatura registrada do período avaliado e da média da Umidade Relativa do ar. Letras diferentes na coluna, indicam diferenças significativas ao nível de 5% de significância.

Pelo teste de Tukey, foi possível verificar que o telhado frio apresentou a mesma média de temperatura do telhado verde. Resultados similares foram encontrados na simulação computacional para telhados frios e verdes para a cidade de Belém do Pará, quanto ao acúmulo de energia ao longo do dia, o telhado frio e verde não obtiveram diferença média significativa (Ethur, 2016).

Os resultados do telhado sem nenhum tratamento demonstraram diferenças térmicas mais elevadas em relação aos que tinham algum tratamento. Nos estudos simulados computacionalmente, os telhados com telha sanduíche que não possuíam tinta reflexiva, apresentaram pior desempenho se comparados aos que possuíam revestimento branco, verificaram ainda através das simulações que a tinta reflexiva é a melhor opção para todas as regiões climáticas brasileiras, em exceção para a cidade de Curitiba (Galindo, 2015). Os telhados frios oferecem a vantagem de serem de 3 a 10 vezes melhor em questão de refletir a luz solar do que os telhados sem pintura (Cubi; Zibin, 2015).

Ainda em estudos computacionais executados, comparou-se, o telhado verde versus telha de fibrocimento para a cidade de Florianópolis, e os resultados obtidos foram que o telhado verde ficou com custo aproximado três vezes maior que o telhado convencional e todas as taxas de retorno ficaram negativas, ficando inviável economicamente sua instalação (Kock *et al.*, 2021).

Os materiais reflexivos aplicados nos telhados dos edifícios refletem a energia solar ao longo do ano, o que pode ser desvantajoso no inverno, porque refletem o calor necessário. No entanto, no inverno, em comparação com o verão, os dias são mais curtos e os céus costumam estar mais nublados do que no verão, a quantidade de luz solar disponível para um telhado então é menor.

Para uma solução mais econômica e rápida, o telhado frio é uma opção, principalmente em galpões agrícolas já existentes, onde a estrutura da edificação não aguentaria o peso do telhado verde ou os custos seriam elevados, comparados a aplicação da tinta. Assim constatado que onde os telhados verdes, por mais que durem o dobro que os telhados frios, tiveram perca econômica devido aos altos custos de instalação, cerca de 71 dólares por metro quadrado ao longo de 50 anos, já os frios uma economia líquida de 25 dólares por metro quadrado (Sproul *et al.*, 2014).

Conclusão

A temperatura do protótipo do telhado frio e telhado verde não apresentaram diferença significativa a 5% de significância no teste Tukey. Já a testemunha apresentou diferença significativa, mostrando temperaturas superiores muitas vezes até da temperatura externa.

O telhado verde apresentou níveis mais próximos da zona de conforto (entre 40 e 60%), sendo a melhor opção para ficar dentro da zona de conforto térmico. O telhado frio e a testemunha não apresentaram diferença significativa.

Referências

ALJEBUR, R. K. A. The effect of various types of building roof materials on the cooling load. Faculty of Mechanical and Manufacturing Engineering University Tun Hussein Onn Malaysia, 2015.

BHATIA, A; MATHUR, J; GARG, V. Calibrated simulation for estimating energy savings by the use of cool roof in five Indian climatic zones. Journal of Renewable and Sustainable Energy, v. 3, p. 1-14, 2011. <https://doi.org/10.1063/1.3582768>.

COELHO, K. S. D. Avaliação de um sistema modular de cobertura verde: comportamento térmico, hídrico e acústico. Mestrado (Dissertação) - Universidade de Coimbra, Portugal, 2019.

CUBI, E; ZIBIN, N. F.; THOMPSON, S. J.; BERGERSON, J. Sustainability of Rooftop Technologies in cold climates. Comparative Life cycle assessment of White roofs, green roofs, and photovoltaic panels. Journal of Industrial Ecology, v. 20, n. 2. p. 249-262, 2015. <https://doi.org/doi/pdf/10.1111/jiec.12269>.

CUNHA, A. R.; VOLPE, C. A. Medidas Automatizadas de psicrômetro de termopar aspirado versus não aspirado. Revista Brasileira de Meteorologia, v. 29, n. 2, p. 271-280, 2014. <https://doi.org/10.1590/S0102-77862014000200010>.

DIGEL. Termopar tipo J. Disponível em:
<<https://www.digel.com.br/produto/473/kit-termopar-tipo-j>> Acesso em:
18.fev.2021.

ETHUR, A. D. O desempenho térmico de uma cobertura verde em simulações computacionais em três cidades brasileiras. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

FEITOSA, R. C.; WILKINSON, S. J. Attenuating heat stress through green roof and green wall retrofit. *Building and Environment*, v. 140, p. 11-22, 2018. <https://doi.org/10.1016/J.BUILDENV.2018.05.034>.

FRIZON, A. J.; LÁZARO, P. H. B.; EMPER, E. D.; CANERAS, . B. Telhados verdes como alternativa para construções sustentáveis. *Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável*, v. 13, n.5, p. 620-629, Edição Especial, 2018. <https://doi.org/10.18378/rvads.v13i5.6197>.

GAGLIANO, A.; DETOMMASO, M.; NOCERA, F.; EVOLA, G. A multi-criteria methodology for comparing the energy and environmental behavior of cool, green and traditional roofs. *Building and Environment*, v. 90, p. 71-81, 2015. <https://doi.org/10.1016/j.buildenv.2015.02.043>.

GALINDO, A. S. Eficiência energética de telhados no Brasil. 135 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, Programa de pós-graduação em engenharia Mecânica, Recife, 2015.

GANGULY, A; CHOWDHURY, D; NEOGI, S. Performance of Building Roofs on Energy Efficiency – A Review. *Energy Procedia. School of Energy Studies*, v. 90, p. 200-208, 2016. <https://doi.org/10.1016/j.egypro.2016.11.186>.

GARG, V.; KOTHARAR, R.; SATHAYE, J.; RALLAPALLI, H.; KULARNI, N.; REDDY, N.; RAO, P.; SARKAR, A. Assessment of the Impact of Cool Roofs in Rural Buildings in India. *Energy and Buildings*, v. 114 p. 156-63, 2016. <https://doi.org/10.1016/j.enbuild.2015.06.043>.

IBGE. Cascavel. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pr/cascavel.html>> Acesso em: 04. out. 2020

IKEMATSU, P. Estudo da refletância e sua influência no comportamento térmico de tintas refletivas e convencionais de cores correspondentes. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2007.

KOCK, R. V; THEISS, V; PARIZOTTO, S. F. Análise econômica financeira do emprego de cobertura vegetada em edifícios públicos. *Navus*, v. 11 p. 1-17, 2021.

LAMBERTS, R. Heat transfer through roofs of low cost Brazilian house. 156 f. These (Doctor of Philosophy) – University of Leeds, 1988.

LEVINSON, R; AKBARI, H. Potential benefits of cool roofs on commercial buildings: Conserving energy, saving Money, and reducing emission of greenhouse gases and air pollutants. *Energy Efficiency*, v. 3, n. 1, p. 53-109, 2010. <https://doi.org/10.1007/s12053-008-9038-2>.

LOH, K. et al. Outdoor Paint Ageing of Brazilian Paints - Part II, Correlation between results of accelerated and outdoor paint ageing of Brazilian paints - Part one. 12thDBMC International conference on durability of building materials and components. Porto, Portugal, April (2011).

MADHUMATHI, A. RADHAKRISHNAN, S. PRIYA, R., SH. Sustainable Roofs for Warm Humid Climates -A Case Study in Residential Buildings in Madurai,

Tamilnadu, India. World Applied Sciences, v. 32, n. 6, p. 1167-1180, 2014.
<https://doi.org/10.5829/idosi.wasj.2014.32.06.1261>.

MASCARÓ, J. L; MASCARÓ, L. E. R. Incidência das variáveis projetivas e de construção no consumo energético dos edifícios. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 1992.

OLIVEIRA, D. P.; AGOPYAN, V. Critérios de sustentabilidade para seleção de materiais e componentes: uma perspectiva de países em desenvolvimento. Puc, 2006.

PERUSSI, R; VECCHIA, F. A. S. Análise do comportamento térmico de um sistema de cobertura verde utilizando plataformas de teste. PARC Pesquisa em Arquitetura e Construção, v. 7, n. 4, p. 225-236, 2016.
<https://doi.org/10.20396/parc.v7i4.8647932>.

ROSSETI, K. A. C; DURANTE, L.C; CALLEJAS, I. J. A.; NOGUEIRA, M. C. J; NOGUEIRA, J. S. Abordagens sistêmicas dos efeitos da implantação de telhados vegetados. Brazilian Geographical Journal: Geosciences and humanities research medium, v. 4, n. 1, p. 55-77.

RYBCZYNSKI, W. Casa: Pequena História de Uma Idéia. Rio de Janeiro: Record, 1996.

SANTAMOURIS, M; SYNNEFA, A; KARLESSI, T. Using advanced cool materials in the urban built environment to mitigate heat islands and improve thermal comfort conditions. Solar energy, v. 85, n. 12. p. 3085-3102, 2011.
<https://doi.org/10.1016/j.solener.2010.12.023>.

SNODGRASS, E. C; MCINTYPRE, L. The Green roof Manual. A professional guide to design installation, and Maintenance. Timber Press: Inc., 2010.

SOUZA, C, R, B. Telhado verde e sua contribuição para a redução da temperatura ambiente em construções para Cascavel/PR. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Oeste do Paraná, Programa de pós-graduação Scritto Sensu em Engenharia de Energia na Agricultura, Cascavel, 2016.

SPROUL, J. WAN, M. P. MANDEL, B. H. ROSENFELD, A. H. Economic comparison of white, green, and black flat roofs in the United States. Energy Build. v. 71. p. 20-27, 2014. <https://doi.org/10.1016/j.enbuild.2013.11.058>.

URBAN, B; ROTH, K. Guidelines for Selecting Cool Roofs. Washington, DC: U.S. Departament of Energy, Building Technologies program. v. 12. 2010. Disponível em: https://heatiland.lbl.gov/sites/default/files/coolroofguide_0.pdf. Acesso em: 27 set. 2019.

YEANG, K. Ecodesign: a manual for ecological design. Londres: Willey Academy, 2006.

Hormonioterapia e o Câncer de Mama em Pessoas Trans: uma Revisão Sistemática

Mariluza Sott Bender¹

Resumo

As pessoas trans (transexuais, transgêneras e travestis) sofrem preconceito e estigmatização na sociedade, o que pode as afastar dos serviços de saúde. Assim, consultas e exames preventivos podem não ser realizados, deixando espaço para o desenvolvimento e agravamento de doenças, que, com tratamento adequado, poderiam ser revertidas. Uma destas doenças é o câncer de mama, que pode se desenvolver em qualquer indivíduo, inclusive nas pessoas trans, que, segundo alguns estudos, teriam risco aumentado devido à hormonioterapia. Assim, objetivou-se analisar os estudos que discutem a existência ou não desta influência, a fim de refletir sobre os cuidados em saúde que devem ser destinados às pessoas trans. Para isso, realizou-se uma revisão sistemática de literatura, pautada nos Critérios PICO e no protocolo PRISMA. Utilizou-se a base de dados Scopus, sendo incluídos 36 artigos que estavam de acordo com os critérios de inclusão. Apesar de alguns estudos defenderem que a hormonioterapia produz impactos no desenvolvimento do câncer de mama por promover modificações nos genes e tecidos mamários, os resultados ainda são inconclusivos. Assim, novas pesquisas de campo longitudinais necessitam ser realizadas a fim de identificar as incidências e propor protocolos de triagem e monitoramento específicos para a população trans.

Palavras-chave: Câncer de mama; Hormonioterapia; Pessoas trans.

Abstract

People who are transgender (transsexuals, transgender individuals, and transvestites) face prejudice and stigmatization in society, which can deter them from accessing healthcare services. As a result, medical check-ups and preventive screenings may not be performed, leaving room for the development and worsening of diseases that, with appropriate treatment, could be reversed. One of these diseases is breast cancer, which can develop in any individual, including transgender people, who, according to some studies, may have an increased risk due to hormone therapy. Therefore, the objective was to analyze

¹ Psicóloga, mestra em Psicologia, mestra em Desenvolvimento Regional, Doutoranda em Promoção da Saúde, docente do departamento de ciências da saúde da Universidade de Santa Cruz do Sul.

studies that discuss the existence or non-existence of this influence in order to reflect on the healthcare measures that should be provided to transgender individuals. To achieve this, a systematic literature review was conducted, based on the PICO criteria and the PRISMA protocol. The Scopus database was used, and 36 articles that met the inclusion criteria were included. Although some studies argue that hormone therapy has an impact on breast cancer development by promoting changes in genes and breast tissues, the results are still inconclusive. Therefore, further longitudinal field research is needed to identify incidence rates and propose specific screening and monitoring protocols for the transgender population.

Keywords: Breast cancer; Hormone therapy; Trans people.

Introdução

As questões de identidade de gênero têm sido amplamente discutidas na sociedade, contudo, o preconceito e a estigmatização contra quem não se enquadra nas normas dicotômicas de gênero continuam fortemente enraizadas e camufladas em discursos politicamente corretos (Bender, 2020). O universo de identidades de gênero é amplo e complexo, e por isso, diversas nomenclaturas são utilizadas. Os termos cisgênero e não transgênero se referem às pessoas que apresentam congruência entre identidade de gênero e o gênero que lhes foi atribuído no nascimento (Sonnenblick *et al.*, 2018).

O termo transgênero é abrangente e inclui desde pessoas que se identificam com o gênero oposto ao que lhe foi atribuído no nascimento, até as pessoas não binárias (que não se identificam necessariamente com um ou outro gênero) (Eismann *et al.*, 2019). A transgeneridade não depende de orientação sexual, genótipo ou comportamento (Sonnenblick *et al.*, 2018). Transexual “refere-se à condição do indivíduo cuja identidade de gênero difere daquela designada no nascimento” (Tourinho *et al.*, 2020, p. 16). Neste trabalho optou-se por utilizar apenas a sigla trans, referindo-se tanto às pessoas transexuais como transgêneras.

Ao longo da vida as pessoas trans podem passar por procedimentos clínicos e cirúrgicos diversos a fim de alcançar as mudanças físicas desejadas (Berliere *et al.*, 2023). O processo de afirmação de gênero, anteriormente

chamado de transição ou redesignação sexual, é o processo de mudança física para adequar o corpo e a identidade de gênero (Sonnenblick *et al.*, 2018). Um dos tratamentos que fazem parte deste processo é a hormonioterapia, que se refere à utilização de doses de hormônios para alcançar as mudanças corporais desejadas (Silva *et al.*, 2022).

Contudo, as doses de hormônios que devem ser utilizadas não são padronizadas e em muitos casos, o uso não é acompanhado por um profissional da saúde (Silva, 2022). As interações entre os tratamentos também não são amplamente discutidas na literatura, mostrando-se como incipientes (Beliere *et al.*, 2023). Os autores Reisman *et al.* (2019) e Safer (2021) relatam que, além disso, apesar de haver inúmeras pesquisas acerca do universo trans, muitas pesquisas concentram-se em temáticas como HIV/AIDS e acabam negligenciando outras prioridades médicas, como no caso do câncer de mama.

Nesse sentido, tomou-se como problema de pesquisa: Qual a influência da hormonioterapia no desenvolvimento do câncer de mama nas pessoas trans? Objetivou-se analisar os estudos que discutem a existência ou não desta influência, a fim de ampliar o conhecimento sobre esta problemática e refletir sobre os cuidados em saúde que devem ser destinados às pessoas trans.

Método

Trata-se de uma revisão sistemática da literatura, em que os métodos foram definidos a priori, minimizando os vieses. O problema de pesquisa, o desfecho e os critérios de exclusão e inclusão, foram definidos de acordo com os Critérios PICO: População (P): Definição das palavras-chave, base de dados e problema de pesquisa; Intervenção (I): Definição dos critérios de inclusão, exclusão e leitura por pares; Comparação C: Realização da revisão sistemática de acordo com o protocolo PRISMA-P; Desfecho (O): Os desfechos estão relacionados ao impacto da hormonioterapia no desenvolvimento do câncer de mama em pessoas trans.

Os passos PICO foram utilizados segundo Dias *et al.* (2021) e Sott *et al.* (2021) e conforme os atributos da pesquisa. Após o estabelecimento dos objetivos e escopo da pesquisa, a efetivação da revisão sistemática da literatura

ocorreu a partir do Preferred Reporting Items for Systematic Review and Meta-Analysis Protocol (PRISMA-P), que é um dos principais protocolos para revisões sistemáticas de literatura e tem como etapas: identificação, triagem, elegibilidade e inclusão (Page *et al.*, 2022).

A fase de identificação pautou-se no seguinte string de busca: (("breast cancer") AND ("hormone") AND ("transgender") OR ("transsexual")), na base de dados Scopus para coleta de dados, visto que esta é considerada a maior base de dados revisada por pares no que tange a resumos e citações de literatura (Elsevier, 2023). Não foram utilizados filtros. Os critérios de inclusão foram: discutir o câncer de mama e sua relação com a hormonioterapia; referir-se a população trans, transexual ou transgênera. Já os critérios de exclusão foram: não se referir à temática do estudo; não possuir metodologia replicável; capítulos, conferências, livros ou documentos editoriais.

A exportação dos dados ocorreu em março de 2023. Foram exportados 110 documentos, com informações como título, autores, doi, ano de publicação e resumo, que foram organizados em planilha do excel. Na fase de triagem realizou-se a leitura independente dos títulos e resumos para seleção inicial dos artigos, onde foram excluídos 42 estudos que não estavam de acordo com os critérios de inclusão. Assim, restaram 68 artigos para a leitura completa, a partir da qual 36 foram considerados adequados para inclusão.

Utilizou-se a metodologia duplo-cego para a realização de todas as leituras, sendo que as dúvidas ou incongruências entre os pesquisadores foram resolvidas por um terceiro leitor independente. Após concluir as etapas do Protocolo PRISMA, a síntese dos achados foram apresentadas e posteriormente as discussões pertinentes foram realizadas. Como o trabalho trata-se de uma revisão sistemática de literatura, não foi necessário encaminhar o mesmo para aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CNS, 2016), visto que não inclui pesquisa de campo ou uso de dados primários (Bender *et al.*, 2022).

Resultados

Inicialmente apresentam-se as pesquisas de campo e os estudos de caso e posteriormente são apresentadas as revisões de literatura.

Pesquisas de campo e estudos de caso

No estudo de caso realizado por Dhand e Dhaliwal (2009), é apresentada a história de uma paciente trans afro-americana que desenvolveu um câncer de mama metastático. A paciente utilizava medicamentos psiquiátricos e anti-hipertensivos de forma irregular, tinha histórico de câncer na família, não possuía moradia fixa, trabalhava no mercado informal e utilizava cocaína, anfetaminas e metanfetaminas com regularidade. Fez tratamento com estrogênio entre 1969–1978 e 1995–1997 e implantou silicone mamário no México. Segundo os autores, a recusa para a realização dos exames estava ancorada na crença de que, por ser biologicamente masculina, estava protegida do câncer de mama, além de pensamentos disfuncionais acerca do uso dos hormônios. Apesar de não afirmar que o uso dos hormônios tenha contribuído com o surgimento do câncer de mama da paciente, enfatizam o quanto a crença disfuncional sobre eles pode interferir no diagnóstico precoce.

Bentz *et al.* (2010) realizaram um estudo de coorte prospectivo com cinco homens trans, comparando tecidos mamários de antes e depois do início da utilização de hormônios. Este foi um dos primeiros estudos que avaliou as assinaturas de expressões gênicas relacionadas ao câncer de mama em homens trans. As descobertas sugerem que a terapia com andrógenos em altas doses causam profundos efeitos no tecido mamário por ser capaz de reduzir o tamanho da mama pelo encolhimento do tecido conjuntivo e o desenvolvimento de fibrose local, e por regular em torno de 200 genes, impactando naqueles que podem levar ao desenvolvimento do câncer de mama.

Corman *et al.* (2016) apresentam o estudo de caso de uma mulher trans que desenvolveu câncer de mama após realizar a terapia hormonal cruzada por sete anos. A paciente era BRCA2 positivo e possuía um familiar com mutação BRCA2 estabelecida. Este foi um dos primeiros casos de uma pessoa trans com mutação BRCA2 que foi predisponente ao câncer de mama, sendo esta uma condição particular da paciente, não passível de generalização.

Brown e Jones (2015) analisaram a incidência de câncer de mama em 5.135 veteranos trans dos EUA que foram expostos ao uso de hormonioterapia de 1996 a 2013. Os autores analisaram os prontuários dos pacientes que

desenvolveram câncer de mama e os compararam com amostras padronizadas por idade da população geral. Foram identificados dez casos de câncer de mama, perfazendo um percentual congruente com a amostra de pessoas cisgêneras. Os autores destacam a impossibilidade de apontar conclusões definitivas sobre o efeito da hormonioterapia sobre o desenvolvimento do câncer de mama entre pessoas trans.

Sattari (2015) apresentou o caso de uma paciente transexual geneticamente masculina, de 52 anos, que iniciou o tratamento hormonal (TH) e um ano após foi submetida a implante de silicone. Após sete anos de hormonioterapia, uma mamografia detectou um carcinoma ductal infiltrante, receptor positivo para estrogênio e para progesterona. Os resultados do teste para mutação BRCA1 e 2 foram negativos. Paciente não possuía síndrome de Klinefelter. Sua história familiar era negativa para câncer de mama e negou uso de drogas ilícitas e tabaco, mas confirmou consumo de álcool. Segundo o autor, a incidência de complicações relacionadas ao uso hormonal aumenta com o envelhecimento da população trans.

O caso apresentado por Gooren *et al.* (2013), foi de uma mulher trans de 46 anos e diagnóstico de câncer de mama, que iniciou hormonioterapia em 1990, com início do uso exclusivo do estrogênio a partir de 2001. Passou por cirurgia de afirmação de gênero em 2005 e em 2006 e apresentou nódulo no quadrante externo inferior esquerdo da mama esquerda. Possuía história familiar de câncer de mama e o BRCA não foi avaliado. Após a confirmação patológica de carcinoma ductal invasivo, o tratamento com estrogênio foi descontinuado. Passou por mastectomia radical esquerda. O laudo patológico indicou carcinoma ductal invasivo, positivo para receptor de estrogênio e progesterona e fator do crescimento humano 2 (HER2) positivo. Em 2007 a paciente faleceu aos 49 anos de idade.

O'Bryan *et al.* (2018) analisaram o caso de uma paciente trans de 76 anos que, após 13 meses de utilização de hormônios feminilizantes, desenvolveu um miofibroblastoma mamário que era receptor de estrogênio positivo. Os autores referem que este é o primeiro caso relatado de desenvolvimento de câncer de

mama associado ao uso de estradiol, contudo, defendem que vários fatores predisponentes e formas de exposição precisam ser considerados.

Fundyus *et al.* (2020) apresentaram um homem trans de 48 anos, submetido a mastectomia parcial em 2003, como parte do processo de afirmação de gênero. Devido a uma deformidade na parede torácica anterior, o paciente precisou ser submetido a mastectomias bilaterais completas com enxertos livres de mamilo. Durante o processo cirúrgico foi observado uma massa anormal, cujo laudo identificou carcinoma ductal invasivo, positivo para receptor de estrogênio e progesterona, Her2 negativo, grau histológico II com marcas para ressecção positivas. Paciente apresentava histórico familiar de câncer de mama.

No estudo de Chowdhry e O'Connell (2020) são apresentados casos representativos, referindo que o câncer de mama mais comum em homens trans é o carcinoma ductal invasivo, visto em 14 casos analisados, apresentando altas taxas de positividade aos receptores de estrogênio 85,7% e progesterona 71,4%. Os autores citam que o risco de desenvolvimento de câncer de mama em homens cis inclui história familiar, mutações BRCA, obesidade, doença hepática e síndrome de Klinefelter. Outros fatores que aumentam o desenvolvimento cancerígeno é a exposição à radiação, consumo de álcool em excesso e consumo de tabaco.

Parmeshwar *et al.* (2021) apresentam o primeiro caso já publicado de um homem trans realizando hormonioterapia, com câncer de mama e que desejava realizar a cirurgia de afirmação de gênero. Dessa forma, além do cirurgião oncologista, o procedimento cirúrgico exigiu a presença de um médico especialista em cirurgia de afirmação de gênero, a fim de garantir que os dois objetivos do procedimento fossem alcançados. Foi detectado que o câncer era positivo para os receptores de estrogênio e progesterona e para os receptores de androgênio. Após o procedimento, o paciente manteve a hormonioterapia, mas com baixas doses de testosterona.

Gooren *et al.* (2013) pesquisaram, a partir de um estudo de coorte, a ocorrência de câncer de mama em pessoas trans de 18 a 80 anos, que utilizaram hormônios do sexo oposto por longos períodos. O estudo incluiu 2.307 mulheres trans que foram privadas de androgênios e utilizaram estrogênio e 795 homens

trans que receberam testosterona. Os autores não encontraram incidência significativa de câncer entre os participantes, referindo que a utilização de hormônios não aumenta o risco de desenvolver câncer de mama, tanto em mulheres quanto em homens trans.

Gooren *et al.* (2015) analisaram o caso de um homem trans que iniciou o tratamento de com testosterona injetável em 2003, com dose padrão para homens hipogonádicos, fez a mastectomia em 2005, e em 2012 desenvolveu um nódulo sob a cicatriz da mastectomia e o exame anatomopatológico realizado demonstrou tratar-se de um carcinoma ductal infiltrante, receptor de progesterona e receptor de HER2 negativo. Segundo os autores, o desenvolvimento de câncer de mama em transexuais ainda é bastante raro, mas de modo geral a incidência dos tumores de mama aumentam com o envelhecimento e com a duração prolongada de uso hormonal.

Blok *et al.* (2019) analisaram a incidência de câncer de mama e as características destes em 2.260 mulheres trans e 1.229 homens trans. Para analisar a influência do hormônio, os autores compararam a incidência do câncer de mama de cada grupo de pessoa trans com a prevalência existente nas pessoas com o mesmo sexo de nascimento. Identificaram que grande parte dos tumores estavam relacionadas aos dutos e receptores de estrogênio e progesterona, fazendo com que, na comparação com homens cisgêneros, as mulheres trans tivessem um aumento do risco de desenvolver câncer de mama, enquanto os homens trans apresentavam menor risco em comparação com as mulheres cis.

Katayama *et al.* (2016), realizaram um estudo de caso com paciente FtM de 41 anos, onde foi realizado mastectomia e histerectomia com salpingo-ooforectomia bilateral (BSO), paciente fez uso de testosterona nos últimos 15 anos. Paciente notou massa anormal no seio esquerdo. Foi realizada citologia aspirativa, encaminhado a anatomopatologia e o resultado detectou câncer de mama com suspeita de malignidade. Paciente foi encaminhado para o tratamento e exames complementares. Paciente não apresentava histórico familiar de câncer de mama. A cirurgia de redesignação sexual (SRS) permitem que os transexuais FtM, sintam-se com o sexo desejado. A elevada

administração de andrógenos se faz necessária para a masculinização, se forem tratados com testosterona, remoção das glândulas mamárias, ovários e útero, a probabilidade futura de câncer de mama, aparentemente é improvável.

Teoh et al. (2015) apresentaram o caso de uma mulher trans que aos 41 anos apresentou um carcinoma ductal invasivo de grau 3, triplo negativo, na mama esquerda. Não possuía histórico familiar deste tipo de câncer, mas realizava hormonioterapia com estrogênio há 14 anos. Os autores são cautelosos nas suas conclusões, contudo, defendem que grande parte dos cânceres de mama que ocorrem em pessoas com gênero masculino atribuído no nascimento incluem mutações nos genes BRCA, histórico familiar positivo, deficiência de hormônio androgênio e aumento nos níveis de estrogênio. Quando não há histórico familiar que possa indicar câncer de mama, outro fator relevante é o alto consumo de álcool.

A partir do estudo de caso de um homem trans com câncer de mama, Treskova et al. (2018) defendem que há um risco da exposição à testosterona ao estimular o tecido mamário, e pode ocorrer o desenvolvimento do câncer de mama, contudo, defendem que a literatura sobre esse risco é limitada e inconclusiva.

Nikolic et al. (2012) realizaram o estudo de um caso raro de câncer de mama em um homem trans após a mastectomia bilateral. Os autores questionam a insuficiência dos procedimentos diagnósticos realizados antes da mastectomia para detecção precoce do câncer ou se o uso de andrógeno pode ter sido um gatilho para a ativação dos genes cancerígenos e metastáticos. Os autores defendem ainda a necessidade de realização de novos estudos, visto que as influências hormonais são complexas e ainda pouco compreendidas.

Revisões de literatura

Mueller e Gooren (2008) defendem a existência de uma possível subnotificação das ocorrências de câncer de mama em pessoas trans devido ao baixo número de casos divulgados. Contudo, identificam que o tempo de exposição da pessoa trans ao uso dos hormônios, somados ao processo de

envelhecimento, aumentariam a probabilidade de desenvolvimento do câncer de mama ou dos órgãos reprodutivos.

Traish *et al.* (2010) examinaram estudos pré-clínicos, clínicos e epidemiológicos sobre os impactos da testosterona para o câncer de mama. Os autores concluíram que o uso de hormônios andrógenos não influenciam na incidência do câncer de mama, mesmo nos casos de doses aumentadas como no caso das pessoas trans. Além disso, defendem que estes hormônios podem ser utilizados como protetores, por inibirem o crescimento de células tumorais.

Deutsch *et al.* (2017) afirmam que a hormonioterapia pode contribuir com o risco do desenvolvimento de câncer de mama, principalmente quanto a utilização do uso combinado de estrogênio e progesterona. Referem ainda que o uso dos andrógenos também podem impactar no desenvolvimento do câncer de mama por realizarem a aromatização de andrógenos em estrógenos.

Braun *et al.* (2017) verificou-se que o papel da testosterona ainda não é claro, apesar de alguns estudos sugerirem que a testosterona pode aumentar a apoptose por reduzir a expressão de estrogênio no epitélio da mama. Já Sonnenblick *et al.* (2018) observaram que, além do uso de hormônios, a análise das particularidades e das características individuais de cada caso, que podem favorecer o desenvolvimento do câncer de mama, é fundamental para desenvolver protocolos de rastreamento adaptados às necessidades e riscos de cada pessoa.

Stone *et al.* (2018) identificaram que o câncer de mama em mulheres trans não é comum e que a incidência está em consonância com os números deste tipo de câncer em homens cisgêneros. Também apontam a falta de acompanhamentos prolongados com esta população e defendem que as triagens conservadoras não são suficientes, sendo necessário utilizar os mesmo métodos analíticos para os homens trans e para as mulheres cis, mesmo que o risco de câncer pareça reduzido após a mastectomia. Nessa mesma perspectiva, Nikolić *et al.* (2018) concluíram que o câncer de mama é raro em pessoas trans. Contudo, chamam a atenção que as mudanças ocorridas no tecido mamário após a afirmação de gênero podem dificultar a interpretação de exames e biópsias.

Eismann *et al.* (2019) apresentam o caso de uma mulher trans de 32 anos e de um homem trans de 29 anos, ambos com histórico familiar de câncer de mama. Ao apoiar-se na literatura para explicar os casos apresentados, os autores referem que o impacto da hormonioterapia no desenvolvimento do câncer de mama em pessoas trans é inconclusivo. Contudo, supõe que, apesar da testosterona poder assumir uma função protetora do risco de câncer de mama, a cirurgia de afirmação de gênero para redução do tecido mamário pode ser o fator central.

Fledderus *et al.* (2020) e Braun *et al.* (2017) apontam para uma possível teoria de associação ou correlação entre o câncer de mama e o uso da terapia com testosterona. A teoria sugere que o aumento do risco de câncer de mama está associado ao fato da testosterona ser aromatizada em estradiol, que está associado ao crescimento da massa tumoral da mama. A partir da sua pesquisa, Parikh *et al.* (2020) referem que vários estudos foram realizados para tentar definir a incidência do desenvolvimento do câncer de mama na população transgênero, mas esses estudos falharam no acompanhamento a longo prazo e ainda faltam documentações específicas das doses utilizadas no TH de cada paciente.

Reisman *et al.* (2019) referem que as mamas de mulheres cis ou trans não diferem em suas características estruturais e histológicas, o que pode significar taxas de câncer de mama semelhantes entre os dois grupos. Contudo, pontuam que a classificação da identidade de gênero dos indivíduos pode estar sendo preenchida de forma errônea nas notificações deste tipo de câncer.

Labanca *et al.* (2020) defendem que ainda não é claro o papel da testosterona no câncer de mama. Independentemente do uso do hormônio testosterona, a triagem para detecção do câncer de mama em homens trans com ou sem mastectomia bilateral deve ser igual a mulheres cisgênero. Para os homens trans que já realizaram procedimento cirúrgico de reconstrução do tórax, o risco de desenvolvimento do câncer de mama pode ser reduzido, contudo, mesmo com a remoção algumas células da mama podem permanecer, ou seja, não há retirada total do tecido mamário. Em alguns casos, o câncer foi

encontrado em tecido mamário residual e por isso recomendam a realização do exame físico e ultrassonografia na parede torácica.

Os autores Ray *et al.* (2020) afirmam a existência de uma teoria para o desenvolvimento do mecanismo de tumorigênese do BCa (câncer de mama luminal, que se caracterizam pela superexpressão de receptores estrógeno e/ou progesterona), pois os inibidores da 5-alfa-redutase converte a testosterona em di-hidrotestosterona, potencializando o efeito, e a testosterona é convertida em estradiol via aromatase, proliferando as células do tecido mamário. Segundo os autores é necessário aumentar as notificações dos casos, melhorar a compreensão da história natural do câncer de mama masculino e sua associação com a hormonioterapia e realizar estudos adicionais para determinar o papel da testosterona no desenvolvimento e recorrência do câncer de mama, tanto nos homens trans quanto nos cisgêneros.

Safer (2021) identificou que a incidência de malignidade em relação ao câncer de mama entre homens e mulheres transgêneros não difere em relação aos controles cisgêneros. As mulheres cisgêneras apresentaram taxas mais altas de desenvolvimento cancerígeno de mama do que as mulheres transgênero, embora as amostras dos estudos tenham sido pequenas. Já Iwamoto *et al.* (2021) defendem que o câncer de mama em homens transexuais têm incidência de 4,3 a 5,9 a cada 100 mil pessoas/ano, estando acima das taxas dos homens cisgêneros de 1,2 a cada 100 mil pessoas/ano. Já na comparação dos homens trans com as mulheres cisgêneras, que possuem incidência de 170 em 100 mil pessoas por ano, as taxas dos homens trans são menores. Contudo, os autores também referem que estudos de coorte retrospectivos em diferentes períodos de acompanhamento e grupos de referência demonstraram poucos casos de câncer de mama em mulheres trans.

Lienhoop e Green (2021) defendem que os cânceres de mama com status de receptor de hormônio frequentemente são positivos para o receptor de estrogênio e em alguns casos são positivos para o receptor de progesterona. Todavia, concluem que a limitação dos dados epidemiológicos sobre esta população e os escassos estudos longitudinais impedem de apresentar

conclusões definitivas sobre a influência da hormonioterapia no desenvolvimento do câncer de mama.

Segundo Goyal *et al.* (2022) o câncer de mama é diferente em ambos os sexos. A proporção ainda não é reconhecida com precisão, embora existam estudos que tenham relatado que o câncer de mama em pessoas trans ocorra em 200 por 1.000.000 pacientes/ano, após longo período de terapia hormonal cruzada (CSH). Gurralla *et al.* (2023) verificaram que a incidência do câncer de mama foi maior em indivíduos jovens e com receptores hormonais positivos. O desenvolvimento pode estar associado com a estimulação dos receptores de andrógenos ou com os responsáveis pela conversão para o estradiol.

Berliere *et al.* (2023) identificaram as dificuldades para medir os riscos de desenvolvimento de câncer de mama em mulheres trans. Nesse sentido, defendem a necessidade da realização de estudos de coorte com acompanhamento continuado da hormonioterapia e triagem sistemática regular.

Discussão

Muitas mulheres trans realizam a hormonioterapia para alinhar seus corpos com a sua identidade de gênero. Essa relação hormonal baseia-se em níveis de testosterona masculino (300 a 1.000 ng/dL) para a faixa feminina (< 50 ng/dL), apesar desses níveis nem sempre serem alcançados. Mulheres trans com testículos intactos, podem solicitar doses mais altas de hormônio estrógeno, que supre a testosterona na faixa feminina. Doses em excesso de estrogênio suprime a produção de androgênio, mas pode aumentar o risco de desenvolvimento de doenças (Reisman *et al.*, 2019; Safer, 2021).

Segundo Blok *et al.* (2019), nas mulheres trans há um aumento no risco de desenvolvimento de câncer de mama em um período relativamente curto de utilização da hormonioterapia, e as características do câncer de mama são semelhantes a um padrão mais feminino. Teoh *et al.* (2015) apontam que, apesar do número reduzido de casos de câncer de mama em mulheres trans, pode haver prevalência de receptores hormonais e tumores negativos. O câncer de mama triplo negativo é mais agressivo biologicamente e possui pior prognóstico.

Destaca-se que o paciente estudado por esses autores indicava uso prolongado de estrogênio.

Já nos homens trans a mastectomia reduz, mas não anula o risco de desenvolvimento do câncer de mama (Labanca *et al.*, 2020). Iwamoto *et al.* (2021) afirmam que o baixo número de câncer de mama em homens trans, após o tratamento a longo prazo com testosterona, pode estar relacionado com a redução do tecido glandular e proeminência do tecido conjuntivo fibroso. Segundo estes autores, alguns pacientes passaram por masculinização torácica para afirmação de gênero antes do diagnóstico cancerígeno, porém, alguns relataram o diagnóstico após o procedimento. Isso pode ocorrer, pois a cirurgia possui a intenção da masculinização, e não a remoção completa do tecido.

Segundo Fundytus *et al.* (2020), existem dois pontos de discussão importantes para os homens trans. A primeira discussão é o aconselhamento dos indivíduos por parte dos médicos cirurgiões sobre o risco de desenvolvimento de câncer de mama, que ainda poderá ocorrer na mama (tecido) restante. Essa conversa é primordial, especialmente se esse indivíduo possuir histórico familiar de câncer de mama ou ovário, sendo eles possivelmente portadores de mutações BRCA1 e BRCA2. O segundo ponto de discussão é entender se esses pacientes estão em algum grau de exposição a andrógenos. Aproximadamente 72% dos cânceres de mama feminino expressam receptores de andrógeno com variação entre fenótipos triplo negativo e positivo para receptor de estrogênio e progesterona. Os autores afirmam que o papel desses receptores na biologia do câncer de mama ainda não é claro.

Alguns estudos sugerem que a terapia hormonal com testosterona pode proteger contra o desenvolvimento de células cancerígenas mamárias. Um dos maiores estudos prospectivos citados, que foi realizado ao longo de 10 anos com 1.267 mulheres cis, relata uma taxa de desenvolvimento de câncer de mama de 165/100.000 pessoas-ano e 271/100.000 pessoas-ano para a mesma idade e sem uso de terapia hormonal com testosterona (Ray *et al.*, 2020), o que comprovaria que o uso de testosterona pelos homens trans reduziria seu risco de desenvolver câncer de mama.

Contudo, Ray *et al.* (2020) também referem a limitação dos dados disponíveis, o que impede a afirmação se ocorre ou não relação entre o desenvolvimento do câncer de mama e a utilização da terapia hormonal prolongada. Segundo os autores, a ausência de ensaios clínicos randomizados faz com que seja incerto afirmar a dose/duração da terapia hormonal e as alterações histológicas mamárias. Tongson *et al.* (2017) corroboram estas colocações referindo que a literatura apresenta números reduzidos e não conclusivos de estudos relacionados aos impactos da hormonioterapia no desenvolvimento do câncer de mama e chamam a atenção ao fato de que muitos casos estudados foram diagnosticados em estágios muito avançados. Esse fato está ancorado na crença de que o câncer de mama ocorre exclusivamente nas mulheres cisgêneras.

Para os indivíduos trans, as orientações para o rastreamento do câncer de mama, são baseadas nos fatores de risco, uso de hormônios, fatores genéticos e no sexo atribuídos ao nascimento (Safer, 2021). Segundo os autores, o risco para câncer de mama em indivíduos trans, que fazem o uso de terapia hormonal de afirmação de gênero, permanece inexplorado. O diagnóstico e a triagem para risco genético é essencial. Para os indivíduos com risco genético para desenvolvimento de câncer de mama, se faz necessário adequação de diretrizes clínicas. Estudos observacionais sistemáticos de indivíduos trans podem apresentar e permitir melhor compreensão da diferenciação de hormônios exógenos, causas genéticas e suas interações com câncer de mama. O estudo prospectivo é urgente e necessário para os indivíduos transexuais à medida que envelhecem (Eisenman *et al.*, 2019).

Contudo, não existem diretrizes internacionais para a triagem dos pacientes trans e as orientações e diretrizes de cuidados para a população trans não são unânimes entre os autores. Enquanto Block *et al.* (2019) referem que as diretrizes de rastreamento do câncer de mama em pessoas cisgêneras são suficientes para as pessoas trans que fazem terapia hormonal, Sattari (2015) defende a inclusão de exames, como a mamografia, na rotina de cuidados de saúde dos indivíduos trans após a alta exposição à hormônios em longo prazo.

Nessa perspectiva, a avaliação do risco é dificultada pela administração de terapêuticas heterogêneas e a falta de acompanhamento de longo prazo (Berliere *et al.*, 2023), o que se torna um desafio de diagnóstico e tratamento, sendo fundamental promover a educação em saúde das pessoas trans sobre a terapia hormonal (Tongson *et al.*, 2017). Chowdhry e O'Connell (2020), sugerem a inclusão das mulheres trans, que fazem uso de mais de 5 anos de terapia hormonal, na triagem para avaliação das mamas, pois os cânceres de mamas que estudaram ocorreram após a suplementação de estrogênio por mais de 5 anos. Além disso, devido ao envelhecimento e ao uso hormonal, as chances para o desenvolvimento de câncer de mama aumentam, mas ainda há uma discussão pertinente em cada paciente isoladamente, pois outros fatores também são preditivos ao desenvolvimento cancerígeno (Sattari, 2015).

Mesmo que a literatura aponte que a incidência de câncer de mama em pessoas trans é congruente com a população em geral, as dificuldades de acesso aos serviços de saúde enfrentadas por esta população pode dificultar o diagnóstico precoce e o tratamento adequado. Segundo Safer (2021), que apresenta um estudo retrospectivo que envolvia 5.117 pessoas dos EUA, com duas principais causas de mortalidade, doenças cardiovasculares e câncer, as pessoas trans não apresentavam risco aumentado de desenvolvimento destas doenças. No entanto houve um aumento de mortalidade entre as pessoas trans relacionadas ao suicídio.

Sterling e Garcia (2020) referem que os pacientes transgêneros experienciam desconforto ao buscar ajuda médica em relação aos exames preventivos, antes, durante e após a transição de gênero. Este desconforto está relacionado ao estigma e discriminação vivenciados nos diversos meios e serviços. Segundo Moreira (2017), nos equipamentos de saúde, assim como em outros serviços, ocorre a discriminação institucional e organizacional, que são pautadas nos estereótipos e padrões de interação social inconscientes que priorizam os grupos dominantes e deixam os demais grupos a margem. Nestes espaços ocorrem as micro agressões, que se caracterizam por violências sutis, olhares de desprezo e recusa no atendimento, que não são visualizadas pela sociedade, mas que afastam as pessoas trans destes serviços.

Nessa perspectiva, os serviços de triagem e prevenção não serão acessados, ocasionando o diagnóstico tardio das doenças como o câncer de mama, cujo tratamento será mais efetivo quando diagnosticado precocemente. A dificuldade de acessar os serviços de saúde também pode produzir sofrimento psíquico, agravar a evolução de doenças crônicas e deteriorar quadros clínicos que já estavam estabilizados, impactando inclusive na expectativa de vida das pessoas trans (Hughto *et al.*, 2015).

Assim, Banerjee e Rao (2021) chamam a atenção para a necessidade de considerar a saúde como uma prioridade e Santos *et al.* (2020) apontam a necessidade de ações do Estado para garantir a efetividade das políticas públicas de saúde e que incluam nestas políticas, de acordo com Signorelli *et al.* (2021), as desigualdades sociais produzidas pelas questões de identidade de gênero. Dessa forma, a compreensão sobre a saúde da população trans deve ser pautada nas interseccionalidades que a atravessam e tornam-se determinantes de saúde (Bender *et al.*, 2022).

Ademais, chama a atenção nos estudos incluídos a concentração de pesquisas realizadas nos Estados Unidos da América (EUA). Contudo, esses números estão condizentes com as preocupações do país com esta população, pois mesmo durante a pandemia da Covid-19, quando muitos países praticamente esqueceram a população trans, o presidente estadunidense restaurou direitos retirados pelo presidente anterior, autorizando as pessoas trans a integrar as forças armadas e não permitindo que as empresas de saúde negassem assistência a esta população (Phalnikar, 2022).

Considerações finais

A partir dos estudos analisados identificou-se que alguns estudos demonstraram que a terapia hormonal a longo prazo, pode desenvolver câncer de mama em pessoas trans, principalmente quando associado ao histórico familiar, mesmo após a mastectomia radical, pois ainda permanecem tecidos/células mamárias. Outros estudos não relataram conexão entre o câncer de mama e o uso de terapia hormonal a longo prazo. Assim, verificou-se que não há consenso entre os autores sobre o impacto da hormonioterapia sobre o

desenvolvimento do câncer de mama em pessoas trans. Além disso, grande parte dos estudos baseiam-se em relatos de casos, o que impede que as descobertas sejam generalizadas para todo este subgrupo da população. A falta de estudos conclusivos também deixa margem insegura para o estabelecimento das triagens e cuidados preventivos que devem ser destinados a esta população.

O tratamento do câncer em indivíduos transgêneros é uma preocupação constante, principalmente pelas pesquisas demonstrarem que o preconceito e a discriminação fazem com que os profissionais de saúde negligenciem a triagem dos pacientes trans e as afaste dos serviços de saúde, impedindo o diagnóstico e tratamento precoce. Os profissionais de saúde também precisam estar familiarizados com a linguagem neutra em relação ao gênero, para um atendimento adequado e humanizado e uma avaliação correta no rastreamento do câncer. Além disso, a triagem para malignidade do câncer, precisa ser relacionado com o estado hormonal e cirúrgico individual de cada paciente, sendo necessária uma avaliação diferenciada em relação à genética familiar, ou seja, um estudo personalizado para cada paciente.

Nesse sentido, a falta de estudos conclusivos não deve servir de justificativa para que esta população não seja incluída nos processos de triagens e de exames preventivos, visto que esta população já enfrenta agravos à saúde gerados pela exclusão e estigmatização históricas a que foi submetida. Deste modo, a triagem deve pautar-se no acolhimento e na tomada de decisão compartilhada entre profissionais e paciente, a fim de garantir a autonomia e a humanização do cuidado, ainda pouco presentes quando se trata das pessoas trans. Além disso, é fundamental pensar e propor ações e estratégias de promoção da saúde voltadas às particularidades da população trans, a fim de ampliar a concepção de saúde global e melhorar a qualidade de vida deste grupo tão marcado pelas violações de direitos.

Ademais, o presente trabalho enfrenta como limitação a utilização de uma única base de dados para pesquisa, contudo, justifica-se a mesma pelo tamanho e importância da base utilizada. Destarte, para um entendimento mais completo e concreto do impacto da hormonioterapia sobre o desenvolvimento do câncer de mama da população trans, se faz necessária a realização de pesquisas de

campo longitudinais, sendo este identificado como um campo promissor para pesquisas futuras.

Referências

BANERJEE, Debanjan; RAO, TS Sathyanarayana. "The graying minority": lived experiences and psychosocial challenges of older transgender adults during the COVID-19 pandemic in India, a qualitative exploration. *Frontiers in Psychiatry*, vol. 11, p. 604472, 2021. doi: <http://dx.doi.org/10.3389/fpsyt.2020.604472>

BENDER, Mariluz Sott, et al. A saúde da população LGBTQIA+ durante a pandemia da Covid-19: Revisão sistemática e análise de redes. *Cadernos de Gênero e Diversidade*, vol. 8, no 2, p. 166-203, 2022.

BENDER, Mariluz Sott. Saúde mental, homossexualidade e homofobia: retratos de uma sociedade preconceituosa. In: Chaves, Marcelo Pinto; Reis, Paulo Roberto Mostaro; Ribeiro, Lanes, Rafael Pacheco; Leles, Roberto Camilo (organizadores). *Interdisciplinaridade e direitos humanos*. Rio de Janeiro: Pembroke Collins, 1, 799-811, 2020.

BENTZ, Eva-Katrin, et al. Gene expression signatures of breast tissue before and after cross-sex hormone therapy in female-to-male transsexuals. *Fertility and sterility*, vol. 94, no 7, p. 2688-2696, 2010. doi:10.1016/j.fertnstert.2010.04.024

BERLIERE, Martine, et al. Effects of hormones on breast development and breast cancer risk in transgender women. *Cancers*, vol. 15, no 1, p. 245, 2022. doi: 10.3390/cancers15010245

BRAUN, Hayley, et al. Cancer in transgender people: evidence and methodological considerations. *Epidemiologic Reviews*, vol. 39, no 1, p. 93-107, 2017. doi: 10.1093/epirev/mxw003

BROWN, George R.; JONES, Kenneth T. Incidence of breast cancer in a cohort of 5,135 transgender veterans. *Breast cancer research and treatment*, vol. 149, p. 191-198, 2015. doi:10.1007/s10549-014-3213-2

CHOWDHRY, Divya N.; O'CONNELL, Avic M. Breast imaging in transgender patients. *Journal of Breast Imaging*, vol. 2, no 2, p. 161-167, 2020. doi:10.1093/jbi/wbz092

CORMAN, Vinciane, et al. Breast cancer in a male to female transsexual patient with a BRCA2 mutation. *Endocrine-related cancer*, vol. 23, no 5, 2016. doi:10.1530/ERC-16-0057

DE BLOK, Christel JM, et al. Breast cancer risk in transgender people receiving hormone treatment: nationwide cohort study in the Netherlands. *BMJ*, vol. 365, 2019. doi:10.1136/bmj.l1652

DEUTSCH, Madeline B.; RADIX, Asa; WESP, Linda. Breast cancer screening, management, and a review of case study literature in transgender populations. En *Seminars in reproductive medicine*. Thieme Medical Publishers, p. 434-441, 2017. doi:10.1055/s-0037-1606103

DHAND, Amar; DHALIWAL, Gurpreet. Examining patient conceptions: a case of metastatic breast cancer in an African American male to female transgender patient. *Journal of general internal medicine*, vol. 25, p. 158-161, 2010. doi: 10.1007/s11606-009-1159-6.

DIAS, Janaína Lopes, et al. Data mining and knowledge discovery in databases for urban solid waste management: A scientific literature review. *Waste Management & Research*, vol. 39, no 11, p. 1331-1340, 2021. doi.org/10.1177/0734242X211042276

EISMANN, Julia, et al. Interdisciplinary management of transgender individuals at risk for breast cancer: case reports and review of the literature. *Clinical breast cancer*, vol. 19, no 1, p. e12-e19, 2019. doi: 10.1016/j.clbc.2018.11.007

ELSEVIER. Banco de dados de resumos e citações com curadoria especializada. Scopus, 2023. <https://www.elsevier.com/solutions/scopus> 2023.

FLEDDERUS, Anne C., et al. Breast malignancy in female-to-male transsexuals: systematic review, case report, and recommendations for screening. *The Breast*, vol. 53, p. 92-100, 2020. doi:10.1016/j.breast.2020.06.008

FUNDYTUS, Adam, et al. Breast cancer in transgender female-to-male individuals: A case report of androgen receptor-positive breast cancer. *The Breast Journal*, vol. 26, no 5, p. 1007-1012, 2020. doi:10.1111/tbj.13655

GOOREN, L., et al. Five new cases of breast cancer in transsexual persons. *Andrologia*, vol. 47, no 10, p. 1202-1205, 2015. doi:10.1111/and.12399

GOOREN, Louis J., et al. Breast cancer development in transsexual subjects receiving cross-sex hormone treatment. *The journal of sexual medicine*, vol. 10, no 12, p. 3129-3134, 2013. doi: 10.1111/jsm.12319.

GOYAL, Pankaj, et al. Breast Cancer in Transgenders: Narrative Review. *Indian Journal of Medical and Paediatric Oncology*, 2–7, 2022. doi:10.1055/s-0041-1740140

GURRALA, Rakesh R., et al. The Impact of Exogenous Testosterone on Breast Cancer Risk in Transmasculine Individuals. *Annals of Plastic Surgery*, vol. 90 (1), p. 96-105, 2023. doi:10.1097/sap.0000000000003321

HUGHTO, Jaclyn M. White; REISNER, Sari L.; PACHANKIS, John E. Transgender stigma and health: A critical review of stigma determinants, mechanisms, and interventions. *Social science & medicine*, vol. 147, p. 222-231, 2015. doi: 10.1016/j.socscimed.2015.11.010

IWAMOTO, Sean J., et al. Routine screening for transgender and gender diverse adults taking gender-affirming hormone therapy: a narrative review. *Journal of General Internal Medicine*, vol. 36, p. 1380-1389, 2021. doi:10.1007/s11606-021-06634-7

KATAYAMA, Yuko, et al. A very rare case of breast cancer in a female-to-male transsexual. *Breast Cancer*, vol. 23, p. 939-944, 2016. doi:10.1007/s12282-015-0661-4

LABANCA, Trinidad; MANERO, Ivan; PANNUNZIO, Marcelo. Transgender patients: considerations for routine gynecologic care and cancer screening. *International Journal of Gynecologic Cancer*, 30(12), 2020. doi:10.1136/ijgc-2020-001860

LIENHOOP, Thomas; GREEN, Lauren. Breast imaging in transgender women: a review. *Clinical Imaging*, vol. 80, p. 283-289, 2021. doi:10.1016/j.clinimag.2021.07.031

MOREIRA, Adilson José. O que é discriminação?. Belo Horizonte: Letramento; Casa do Direito, 2017.

MUELLER, Andreas; GOOREN, Louis. Hormone-related tumors in transsexuals receiving treatment with cross-sex hormones. *European Journal of Endocrinology*, vol. 159, no 3, p. 197-202, 2008. doi: 10.1530/EJE-08-0289

NIKOLIĆ, Dejan, et al. Breast cancer and its impact in male transsexuals. *Breast Cancer Research and Treatment*, vol. 171 (3), p. 565-569, 2018. doi:10.1007/s10549-018-4875-y

O'BRYAN, Jane; WOLF-GOULD, Carolyn; MATSUO, Yoshiro. Mammary myofibroblastoma in a transgender patient on feminizing hormones: literature review and case report. *Transgender health*, vol. 3, no 1, p. 1-9, 2018. doi:10.1089/trgh.2017.0026

PAGE, Matthew J., et al. A declaração PRISMA 2020: diretriz atualizada para relatar revisões sistemáticas. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, 31(2), e2022107, 2022. 10.1590/s1679-49742022000200033

PARIKH, Ujas, et al. Breast imaging in transgender patients: what the radiologist should know. *Radiographics*, vol. 40, no 1, p. 13-27, 2020. doi:10.1148/rg.2020190044

PARMESHWAR, Nisha; ALCON, Andre; KIM, Esther A. A dual-surgeon approach to breast cancer surgery in a transmale. *Annals of Plastic Surgery*, vol. 87, no 6, p. 633-638, 2021. <https://doi.org/10.1097/SAP.0000000000002733>

PHALNIKAR, Sonia. Onde os direitos LGBTQ avançaram em 2021. 2021. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/onde-os-direitos-lgbtqavan%C3%A7aram-em-2021/a-60298097>. Acesso em: 22 abr. 2022.

RAY, Al, et al. Testosterone therapy and risk of breast cancer development: a systematic review. *Current Opinion in Urology*, vol. 30, no 3, p. 340-348, 2020. doi:10.1097/MOU.0000000000000763

REISMAN, Tamar; GOLDSTEIN, Zil; SAFER, Joshua D. A review of breast development in cisgender women and implications for transgender women. *Endocrine Practice*, vol. 25, no 12, p. 1338-1345, 2019. doi:10.4158/EP-2019-0183

SAFER, Joshua D., et al. Research gaps in medical treatment of transgender/nonbinary people. *The Journal of Clinical Investigation*, vol. 131, no 4, 2021. <https://doi.org/10.1172/JCI142029>

SANTOS, Luís Eduardo Soares dos, et al. Access to the Unified Health System in the perspective of male homosexuals. *Revista Brasileira de Enfermagem*, vol. 73, p. e20180688, 2020. doi: 10.1590/0034-7167-2018-0688

SATTARI, Maryam. Breast cancer in male-to-female transgender patients: a case for caution. *Clinical breast cancer*, vol. 15, no 1, p. e67-e69, 2015. doi:10.1016/j.clbc.2014.08.004

SCHARDT, Connie, et al. Utilization of the PICO framework to improve searching PubMed for clinical questions. *BMC medical informatics and decision making*, vol. 7, p. 1-6, 2007. doi: 10.1186/1472-6947-7-16

SIGNORELLI, Marcos, et al. The health of LGBTI+ people and the COVID-19 pandemic: a call for visibility and health responses in Latin America. *Sexualities*, vol. 24, no 8, p. 979-983, 2021. doi:10.1177/1363460720942016

SILVA, Ricardo Araújo da, et al. Uso de hormônios não prescritos na modificação corporal de travestis e mulheres transexuais de Salvador/Bahia, Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, vol. 27, p. 503-514, 2022. doi:10.1590/1413-81232022272.44342020

SONNENBLICK, Emily B., et al. Breast imaging of transgender individuals: a review. *Current radiology reports*, vol. 6, p. 1-12, 2018. doi:10.1007/s40134-018-0260-1

SOTT, Michele Kremer, et al. A bibliometric network analysis of recent publications on digital agriculture to depict strategic themes and evolution structure. *Sensors*, vol. 21, no 23, p. 7889, 2021. doi:10.3390/s21237889

STERLING, Joshua; GARCIA, Maurice M. Cancer screening in the transgender population: a review of current guidelines, best practices, and a proposed care model. *Translational andrology and urology*, vol. 9, no 6, p. 2771, 2020. doi: 10.21037/tau-20-954.

STONE, Jill P.; HARTLEY, Rebecca L.; TEMPLE-OBERLE, Claire. Breast cancer in transgender patients: a systematic review. Part 2: female to male. *European Journal of Surgical Oncology*, vol. 44, no 10, p. 1463-1468, 2018. doi: 10.1016/j.ejso.2018.06.021.

TEOH, Zhi Hao; ARCHAMPONG, David; GATE, Tim. Breast cancer in male-to-female (MtF) transgender patients: is hormone receptor negativity a feature?. *BMJ Case Reports*, vol. 2015, p. bcr2015209396, 2015. doi:10.1136/bcr-2015-209396

TONGSON, Krystina, et al. Breast cancer suspicion in a transgender male-to-female patient on hormone replacement therapy presenting with right breast mass: breast cancer risk assessment and presentation of a rare lesion. *Case reports in oncological medicine*, 2017, vol. 2017. doi: 10.1155/2017/5172072.

TOURINHO, Francis Solange Vieira Tourinho, et al. Glossário da diversidade. Universidade Federal de Santa Catarina. 2020. Disponível em: https://saad.paginas.ufsc.br/files/2017/10/Glossario_versaointerativa.pdf. Acesso em 22 mar 2023.

TRAISH, Abdulmageed M., et al. Testosterone and risk of breast cancer: appraisal of existing evidence. *Hormone molecular biology and clinical investigation*, vol. 2, no 1, p. 177-190, 2010. doi:10.1515/HMBCI.2010.024

TRESKOVA, Inka; HES, Ondrej; BURSA, Vlastimil. Long-term hormonal therapy resulting in breast cancer in female-to-male transsexual: case report. *Medicine*, vol. 97, no 52, 2018. doi:10.1097/MD.00000000000013653

Universidade da Califórnia, Los Angeles (UCLA). Quantos adultos se identificam como transgêneros nos Estados Unidos? <https://williamsinstitute.law.ucla.edu/publications/trans-adults-unitedstates/>. Acesso em 27 de março de 2023.

La décolonisation et les réfugiés: Les musées comme instruments d'intégration sociale et de décentralisation

Rafael Gomes de Araújo¹

Résumé

Cet article explore la décolonisation muséale et la valorisation des récits des réfugiés syriens à travers des expositions et des collaborations muséales. Les musées jouent un rôle clé dans l'inclusion et la visibilité des communautés déplacées. La décentralisation du discours est essentielle, permettant aux réfugiés d'exprimer leurs expériences de manière authentique. Les musées doivent être des agents de changement, contribuant à la construction d'un monde plus inclusif et respectueux de la diversité culturelle.

Mots-clés : Décolonisation, réfugiés, inclusion, décentralisation

Resumo

Este artigo explora a descolonização museal e a valorização das narrativas de refugiados sírios por meio de exposições e colaboração museal. Museus desempenham um papel fundamental na inclusão e visibilidade das comunidades deslocadas. A descentralização do discurso é crucial, permitindo que refugiados expressem suas experiências autenticamente. Museus devem ser agentes de mudança, construindo um mundo mais inclusivo e respeitoso com a diversidade cultural.

Palavras-chave: Descolonização, refugiados, inclusão, descentralização

¹ Rafael Gomes de Araujo é pesquisador com mestrado em Estudos museais pela Université de Neuchâtel. Atualmente cursando doutorado em Museologia, Mediação e Patrimônio na Université du Québec à Montréal (UQAM), seu trabalho se concentra no desenvolvimento do conceito de lógica colonial. Em seu recorte investiga como práticas científicas, coleções de museus e estruturas de poder colonial se cruzaram para moldar narrativas de patrimônio cultural e natural.

Abstract

This article explores museum decolonization and the appreciation of Syrian refugee narratives through exhibitions and museum collaboration. Museums play a crucial role in the inclusion and visibility of displaced communities. Decentralization of discourse is essential, allowing refugees to authentically express their experiences. Museums should be agents of change, building a more inclusive and culturally diverse world.

Keywords: Decolonization, refugees, inclusion, decentralization

Introduction

Être contraint de migrer est une triste réalité qui affecte des millions de personnes chaque année, en raison de différentes circonstances. Au Moyen-Orient, cette réalité a entraîné une augmentation du nombre de réfugiés au cours des dernières décennies, reflétant un problème en constante croissance dans la région tout au long du XXe siècle. Ces personnes sont expulsées de leurs foyers, de leurs terres natales et de leur culture, cherchant un endroit où elles peuvent reconstruire leur vie avec dignité.

Outre le désir de survivre et de recommencer, ces réfugiés emportent avec eux des objets, dont beaucoup sont petits mais ont une immense valeur symbolique. Ces objets représentent un patrimoine matériel et immatériel qui a été présent dans leur vie pendant le temps qu'ils ont vécu dans leur pays d'origine. Préserver et prendre soin de ce patrimoine, c'est maintenir le lien vivant entre ces communautés et leurs racines, c'est chercher à comprendre comment et pourquoi elles ont réussi à résister et à survivre jusqu'à présent.

Dans le monde entier, de nombreuses communautés de réfugiés luttent pour préserver leur patrimoine, à la fois matériel et immatériel. Elles bénéficient du soutien de diverses organisations non gouvernementales, de musées et d'autres institutions sociales qui reconnaissent l'importance de maintenir vivante la culture de ces communautés et de transmettre ce sentiment d'appartenance aux générations futures.

Cependant, dans ce contexte, il est essentiel de réfléchir à l'héritage du colonialisme et à la manière dont le patrimoine d'autres nations et cultures a été pillé au fil des siècles. De nombreux objets et artefacts historiques se trouvent actuellement dans d'anciennes puissances coloniales, telles que la France et l'Angleterre. Dans cette période de réflexion, il est essentiel de comprendre comment l'Europe a traité et continue de traiter le patrimoine d'autrui, tant à l'intérieur qu'à l'extérieur du continent. Et, plus que cela, il est nécessaire de reconnaître que la décolonisation implique non seulement la restitution de ces objets, mais aussi la participation active des communautés d'origine à leur histoire et à leur préservation.

Ce voyage vers la décolonisation du patrimoine est long et exigeant. Il est essentiel que les musées agissent comme agents de changement, rompant avec les paradigmes traditionnels et travaillant dans une perspective véritablement décoloniale. Cela implique de décentraliser le discours et la possession des objets, permettant aux communautés d'origine d'avoir voix au chapitre et de participer activement à l'interprétation, à la présentation et à la préservation de leur propre patrimoine.

Les musées peuvent devenir des espaces d'inclusion sociale et culturelle pour les réfugiés, créant un environnement accueillant où leurs histoires et expériences peuvent être partagées et valorisées. Grâce à des expositions, des programmes éducatifs et des initiatives d'engagement communautaire, les musées peuvent devenir des catalyseurs de dialogues interculturels, favorisant la compréhension mutuelle, l'empathie et la sensibilisation à l'expérience des réfugiés.

Dans ce contexte, il est essentiel de réfléchir à l'héritage du colonialisme et au pillage du patrimoine d'autres cultures. *Sophie Wahnich* a introduit le concept de patrimoine négatif, soulignant l'importance de reconnaître et de préserver les aspects douloureux de l'histoire. En discutant de la préservation du patrimoine syrien et de la valorisation des réfugiés, nous confrontons l'histoire de spoliation et de violence des nations colonisées. Ainsi, en donnant de la visibilité et une voix aux communautés d'origine, nous défions les récits coloniaux dominants et recherchons une approche décoloniale participative.

En étudiant le cas du patrimoine syrien, retiré de son contexte historique à différents moments, nous pouvons comprendre comment ces objets sont arrivés dans différentes parties du monde. Cependant, en même temps, il est essentiel de discuter des efforts que les musées contemporains ont déployés pour adopter une approche décoloniale, revitalisant et intégrant ces objets dans une nouvelle logique sociale. Bien qu'il ne soit pas toujours possible de restituer ces objets à leurs origines, il est possible de les réinterpréter et de leur permettre d'être une source de connexion et de renforcement pour les communautés de réfugiés, réaffirmant ainsi leur identité et leur appartenance.

La décolonisation du patrimoine exige un engagement continu et la recherche de relations plus équitables entre les institutions muséales, les communautés d'origine et les réfugiés. C'est un processus de prise de conscience, de dialogue et de collaboration mutuelle, visant à transformer les musées en espaces authentiques d'inclusion sociale, de valorisation de la diversité culturelle et de respect des récits historiques des communautés dépossédées.

La Syrie du mandat français l'anti nationalisme et la spoliation

La Syrie est un cas très particulier, car au fil du temps, c'est un pays qui a complètement changé sa situation dans la région. La Syrie est une région occupée depuis des millénaires, où plusieurs civilisations ont établi leurs bases et où de grandes guerres et conquêtes font partie de cette Histoire. En tant que route de migration très intense, la Syrie a été formée par divers groupes ethniques et culturels différents et a fait partie de l'Empire ottoman pendant des siècles, jusqu'à sa fin en 1923.

En 1923, avec le traité de Lausanne, le mandat français a été établi dans la région de la Syrie, créant une région centrale dans le développement des peuples du Moyen-Orient dans les années suivantes et réorganisant la géopolitique locale et internationale.

La région était en réalité un grand récepteur de réfugiés venant des coins les plus divers de l'ancien empire, et ses frontières étaient encore en train d'être

créées, avec quelques changements dans les décennies suivantes. La Syrie pendant le mandat français était un pays relativement stable, ce qui est loin de dire qu'il n'y avait pas de conflits ou de problèmes graves entre l'administration et les pouvoirs locaux, mais les paradoxes qui formaient le pays finissaient par être un meilleur chemin que d'autres alternatives dans les pays voisins.

Cette stabilité et les relations complexes entre les pays voisins ont attiré de nombreuses populations vers le territoire syrien, principalement les Arméniens qui arrivaient après le génocide de 1915, les Kurdes, qui étaient persécutés en Turquie et voyaient la Syrie comme une alternative proche et moins dangereuse, et les Assyriens qui arrivaient via l'Irak après de graves problèmes avec la colonisation anglaise dans la région et l'indépendance irakienne en 1932.

Ces peuples qui arrivaient apportaient avec eux une nouvelle culture et même une religion différente, comme dans le cas des Arméniens. Ce patrimoine immatériel a été établi et utilisé, par exemple, par la France, qui utilisait ces réfugiés comme étendard d'humanité et de protection des chrétiens d'Orient.

"Aider les réfugiés a fourni un moyen de déprécier le nationalisme arabe syrien ainsi que de justifier le mandat. Cela aide à expliquer pourquoi les Français, en tant que puissance mandataire, ont coopéré aux efforts de la [Société des Nations] pour résoudre les crises de réfugiés comme celle des Assyriens irakiens, et pourquoi les rapports annuels du ministère des affaires étrangères à la [SDN] comprenaient toujours une section sur l'Assistance aux réfugiés."²

Il est clair que ces réfugiés ont créé des problèmes pour les nationalistes syriens et cette tension a été une question tout au long de la période française. Les Syriens cherchaient à affirmer leur identité tandis que les colonisateurs cherchaient à créer un gouvernement large en utilisant les réfugiés comme bouclier et étendard, obtenant des avantages dans le jeu de la politique internationale, surtout à la Société des Nations.

² White, Benjamin Thomas. "Refugees and the Definition of Syria, 1920–1939." *Past & Present*, vol. 235, no. 1, May 2017, pp. 141–178. doi:10.1093/pastj/gtw048. Publicado em 17 de fevereiro de 2017. p 167.

La grande concentration de personnes et de peuples différents dans la région a également attiré des collectionneurs, principalement des militaires français qui ont pillé divers territoires colonisés, comme le nord de l'Afrique. C'est le cas du général Alfred Normand, qui est né le 3 août 1873 à Paris et a joué un rôle important pendant le mandat français en Syrie. En tant que directeur central de génie, il était responsable de coordonner les étapes préliminaires du projet de la future ligne Maginot. Cependant, en plus de ses réalisations militaires, le général Normand était connu pour être un grand collectionneur d'objets culturels.

Au cours de sa carrière militaire, le général Normand a servi dans plusieurs régions, dont le Maroc et la Guinée, où il a montré de l'intérêt pour les questions de fortification et a pillé divers objets avec ses soldats. Il est devenu un expert et a même rédigé un traité sur les formes de fortification et conseillé la Commission de la Défense Nationale sur l'avenir de la ligne Maginot.

Cependant, son lien avec le mandat français en Syrie réside dans le fait que, lors de ses voyages et expéditions militaires, le général Normand a collecté de nombreux objets culturels syriens. On sait qu'il a emmené ces objets en France, où ils ont été intégrés à des collections privées et à d'importants musées, tels que le Louvre.

Ainsi, en plus de son implication dans la fortification militaire, le général Alfred Normand a également joué un rôle dans le vol du patrimoine culturel syrien, marocain, égyptien, entre autres, pendant la colonisation française. Ses actions, ainsi que celles d'autres collectionneurs et militaires européens, ont contribué à l'effacement et à la décontextualisation d'une partie importante de la culture syrienne, qui fait partie intégrante des désirs français anti-nationalistes dans la région et renforce l'idée de la Syrie comme une terre accueillante et plurinationale.

Cette Syrie réceptrice de réfugiés semble aujourd'hui très lointaine, grâce aux événements dans la région depuis 2011. La guerre en Syrie s'est intensifiée au cours des années 2010 et a provoqué une grande diaspora qui malheureusement est toujours en cours. Avec cela, un pays qui accueillait historiquement des peuples forcés de migrer est devenu le plus grand producteur de réfugiés.

Pendant cette période, des millions de Syriens ont fui vers diverses parties du monde, comme l'Europe et même le Brésil, qui avait déjà accueilli d'autres vagues migratoires du Moyen-Orient, notamment des Libanais, mais qui n'était pas une destination aussi courante pour les réfugiés. Selon le HCR, environ 3 667 Syriens étaient réfugiés dans le pays, chiffres de 2022³.

Avec ces réfugiés sont également arrivés de nouveaux patrimoines et souvenirs qui, bien que rares et petits, signifient beaucoup pour ceux qui ont été expulsés de leur territoire et de leur culture et qui se sont retrouvés plongés dans une tout autre culture. Certains ont apporté de petits souvenirs, d'autres, comme un garçon de 9 ans qui a émigré avec sa famille au Brésil en 2016, ont emporté des choses qui leur rappellent qui ils sont et qui les aident à renforcer leur propre identité.

Khaled est né à Damas en 2007 et lorsqu'il a été contraint de quitter son pays, il a emporté avec lui, entre autres choses, son diplôme. Selon lui:

"Je ne savais pas que je voyagerais au Brésil. J'ai toujours cru que la guerre n'atteindrait pas Damas, la ville où j'habitais. Parmi les objets que j'ai apportés, j'ai choisi mon diplôme de meilleur élève à l'école. J'ai toujours aimé étudier et j'avais très peur de ne plus pouvoir aller à l'école, je me sentais incertain car j'arriverais au Brésil sans parler portugais. Comment pourrais-je suivre l'école ? J'ai aussi beaucoup entendu parler du préjugé et de la discrimination contre les réfugiés et je me demandais comment ce serait à l'école, moi venant d'un autre pays avec une culture différente. Mon diplôme m'aidait, à travers lui je me souviens de ce que j'étais un excellent élève, et je veux continuer comme ça, car je veux être ingénieur au Brésil pour pouvoir aider à reconstruire mon pays. Aujourd'hui, je suis à l'école, j'ai appris la langue portugaise et je parle à mes amis de la culture arabe et je continue d'être un excellent élève."⁴

³ "No Dia Mundial do Refugiado, Brasil atualiza dados sobre população refugiada no país". **UNHCR/ACNUR Brasil**. disponible sur : <https://www.acnur.org/portugues/2022/06/21/no-dia-mundial-do-refugiado-brasil-atualiza-dados-sobre-populacao-refugiada-no-pais/> (Consulté le: 11.07.2023)

⁴ "Memória do Refúgio e da Migração em Objetos - Meu Diploma". **Museu das Coisas Banais**. disponible sur: <https://museudascoisasbanais.com.br/exposicao/memoria-do-refugio-e-da-migracao-em-objetos/meu-diploma/> (Consulté le: 11.07.2023)

Le diplôme représente son identité et son désir de retour, ainsi que son véritable rêve de prospérer et d'aider, tout cela représenté sur une feuille de papier, qui peut ne pas avoir d'importance pour d'autres personnes, mais qui, dans ce contexte, devient un patrimoine important lié à une vaste culture et à une longue histoire.

C'est grâce à des objets comme celui-ci que les musées ont un rôle important dans la préservation de la mémoire et de l'histoire de ces peuples qui sont des migrants forcés, car c'est dans le musée que nous préservons la mémoire de ce peuple et que nous devons maintenir vivantes les cultures et la voix de différentes populations.

Le Patrimoine Négative et la préservation des douleurs

Le concept de patrimoine négatif est fondamental pour la pensée décoloniale car il remet en question les récits hégémoniques et valorise les expériences marginalisées. Sophie Wahnich, historienne française, affirme : "Le patrimoine négatif nous invite à regarder au-delà des versions simplifiées et romantiques de l'histoire, en explorant les injustices, les violations des droits de l'homme et les inégalités qui persistent encore aujourd'hui."⁵. En abordant le patrimoine négatif, nous reconnaissons que l'histoire n'est pas seulement une succession de moments positifs et de triomphes, mais aussi une série d'événements traumatisants, d'oppression et de violence. Ces aspects négatifs ne doivent pas être oubliés ou ignorés, mais confrontés de manière critique. Le patrimoine négatif est une façon de donner voix aux groupes historiquement marginalisés, en validant et en reconnaissant leurs expériences et leurs perspectives.

En examinant le patrimoine négatif, nous sommes amenés à remettre en question les récits hégémoniques qui perpétuent la suprématie et le pouvoir colonial. Cela nous pousse à une réflexion plus profonde sur les structures de pouvoir qui ont façonné et continuent d'influencer les sociétés contemporaines.

⁵ Wahnich, Sophie. « L'immigration produit du patrimoine négatif. Le rôle du musée », *Communications*, vol. 100, no. 1, 2017, pp. 119-135.

Le patrimoine négatif nous invite à regarder au-delà des versions simplifiées et romantiques de l'histoire, afin d'explorer les injustices, les violations des droits de l'homme et les inégalités qui persistent jusqu'à nos jours.

Dans ce sens, la préservation du patrimoine négatif est également cruciale lorsqu'il s'agit des réfugiés syriens. La crise humanitaire qui a frappé la Syrie au cours des dernières années a entraîné un important flux de personnes cherchant refuge dans d'autres pays. En valorisant le patrimoine négatif, nous reconnaissons les histoires de ces réfugiés et l'importance de donner voix et visibilité à leurs expériences. Cela implique d'écouter leurs récits, de comprendre les défis qu'ils ont dû affronter et les injustices qu'ils ont subies, en offrant un espace pour que leurs histoires soient racontées et préservées.

La préservation du patrimoine négatif des réfugiés syriens contribue non seulement à valoriser et à dignifier ces individus, mais aussi à décentraliser le discours à leur sujet. Au lieu d'être traités uniquement comme des victimes passives, le patrimoine négatif permet à leurs voix d'être entendues en tant qu'acteurs actifs dans la construction de leurs propres récits et dans la lutte pour la justice et les droits de l'homme. En partageant et en préservant leurs histoires, nous défions les stéréotypes et promouvons une compréhension plus empathique et globale des défis auxquels sont confrontés les réfugiés syriens.

En outre, la valorisation du patrimoine négatif des réfugiés syriens peut également contribuer à la construction d'une mémoire collective plus inclusive. En reconnaissant les expériences et les contributions des réfugiés syriens, nous rompons avec les récits dominants qui ont tendance à les marginaliser ou à les stigmatiser. Cela nous permet de reconnaître la diversité des perspectives et des expériences, en favorisant une culture du respect et de l'accueil.

Par conséquent, la préservation du patrimoine négatif des réfugiés syriens joue un rôle fondamental dans la valorisation de leurs histoires et de leurs expériences, dans la décentralisation du discours et dans la construction d'une mémoire collective plus inclusive. En donnant voix et visibilité à ces récits, nous contribuons à la construction de sociétés plus justes, équitables et dépourvues de préjugés. Le patrimoine négatif devient un puissant outil pour construire des ponts entre les cultures, renforcer l'empathie et promouvoir la justice sociale.

Outre la valorisation, il est essentiel de souligner l'importance des pratiques de préservation et de documentation. À travers des enregistrements précis et des témoignages, nous pouvons maintenir vivante la mémoire des expériences traumatiques et des violations des droits de l'homme que ces individus ont vécues. Ces documents et récits constituent une ressource précieuse pour la recherche historique, l'activisme et la sensibilisation du public.

La préservation du patrimoine négatif joue également un rôle significatif dans la lutte contre la négation et l'effacement historique. Dans de nombreux contextes, la souffrance et les injustices auxquelles ont été confrontés les réfugiés syriens sont minimisées ou ignorées. En mettant en lumière et en préservant leurs histoires, nous remettons en question la tendance au silence et promouvons un récit plus juste et précis.

En outre, en reconnaissant le patrimoine négatif des réfugiés syriens, nous ouvrons un espace pour le dialogue interculturel et l'interculturalité. En apprenant de leurs expériences, nous construisons des ponts entre les communautés et favorisons la compréhension mutuelle. Cette approche contribue à la construction de sociétés plus inclusives, où les voix marginalisées ont la possibilité d'être entendues et respectées.

Cependant, il est important de souligner que la préservation du patrimoine négatif ne doit pas être une fin en soi. Il est essentiel que ces actions soient accompagnées d'efforts concrets pour s'attaquer aux causes sous-jacentes des injustices et des violations des droits de l'homme. Nous devons travailler vers des changements structurels, en promouvant des politiques et des pratiques qui garantissent la dignité, la sécurité et les droits des réfugiés syriens et de tous les groupes marginalisés.

Le rôle du musée dans la préservation culturelle et l'insertion sociale

Le musée est le lieu de préservation de l'histoire et de la mémoire de diverses cultures. Dans de nombreux musées à travers le monde, nous trouvons une glorification du passé et des questions sans réponse pour l'avenir, cependant, comment traiter ces questions culturelles lorsqu'il s'agit de réfugiés ?

Comment comprendre et donner une voix aux populations opprimées qui voient dans un autre pays la seule façon de survivre et de préserver leurs pratiques culturelles ?

Les musées sont des institutions qui se sont développées aux côtés de la colonisation européenne, principalement aux XIX^e et XX^e siècles, étant de véritables institutions qui glorifient l'oppression et la destruction des peuples étrangers pendant de nombreuses décennies, certaines ayant même dépassé la barrière coloniale, comme le musée de Tervuren en Belgique qui est resté un étendard de la colonisation belge au Congo jusqu'en 2013⁶.

Le cas des réfugiés syriens n'est pas si différent des autres cas, et nous pouvons comprendre le changement de mentalité au sein des institutions occidentales au cours des dernières décennies pour mieux comprendre l'importance de la préservation et de la diffusion des cultures réfugiées dans ces pays.

Le rôle de préservation des musées a longtemps été associé à la préservation et à la mise en valeur du pouvoir en place, ce qui signifie que le nationalisme a joué un rôle très important dans la formation et la croissance de la plupart des musées en Europe. En France, par exemple, le Louvre est un musée national conçu comme tel, qui a dû relever de nombreux défis pour maintenir une collection d'art nationale depuis l'époque napoléonienne.

Le Musée de Napoléon, comme il était connu à l'époque, a été le premier musée à être qualifié d'universel, car il contenait des œuvres de différents pays et les concentrait à Paris, créant ainsi un pôle artistique qui attirait des gens de toute l'Europe et du monde. Cependant, la constitution de cette collection s'est faite à travers les guerres napoléoniennes et leurs dépouilles, notamment en Italie, où les œuvres d'art étaient prélevées en masse, des collections entières et même des lieux entiers étaient complètement enlevés et transférés à Paris.

Après la chute de Napoléon, les œuvres pillées ont été restituées petit à petit, mais Paris est restée la capitale culturelle jusqu'à nos jours. Pour maintenir

⁶ En 2013, le musée a subi une rénovation qui a duré 5 ans. Tout le musée était resté intact depuis 1955, avec diverses pièces et discours coloniaux et racistes qui portaient l'oppression belge en Afrique.

ce statut, les gouvernements français n'ont jamais hésité à piller et à voler tout patrimoine qu'ils pouvaient rapporter à la Ville Lumière, des grandes œuvres d'art aux simples objets, comme une assiette en provenance de Damas qui fait aujourd'hui partie de la collection d'art islamique, rapportée par le général Alfred-Robert Normand en 1933, encore pendant le mandat français, aux côtés d'autres objets qui sont également exposés dans le musée aujourd'hui⁷.



Plat, AD PR 2003/152 .1 ; 71.1938.10.27 D.

Cet objet, qui a été complètement décontextualisé et "muséifié" par le collectionnisme européen, est un exemple montrant que même les petites et simples choses n'ont pas échappé à l'assaut et à la violence de la colonisation. C'est à partir de cette notion que nous devons partir pour comprendre comment cela a été fait et comment nous pouvons le faire de nos jours pour respecter ce patrimoine et le restituer physiquement ou symboliquement à sa culture, afin que nous puissions ainsi les "ressusciter".

⁷ Plat. Collection d'art du Ilesam. **Musée du Louvre** disponible sur : <https://collections.louvre.fr/en/ark:/53355/cl010315405> (Consulté le: 11.07.2023)

Décolonisation : un changement estrutural et conceptuel aux musées

“Comme cela a déjà été démontré, le musée est le résultat d'un processus nettement eurocentrique qui s'est répandu en étant inséré dans un système de domination. S'approprier ce modèle pour créer quelque chose de nouveau - voilà le sens de ce que l'on peut penser actuellement comme décolonisation. On ne peut pas nier, cependant, que dans de nombreux cas, l'auto-muséalisation signifie une manière de perpétuer la domination en maintenant les liens pour maintenir les hiérarchies, car apprendre les méthodes des dominants pour s'auto-représenter revient à rester dans le jeu des relations de pouvoir. D'autre part, collaborer avec eux pour ensuite les transgresser signifie découvrir un champ ouvert de nouvelles possibilités.”⁸

Depuis le début du XXI^e siècle, le concept de décolonisation s'est emparé des musées et est aujourd'hui un sujet très actuel et débattu à différents niveaux. Cependant, la plupart du temps, lorsque nous parlons de décolonisation, nous abordons la question de la restitution d'objets aux pays sources, ce qui n'est évidemment pas si simple lorsqu'il s'agit de réfugiés. La plupart du temps, les réfugiés n'apportent pas avec eux des objets de grande valeur marchande ou de valeur en raison de leur rareté; ce sont généralement des objets banals qui pourraient passer inaperçus dans d'autres contextes.

De plus, les réfugiés ne se trouvent pas dans leur pays d'origine et restituer des objets à ces pays ne bénéficie pas directement à ce groupe spécifique. Le rôle décolonial du musée ici consiste en l'insertion sociale, en un changement de logique concernant le rôle de l'immigrant au sein de la société qui l'accueille.

De nombreuses expositions ont été réalisées sur ce thème et, avec cette question de plus en plus présente, nous commençons à discuter de manière mature et conceptuelle du rôle des réfugiés et du rôle des États envers ces groupes. Un exemple important de cette visibilité est le Brooklyn Museum, qui a réalisé en 2018-2019 une exposition sur la Syrie intitulée « Syrie, hier et aujourd'hui: histoires de réfugiés à un siècle d'intervalle », qui raconte à travers

⁸ Brulon-Soares, B.C. Máscaras guardadas: musealização e descolonização. 2012. Thesis (Doctorate in Anthropology) - Graduate Program in Anthropology, Federal Fluminense University, Niterói, 2012.

des céramiques du XIII^e siècle un peu de l'histoire migratoire de la région et se termine par l'intervention artistique de trois artistes contemporains locaux, donnant ainsi voix et visibilité à des thèmes importants pour la région, selon le site officiel lui-même.

"La situation des réfugiés syriens actuels est au cœur de l'œuvre de trois artistes contemporains, dont le travail est également exposé. Ginane Makki Bacho s'inspire de son expérience de la guerre civile au Liban et de la crise des réfugiés syriens dans la région. Issam Kourbaj dépeint les difficultés auxquelles sont confrontés les Syriens tentant de fuir par la mer. Mohamad Hafez évoque les traumatismes que les réfugiés portent en eux et les maisons qu'ils ont laissées derrière eux. Chacun raconte une histoire différente, mais, au final, tous font appel à notre humanité commune pour porter une attention compatissante à la situation précaire des réfugiés dans le monde entier."⁹

L'inclusion par l'art et la visibilité à travers les expositions sont les rôles les plus importants que les musées doivent développer envers ces groupes. La pensée décoloniale est également une pensée décentralisatrice, donnant la parole à l'autre et écoutant un autre point de vue et une autre organisation du monde. C'est peut-être le thème le plus difficile au sein de la décolonisation et le plus urgent : penser à décoloniser les musées et les cultures européennes sans donner la parole aux opprimés revient simplement à déplacer l'oppression et à lui donner une nouvelle apparence, moderne et moins envahissante, mais toujours aussi excluante.

Un autre exemple important est l'Arab American National Museum, qui est évidemment engagé dans ce thème et suscite d'autres discussions, mais pour le moment, il est intéressant d'observer l'exposition réalisée en 2016, intitulée "What We Carried: Fragments & Memories From Iraq & Syria", qui nous conduit à deux analyses distinctes. L'idée de l'exposition, avec la participation du photographe et auteur américain Jim Lommasson, était d'inviter les réfugiés

⁹ Brooklyn Museum. Syria, Then and Now: Stories from Refugees a Century Apart. Disponible sur : https://www.brooklynmuseum.org/exhibitions/syria_then_now (Consulté le 11.07.2023)

irakiens et syriens à partager un objet personnel significatif de leurs voyages vers l'Amérique, tel qu'une photo de famille, un plat familial ou un jouet d'enfance¹⁰.

Ici nous pouvons voir deux mouvements distincts dans cette exposition. D'un côté, recourir à la micro-histoire des réfugiés aide à comprendre et à susciter de l'empathie pour chacune de leurs vies et de leurs parcours jusqu'à présent. D'un autre côté, c'est toujours une exposition américaine réalisée par un photographe de la même origine qui "accorde" la parole comme une faveur, étant lui-même le détenteur du dernier mot et le juge de ce qui est inclus ou exclu du contenu final, et les acteurs et leurs histoires servent à ce contexte, sans être une véritable expression de leurs volontés avec la véritable étendue de leurs désirs et de leurs besoins.

C'est là le double mouvement au sein de la pensée décoloniale dont il faut être prudent. La décolonisation ne peut pas être une tutelle de la lutte des autres, ni une échelle que les auteurs et les institutions occidentales utilisent pour atteindre leurs propres objectifs. La décolonisation du musée doit se faire par le biais de partenariats, de constructions conjointes et de participation de la communauté, car l'objectif est de rendre les relations sociales plus horizontales, d'éradiquer les préjugés contre les immigrants et de créer de l'empathie avec des groupes qui ont besoin de bien plus que leurs visages racontant des histoires tristes.

La décentralisation du discours est un aspect crucial dans le contexte des musées et du patrimoine négatif des réfugiés syriens. Il est essentiel que les musées s'éloignent des approches coloniales qui privilégient principalement les intérêts des institutions, notamment dans les pays d'Europe et aux États-Unis. Au contraire, il est nécessaire d'adopter une attitude plus humble et engagée pour écouter et valoriser les voix des réfugiés syriens.

Dans cette optique, la vision décoloniale implique de créer des espaces où les réfugiés eux-mêmes peuvent s'exprimer, raconter leurs histoires et partager leurs expériences de manière authentique. Les musées doivent

¹⁰ Arab American National Museum. (s.d.). What We Carried: Fragments & Memories From Iraq & Syria. disponible sur <https://arabamericanmuseum.org/exhibition/what-we-carried/> (consulté le 12.07.2023)

s'efforcer de devenir des facilitateurs de ce processus, en fournissant des plateformes et des ressources pour que les réfugiés puissent transmettre leur vision du monde, en remettant en question les stéréotypes et en prenant le contrôle de leurs récits.

Pour atteindre cette décentralisation du discours, les musées doivent reconnaître que leur expertise n'est pas supérieure à celle des communautés d'origine. Il est nécessaire d'établir une relation de partenariat et de collaboration avec les différents groupes, en les impliquant activement dans la curatelle, l'interprétation et la présentation de leur propre patrimoine. Cette approche collaborative renforce non seulement le sentiment d'appartenance des communautés de réfugiés, mais enrichit également les récits exposés en les rendant plus pluriels et authentiques.

En donnant aux réfugiés syriens l'espace pour s'exprimer, le musée de Brooklyn, par exemple, rompt avec les dynamiques coloniales et promeut la justice cognitive, en reconnaissant que la connaissance n'est pas le monopole d'une seule perspective. Ainsi, les institutions muséales peuvent devenir des agents de changement et de transformation, contribuant à la construction d'une société plus égalitaire et respectueuse de la diversité culturelle.

Il est important de souligner que cette décentralisation du discours ne doit pas être simplement un geste symbolique ou superficiel. Les musées doivent aller au-delà de simplement donner la parole aux réfugiés syriens ; il est nécessaire de créer des mécanismes qui garantissent une participation effective et significative de ces communautés. Cela implique de fournir des ressources, un soutien technique et une formation, afin que les réfugiés puissent se sentir compétents et confiants pour partager leurs perspectives et contributions, comme le soutient Neil MacGregor¹¹, ancien directeur du British Museum.

La vision décoloniale dans les musées exige donc un changement de paradigme, une transformation profonde dans la manière dont les institutions opèrent et interagissent avec les communautés de réfugiés. Cela signifie

¹¹ MacGregor, Neil. 2021. "À monde nouveau, musées nouveaux: des 'contes' à régler", in MacGregor, Neil (ed.), *À monde nouveau, nouveaux musées: Les musées, les monuments et la communauté réinventée*, Paris: Musée du Louvre éd., pp. 33-51.

renoncer au contrôle et à l'autorité exclusive, et embrasser la diversité des voix et des récits comme un véritable acte de justice et de respect.

En promouvant la décentralisation du discours, les musées peuvent devenir des espaces de rencontre et de reconnaissance, où les réfugiés syriens sont les protagonistes de leur propre histoire et ont l'opportunité de s'affirmer en tant qu'acteurs actifs dans la construction d'un avenir inclusif et équitable.

Sur la base de cette discussion, il est évident que la préservation du patrimoine négatif, combinée à la décentralisation du discours dans les musées, joue un rôle essentiel dans la valorisation des communautés de réfugiés syriens et dans la recherche d'une vision décoloniale. C'est une opportunité de reconnaissance, d'autonomisation et de construction de ponts entre les cultures, favorisant la justice sociale et le respect de la diversité culturelle.

En unissant ces concepts, les musées peuvent devenir de véritables espaces d'inclusion, de dialogue interculturel et de transformation sociale, contribuant à la construction d'un monde plus juste et solidaire pour les réfugiés syriens et toutes les communautés marginalisées.

Considerations

La préservation du patrimoine négatif des réfugiés syriens, associée à la décentralisation du discours dans les musées, joue un rôle fondamental dans la valorisation des communautés déplacées et dans la quête d'une vision décoloniale. Tout au long de ce texte, nous avons exploré comment les musées ont évolué au fil du temps, passant d'institutions qui glorifiaient le pouvoir en place et perpétuaient l'oppression à des espaces qui cherchent l'inclusion sociale et le dialogue interculturel.

Dans le contexte des réfugiés syriens, nous sommes confrontés à des défis particuliers, car beaucoup de ces individus n'ont pas d'objets de grande valeur matérielle ou de rareté à restituer à leur pays d'origine. Dans ce sens, les musées ont une opportunité unique de jouer un rôle transformateur, en favorisant l'inclusion et la visibilité de ces communautés, non seulement en tant que bénéficiaires passifs d'aide, mais en tant que protagonistes de leurs propres

histoires, comme dans le cas du Musée des choses banales, dans le sud du Brésil.

La décentralisation du discours est un aspect crucial de ce processus. Les musées doivent renoncer au contrôle exclusif et embrasser la diversité des voix et des récits. Cela nécessite un partenariat, une collaboration et une participation active des communautés de réfugiés dans la curation et la présentation de leur propre patrimoine. À travers l'art et la visibilité offerts par les expositions, les musées peuvent créer des espaces authentiques de rencontre et de reconnaissance, permettant aux réfugiés d'exprimer leurs expériences et leurs perspectives.

Le développement de nouveaux concepts et de nouvelles formes de préservation du patrimoine des dépossédés est un chemin inévitable de reconnaissance, d'autonomisation et de construction de ponts entre les cultures. En adoptant cette perspective décoloniale, les musées peuvent devenir des agents de changement et de transformation sociale, contribuant à la construction d'un monde plus juste, solidaire et inclusif pour les réfugiés syriens et toutes les communautés marginalisées.

En fin de compte, la quête de la préservation culturelle et de l'insertion sociale dans le contexte des réfugiés exige une profonde réflexion sur le rôle des musées dans la société actuelle. En favorisant la justice cognitive et la valorisation des identités culturelles, les musées peuvent devenir des espaces qui transcendent les frontières, favorisant la compréhension mutuelle et la construction d'un avenir plus égalitaire pour tous. Ce voyage vers la décolonisation est un appel à l'humanité, une opportunité de sauvegarder et de respecter les riches héritages culturels des communautés déplacées, en veillant à ce que leurs voix soient entendues et que leurs histoires soient racontées avec authenticité et dignité.

Bibliographie

Brulon-Soares, B.C. (2012). *Máscaras guardadas: musealização e descolonização*. Thèse (Doctorat en Anthropologie) - Programme d'études supérieures en Anthropologie, Université Fédérale Fluminense, Niterói.

CENDOYA-LAFLEUR, Jessica; LAVOREL, Marie; DAVALLON, Jean. (2015). "Patrimonialiser la mémoire de la guerre au musée : entre Histoire et témoignage." Dans *Mémoire et nouveaux patrimoines*, OpenEdition Press.

FOUCAULT, Michel. (1971). *L'ordre du discours* : leçon inaugurale au Collège de France prononcée le 2 décembre 1970. Gallimard.

FOUCAULT, Michel. *Les mots et les choses*. Paris : Gallimard, 1966.

FOUCAULT, Michel. *Il faut défendre la société*. Cours au Collège de France (1975-1976). dir. EWALD, François; BERTANI, Mauro; FONTANA, Alessandro. Le Foucault Électronique, 2001.

MacGregor, Neil. (2021). "À monde nouveau, musées nouveaux: des 'contes' à régler". Dans MacGregor, Neil (dir.), *À monde nouveau, nouveaux musées: Les musées, les monuments et la communauté réinventée*, Musée du Louvre éd., 33-51.

Wahnich, Sophie. (2017). "L'immigration produit du patrimoine négatif. Le rôle du musée". *Communications*, 100(1), 119-135.

White, Benjamin Thomas. (2017). "Refugees and the Definition of Syria, 1920–1939." *Past & Present*, 235(1), 141–178. doi:10.1093/pastj/gtw048.

Arab American National Museum. (s.d.). What We Carried: Fragments & Memories From Iraq & Syria. Récupéré de <https://arabamericanmuseum.org/exhibition/what-we-carried/> (Accès le 12/07/2023).

Ayman Al Joumaa. (2020). "« Tu viens d'où ? » : réponses, mémoires et identités de réfugiés syriens". *Mémoire(s), identité(s), marginalité(s) dans le monde occidental contemporain*, 22. Récupéré de: <http://journals.openedition.org/mimmoc/3973> (accès le 18/07/2023).

Brooklyn Museum. Syria, Then and Now: Stories from Refugees a Century Apart. Récupéré de : https://www.brooklynmuseum.org/exhibitions/syria_then_now (Accès le 11/07/2023).

ACNUR - Agência da ONU para Refugiados. (2022). No Dia Mundial do Refugiado, Brasil atualiza dados sobre população refugiada no país. Récupéré de <https://www.acnur.org/portugues/2022/06/21/no-dia-mundial-do-refugiado-brasil-atualiza-dados-sobre-populacao-refugiada-no-pais/>. (Accès le 11/07/2023)

Museu das Coisas Banais. (s.d.). Memória do Refúgio e da Migração em Objetos - Meu Diploma. Récupéré de: <https://museudascoisasbanais.com.br/exposicao/memoria-do-refugio-e-da-migracao-em-objetos/meu-diploma/> (Accès le 11/07/2023).

RIBEIRO, António Pinto. "Podemos descolonizar os museus?" In: RIBEIRO, António Sousa; RIBEIRO, Margarida Calafate. *Geometrias da Memória: Configurações pós-coloniais*. Porto: Universidade de Coimbra, 2016.

POMIAN, Krzysztof. "Collection : une typologie historique." In: *Romantisme*, 2001, n°112. La collection. pp. 9-22;

MBEMBE, Achille. *Critique de la raison nègre*, Paris, Éditions La Découverte, 2013.

Alcoolismo e os impactos à saúde em Comunidades Indígenas da Região Norte do Brasil: uma revisão integrativa

Rebeca de Paula Belmont¹

Jonas Kevin Neto²

Ana Júlia Oliveira Szimanski³

Carolina Pagnussat Gasparin⁴

Rafael Ademir Oliveira de Andrade⁵

Cristiano de Almeida Fernandes⁶

Resumo

O consumo abusivo de álcool entre povos indígenas da Região Norte do Brasil tem se intensificado ao longo dos anos, influenciado por fatores históricos, sociais e culturais. O contato com bebidas industrializadas modificou padrões tradicionais de consumo, resultando em aumento da violência, desnutrição e doenças crônicas. Esta revisão sistemática objetivou analisar o impacto do alcoolismo nas comunidades indígenas da região, considerando os aspectos epidemiológicos, socioculturais e de saúde. A busca de artigos foi realizada nas bases SciELO, Google Acadêmico, ARCA da Fiocruz e CESIR/UNIR, utilizando os descritores “saúde indígena”, “alcoolismo” e “Amazônia”. Foram selecionados seis artigos e uma dissertação para análise. Os resultados indicam que a introdução do álcool industrializado desestruturou práticas tradicionais de consumo, contribuindo para a marginalização social e o enfraquecimento das identidades culturais indígenas. A análise também apontou limitações das políticas públicas, que frequentemente desconsideram a especificidade sociocultural dessas populações. Algumas comunidades, no entanto, têm implementado estratégias próprias para mitigar o impacto do alcoolismo, como restrição ao acesso ao álcool e fortalecimento de práticas culturais. Conclui-se que o enfrentamento do alcoolismo entre indígenas exige uma abordagem multidimensional, que integre estratégias médicas e tradicionais, promovendo a participação ativa das lideranças indígenas.

Palavras-chaves: Alcoolismo; Povos Indígenas; Saúde Pública; Medicina; Amazônia.

¹ Discente do Curso de Medicina pelo Centro Universitário São Lucas Porto Velho Afya.

² Discente do Curso de Medicina pelo Centro Universitário São Lucas Porto Velho Afya.

³ Discente do Curso de Medicina pelo Centro Universitário São Lucas Porto Velho Afya.

⁴ Discente do Curso de Medicina pelo Centro Universitário São Lucas Porto Velho Afya.

⁵ Doutor em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, professor no curso de Medicina no Centro Universitário São Lucas Porto Velho Afya.

⁶ Mestre em Psicologia, professor no curso de Psicologia no Centro Universitário São Lucas Porto Velho Afya.

Abstract

The abusive consumption of alcohol among Indigenous peoples in the Northern Region of Brazil has intensified over the years, influenced by historical, social, and cultural factors. The contact with industrialized alcoholic beverages has modified traditional consumption patterns, leading to increased violence, malnutrition, and chronic diseases. This systematic review aimed to analyze the impact of alcoholism on Indigenous communities in the region, considering epidemiological, sociocultural, and health aspects. The article search was conducted in SciELO, Google Scholar, ARCA of Fiocruz, and CESIR/UNIR databases, using the descriptors "Indigenous health," "alcoholism," and "Amazon." Six articles and one dissertation were selected for analysis. The results indicate that the introduction of industrialized alcohol has disrupted traditional consumption practices, contributing to social marginalization and the weakening of Indigenous cultural identities. The analysis also pointed out limitations in public policies, which often fail to consider the sociocultural specificities of these populations. However, some communities have implemented their own strategies to mitigate the impact of alcoholism, such as restricting alcohol access and strengthening cultural practices. It is concluded that addressing alcoholism among Indigenous peoples requires a multidimensional approach that integrates medical and traditional strategies, promoting the active participation of Indigenous leadership.

Keywords: Alcoholism; Indigenous Peoples; Public Health; Medicine; Amazon.

Introdução

O álcool é uma das substâncias psicoativas mais consumidas no mundo. No contexto dos povos nativos, o abuso de álcool não é um fenômeno recente e tem sido identificado como um problema de alta relevância para os programas de saúde. Nesse sentido Guimarães e Grubits (2007) apud Coloma (2001) ressaltam que atualmente, o consumo abusivo de bebidas alcoólicas representa um dos maiores desafios enfrentados pelas comunidades indígenas.

No Brasil, o consumo de bebidas alcoólicas é influenciado por fatores sociais, históricos, culturais, sanitários e econômicos. Segundo dados do Ministério da Saúde, estima-se que 5,6% da população preencha critérios para uso prejudicial do álcool (Brasil, 2019, p. 07). De maneira semelhante, nas

populações indígenas, o abuso de bebidas alcoólicas tem sido apontado como um dos mais graves problemas de saúde, afetando diretamente diferentes povos tradicionais.

A introdução do álcool nas comunidades indígenas tem história remota e esteve frequentemente associada a interesses colonialistas desde o período do Brasil Colônia. Durante a colonização portuguesa, os padres jesuítas desempenharam um papel fundamental na imposição de valores religiosos e culturais, contribuindo para o enraizamento do consumo de álcool entre os indígenas. Essa influência cultural se perpetuou e, até os dias atuais, a ingestão de bebidas alcoólicas continua sendo um elemento presente nas dinâmicas sociais dessas comunidades.

Para diversos povos tradicionais, o consumo de bebidas fermentadas tradicionais esteve historicamente vinculado a contextos rituais festivos. Nessas ocasiões, o consumo era controlado e cessava com o término da bebida disponível. No entanto, com a evolução da sociedade e a facilidade de acesso ao álcool industrializado, essa dinâmica foi alterada, resultando em dificuldades no controle do consumo dentro das comunidades.

O aumento do abuso de álcool tem sido associado a diversos impactos negativos, como a elevação da violência doméstica, homicídios, tentativas de homicídio, divórcios e problemas graves de saúde, incluindo óbitos por cirrose hepática (Farias, Dimenstein e Leite, 2021). Esse cenário afeta diretamente as estratégias de prevenção e promoção da saúde nessas comunidades.

Sobral (2022) aponta que um dos principais desafios enfrentados pelos serviços de saúde é a falta de modelos de atenção que considerem a realidade sociocultural das populações indígenas. Compreender a dinâmica do consumo de álcool nesses grupos exige um olhar que considere os valores e práticas culturais transmitidos ao longo de gerações.

Atualmente, observa-se que algumas comunidades indígenas evangelizadas apresentam uma redução significativa no consumo de álcool. Isso ocorre porque igrejas protestantes vetam o consumo de bebidas alcoólicas,

promovendo uma mudança nos hábitos culturais dessas comunidades (Mendes et al., 2020).

Os riscos à saúde decorrentes do consumo excessivo de álcool são amplamente documentados. O etanol está relacionado ao desenvolvimento de transtornos mentais, comportamentais, dependência química, cirrose hepática, câncer, doenças cardiovasculares e desnutrição. Ademais, o aumento da ingestão de álcool compromete a resolução do problema, perpetuando um ciclo vicioso que afeta diretamente a qualidade de vida dos povos indígenas.

Diante desse cenário, percebe-se que o abuso do álcool entre os povos indígenas é um fenômeno complexo, enraizado em um contexto histórico e social de longa data. Além disso, o consumo excessivo de álcool está frequentemente relacionado à busca por alívio de problemas sociais e emocionais, agravando ainda mais a situação de vulnerabilidade dessas comunidades.

Nesse sentido, este artigo busca analisar o impacto do etilismo sobre os povos indígenas da região Norte, considerando os dados epidemiológicos existentes e a literatura científica. Também serão discutidos os aspectos socioculturais relacionados ao enraizamento do consumo de álcool nessas populações, bem como a evolução desse fenômeno ao longo dos anos e seus malefícios para a saúde e a qualidade de vida das comunidades indígenas.

Metodologia

Este estudo foi conduzido por meio de uma análise bibliométrica, a partir de uma revisão sistemática da produção científica sobre alcoolismo e povos indígenas na Região Norte. Para isso, foram consultados bancos de dados considerados relevantes pelos pesquisadores, como Scielo, Google Acadêmico, ARCA da Fiocruz e a página oficial do Centro de Estudos em Saúde do Índio (CESIR/UNIR). As palavras-chave utilizadas para a busca foram: "saúde indígena", "alcoolismo" e "Amazônia".

Inicialmente, foram considerados todos os trabalhos que abordassem diretamente o objeto da pesquisa, com o objetivo de definir o estado da produção acadêmica sobre o tema, contemplando autores que investigam diretamente

essa problemática. Assim, foram incluídos no corpus os estudos que abordam a população indígena dentro do território brasileiro e que realizam uma análise direta do tema em questão, desde que estivessem publicados e disponíveis integralmente. Foram excluídos textos sem relação direta com o objeto de estudo, que não estivessem publicados integralmente ou que abordassem povos indígenas fora do Brasil. A seleção dos estudos foi realizada a partir da leitura do resumo dos trabalhos.

Não foi estabelecido um recorte temporal, considerando a escassez de trabalhos sobre o tema e a distribuição temporal ampla dessas produções. Contudo, o recorte geográfico foi delimitado a estudos que tratam especificamente das populações indígenas da Região Norte do Brasil.

O método bibliométrico utilizado para análise e seleção do corpus consistiu na aplicação sequencial das palavras-chave. Inicialmente, cada termo foi inserido separadamente nos mecanismos de busca, seguindo a ordem estabelecida: primeiro "saúde indígena", depois "alcoolismo" e, por fim, "Amazônia". A seleção inicial foi feita com base nos títulos dos trabalhos encontrados, formando um corpus mais amplo. Em seguida, foi realizada a leitura dos resumos para filtrar os estudos mais pertinentes ao objeto de pesquisa, que foram posteriormente analisados na revisão bibliográfica.

A análise dos textos selecionados contemplou as seguintes categorias: formas de contato com o álcool (tradicional ou pós-contato), categorias e formas de violência decorrentes do alcoolismo, atenção à saúde para questões relacionadas ao alcoolismo e etnoestratégias de enfrentamento dessa problemática. Dessa forma, buscou-se compreender como os estudos são construídos na área e quais são suas principais conclusões sobre essas questões.

A partir do levantamento bibliométrico, foram selecionados seis artigos e uma dissertação para análise nesta revisão bibliográfica, sendo eles:

- 1) Aspectos psicológicos na utilização de bebidas alcoólicas entre os karitiana, de Vianna, Cedaro & Ott (2012).

- 2) O processo de alcoolização entre os Tenharim das aldeias do rio Marmelos, AM, Brasil.- Pereira, Priscilla Perez da Silva; Ott, Ari Miguel Teixeira (2012).
- 3) Impactos comportamentais associados ao etilismo nas etnias do Amazonas: Uma revisão sistemática da literatura, de Souza Maximiliano Loiola Ponte; Garnelo, Luiza (2013).
- 4) Cachaça, Concreto e Sangue! Saúde, Alcoolismo e Violência Povos Indígenas no Contexto da Hidrelétrica de Belo Monte. De Domingues, Willian César Lopes (2017).
- 5) O processo da alcoolização em populações indígenas do Alto Rio Negro e as limitações do CAGE como instrumento de screeningng para dependência ao álcool. De Souza, Maximiliano Loiola Pontes, Júlio César, Garnelo, Luiza. (2007).
- 6) Quando, como e o que se Bebe: o processo de alcoolização entre povos indígenas do Alto Rio Negro, Brasil. Secundino, Francisco Karyvaldo Magalhães.
- 7) Drogas e cultura: novas perspectivas. Usos e abusos de bebidas alcoólicas segundo os povos indígenas do Uacà. Labate, Beatriz Caiuby; Goulart, Sandra; Fiore, Maurício; MacRae, Edward; Carneiro, Henrique (orgs, 2008).

TABELA 1 – Levantamento dos Artigos Encontrados

Autores e ano	Metodologia	Objetivos	Período da coleta de dados
Pereira & Otto (2012)	Enfoque antropológico, com observação participante e análise quantitativa.	Analisar o processo de alcoolização entre os Tenharim do Rio Marmelos e suas implicações sociais e culturais.	Coleta de dados realizada entre julho de 2009 e janeiro de 2010.
Souza & Garnelo (2013)	Etnográfica, baseada na abordagem interpretativa de Geertz, utilizando observações participantes, entrevistas semi estruturadas e grupos focais.	Analisar o processo de alcoolização entre povos indígenas do Alto Rio Negro, considerando o contexto sociocultural e histórico.	2012 a 2013.
Domingues (2017)	Pesquisa qualitativa, com entrevistas e análise documental.	Investigar a relação entre saúde, alcoolismo e violência entre povos indígenas no contexto da construção da Hidrelétrica de Belo Monte.	
Souza, Schweickardt & Garnelo (2007)	Investigação qualitativa interdisciplinar, baseada na teoria de Geertz e Menendez.	Avaliar a validade do CAGE como instrumento de triagem para dependência de álcool em populações indígenas do Alto Rio Negro.	2002 a 2004.
Secundino (2024)	Revisão sistemática da literatura, com busca em bases como Google Acadêmico, CAPES e SciELO.	Analisar os impactos comportamentais do etilismo entre etnias do Amazonas.	Entre 2019 e 2023.
Labate, Goulart,	Análise	Explorar os usos e	

Fiore, MacRae & Carneiro (2008)	antropológica e sociocultural.	abusos de bebidas alcoólicas entre povos indígenas do Uaçá e suas implicações culturais.	
Vianna, Cedaro & Ott (2012)	Pesquisa qualitativa, com entrevistas e análise de dados psicológicos.	Investigar os aspectos psicológicos na utilização de bebidas alcoólicas entre os Karitiana.	2009, com visitas à FUNAI e três incursões à aldeia Karitiana.

Fonte: Os Autores (2024).

Resultados e discussões

Os resultados analisados a partir da revisão dos artigos pressupõem que o processo de alcoolização entre populações indígenas no Brasil é multifacetado e impactado por diversos fatores históricos, sociais e culturais. Souza e Garnelo (2013) apontam que a introdução de bebidas destiladas alterou profundamente os padrões de consumo, substituindo práticas tradicionais de consumo controlado por um modelo desregulado e problemático.

Em todas as regiões estudadas, observou-se que o contato interétnico e a introdução de bebidas industrializadas alteraram significativamente os padrões tradicionais de consumo de bebidas fermentadas, como o caxiri e o cauim. Antes consumidas em contextos rituais e sociais bem definidos, essas bebidas passaram a ser substituídas por destilados como a cachaça, resultando em novas dinâmicas de consumo, muitas vezes associadas à dependência e à desestruturação social. Domingues (2017) enfatiza que o impacto do barramento dos rios e a consequente mudança na vida das comunidades agravaram o problema do alcoolismo entre os povos indígenas da região do Xingu.

A princípio, é notado o impacto do alcoolismo sobre a saúde física e mental das comunidades, sendo associado a um aumento nos casos de doenças crônicas, como hipertensão e diabetes, além do crescimento da incidência de

doenças sexualmente transmissíveis e desnutrição. De acordo com Secundino et al. (2024, p. 441), "a desestruturação social decorrente do alcoolismo compromete a coesão comunitária, levando ao aumento da violência e de problemas de saúde mental". Dessa maneira, apresenta-se um aumento na violência intra e extra comunitária, incluindo agressões físicas, homicídios e violência doméstica, especialmente entre grupos que perderam parte de sua autonomia econômica e territorial, o que corrobora para um maior agravamento na saúde e segurança pública.

O consumo de álcool e sua relação com a organização social foram outro ponto recorrente. Em algumas comunidades, como as dos Tenharim e do Alto Rio Negro, ainda existem regras que tentam regular o consumo, limitando-o a contextos festivos e rituais. Entretanto, Vianna, Cedaro e Ott (2012, p. 51) destacam que "os padrões de consumo têm sido alterados, com um crescimento do consumo individual e fora dos espaços tradicionais". Observa-se que em muitos casos essas normas têm sido transgredidas, especialmente entre os jovens, que passam a consumir álcool de forma descontrolada, muitas vezes influenciados por agentes externos, como trabalhadores urbanos, fazendeiros e comerciantes. Essa mudança de padrão está diretamente ligada ao processo de introdução de valores ocidentais que desconsideram as especificidades culturais dos povos tradicionais.

Outro aspecto relevante discutido nos artigos é a insuficiência das políticas públicas voltadas para o alcoolismo indígena. As iniciativas de prevenção e tratamento são escassas e, quando existem, são baseadas em modelos biomédicos que nem sempre dialogam com as concepções culturais indígenas sobre o uso do álcool. Souza et al. (2007) apontam que "o uso de instrumentos de triagem, como o CAGE, mostra-se ineficaz para diagnosticar dependência alcoólica entre indígenas, pois não leva em conta a especificidade do processo de alcoolização". A falta de um modelo de intervenção que considere as especificidades sociais e simbólicas do consumo de álcool entre os povos indígenas contribui para a perpetuação do problema e para a marginalização dos

indivíduos afetados. Logo, evidenciam-se os seguintes pontos a serem discutidos.

Formas de contato com o álcool (tradicional ou pós-contato)

O consumo de bebidas alcoólicas entre os povos indígenas possuía, originalmente, um caráter ritualístico e socialmente regulado. Souza e Garnelo (2013, p. 650) destacam que "o caxiri e outras bebidas fermentadas, como o cauim, têm relatos de sua utilização desde 1924". A bebida era utilizada de maneira cerimonial, como descrito por Nimuendajú (1924), que a menciona como um ato sem importância entre os Kagwahiva. Freitas (1926) e Silva (2006) registram que a bebida era consumida em rituais pós-guerra, conhecidos como "festa da quebra da cabeça do inimigo", além de ser servida juntamente com refeições.

Com o contato interétnico e a introdução de destilados, essa dinâmica se modificou profundamente. Segundo Pereira e Ott (2012, p. 539), "a cachaça passou a ser consumida sem a regulação ritual, tornando-se um elemento desestruturador". Estudos comparativos reforçam que a influência externa intensificou o consumo problemático ao retirar a regulamentação social anteriormente estabelecida (Domingues, 2017). Além disso, há indícios de que a introdução de novas bebidas industriais foi mediada por relações de exploração econômica, nas quais garimpeiros e comerciantes utilizavam o álcool como forma de domínio.

Diferentes grupos indígenas manifestam padrões distintos de contato com o álcool. Algumas etnias mantêm certas tradições rituais, enquanto outras adotaram um consumo mais intenso e sem regulação social (Vianna, Cedaro e Ott, 2012). Outra mudança relevante está na permissão de ingestão de bebidas alcoólicas por crianças e adolescentes, algo que antes era proibido. Mendes et al. (2020, p. 102) afirmam que "o consumo de caxiri, antes preparado pelos mais velhos, tem sido substituído pelo uso predominante de bebidas industrializadas".

Outro fator relevante para o aumento do consumo de álcool nas comunidades indígenas está ligado à pacificação e à transculturalidade. Melo et

al. (2011, p. 320) destacam que "a morte de vários integrantes, especialmente os mais velhos, resultou na perda de conhecimentos tradicionais, rituais e costumes". Com a perda desses anciões e a influência crescente da cultura não indígena, o consumo de bebidas destiladas de maior teor alcoólico tornou-se predominante, substituindo a fermentação artesanal.

Categorias e formas de violências decorrentes do alcoolismo

O alcoolismo nas comunidades indígenas está diretamente relacionado ao aumento da violência, tanto em nível intracomunitário quanto extracomunitário. Souza et al. (2007, p. 747) indicam que "o consumo excessivo de álcool tem sido um fator determinante no aumento da violência doméstica e na fragmentação social". Vianna, Cedaro e Ott (2012, p. 100) ressaltam que "as tensões geradas pelo abuso de álcool exacerbam conflitos familiares e comunitários, muitas vezes culminando em agressões físicas e homicídios".

A violência contra mulheres indígenas também se intensificou. Domingues (2017, p. 52) aponta que "a dependência do álcool tem sido usada como um mecanismo de domínio dentro dos lares, ampliando o ciclo de violência de gênero". Neste mesmo texto, o autor entrevista alguns indivíduos da comunidade, em um dos relatos nota-se a expulsão de um membro da aldeia após episódios de "cachaçada":

"Eu não sei porque que eu estou bebendo, o pessoal disse que eu fico doido quando bebo e quero brigar com eles, não estão me querendo mais na aldeia, já tem um dois meses que eu não vou lá, nem vi mais minha mulher. Eu comecei a beber quando a gente vinha para as reuniões, primeiro era cerveja, depois cachaça mesmo. Lá na aldeia os trabalhadores da empresa davam cachaça pros trabalhadores que eles contratavam, eu era contratado, aí depois eu vinha pra cidade e fiquei gostando de beber. Eu quero parar, mas agora tá difícil, todo mundo dá cachaça pra gente. A barragem pode até ter melhorado pro pessoal, mas pra mim ficou pior porque agora eu bebo direto e antes eu só queria pescar, caçar, trabalhar na roça, ficar na aldeia mesmo". (Entrevista – Domingues, 2017, p. 88).

Atenção em saúde para questões relacionadas alcoolismo

A resposta das políticas públicas ao alcoolismo indígena ainda é insuficiente. Souza et al. (2007, p. 95) criticam a inadequabilidade da saúde pública frente a população dos povos tradicionais, afirmando que "ferramentas ocidentais como o CAGE não capturam as especificidades culturais do consumo indígena". Secundino *et al.* (2024) ressaltam que a falta de equipes multidisciplinares, que incluam antropólogos e lideranças indígenas, prejudica a efetividade das intervenções.

A dificuldade de acesso aos serviços de saúde também impacta diretamente as taxas de recuperação e prevenção do alcoolismo entre os indígenas. Domingues (2017, p. 24) argumenta que "as iniciativas governamentais são esporádicas e não há continuidade na oferta de tratamentos específicos".

Além disso, há poucos programas que consideram abordagens tradicionais de cura e cuidado. Em algumas comunidades, práticas de cura espiritual e tratamentos baseados em ervas são amplamente aceitos, mas raramente são incorporados às políticas de atenção à saúde.

Etnoestratégias para a questão do alcoolismo

Muitas comunidades têm adotado estratégias próprias para lidar com o problema. Pereira e Ott (2012, p. 963) destacam que "algumas aldeias implementaram restrições ao acesso ao álcool e reforçaram a importância dos rituais tradicionais como forma de regulação". Souza e Garnelo (2013, p. 180) enfatizam que "a participação ativa das lideranças na construção de políticas locais tem se mostrado essencial para a mitigação dos danos".

Além de medidas restritivas, algumas aldeias têm desenvolvido programas de conscientização e fortalecimento cultural. A revalorização de práticas ancestrais e a promoção de atividades comunitárias sem a presença do álcool têm se mostrado alternativas eficazes para reduzir o impacto do alcoolismo.

Algumas lideranças indígenas também reivindicam maior autonomia para formular políticas específicas para suas comunidades, enfatizando que uma abordagem integrativa, que respeite suas tradições, pode ser mais eficaz do que

intervenções puramente biomédicas. Isso inclui a criação de espaços de apoio psicossocial dentro das aldeias, a formação de agentes comunitários de saúde indígenas e o incentivo à realização de rituais e celebrações que resgatem os valores culturais ancestrais. Essas medidas visam não apenas reduzir o consumo de álcool, mas também fortalecer a identidade e a coesão social dessas populações vulneráveis.

Por fim, a discussão dos dados evidencia a necessidade de uma abordagem integrada para enfrentar a alcoolização entre povos indígenas, considerando não apenas os aspectos de saúde, mas também os fatores sociais, culturais e históricos que influenciam o fenômeno. A participação das lideranças indígenas e o respeito aos seus saberes tradicionais devem ser elementos centrais em qualquer estratégia de intervenção e prevenção. Como ressaltam Souza e Garnelo (2013, p. 45), "o reconhecimento das especificidades culturais é fundamental para a construção de políticas públicas eficazes e respeitosas às comunidades indígenas".

Conclusão

O consumo abusivo de álcool entre os povos indígenas da região Norte do Brasil é um problema complexo, influenciado por fatores históricos, socioculturais e econômicos. A revisão bibliográfica realizada neste estudo demonstrou que a introdução do álcool industrializado alterou significativamente os padrões tradicionais de consumo, resultando em um aumento da dependência alcoólica e de seus impactos negativos sobre a saúde física e mental dessas populações. O alcoolismo também tem sido associado ao aumento da violência intracomunitária, à desestruturação social e à marginalização econômica e cultural dos povos tradicionais.

Os estudos revisados apontam que, apesar da gravidade do problema, as políticas públicas voltadas para a prevenção e tratamento do alcoolismo indígena ainda são insuficientes e, muitas vezes, inadequadas por não considerarem as especificidades culturais e sociais dessas comunidades. Modelos biomédicos convencionais demonstram limitações na abordagem do problema, uma vez que

desconsideram as práticas tradicionais de regulação do consumo e a necessidade de uma intervenção sensível aos valores e às dinâmicas socioculturais locais.

Por outro lado, algumas comunidades indígenas têm desenvolvido etnoestratégias para mitigar os efeitos do alcoolismo, incluindo a revalorização de práticas culturais, restrição ao acesso ao álcool e programas comunitários de conscientização. Tais iniciativas reforçam a importância de envolver as lideranças indígenas no processo de formulação de políticas de prevenção e tratamento do alcoolismo, bem como a necessidade de programas de saúde integrativos que considerem tanto abordagens biomédicas quanto tradicionais.

Diante disso, conclui-se que o enfrentamento do alcoolismo entre povos indígenas requer uma abordagem multidimensional, que leve em conta os fatores históricos, sociais e culturais que permeiam essa problemática. A construção de políticas públicas eficazes deve priorizar o respeito às especificidades dos povos indígenas e promover a participação ativa das comunidades na elaboração de estratégias de prevenção e intervenção, visando à melhoria da qualidade de vida e à preservação da identidade cultural desses povos.

Referências

BARRETO, Ivan Farias; DIMENSTEIN, Magda; FERREIRA LEITE, Jáder. Percepções sobre o uso de álcool em uma comunidade indígena potiguar.

Psicologia: Teoria e Pesquisa, Brasília, v. 38, 2022. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/revistapt/article/view/36437>. Acesso em: 08 fev. 2025. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102.3772e38419.en>.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Secretaria Especial de Saúde Indígena. Departamento de Atenção à Saúde Indígena. Manual de monitoramento do uso do álcool em povos indígenas**. Brasília: Ministério da Saúde, 2019. 18 p.

DOMINGUES, William César Lopes. **Cachaça, concreto e sangue! Saúde, alcoolismo e violência: povos indígenas no contexto da Hidrelétrica de**

Belo Monte. 2017. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

FARIAS BARRETO, Ivan; DIMENSTEIN, Magda; FERREIRA LEITE, Jáder. Percepções sobre o uso de álcool em uma comunidade indígena potiguar. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília, v. 38, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102.3772e38419.en>. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/revistapt/article/view/36437>. Acesso em: 08 fev. 2025.

GUIMARÃES, Liliana A. M.; GRUBITS, Sônia. Alcoolismo e violência nas etnias indígenas: uma visão crítica da situação brasileira. *Psicologia & Sociedade*, v. 19, 1 abr. 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822007000100007>. Acesso em: 08 fev. 2025.

LABATE, Beatriz Caiuby; GOULART, Sandra; FIORE, Maurício; MACRAE, Edward; CARNEIRO, Henrique (Orgs.). **Drogas e cultura: novas perspectivas**. Campinas: Mercado de Letras, 2008.

MELO, Juliana Rízia Félix de et al. Implicações do uso do álcool na comunidade indígena Potiguara. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, v. 21, 2011, p. 319–333. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-73312011000100019>. Acesso em: 08 fev. 2025.

MENDES, Anapaula Martins et al. Representações e práticas de cuidado dos profissionais da saúde indígena em relação ao uso de álcool. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 25, maio 2020, p. 1809–1818. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232020255.34442019>. Acesso em: 08 fev. 2025.

PEREIRA, Priscilla Perez da Silva; OTT, Ari Miguel Teixeira. O processo de alcoolização entre os Tenharim das aldeias do rio Marmelos, AM, Brasil. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, v. 16, n. 43, dez. 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-32832012005000055>. Acesso em: 08 fev. 2025.

SECUNDINO, Francisco Karyvaldo Magalhães et al. Impactos comportamentais associados ao etilismo nas etnias do Amazonas: uma revisão sistemática da literatura. **Revista Psicologia e Saúde em Debate**, v. 10, n. 2, p. 439-452, out. 2024. Disponível em: <http://crossmark.crossref.org/dialog/?doi=10.22289/2446-922X.V10N2A26>. Acesso em: 08 fev. 2025.

SOBRAL, Fábio Batista. Monitorando o uso de álcool entre indígenas. **RECIMA21 - Revista Científica Multidisciplinar**, v. 3, n. 4, p. e341307, 2022. DOI: <https://doi.org/10.47820/recima21.v3i4.1307>. Disponível em: <https://recima21.com.br/index.php/recima21/article/view/1307>. Acesso em: 08 fev. 2025.

SOUZA, Maximiliano Loiola Ponte de; GARNELO, Luiza. Quando, como e o que se bebe: o processo de alcoolização entre povos indígenas do Alto Rio Negro, Brasil. In: SOUZA, Maximiliano Loiola Ponte de (Org.). **Processos de alcoolização Indígena no Brasil: perspectivas plurais**. Rio de Janeiro: SciELO – Editora FIOCRUZ, 2013.

SOUZA, Maximiliano Loiola Ponte; SCHWEICKARDT, Júlio César; GARNELO, Luiza. O processo da alcoolização em populações indígenas do Alto Rio Negro e as limitações do CAGE como instrumento de screening para dependência ao álcool. **Revista de Psiquiatria Clínica**, v. 34, n. 2, p. 90-96, 2007.

VIANNA, João Jackson Bezerra; CEDARO, José Juliano; OTT, Ari Miguel Teixeira. Aspectos psicológicos na utilização de bebidas alcoólicas entre os Karitiana. **Psicologia & Sociedade**, v. 24, n. 1, abr. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/kQRdJdV8KPCmSXXKx6MJpm4s/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 08 fev. 2025. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822012000100011>.

Val Pires e a Xilopretura: memórias e obras de arte afrocentradas

Tamara Campos¹

Cristiane Pereira Borges²

Resumo

O artigo reflete sobre a decolonialidade e o campo das artes plásticas no Brasil e levanta algumas exposições recentes de teor decolonial, no Rio de Janeiro. Em seguida, apresentamos uma artista da Baixada Fluminense e um pouco de sua obra e analisamos a questão decolonial na xilopretura de Val Pires, de forma a dar mais visibilidade e voz para esta artista. A metodologia empregada é a etnografia virtual, a partir da qual temos acesso em primeira mão à voz da artista e a forma como ela apresenta 5 de suas obras.

Palavras-chave: artistas da periferia: artes plásticas: memória

Abstract

The article reflects about decoloniality and the field of visual arts in Brazil and surveys some recent exhibitions with decolonial content in Rio de Janeiro. Next, we present an artist from Baixada Fluminense and a little of her work and analyze the decolonial issue in the xylopretura of Val Pires, in order to give more visibility and voice to this artist. The methodology used is virtual ethnography, from which we have first-hand access to the artist's voice and the way she presents 5 of her works.

Keywords: artists from the periphery: plastic arts: memory

¹ Professora permanente da Universidade UNIGRANRIO no Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Culturas e Artes. Jovem Cientista Mulher pela FAPERJ, com a pesquisa "Arte, substantivo feminino: memórias de artistas plásticas cariocas do século XX", vigência de 2024 a 2027. Doutora em Memória Social pela Unirio na linha de Memória e Linguagem. Mestre em Educação, Cultura e Comunicação pela UERJ, Possui graduação em Jornalismo pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2010) e é Licenciada em Sociologia pela UNESA (2023).

² Possui graduação em Educação Artística com Habilitação em Artes Plásticas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ - 2004). Mestranda no programa de pós-graduação em Humanidades, Culturas e Artes, com ênfase em Gênero, Etnia e Identidade (UNIGRANRIO - bolsista PROSUP/CAPES). Especialista em Gênero e Sexualidade (Faculdade UNYLEYA - 2016). É Professora Docente I - Arte na Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro (SEEDUC), onde atua como professora articuladora. É Professora Docente I - Artes Visuais na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro (SME), onde desenvolve projetos na Sala de Leitura. Artista-educadora, participante do Coletivo Elva e de exposições coletivas e individuais em espaços alternativos de cultura.

Introdução

Temos visto, recentemente, uma quantidade razoável de exposições físicas, além das redes sociais e exposições virtuais que se propõem a valorizar a cultura afro-brasileira e indígena e reparar séculos de apagamentos de artistas negras/es/os e indígenas, contribuindo para a reconstrução desse novo olhar. A pesquisadora Alessandra Simões Paiva (2022, p.38) esclarece que “o movimento decolonial denuncia que as relações de opressão que se expressam violentamente através de noções de classe, gênero, raça e geopolítica também se refletem nas práticas artísticas”. Assim, o machismo marcou profundamente as artes, com as mulheres relegadas ao papel de musa e os homens o de artista. Povos indígenas eram “exotizados” e mulheres negras “erotizadas”, com sua arte enquadrada num regime estético de artesanato (Paiva, 2022, p.38).

Apesar da guinada decolonial que experimentamos na academia desde o grupo Modernidade/Decolonialidade na virada do século XX para o XXI, e mais recentemente de modo social mais amplo, com mais representatividade e presença de afrodescendentes, as narrativas históricas que permeiam o cenário da educação no Brasil ainda privilegiam o eurocentrismo e o protagonismo branco no que tange à cultura e produção de saberes, o que também é uma verdade no campo artístico. A memória de uma história da arte no Ocidente pautada pela trajetória dos artistas homens europeus que invisibilizava outras formas de conhecimento e vida (Campos, 2024) é ainda premente.

O conceito de “colonialidade do ser” (Quijano, 2005) em coro com o conceito de “colonialidade do saber” (Mignolo, 2017), nos ajuda a compreender a fundamentação dessas narrativas. Tais conceitos, que caracterizam a subalternização dos saberes e subjetividades dos colonizados, nos trazem à compreensão de como os conhecimentos pautados nas figuras opressivas dos colonizadores podem influenciar na construção das autoestimas dos sujeitos anulados e apagados da história, enquanto seres potencialmente criativos e como tais apagamentos afetam, inclusive, a autoestima dos profissionais de educação diretamente ligados à docência das artes, em especial as professoras negras e racializadas e as alunas, alunos e alunas.

O artigo reflete a decolonialidade e o campo das artes plásticas no Brasil e levanta algumas exposições recentes de teor decolonial, no Rio de Janeiro. Em seguida, apresentamos uma artista da Baixada Fluminense e um pouco de sua obra e analisamos a questão decolonial na xilopretura de Val Pires, de forma a dar mais visibilidade e voz para esta artista. A metodologia empregada é a etnografia virtual, a partir da qual temos acesso em primeira mão à voz da artista e a forma como ela apresenta sua obra.

Marcos de exposições decoloniais no Brasil

Em 1988, em meio às comemorações do Centenário da Abolição da Escravatura, o artista visual, curador e criador do Museu Afro Brasil (SP) Emanuel Araújo organizou a exposição *A Mão Afro-Brasileira – Significado da contribuição artística e histórica*, no Museu de Arte Moderna, de São Paulo (MAM). Tal exposição foi um marco para arte brasileira, pois contou com a presença de obras de diversos artistas afro-brasileiros, além de obras que demonstram sua presença/participação nas produções artísticas brasileiras. O catálogo resultante da exposição é uma riquíssima documentação sobre a arte afrobrasileira para estudiosos da área de arte.

Em 2022/23 a exposição *Um defeito de cor*, inspirada no livro homônimo de Ana Maria Gonçalves (2006), nos apresentou uma nova geração de artistas negros, no MAR (Museu de Arte do Rio). A curadoria é de Amanda Bonan, Marcelo Campos e da própria autora Ana Maria Gonçalves. A exposição teve 400 obras expostas, de mais de cem artistas, incluindo também obras de artistas do continente africano, além de Rio de Janeiro, Maranhão e Bahia.

Precisamos destacar aqui também a 35ª Bienal de Arte de São Paulo: *Coreografias do impossível*, em 2023, que teve a curadoria de Grada Kilomba, Hélio Menezes, Diane Lima, Manuel Borja-Villel. A Bienal abarcou obras da contemporaneidade, com 121 artistas de diversas nacionalidades, muitos desses artistas brasileiros participaram de outras exposições aqui citadas, posteriores e anteriores à Bienal. Foram expostas mais de 1.100 obras em diversas linguagens artísticas.

A curadoria negra e indígena, sem dúvidas, garante que tenhamos essa gama tão grande de obras expostas, além do esforço das instituições, que se veem forçadas a se encaixarem numa perspectiva histórica de reparação das ausências de artistas negros em seus acervos e em seus espaços de decisão, como as curadorias. A pesquisadora Alessandra Simões Paiva (2022), destaca a novidade desse processo de inclusão nas curadorias, que, ainda de forma tímida, vêm sendo ocupada por pessoas racializadas:

Esse fenômeno é recente no Brasil, onde o número de pessoas afrodescendentes e indígenas em cargos de curadoria sempre foi ínfimo em relação ao número de homens brancos, como apontou Luciara Ribeiro (2020), exemplificando que o Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand (Masp), fundado em 1947, contratou suas primeiras curadoras negras, Horrana de Kássia e Amanda Carneiro, apenas em 2018; e a primeira curadora indígena, Sandra Benites, somente em 2019 (Paiva, 2022, p.24).

Entre 2023 e 2024 acompanhamos importantíssimas exposições, ainda no eixo Rio-São Paulo, como *Encruzilhadas da Arte Afrobrasileira*, realizada no CCB-B-SP, BH e mais recentemente no CCB-B-RJ, que tem curadoria de Deri Andrade. A exposição conta com mais de 140 obras produzidas por artistas negros.

Outra exposição emblemática é a *Dos Brasis*, que também estreou em São Paulo em 2023/24 e, recentemente, chegou ao Rio de Janeiro, especificamente em Petrópolis. Conta com a curadoria de Igor Simões, Lorraine Mendes e Marcelo Campos. *Dos Brasis* nos apresenta mais de 200 obras de artistas negros de diversas regiões do Brasil.

Desde 2023 e perpassando o ano de 2025, o MAR (Museu de Arte do Rio), conta com a exposição *Funk: Um grito de Liberdade e Ousadia*, com curadoria da Equipe MAR, de Taísa Machado e de Dom Filó. A exposição conta a história do funk enquanto manifestação cultural e tem obras de jovens artistas no cenário da arte carioca e brasileira, com obras de Thaís Basilio, Gê Viana, Guilherme Kid, Maxwell Alexandre, Panmela Castro e Thaís Iroko.

Também em São Paulo, no MASP, ocorreu em 2024 a exposição do coletivo indígena MAHKU (Movimento dos Artistas Huni Kuin): *Mirações*, que tem curadoria de Adriano Pedrosa e Ibã Huni Kuin. Foram expostas 108 obras do coletivo, que tem como proposta inicial representar os cantos e mitos do povo Huni Kuin em desenhos.

Recentemente, entre agosto de 2024 e fevereiro 2025, o Espaço Cultural do BNDES, no centro do Rio de Janeiro, recebeu a exposição *Pretagonismos No acervo do Museu Nacional de Belas Artes*, com curadoria de Amauri Dias, Ana Teles, Cláudia Rocha e Reginaldo Tobias. A proposta da exposição é apresentar o protagonismo negro no acervo do MNBA, que é historicamente, marcado por sua origem eurocêntrica.

Val Pires e a xilopretura

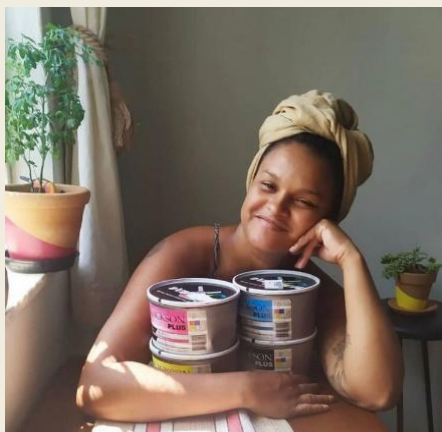


Foto da artista em seu ateliê, disponibilizada no perfil da Xilopretura no Instagram.

Val Pires é uma mulher negra da Baixada Fluminense. Valquiria Pires, de 38 anos, conhecida como Val Pires, é uma artista gravadora negra que mora em Magé, na Baixada Fluminense. Formada em Licenciatura em Artes Visuais, pela UFRJ, a artista é criadora do projeto chamado Xilopretura, uma junção da abreviação da palavra xilo (do grego, madeira) com a palavra “pretura” que tem como foco principal a mulher preta.

Analisamos 5 obras da artista, a partir da etnografia virtual, pois “o uso dos sítios eletrônicos e redes sociais são meios de baixo custo que podem dinamizar a circulação de informações sobre os universos da arte afro-brasileira” (Mattos, 2017, p.94).

O projeto teve início no ano de 2016 e seu objetivo é apresentar, a partir da técnica da xilogravura, a força e a potência de mulheres pretas, conhecidas ou anônimas, cujos papéis sociais carecem de representatividade, como as curandeiras, doulas, mães, tias³.

De acordo com a própria artista⁴, o projeto surgiu da ausência de referenciais de mulheres negras que se distanciassem dos estereótipos que permeiam a nossa sociedade e os estudos acadêmicos. Essa busca é uma demanda de muitas estudantes e professoras-artistas negras e racializadas. A artista possui um perfil pessoal e um artístico no Instagram; no perfil do projeto artístico, sobre o qual nos debruçamos, a artista disponibiliza um hiperlink para sua página de vendas dos trabalhos produzidos por ela.

Ao observar seus trabalhos, nos deparamos com a presença marcante da ancestralidade diaspórica, a desconstrução dos estereótipos atribuídos à mulher preta, religiosidade de matriz africana e exaltação do protagonismo destas mulheres.

Fig. 1



Oferenda à Liberdade, Xilogravura em algodão cru, 200 x 100, 2021.

³ Conexão MUHCAB.

⁴ Entrevista concedida ao Museu da História e da Cultura Afrobrasileira (MUHCAB), para o projeto Conexão MUHCAB.

A obra *oferenda à liberdade* (Fig.1), que faz parte do acervo permanente do MUHCAB, é a representação das quitadeiras/ganhadeiras, mulheres que vendiam quitutes nas ruas e com o dinheiro arrecadado compravam a alforria de mulheres, homens e crianças escravizadas. A obra de Valquiria é repleta de simbolismos. Vemos no cesto as cartas de alforria, que nos comunicam ao objetivo final das ganhadeiras e a espada de São Jorge/Ogum, como símbolo de proteção. Além disso, há, no cesto, guias de búzios que simbolizam também, nas religiões de matriz africana, a proteção. A cobra na parte inferior da obra, faz menção a Oxumarê, que em algumas interpretações, é o Orixá que representa a continuidade do ciclo da vida.

O historiador e professor Nielson Bezerra, no documentário *A última abolição*⁵ (2018), relata que as ganhadeiras compravam, prioritariamente, a alforria das meninas escravizadas, com o propósito de interromper o ciclo de escravidão promovido pelo sistema colonial, que via nas meninas, potenciais geradoras de mais pessoas escravizadas. Outro papel importante das ganhadeiras e “dos chamados negros de ganho” (Nascimento, 2021) era sua organização “em grupos de coesão étnica, para transporte de cargas – volumes diversos, móveis, pianos, tonéis de detritos – ajudava a conservar os laços de língua e cultura” (Nascimento, 2021, p.116).

O estudo de María Lugones sobre a colonialidade de gênero, a partir do conceito de colonialidade do poder, de Anibal Quijano, especifica gênero como uma forma de colonialidade. A autora aponta caminhos para superação da dominação colonial quando afirma que “é preciso construir um feminismo decolonial capaz de construir categorias representativas dos não ditos da modernidade e colonialidade no tocante ao gênero” (Lugones, 2007, p. 193). Na obra de Val Pires vemos representada uma figura política, que ajudava a preservar aspectos culturais da língua e religião, bem como a libertar irmãos e irmãs da escravatura, a partir da culinária e venda de seus produtos. Por uma machismo que associa homem à luta, tais figuras femininas ecoaram menos no

⁵ Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=jGjI8h9_pWg

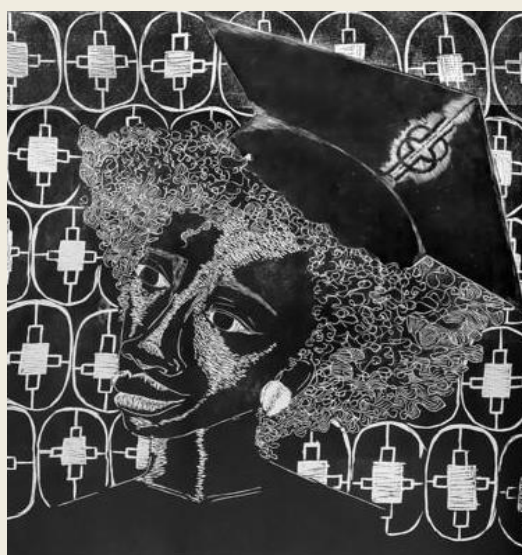
imaginário coletivo acerca do protagonismo dos negros na luta contra a escravidão do que do homem negro virial que lutava pela força física.

Lugones define o feminismo decolonial e a possibilidade de resistência frente à colonialidade de gênero quando chama “a análise da opressão de gênero racializada capitalista de ‘colonialidade do gênero’. Chamo a possibilidade de superar a colonialidade do gênero de ‘feminismo descolonial’” (Lugones, 2014, p.941).

Val Pires, ao retratar na contemporaneidade as mulheres ganhadeiras/quitadeiras, reforça o discurso da resistência da população negra e das mulheres negras, refazendo uma historiografia oficial.

Na obra *Sabedoria ancestral* (Fig.2), Val Pires nos leva a refletir sobre o processo de colonialidade presente na construção do conhecimento de base hegemônica, que subalterniza outras epistemologias, cosmologias e cosmovisões (Grosfoguel, 2016). Grosfoguel revela ainda o sexismo presente no campo do pensamento social e científico:

Fig.2



Sabedoria ancestral, xilogravura em papel, 60 cm x 60 cm, 2019.

O conhecimento produzido a partir das experiências sócio-históricas e concepções de mundo do Sul global – também conhecido como mundo “não ocidental” – é considerado inferior e é segregado na forma de “apartheid epistêmico” (Rabaka,

2010) do cânone de pensamento das disciplinas das universidades ocidentalizadas. Mais ainda: o conhecimento produzido por mulheres (ocidentais ou não ocidentais) é também visto como inferior e fora do elenco do cânone do pensamento. As estruturas fundacionais do conhecimento das universidades ocidentalizadas são epistemicamente racistas e sexistas ao mesmo tempo (Grosfoguel, 2016, p. 28).

A obra, ao representar uma mulher negra que ocupa, de fato, o espaço acadêmico, enfatiza que o conhecimento também é produzido por mulheres negras, carregando consigo um saber oriundo de um caminho trilhado por aquelas que não se calam frente aos processos de exclusão, racismo e sexismo presentes nos espaços de poder. A ancestralidade de mulheres como Beatriz Nascimento, Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Luiza Bairros, Carolina Maria de Jesus, Conceição Evaristo, Neusa Santos Souza, Luiza Mahin, Dandara, Tereza de Benguela, entre outras, possibilita que vejamos, hoje em dia, tantas jovens negras adentrando as diversas áreas do conhecimento e assumindo o seu protagonismo.

O espaço acadêmico “não é um local neutro. Ele é um espaço branco onde o privilégio de fala tem sido negado para as pessoas negras” (Kilomba, 2020, p.50). Portanto, agora, nesses espaços, caminhamos para que não sejamos mais “descritas/os, classificadas/os, desumanizadas/os, primitivizadas/os, brutalizadas/os, mortas/os” (Kilomba, 2019, p.51).

A xilogravura abaixo chama-se *Rito* (Fig.3). Nela, Val Pires nos mostra o ritual do candomblé no qual os iniciados na religião têm suas cabeças raspadas, como parte da liturgia para professar a religião. Na cosmovisão africana sobre os terreiros, este rito marca a iniciação e o renascimento da pessoa iniciada e faz parte do processo de recolhimento, junto a outros rituais sagrados. A xilogravura de Val Pires nos leva a adentrar esse ritual, a fim de compreender as diversas manifestações religiosas presentes no Brasil, mas, principalmente, nos traz a intimidade de uma religiosidade perseguida e alvo frequente do racismo religioso.

Fig. 3



Rito, 28 x 36, 2017

O babalorixá e pesquisador Sidnei Nogueira, em seu livro *Intolerância religiosa*, nos explica que:

A expressão “intolerância religiosa” tem sido utilizada para descrever um conjunto de ideologias e atitudes ofensivas a crenças, rituais e práticas religiosas consideradas não hegemônicas. Práticas estas que, somadas à falta de habilidade ou à vontade em reconhecer e respeitar diferentes crenças de terceiros. Podem ser consideradas crimes de ódio que ferem a liberdade e a dignidade humanas (Nogueira, 2023, p.39).

No entanto, no caso das religiões afrobrasileiras, podemos identificar o componente do racismo nos atos de violência sofridos por terreiros e praticantes do candomblé, umbanda e quimbanda. De acordo com Nogueira: “O processo de demonização dos cultos de matrizes africanas, em última análise, caracteriza a negação da humanidade desses fiéis” (Nogueira, 2023, p.91).

A obra seguinte chama-se *Axé* (Fig.4), e dentro das religiões de matriz africana, a palavra *axé* (Àṣẹ) significa, em iorubá, força, poder, energia. A mão negra segurando a flor nos remete às ialorixás, as chamadas mães de santo, mulheres que são lideranças espirituais nos terreiros. Os detalhes da roupa, guias e o anel de búzios nos revelam o respeito e cuidado que a artista tem ao representar este recorte, que nos leva a imaginar todo o entorno e as vestimentas que adereçam esta mulher.

Fig. 4



Axé 29,70 x 21,00, 2021

Percebemos, portanto, o caráter decolonial nos temas das obras, que abordam um conteúdo religioso que rompe uma tradição católica e possibilitam trazer referências religiosas afrocentradas.

A obra *2 de fevereiro* (Fig. 05), é uma representação de Iemanjá, que, no sincretismo religioso brasileiro, seria Nossa Senhora dos Navegantes, na Bahia, e em outros estados Nossa Senhora da Conceição. A artista, através das hachuras⁶ ao fundo da imagem, nos insere no movimento das águas, onde a Rainha do Mar, de fato reina, demonstrando calma, serenidade, leveza e um corpo real. Ao lado, dentro de um pequeno barco, uma mulher de axé lhe oferta flores.

Fig.05



2 de fevereiro, 66 x 96, 2021

⁶ Técnica artística utilizada para criar efeitos de tons ou sombras a partir do desenho de linhas paralelas próximas.

O culto à Iemanjá (Yèyè omo ejá) surge na Nigéria, com o povo iorubá Egbá. Seu nome significa mãe cujos filhos são peixes⁷. Sua simbologia original se relaciona com os rios e, no Brasil, com as águas, de um modo geral. No candomblé e na umbanda é reconhecida como rainha das águas, mares e oceanos, sendo bastante cultuada e, talvez, o Orixá mais conhecido em terras brasileiras.

Para muitos, Iemanjá é símbolo de força feminina e está relacionada aos partos, às gestações e às crianças, além da proteção aos pescadores. Valquiria nos traz uma Iemanjá mais próxima das representações sincréticas, pois é muito comum identificarmos imagens que a representam como mulher branca, esguia, de cabelos lisos pretos e usando vestido azul, uma tentativa de embranquecimento e apropriação dos mitos Iorubás por colonizadores. O babalawo Ivanir dos Santos (2016) esclarece que “Para o povo iorubá, Iemanjá é o mar, não tem forma nenhuma, não é sereia, nem mulher. A figura negra ou branca vem do sincretismo com a sereia da umbanda e com santos católicos”⁸. Outros pesquisadores como Cíntia Maria (2023), diretora do Museu Nacional da Cultura Afro-Brasileira (Muncab), na Bahia, nos diz que

Antes de ser energia, eles são os nossos antepassados. Assim como nós respeitamos as características físicas dos santos católicos; quando se trata de uma deidade africana, é importante levar em consideração os traços desses povos. Ainda que não tenhamos uma fotografia de Iemanjá, como temos de irmã Dulce, por exemplo, nós sabemos que ela passou a ser cultuada no rio Yemojá, na Nigéria, e essa informação já nos traz elementos para formar o que seria essa imagem⁹.

Cíntia foi a idealizadora da primeira escultura negra de Iemanjá, que agora fica na Casa de Iemanjá, em Salvador, na Bahia, local que, até então, era repleto

⁷ <https://www.mpf.mp.br/pfdc/direitos-humanos-todo-dia/fevereiro/dia-2-de-fevereiro-dia-de-iemanja#:~:text=No%20sincretismo%20religioso%20brasileiro%2C%20Iemanjá%20da%20Conceição%20de%20Iguatema%20e%20outras%20denominações%20de%20Iemanjá,da%20Conceição%20de%20Iguatema%20e%20outras%20denominações%20de%20Iemanjá>. ACESSADO EM 25/11/24

⁸ <https://www.geledes.org.br/farm-representa-iemanja-com-modelo-branca-e-causa-polemica-na-web/> ACESSADO EM 17/11/2024

⁹ <https://www.geledes.org.br/comunidade-que-iniciou-festa-de-iemanja-ganha-1o-imagem-negra-do-orixa/> ACESSADO EM 17/11/2024

de imagens euroreferenciadas do Orixá. A escultura foi feita pelo artista plástico amazonense Rodrigo Siqueira.

Representações que se aproximam da realidade dos que comungam dessas religiosidades trazem o Orixá para perto daquelas/es que o cultuam; essa aproximação também colabora para a construção de suas identidades. Portanto, Valquíria nos traz uma representação que exalta o sagrado feminino na construção corpórea de sua Iemanjá. O corpo nu, não sexualizado ou exotificado, é apenas beleza e pertencimento. Nogueira (2020), ao discorrer a respeito da visão sobre as mulheres nas Comunidades Tradicionais de Terreiro (CTTro), observa que:

Ao contrário do padrão de grande parte das crenças ocidentais que reduz a mulher a apenas dois papéis - mãe e esposa -, para que sirva sempre aos propósitos do marido, nas CTTro, de acordo com os *itãn*, podem ser mulheres, mães, guerreiras, sedutoras, caçadoras, amantes, independentes, profissionais, sagradas e mães sem um marido. E o sentido da palavra “mulher” não se dá por exclusão ou por hierarquização de papéis menos e mais importantes (Nogueira, 2023, p.132).

Pensando no âmbito da escola pública, que deveria, como as demais instituições, ser um espaço laico, seria de grande valia para nossos estudantes, que não veem sua religiosidade contemplada na produção imagética dos livros didáticos, contar com a presença de obras como as de Valquíria Pires, por exemplo. A religiões hegemônicas encontram-se contempladas, mesmo que indiretamente nesses materiais e locais. Estão ali naturalizadas, historicizadas e representadas. As obras de Val Pires podem dialogar com as produções de Djanira, Heitor dos Prazeres e Maria Auxiliadora, criando um verdadeiro aparato imagético que contemple as religiões de matriz africana.

Essas artistas nos trazem aspectos da territorialidade, dos afetos e da representatividade que ainda parecem tão distantes do grande público. Elas empoderam, através de suas produções artísticas, uma/um espectadora/dor que não costuma se ver representada/o ou valorizada/o no campo da produção de poéticas visuais nos espaços formais de construção de conhecimentos. O contato com as artistas e suas obras estão acessíveis à palma das nossas mãos,

através dos *smartphones*, inclusive, se desejarmos ver as obras pessoalmente, algumas artistas autorizam visitas aos seus ateliês e disponibilizam em suas redes suas agendas de exposições.

Percebemos o quanto a produção artística de mulheres periféricas pode representar um novo olhar para a arte branco-brasileira¹⁰ e, sobretudo, através da comunicação virtual, possibilitar o acesso a uma produção que antes só poderia ser acessada a partir do lócus onde elas se encontram. Estes trabalhos inspiram e devem inspirar toda uma geração de novos artistas e estudantes de artes visuais, que não dependerão mais, exclusivamente, dos espaços acadêmicos para acessar artistas representativos das suas realidades. A representatividade empodera novas gerações que perceberão que a disputa pelos espaços de poder também pode fazer parte de suas trajetórias de vida.

Certos de que há ainda muito o que avançar, vemos este movimento com otimismo. Seguramente, temos um caminhar que não pode mais retroceder, porém, o pesquisador e curador Igor Simões (2021) nos deixa um alerta em seu texto para o catálogo da exposição *Encruzilhadas da Arte Afro-brasileira*:

Toda esta descrição pode nos levar à falsa percepção de que chegamos a um ponto sem retorno e que, como tal, estaríamos diante da tendência de ampliação e aprofundamento dessas presenças. No entanto, é preciso que atentemos ao fato de que a disputa pelo protagonismo da branquitude branco-brasileira não cessará e que tal dinâmica faz parte do eixo fundante da noção de Brasil. Um país de origem colonial que usou todos os artifícios para garantir posições de sujeição a corpos negros e, conseqüentemente, à arte produzida por esses sujeitos.¹¹

Sabemos que a luta por esses espaços tem que ser um movimento de constância e que os espaços de pesquisa precisam ser ocupados por pessoas negras e racializadas, do contrário, o risco de se perpetuar narrativas que não se enquadram mais na pluralidade étnica do Sul Global tornará os espaços de cultura locais distópicos, desconectados da realidade.

¹⁰ Termo usado pelo pesquisador e curador Igor Simões, autor da tese: Montagem fílmica e exposição: vozes negras no cubo branco da arte brasileira.

¹¹ <https://ccbbstg.blob.core.windows.net/site-prod/2024/04/Catalogo-Encruzilhadas-da-Arte-Afro-Brasileira.pdf> Acesso em: 24/01/24.

No Brasil, de acordo com o último censo do IBGE¹², 56,7% da população brasileira é de pessoas negras, portanto, as exposições aqui citadas, finalmente, começam a refletir o que Emanuel Araújo já destacava no final da década de 80, que era a importância da presença negra na construção cultural do Brasil.

Os curadores dessas exposições têm papel central nessa jornada para uma verdadeira virada decolonial na arte brasileira (Paiva, 2022), bem como os professores em suas salas de aula, pois essa virada decolonial é também uma decolonização dos nossos olhares e pensamentos. Decolonizar a arte brasileira é também decolonizar a história e toda a imagética intencionalmente construída para a exaltação dos colonizadores e subalternização, desumanização dos colonizados. O Norte Global vem perpetuando suas narrativas de superioridade neste longo processo de colonialismo ainda latente em nossa sociedade, [...] “a colonialidade é um sistema que sobreviveu ao colonialismo histórico, mantendo-se ainda na contemporaneidade como matriz das relações assimétricas de poder perpetuadas no último século” (Paiva, 2022, p.27).

Conclusão

Um dos preceitos estabelecidos pelas Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-raciais, material este elaborado pelo Ministério da Educação em 2006, é justamente “o mapeamento da circulação de obras e sujeitos no entorno da escola, bem como a análise formal de seu trabalho” (Mattos, 2017, p.94).

O longo histórico de apagamentos na história da arte brasileira, desde a arte colonial, perpassando a arte acadêmica, até o modernismo, podem, daqui em diante, com os amplos estudos acadêmicos sobre as temáticas étnico-raciais, visibilizar e recontextualizar as/os artistas negras/os que foram diminuídos, marginalizados, embranquecidos pela arte-brancobrasileira. Os caminhos da arte brasileira são machistas e racistas, mas ainda assim vimos emergir dessas histórias da arte, mulheres artistas que ressignificaram seus

¹²https://sinesp.org.br/images/2024/novembro/Brasil_e_regi%C3%B5es_2024_-_Popula%C3%A7%C3%A3o_negra1.pdf ACESSADO EM 03/09/2024

papéis no sistema de arte, ainda que em tempos distintos como Maria Auxiliadora e Rosana Paulino. O modernismo negro que existiu em paralelo à Semana de 22 e que agora é exaltado, nos sinaliza que nossas histórias podem ser recontadas do ponto de vista daqueles que foram, sim, protagonistas de transformações socioculturais.

Vislumbramos com artistas transgêneros e travestis a possibilidade de que a arte seja um lugar de liberdade e ressignificados de novas narrativas, críticas ao “cistema” que está posto. A arte negra é, de fato, diversa e plural.

Se temos hoje as redes sociais ressignificando os espaços museais e contamos com o acesso a uma vasta quantidade de artistas sem os atravessamentos institucionais, isso é fruto de um tempo em que não é mais possível dissociar o que está online ou offline. Pudemos escutar as vozes de artistas que estão em diversos territórios e que compartilham conosco seus processos criativos e obras de arte.

Valquíria Pires e sua xilopretura nos mostraram que novos referenciais podem ser construídos a partir do agora. Se não temos representatividade, nós a criamos. Pudemos adentrar a história de mulheres que não foram contadas nem representadas nos meios formais de representação. Vimos a religiosidade como manifestação cultural de um povo, bem como Maria Auxiliadora representou. O diálogo que a ancestralidade proporciona entre artistas de diferentes épocas não tem como ser negado.

A representatividade trazida na obra da artista, pode, de fato, empoderar novos espectadores que terão acesso às obras através da orientação de seus professores, mas também de forma autônoma ao desejarem aprofundar-se na produção dessas artistas. Quem sabe, em breve, essas obras poderão estar presentes em materiais como o Rioeduca Arte, entre outros. A Xilopretura, no final de 2024, participou da exposição *Fabulações Matriciais*, no Arte Sesc, no bairro do Flamengo, Zona Sul do Rio.

Os museus e espaços formais de cultura agora contam com uma curadoria que vem resgatar o não dito, o não representado em anos de história da arte. Nunca se viu tantas exposições cujo “pretagonismo” fosse tão intensamente exaltado. O transbordo destas exposições começa a ocupar os

materiais didáticos de arte, ainda tão carentes de referenciais sobre a arte e cultura afro-brasileira, indígena e ameríndia.

Portanto, a educação através da arte e o acesso a obras e artistas através das redes sociais, podem ser ferramentas de agência para a transformação da sociedade brasileira a partir das produções imagéticas e, em especial, a reconfiguração dos papéis sociais atribuídos às mulheres negras e racializadas.

Desejamos ver no campo da cultura, mais mulheres negras e racializadas, cuja presença, apesar das estigmatizações históricas, sejam propulsoras de outras tantas mulheres empoderadas a partir da construção de suas autorrepresentações e narrações de suas próprias histórias, outrora narradas por terceiros.

Referências Bibliográficas

CAMPOS, Tamara de Souza. Memórias enquadradas: Abigail de Andrade e Georgina de Albuquerque. *Arte & Ensaios*, Rio de Janeiro, PPGAV-UFRJ, v. 30, n. 48, p. 342-364, jul.-dez. 2024. ISSN-2448-3338. DOI: <https://doi.org/10.60001/ae.n48.19>. Disponível em: <http://revistas.ufrj.br/index.php/ae>

GROSFOGUEL, Ramón. *Revista Sociedade e Estado – Volume 31 Número 1*. Janeiro/Abril 2016.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação – Episódios de racismo cotidiano*. 1. ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LUGONES, María. “Heterosexualism and the Colonial/Modern Gender System”. *Hypatia*, 22(1):186 209, 2007.

_____, María. Rumo a um feminismo descolonial. *Revista Estudos Feministas*, 935-952. 2014.

MIGNOLO, Walter D. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, v. 32, n. 94, jun. 2017.

MATTOS, Nelma Cristina Silva Barbosa. A arte visual Afro-brasileira: considerações sobre um novo capítulo no ensino da arte. *Revista Eixo*. v. 6, n. 2, nov 2017.

NASCIMENTO, Elisa Larkin (Org.). Afrocentricidade, uma abordagem epistemológica inovadora. Coleção Sankofa, Matrizes Africanas da Cultura Brasileira, v. 4. São Paulo: Selo Negro, 2021.

NOGUEIRA, Sidnei. Intolerância religiosa. São Paulo: Pólen, 2023.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: QUIJANO, Anibal. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

SANTOS, Renata Aparecida Felinto dos. A construção da identidade afrodescendente por meio das artes visuais contemporâneas: estudos de produções e de poéticas. Tese (Doutorado). Instituto de Artes, Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/150902>

SIMÕES, Igor Moraes. Todo cubo branco tem um quê de Casa Grande: racialização, montagem e histórias da arte brasileira. Revista PHILIA Filosofia, Literatura & Arte, Porto Alegre, volume 3, número 1, p. 314 - 329, maio de 2021.

PAIVA, Alessandra Simões. **A virada decolonial na arte brasileira**. São Paulo: Mireveja, 2022.

Confluências sobre o envelhecimento humano: uma análise interdisciplinar de definições, convergências e divergências

Dante Ogassavara¹

Thais da Silva Ferreira²

Amanda Azevedo de Carvalho³

Jeniffer Ferreira-Costa⁴

Adriana Machado Saldiba de Lima⁵

José Maria Montiel⁶

Resumo

O envelhecimento humano é um fenômeno multifacetado moldado por fatores biológicos, psicológicos e sociais, com impacto direto na qualidade de vida. Os estudos envolvidos no envelhecimento humano perpassam a necessidade de

¹ Psicólogo. Doutorando e Mestre do Programa de Pós-Graduação Stricto-Sensu em Ciências do Envelhecimento pela Universidade São Judas Tadeu. Psicólogo. Doutorando e Mestre do Programa de Pós-Graduação Stricto-Sensu em Ciências do Envelhecimento pela Universidade São Judas Tadeu – e-mail: ogassavara.d@gmail.com – lattes: <http://lattes.cnpq.br/3672374283802791> – ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2842-7415>

² Psicóloga. Mestranda do Programa de Pós-Graduação Stricto-Sensu em Ciências do Envelhecimento pela Universidade São Judas Tadeu, São Paulo, SP, Brasil – e-mail: thais.sil.fe@hotmail.com – lattes: <http://lattes.cnpq.br/7519142861338976> – ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9826-3428>

³ Bióloga. Mestranda do Programa de Pós-Graduação Stricto-Sensu em Ciências do Envelhecimento pela Universidade São Judas Tadeu, São Paulo, SP, Brasil – e-mail: carvalho.a.a3@gmail.com - lattes: <http://lattes.cnpq.br/2546455859521649> – ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-8616-0337>

⁴ Psicóloga. Mestranda do Programa de Pós-Graduação Stricto-Sensu em Ciências do Envelhecimento pela Universidade São Judas Tadeu, São Paulo, SP, Brasil – e-mail: cjf.jeniffer@gmail.com – lattes: <http://lattes.cnpq.br/1407735160653204> - ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6281-7970>

⁵ Nutricionista. Doutora em Ciências pelo programa de Endocrinologia da Faculdade de Medicina da USP. Coordenadora e docente permanente do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciências do Envelhecimento da Universidade São Judas Tadeu. Pesquisadora do Instituto Anima e pesquisadora Assistente do Laboratório de Lípidos (LIM-10) da FMUSP. São Paulo, Brasil – e-mail: adriana.lima@saojudas.br – lattes: <http://lattes.cnpq.br/1629689723349571> – ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5741-3418>

⁶ Psicólogo. Mestre e Doutor em Psicologia. Docente do Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Ciências do Envelhecimento da Universidade São Judas Tadeu/Instituto Ânima, São Paulo, SP, Brasil – E-mail: montieljm@hotmail.com – lattes: <http://lattes.cnpq.br/4836172904369929> – ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0182-4581>

compreender a integralidade desse processo. Este estudo teve como objetivo discutir as definições de envelhecimento assumidas nas diferentes áreas do conhecimento, buscando identificar as definições operacionais e os fenômenos associados. Para tanto, foi realizada uma revisão narrativa da literatura, compilando 18 materiais recuperados dos bancos de dados Scielo, PubMed e Google Acadêmico. Inicialmente, os resultados foram agrupados em três categorias sobre os componentes biológicos, psicológicos e sociais. No âmbito biológico denota-se às alterações estruturais e funcionais dos sistemas do corpo, o que impacta na capacidade adaptativa do sujeito; sobre o psicológico, destacam-se as transformações na autopercepção, no funcionamento cognitivo e na disposição para lidar com estressores; e, no âmbito social, há mudanças nas redes de suporte, influenciadas por questões culturais e pela categorização da pessoa idosa, que enfrenta representações ambivalentes. As divergências conceituais sobre o envelhecimento destacam-se nas perspectivas biológicas, psicológicas e sociais, enquanto as convergências ressaltam a necessidade de abordagens interdisciplinares para promover uma compreensão abrangente e eficaz do processo de envelhecimento humano.

Palavras-chaves: envelhecimento; maturidade; senescência; estudos interdisciplinares.

Abstract

Human aging is a multifaceted phenomenon shaped by biological, psychological, and social factors, with a direct impact on quality of life. Studies on human aging encompass the need to understand the entirety of this process. This study aimed to discuss the definitions of aging assumed in different areas of knowledge, seeking to identify operational definitions and associated phenomena. To this end, a narrative literature review was conducted, compiling 18 materials retrieved from the Scielo, PubMed, and Google Scholar databases. Initially, the results were grouped into three categories regarding biological, psychological, and social components. In the biological realm, it denotes structural and functional alterations of the body's systems, impacting the subject's adaptive capacity; regarding the psychological aspect, it highlights changes in self-perception, cognitive functioning, and coping disposition towards stressors; and, in the social context, there are changes in support networks, influenced by cultural issues and the categorization of the elderly person, who faces ambivalent representations. Conceptual divergences on aging are highlighted in biological, psychological, and social perspectives, while convergences emphasize the need for interdisciplinary approaches to promote a comprehensive and effective understanding of the human aging process.

Keywords: Aging. Maturity. Senescence. Interdisciplinary Studies.

Resumen

El envejecimiento humano es un fenómeno multifacético moldeado por factores biológicos, psicológicos y sociales, con un impacto directo en la calidad de vida. Los estudios sobre el envejecimiento humano abarcan la necesidad de comprender la totalidad de este proceso. Este estudio tuvo como objetivo discutir

las definiciones de envejecimiento asumidas en diferentes áreas del conocimiento, buscando identificar las definiciones operativas y los fenómenos asociados. Para ello, se realizó una revisión narrativa de la literatura, compilando 18 materiales recuperados de las bases de datos Scielo, PubMed y Google Académico. Inicialmente, los resultados se agruparon en tres categorías sobre los componentes biológicos, psicológicos y sociales. En el ámbito biológico, se destacan las alteraciones estructurales y funcionales de los sistemas del cuerpo, lo que impacta en la capacidad adaptativa del sujeto; en cuanto al aspecto psicológico, se resaltan los cambios en la auto percepción, el funcionamiento cognitivo y la disposición para hacer frente a los factores estresantes; y, en el contexto social, se observan cambios en las redes de apoyo, influenciadas por cuestiones culturales y la categorización de la persona anciana, que enfrenta representaciones ambivalentes. Las divergencias conceptuales sobre el envejecimiento se destacan en las perspectivas biológicas, psicológicas y sociales, mientras que las convergencias enfatizan la necesidad de enfoques interdisciplinarios para promover una comprensión completa y efectiva del proceso de envejecimiento humano.

Palabras clave: Envejecimiento. Madurez. Senescencia. Estudios Interdisciplinarios.

Introdução

O processo de envelhecimento humano pode ser concebido de formas variadas, reconhecendo a natureza interdisciplinar do processo e suas manifestações nas esferas de vivência humana. De maneira geral, o envelhecimento é caracterizado como um fenômeno natural que é moldado pelas experiências individuais, os contextos sócio-históricos em que se está inserido e as alterações estruturais e funcionais do indivíduo (Ferreira-Costa et al., 2023). Ao considerar o avanço tecnológico e as condições sanitárias mais favoráveis à elevação da expectativa de vida, aponta-se que a população mundial está envelhecendo em ritmo acelerado. No contexto brasileiro, observa-se um aumento constante e acelerado da população idosa em relação à população total. O censo demográfico divulgado em 2023 destacou um crescimento significativo, com a população idosa representando aproximadamente 16% da nação brasileira no ano de 2022 (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2023).

Para compreender o processo de envelhecimento em sua integralidade, é necessário atentar para os fatores interdisciplinares do envelhecer e considerar as perspectivas originadas em diferentes campos do conhecimento (Silva-

Ferreira et al., 2023). Ao abordar os aspectos biológicos do envelhecimento, é válido salientar as alterações normativas da composição estrutural e fisiológica dos subsistemas do corpo humano, o que propicia condições que tendem ao declínio do desempenho físico e, por consequência, à funcionalidade (Ikegami et al., 2020). Por sua vez, ao projetar a atenção para os elementos de ordem psicológica compreendidos pelo processo de envelhecimento humano, aponta-se a tendência ao declínio cognitivo que é mediado por aspectos biológicos. Entretanto, o envelhecimento psicológico se distancia das concepções de que o envelhecer é um fenômeno que pode acarretar em vulnerabilidades para o indivíduo idoso ao abranger componentes refinados pela experiência individual, como a maturidade psicológica (Camberis et al., 2014).

Para além das manifestações do envelhecimento em nível individual, é importante considerar que o processo de envelhecimento está associado às mudanças na dinâmica social não apenas da pessoa idosa, mas também das outras figuras do meio social que a cercam. Corroborando tal questão, indica-se que a cultura coletiva do contexto social é um elemento que molda as relações concebidas, ao dispor sobre as funções e posicionamentos a serem aderidos por meio de representações sociais (Faller et al., 2018).

Ao considerar a progressão do processo de envelhecimento em estágios mais avançados do desenvolvimento, é comum o emprego do conceito de envelhecimento bem-sucedido para se referir à qualidade do envelhecimento e seus efeitos sobre a qualidade de vida dos indivíduos, propondo uma avaliação dicotômica acerca do envelhecimento ao ser entendido como um desfecho favorável ou desfavorável para a saúde e bem-estar do indivíduo (Mana; Bezdicek, 2022). Porém, ao considerar a epistemologia do envelhecimento por diferentes áreas do conhecimento e as dimensões da experiência humana, é salientada a multiplicidade de compreensões sobre o conceito de envelhecimento e o que seria um desfecho positivo para tal processo.

Com o intuito de orientar a investigação, este estudo teve como problema de pesquisa o seguinte questionamento: “Quais as semelhanças e divergências entre as diferentes concepções de envelhecimento, sob uma ótica interdisciplinar?”. Assim, objetivou-se discutir as definições de envelhecimento

assumidas nas diferentes áreas do conhecimento, buscando identificar as definições operacionais e os fenômenos associados.

Método

Tratou-se de uma pesquisa de caráter qualitativo, adotando um delineamento descritivo e transversal. Nesse contexto, as variáveis foram abordadas em um ponto específico do tempo, com o objetivo de descrever e interpretar o estado das mesmas. Como pesquisa qualitativa, o estudo voltou-se à identificação de fatores contextuais relacionados ao objeto de estudo estabelecido, visando à coerência e abrangência das discussões realizadas (Campos, 2019).

No que diz respeito aos procedimentos técnicos empregados, este delineamento de pesquisa caracteriza-se como uma revisão de literatura narrativa. Nesse formato, foram utilizados materiais bibliográficos disponíveis na literatura científica para investigar contribuições pré-existentes e sintetizar o estado do conhecimento acerca da temática em questão, selecionando materiais de forma não sistematizada com base em sua relevância para a discussão. Vale ressaltar que essa abordagem é comumente adotada por profissionais em atuação prática, permitindo-lhes adquirir e atualizar conhecimentos de forma econômica em termos de tempo e esforço na busca de informações pertinentes (Ogassavara et al., 2023).

Os materiais considerados foram obtidos em plataformas de busca, como Scielo, PubMed e Google Acadêmico, utilizando os descritores "envelhecimento" e "desenvolvimento humano", tanto em conjunto quanto separadamente. A busca foi realizada entre os meses de janeiro e março de 2024, abrangendo livros e artigos publicados em periódicos científicos que abordam a temática em questão. Além disso, destaca-se que não foi aplicado nenhum critério de exclusão com base na data de publicação das obras, a fim de permitir a inclusão de obras clássicas. Seguindo o pressuposto da metodologia empregada, foram selecionados 18 materiais de forma intencional para a composição do estudo.

Resultados e Discussão

Componentes biológicos do envelhecimento

Quando se trata dos aspectos biológicos do envelhecimento, a literatura científica frequentemente se baseia na alteração do funcionamento e da estrutura dos diferentes subsistemas do corpo. Essas mudanças são mediadas pelos fenômenos de senescência celular e pelo acúmulo de dano genético, considerados fatores de risco para o desenvolvimento de doenças crônicas e disfunções associadas ao envelhecer. Em nível celular, destaca-se a exaustão celular e a disfunção das células-tronco como os principais marcos do envelhecimento biológico, acompanhados pela senescência de diferentes tipos de células. De maneira geral, essas alterações afetam negativamente a manutenção dos diversos tecidos do corpo, interferindo nos mecanismos regulatórios, imunológicos e funcionais dos subsistemas biológicos, o que propicia condições para o declínio de seu funcionamento (Cai *et al.*, 2022).

É importante ressaltar que as manifestações do processo de envelhecimento humano sobre o sistema imunológico influenciam a capacidade de adaptação e ajustamento do organismo como um todo em relação à sua resposta imune. Nesse sentido, concebe-se a imunossenescência como uma inflamação generalizada do organismo, mediada pela alteração na produção e composição dos mecanismos do sistema imunológico, como evidenciado pelas mudanças no funcionamento do timo e suas consequências para a maturação dos linfócitos. Além disso, sugere-se que a imunossenescência é um processo que se inicia nos estágios iniciais do desenvolvimento e que as disfunções associadas ao envelhecimento se manifestam somente após o alcance de determinadas medidas de indicadores biológicos, sendo predominantemente condições irreversíveis e irremediáveis (Fulop *et al.*, 2023).

Ao considerar essas colocações sobre o aspecto biológico do envelhecimento e as concepções existentes de envelhecimento bem-sucedido, é válido sugerir que o envelhecimento sob uma perspectiva biomédica pode ser bem-sucedido apenas temporariamente, uma vez que, em algum momento, o acúmulo de materiais residuais e danos acumulados irá ultrapassar o limiar para a disfunção (Mana; Bezdicek, 2022). No entanto, ao abordar as manifestações

do envelhecimento em outras dimensões da vivência humana, observa-se que as compreensões sobre o processo de envelhecimento apresentam outras nuances.

Expressões psicológicas do envelhecimento

Quando se refere ao envelhecimento psicológico, são comumente utilizados conceitos transversais, como a idade subjetiva, a identidade e as atividades relacionadas ao próprio envelhecimento (Mitina *et al.*, 2020). As manifestações psicológicas do envelhecimento também se refletem no funcionamento cognitivo dos indivíduos, havendo uma tendência de declínio ao longo do envelhecimento. No entanto, esse fenômeno não é necessariamente determinante para o comprometimento das capacidades mentais do indivíduo (Resende-Neto *et al.*, 2016).

É relevante destacar que algumas das alterações de ordem psicológica são influenciadas por fenômenos biológicos, levando os indivíduos a vivenciarem determinados estados com maior frequência e, assim, podendo caracterizar essas mudanças como alterações na personalidade, uma vez que se tratam de disposições individuais duradouras (Zirbes *et al.*, 2021). Além disso, a estimulação ao longo da vida molda parcialmente a experiência do processo de envelhecimento, visto que a escolaridade atua como um fator protetivo para o funcionamento psicológico do indivíduo (Coelho; Michel, 2018).

Corroborando essa perspectiva, destaca-se o conhecimento acumulado ao longo da vida como um elemento que tende a proporcionar condições favoráveis para a resiliência psicológica, integrando os conteúdos aprendidos ao repertório de ferramentas para o enfrentamento de adversidades (Faria *et al.*, 2020). Pode-se afirmar que a aprendizagem contínua ao longo da vida é um fator protetivo para a saúde do indivíduo na velhice, fornecendo-lhes informações e habilidades que podem ser direcionadas à manutenção do bem-estar e à participação social (Derhun *et al.*, 2022).

Além disso, o processo de aprendizagem possibilita que pessoas de diferentes idades superem estigmas em relação à sua própria capacidade (Choi; Cho, 2021) e flexibilizem concepções pejorativas sobre o envelhecimento,

evocando níveis mais elevados de autoestima e promovendo um envelhecimento ativo e socialmente integrado (Martins *et al.*, 2019).

Em resumo, enquanto o declínio do funcionamento cognitivo associado ao envelhecimento é influenciado por aspectos biológicos, as outras manifestações psicológicas do envelhecimento envolvem transformações na autopercepção e na disposição para vivenciar estados afetivos, bem como lidar com estressores. Nesse contexto, o aprendizado acumulado ao longo da vida emerge como um elemento crucial no contexto do envelhecimento psicológico, representando um produto refinado pela experiência e pelo conhecimento adquiridos ao longo dos anos.

Aspectos sociais do envelhecimento humano

Ao longo do processo de envelhecimento, é comum que as redes sociais dos indivíduos se reduzam, o que pode ser parcialmente explicado pelo aumento da priorização de relações mais estáveis, marcadas pelo companheirismo, para garantir o recebimento de suporte e conforto emocional (Rabelo; Neri, 2014). Essa diminuição do suporte social pode tornar o indivíduo mais vulnerável, especialmente quando ele se encontra em condições de fragilidade (Cabral *et al.*, 2019).

O envelhecimento humano é influenciado por questões culturais do meio social em que ocorre, o que define padrões comportamentais, relacionais e representacionais (Brandão; Craveirinha, 2011). Nesse contexto, os fenômenos sociais relacionados ao envelhecimento levam à categorização do indivíduo como pessoa idosa, com implicações sobre seu convívio social, frequentemente apresentando representações ambivalentes. Destaca-se o idadismo como um conjunto de valores e significados que promovem uma visão negativa da pessoa idosa, discriminando-a e sugerindo sua exclusão social (Ferreira-Costa *et al.*, 2023).

É válido considerar que o dinamismo do meio social exige atualizações frequentes para adotar novas formas de participação social, especialmente no contexto da participação em espaços virtuais. No entanto, questiona-se se a relutância em se adaptar às práticas sociais pode ser considerada uma forma de

envelhecimento social (Silva; Behar, 2019). Além disso, é indicado que, às vezes, recursos e oportunidades de participação social são dificultados para a população idosa devido à falta de acessibilidade para diferentes grupos (Kolasinska *et al.*, 2018).

Dentro desse contexto, reverberam, nas problemáticas identificadas em nível sociocultural sobre o envelhecimento e a velhice, as representações do papel atribuído socialmente às pessoas idosas. Essas representações podem impactar de maneira positiva ou negativa, a depender da qualificação realizada. Isso ocorre porque tal atribuição se reflete na autoatribuição subjetiva do lugar social ocupado por essa população e grupo (Ferreira-Costa *et al.*, 2023).

Nessa perspectiva, há a atribuição cultural de aspectos negativos às pessoas idosas, como o idadismo. Conforme definido pela Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) no Relatório Mundial sobre o Idadismo (OPAS, 2022), o idadismo refere-se ao uso da idade como justificativa para categorizar e dividir pessoas, atribuindo-lhes características que as vulnerabilizam e reduzem a solidariedade intergeracional. O idadismo perpassa todas as faixas etárias e afeta de maneira mais contundente grupos específicos, como as pessoas idosas, gerando vulnerabilidades multidimensionais no contexto social.

Ao considerar essas questões sobre a dimensão social do envelhecimento, destaca-se que esse processo está associado a mudanças na estrutura e composição das redes de suporte social, contribuindo para um quadro de vulnerabilidade. No âmbito cultural dos meios sociais, a população idosa é frequentemente retratada de maneira ambivalente, sugerindo padrões relacionais que tanto valorizam quanto menosprezam esse grupo etário.

Divergências e convergências conceituais

Ao considerar as diferentes perspectivas sobre o envelhecimento humano, abordadas por meio de diferentes campos de experiência individual, destaca-se a interdisciplinaridade desse processo, que apresenta efeitos em diversas esferas da vida do indivíduo. No entanto, ao examinar as concepções biológicas, psicológicas e sociais sobre o envelhecimento, observa-se uma

discrepância significativa nas implicações desse processo e nas perspectivas futuras.

De maneira sucinta, o envelhecimento sob uma ótica biológica é compreendido como um processo caracterizado por alterações estruturais e declínio de diversas funções, levando ao comprometimento do organismo. Já as concepções psicológicas sobre o envelhecimento propõem que esse processo também envolve alterações estruturais e funcionais, porém divergem da perspectiva biológica ao destacar que o acúmulo e o refinamento de conhecimentos ao longo do tempo são elementos benéficos para o indivíduo. Sob uma perspectiva social do envelhecimento, há concordância de que esse processo implica transformações para o indivíduo ao ser enquadrado em novas representações sociais, porém é ressaltado que essas transformações podem contribuir para o estabelecimento de quadros de vulnerabilidade.

Ao considerar a pluralidade de concepções técnicas sobre o envelhecimento, evidencia-se a necessidade de paradigmas interdisciplinares para investigar fenômenos transversais à saúde coletiva, como é o caso do estudo do processo de envelhecimento humano (Almeida Filho, 1997). Portanto, sugere-se que as intervenções voltadas para a promoção da saúde da pessoa idosa não devem ser delineadas de forma unidimensional, pois escopos amplos são necessários para compreender as reverberações na vida do indivíduo, buscando alcançar uma concepção real de envelhecimento saudável e bem-sucedido (Mitina *et al.*, 2020).

Segundo Silva-Ferreira *et al.* (2024), as divergências conceituais sobre a velhice refletem sua natureza mutável e frágil, uma vez que sua definição está atrelada a preceitos econômicos e políticos, os quais, por sua vez, são influenciados pela cultura e pela sociedade. Dessa forma, ao discutir as variações nas definições sobre o envelhecimento, reforça-se a necessidade de uma abordagem interdisciplinar nos estudos sobre o tema. Essa perspectiva permite articular tais divergências e aprofundar as discussões, favorecendo uma compreensão multidimensional do desenvolvimento humano e das nuances que envolvem o significado de ser idoso em diferentes contextos sociais, períodos históricos e dimensões culturais.

Considerações Finais

Ao abordar a epistemologia do envelhecimento e as diversas contribuições da literatura sobre a natureza desse processo, observa-se que são explorados conhecimentos de natureza interdisciplinar que se referem às peculiaridades do desenvolvimento humano e à dinâmica social dos contextos estudados, permeados por atribuições de significado cultural.

O objetivo desta pesquisa foi discutir as definições de envelhecimento adotadas em diferentes áreas do conhecimento, buscando identificar as definições operacionais e os fenômenos associados a ele. Sob essa proposta, observou-se uma concordância sobre o envelhecimento que implica uma série de alterações e transformações nas diferentes dimensões da experiência individual. No entanto, a maior divergência entre as concepções refere-se às perspectivas sobre as limitações e potencialidades do envelhecimento, variando entre entendimentos de que o envelhecimento é um processo prejudicial ou benéfico por refinar competências.

Considerando as interações entre os aspectos biológicos, psicológicos e sociais do envelhecimento, infere-se que o enfrentamento individual do envelhecimento e a preservação da saúde são influenciados pela experiência subjetiva, moldada por aspectos emocionais, uma vez que as emoções afetam a formação de representações que, por sua vez, retroagem sobre a manutenção das condições físicas.

Assim, ressalta-se que o processo de envelhecimento deve ser compreendido como um fenômeno natural com manifestações multidimensionais, expressas por meio de alterações estruturais, funcionais e de composição dos diferentes sistemas inerentes à vivência humana. Nesse sentido, é necessário adotar uma abordagem interdisciplinar para conceber perspectivas integrativas e coerentes em relação ao envelhecimento, visando uma representação abrangente da integralidade desse processo.

Referências

ALMEIDA FILHO, Naomar de. Transdisciplinaridade e saúde coletiva. *Ciência & saúde coletiva*, v. 2, p. 5-20, 1997. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-812319972101702014>

BRANDÃO, Maria Teresa; CRAVEIRINHA, Fátima Pereira. Redes de apoio social em famílias multiculturais, acompanhadas no âmbito da intervenção precoce: Um estudo exploratório. *Análise psicológica*, v. 29, n. 1, p. 27-45, 2011. DOI: <https://doi.org/10.14417/ap.37>

CABRAL, Juliana Fernandes et al. Vulnerabilidade e fatores associados em idosos atendidos pela Estratégia Saúde da Família. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 24, p. 3227-3236, 2019. DOI: <https://doi.org/https://doi.org/10.1590/1413-81232018249.22962017>

CAI, Yusheng et al. The landscape of aging. *Science China Life sciences*, v. 65, n. 12, p. 2354-2454, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11427-022-2161-3>

CAMBERIS, Anna-Lisa et al. Age, psychological maturity, and the transition to motherhood among English-speaking Australian women in a metropolitan area. *Developmental psychology*, v. 50, n. 8, p. 2154, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1037/a0037301>

CAMPOS, Luiz Fernando de Lara. *Métodos e técnicas de pesquisa em psicologia*. 6. ed. Alínea, 2019.

CHOI, Ilseon; CHO, Sung Ran. A case study of active aging through lifelong learning: Psychosocial interpretation of older adult participation in evening schools in Korea. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, v. 18, n. 17, p. 9232, 2021. DOI: <https://doi.org/10.3390/ijerph18179232>

COELHO, Fernanda Figueiredo; MICHEL, Renate Brigitti. Associação entre cognição, suporte social e qualidade de vida de idosos atendidos em uma unidade de saúde de Curitiba/PR. *Ciências & Cognição*, v. 23, n. 1, p. 54-62, 2018.

DERHUN, Flávia Maria et al. Contribuições das atividades universitárias para o envelhecimento ativo: teoria fundamentada nos dados. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, v. 56, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/1980-220X-REEUSP-2021-0237>

FALLER, Jossiana Wilke; TESTON, Elen Ferraz; MARCON, Sonia Silva. Estrutura conceitual do envelhecimento em diferentes etnias. *Revista Gaúcha de Enfermagem*, v. 39, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/1983-1447.2018.66144>

FARIA, Carla; MONTEIRO, Joana; BASTOS, Alice. Acontecimentos de vida e envelhecimento: Uma leitura individual e qualitativa-Parte II. *Egitania Scientia*, v. 2, n. 7, p. 187–201, 2020. DOI: <https://doi.org/https://doi.org/10.46691/es.v0i0400>

FERREIRA-COSTA, Jeniffer et al. Promoção de qualidade de vida na pessoa idosa: representações e adjetivações subjetivas. *Psi Unisc*, v. 7, n. 2, p. 249-257, 2023. DOI: <https://doi.org/10.17058/psiunisc.v7i2.18324>

FULOP, T. et al. Immunology of aging: the birth of inflammaging. *Clinical reviews in allergy & immunology*, v. 64, n. 2, p. 1-14, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1007/s12016-021-08899-6>

IKEGAMI, Érica Midori et al. Capacidade funcional e desempenho físico de idosos comunitários: um estudo longitudinal. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 25, p. 1083-1090, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232020253.18512018>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA — IBGE. *Projeção da população do Brasil e das Unidades da Federação*. 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/>

KOLASINSKA, Agnieszka et al. *Technology and aging: users' preferences in wearable sensor networks*. In: Proceedings of the 4th EAI International Conference on Smart Objects and Technologies for Social Good. 2018. p. 77-81. DOI: <https://doi.org/10.1145/3284869.3284884>

MANA, Josef; BEZDICEK, Ondrej. Cognition in successful aging: Systematic review and future directions. *Clinical Gerontologist*, v. 45, n. 3, p. 477-485, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1080/07317115.2020.1752346>

MARTINS, Nidia Farias Fernandes et al. Letramento funcional em saúde de pessoas idosas em uma unidade de saúde da família. *Revista de Enfermagem do Centro-Oeste Mineiro*, v. 9, 2019. DOI: <https://doi.org/10.19175/recom.v9i0.2937>

MITINA, Maria; YOUNG, Sergey; ZHAVORONKOV, Alex. Psychological aging, depression, and well-being. *Aging (Albany NY)*, v. 12, n. 18, p. 18765, 2020.

OGASSAVARA, Dante et al. Concepções e interlocuções das revisões de literatura narrativa: contribuições e aplicabilidade. *Ensino & Pesquisa*, v. 21, n. 3, p. 8-21, 2023. DOI: <https://doi.org/10.33871/23594381.2023.21.3.7646>

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE – OPAS. *Relatório mundial sobre o idadismo*. Washington, DC: Organização Pan-Americana da Saúde, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.37774/9789275724453>

RABELO, Dóris Firmino; NERI, Anita Liberalesso. A complexidade emocional dos relacionamentos intergeracionais e a saúde mental dos idosos. *Pensando famílias*, v. 18, n. 1, p. 138-153, 2014.

RESENDE-NETO, Antônio Gomes et al. Treinamento funcional para idosos: uma breve revisão. *Revista brasileira de ciência e movimento*, v. 24, n. 3, p. 167-177, 2016.

SILVA, Kétia Kellen Araújo da; BEHAR, Patrícia Alejandra. Competências digitais na educação: uma discussão acerca do conceito. *Educação em Revista*, v. 35, p. e209940, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-4698209940>

SILVA-FERREIRA, Thais et al. Conjunturas sobre a velhice:(in) definições sobre o envelhecimento. *Revista Uniaraguaia*, p. 131-141, 2024. Disponível em:

<https://sipe.uniaraguaia.edu.br/index.php/REVISTAUNIARAGUAIA/article/view/1421>

SILVA-FERREIRA, Thais et al. Interdisciplinaridade e Envelhecimento: Premissas, Conceitos e Indagações. *Interfaces Científicas-Humanas e Sociais*, v. 10, n. 1, p. 572-583, 2023. DOI: <https://doi.org/10.17564/2316-3801.2023v10n1p572-583>

ZIRBES, Christian et al. Assessing the effects of healthy and neuropathological aging on personality with the Iowa Scales of Personality Change. *Developmental neuropsychology*, v. 46, n. 5, p. 393-408, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1080/87565641.2021.1956500>

Contexto histórico das políticas sociais no Brasil

Chesil Batista Silva¹

Marlon Gomes Ney²

Nilo Lima de Azevedo³

Resumo

Diante da pobreza e da desigualdade que aflige uma parcela da população brasileira, estratégias no combate desse problema envolvem aspectos políticos, econômicos e sociais. No contexto histórico e social, esse fenômeno impede que parte significativa da população viva em condição de cidadania. Intervenções Estatais por meio de políticas sociais visam dotar a população mais pobre de alternativas para que consigam sobreviver enquanto não dispõe de outro mecanismo de subsistência. A compreensão histórica das políticas públicas e sociais no Brasil conduz a uma perspectiva de análise também voltada para a reflexão da assistência social e suas interdependências. O objetivo deste artigo é analisar a trajetória das políticas de combate à pobreza e à desigualdade no Brasil e buscou-se evidenciar como algumas decisões governamentais têm afetado a sua efetividade. A partir dessa análise e utilizando uma percepção crítico-histórica, procura-se identificar eventos para possíveis aperfeiçoamentos dos programas sociais. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, com abordagem qualitativa, de natureza exploratória e descritiva. Como resultados deste estudo, conclui-se que o histórico das políticas sociais de combate à pobreza e a desigualdade no Brasil apresenta diversas tentativas de diferentes governantes em diferentes épocas, contudo é evidente que alguns obstáculos são recorrentes ao longo do tempo, incluindo desafios financeiros relacionados ao planejamento orçamentário, falhas administrativas e a fragilização das instituições, acarretando sempre em escolhas trágicas entre a promoção do bem-estar social e o econômico.

Palavras-chave: Política Pública; Políticas Sociais; Proteção Social.

Abstract

Faced with poverty and inequality that afflict a portion of the Brazilian population, strategies to combat this problem involve political, economic, and social aspects. In the historical and social context, this phenomenon prevents a significant part of the population from living in conditions of full citizenship. State interventions through social policies aim to provide the poorest population with alternatives to survive while they do not have access to other means of subsistence. The historical understanding of public and social policies in Brazil leads to an

¹ Universidade Estadual do Norte Fluminense.

² Universidade Estadual do Norte Fluminense.

³ Universidade Estadual do Norte Fluminense.

analytical perspective that also considers social assistance and its interdependencies. The objective of this article is to analyze the trajectory of policies to combat poverty and inequality in Brazil, seeking to highlight how certain government decisions have affected their effectiveness. Based on this analysis and using a critical-historical perspective, the study aims to identify events that could contribute to potential improvements in social programs. This research is bibliographic and documentary, with a qualitative approach of an exploratory and descriptive nature. As a result of this study, it is concluded that the history of social policies to combat poverty and inequality in Brazil has seen various attempts by different governments over different periods. However, it is evident that some obstacles have been recurrent over time, including financial challenges related to budget planning, administrative failures, and the weakening of institutions, which constantly lead to tragic choices between promoting social and economic well-being.

Keywords: Public Policy; Social Policies; Social Protection.

Introdução

O presente artigo discute a política social de combate à pobreza e a desigualdade no Brasil através de um breve percurso histórico que se estende de 1930 a 2023. O argumento central é que a inconstância nas estratégias governamentais impacta negativamente na proteção social e, de forma mais direta, na efetividade dos programas sociais do governo federal. Através dessa análise, utilizando uma percepção crítico-histórica busca-se contribuir para o debate e diagnóstico das políticas públicas de proteção social.

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, com uma abordagem quantitativa de natureza exploratória e descritiva. O aporte teórico em torno do qual se sustenta a estrutura desta pesquisa está centrado na problematização de temas relacionados às políticas sociais, especialmente aquelas vinculadas aos programas de transferência de renda do governo federal.

O artigo está estruturado por quatro seções, iniciando com esta introdução. No primeiro tópico, o estudo explora os conceitos e características da política social através de textos clássicos da literatura sobre o tema. O segundo tópico traz um breve histórico das políticas de assistência social e do combate à pobreza no Brasil, seguido das considerações finais.

Conceitos e características das políticas sociais

A política é um conceito amplo relacionado ao exercício do poder de forma geral. Nesse contexto, a política pública trata de questões específicas sobre como administrar os assuntos públicos, ou seja, o modo com esse exercício do poder é traduzido na prática em decisões e ações que solucionem problemas comuns e atendam as necessidades sociais (Manning, 2003). A política, portanto, determina ou, pelo menos, influencia a implementação, manutenção ou expansão das políticas públicas. Dessa forma, a política pode ser analisada e percebida sob diversos aspectos através do estudo das políticas públicas. (Parada, 2006).

Ainda conforme Parada (2006), quando a política se realiza sem desenvolvimento de políticas públicas, o sistema político volta-se para si e seus agentes. Por outro lado, a proposição de políticas públicas que não leve em consideração a dimensão da política enfraquece a governança social. “Ou seja, dentro do governo não se pode esquecer da política e fora do governo não se pode esquecer das políticas públicas. Caso contrário, são atividades que realizam uma longa marcha pelo deserto” (Parada, 2006, p.68)

Para que seja implementada uma política pública de qualidade, se faz necessário uma articulação política em seus objetivos, formulação e origem. Vale ressaltar, segundo Dye (2003), que a política pública não se limita apenas aquilo que o Estado faz, as omissões, a ausência ou desinteresse estatal também configura uma política pública, com consequências reais na vida da população.

A política social, enquanto política pública com características específicas, pode ser definida, de acordo com Carvalho (2007, p. 75) como “[...] um conjunto de diretrizes, orientações, critérios e ações que permitam a preservação e a elevação do bem-estar social, procurando que os benefícios do desenvolvimento alcancem a todas as classes sociais com a maior equidade possível”.

As políticas sociais têm como característica a sua transversalidade, o que significa que elas permeiam todos os processos sociais em diversas esferas da vida, tais como saúde, educação, seguridade social, trabalho, habitação, entre

outras. Elas não se limitam a um único domínio ou esfera governamental, pois os vários aspectos sociais estão interconectados e integrados de diversas maneiras.

Por exemplo, a pobreza e a desigualdade podem ser resultado de questões múltiplas relacionadas à educação, políticas de emprego e renda, bem como à oferta de serviços públicos, como saneamento básico. Portanto, as políticas sociais devem ser uma preocupação constante nas atividades governamentais, e pensadas de forma complexa e integradas, em vez de serem tratadas como ações isoladas. Reconhecendo a complexidade das interconexões entre diferentes áreas sociais, a política social deve ter como objetivo central a melhoria da qualidade de vida e do bem-estar da população em geral, e as difíceis escolhas para atingir esses objetivos (Santos, 1998).

“Política social é toda política que ordene escolhas trágicas segundo um princípio de justiça consistente e coerente. Sendo assim, a política social é em realidade uma ordem superior, metapolítica que justifica o ordenamento de quaisquer outras políticas” (Santos, 1998).

Na mesma linha, para Maingón (1992) a política social é uma decisão política socialmente construída, sendo resultante de uma dinâmica de diferentes demandas provenientes de grupos e atores com interesses e valores distintos em relação a questões sociais. Nesse sentido considera-se que as políticas sociais podem ser vistas por duas vertentes completares, uma filosófica, ética, moral e valorativa que busca determinar os objetivos a serem alcançados, ou seja, definir o que se quer alcançar, a segunda é prática, empírica que define o como se atingir os objetivos almejados.

Nesse sentido, Ceja (2004) argumenta que a política social é a forma que o Estado utiliza para promover uma sociedade coesa e equitativa, por meio de estratégias e políticas concretas. A política social tem como perspectiva a integração social e a igualdade, facilitando a convergência entre os interesses individuais e os interesses coletivos da sociedade. Em resumo, a política social pode ser compreendida como um conjunto de normas, estratégias e ações com o propósito de promover e preservar o bem-estar social, de modo que seus benefícios alcancem todas as camadas da sociedade de maneira equitativa.

Na história da humanidade, a configuração política e social conhecida como o *Welfare State*, foi a que talvez tenha obtido mais sucesso na busca por objetivos como integração social, desenvolvimento econômico e distribuição mais equitativa dos benefícios desse desenvolvimento, tanto em termos de poder aquisitivo quanto de serviços públicos de qualidade.

Asa Briggs (2000), em seu texto, descreve o conceito de *Welfare State* como um modelo no qual o Estado utiliza intencionalmente seu poder político e administrativo para modificar as dinâmicas e forças do mercado em três direções específicas. Primeiramente, busca-se assegurar uma renda mínima para indivíduos e famílias, independentemente de seu desempenho ou do valor de seu trabalho no mercado. Isso significa que o estabelecimento do valor mínimo do trabalho não ocorre na relação ou negociação de mercado entre empregadores e trabalhadores, mas é garantido pelo Estado. Em seguida, por meio de políticas públicas, procura-se reduzir a insegurança social e os riscos do mercado, que surgem de contingências como doenças, velhice e desemprego, evitando crises pessoais e familiares. Por fim, visa assegurar que todos os cidadãos tenham acesso igualitário aos melhores padrões disponíveis de serviços públicos, independentemente de seu status social ou classe. Em outras palavras, a distribuição é baseada no critério de igualdade de direitos de cidadania, como proposto por Marshall (1967), que leva em conta relação de disputa entre o social e o mercado. Assim, política de *Welfare State* que não se resume à seguridade social, mas se ampliam pro uma gama de outros direitos sociais (Draibe, 1993).

O *welfare state* não pode ser compreendido apenas em termos de direitos e garantias. Também precisamos considerar de que forma as atividades estatais se entrelaçam com o papel do mercado e da família em termos de provisão social. Estes são os três princípios mais importantes que precisam ser elaborados antes de qualquer especificação teórica do *welfare state* (Esping-Andersen, 1991, p. 101).

Outro ponto importante, quando se trata de políticas sociais, é a forma como ocorre, ou deveria ocorrer (em termos normativos), a distribuição de recursos críticos, como educação, renda, que proporcionam acesso a bens

determinantes para a qualidade de vida das pessoas. Segundo Gooby (2003) vários estudos diferenciam as políticas igualitárias baseadas na igualdade de oportunidades e aquelas que se fundamentam na igualdade de resultados.

Para o autor, as políticas de oportunidade buscam dar aos indivíduos um ponto de origem igualitário em uma sociedade desigual, enquanto as políticas de igualdade de resultado buscam valorar as posições individuais igualmente. A reivindicação igualitária dos defensores do *Welfare State* é que, no contexto das políticas sociais, os diferentes grupos devam ser tratados com igualdade em termos de status e cidadania. Isso envolve demandas por igualdade no processo de tomada de decisões políticas, que abrangem o acesso à prestação de serviços e benefícios públicos e o tratamento dispensado pelas autoridades administrativas responsáveis pelas políticas de bem-estar. Ao fim e ao cabo, a questão central é se as reivindicações por benefícios e serviços sociais devem ser apoiadas pelo poder do Estado, de modo que os direitos sociais se tornem um elemento fundamental da cidadania no Estado moderno.

Como vimos, o Estado desempenha um papel fundamental ao modificar as dinâmicas do mercado e, portanto, influenciar como os recursos são distribuídos em um cenário de recursos limitados (escassez), assim, suas ações e decisões devem ser cuidadosamente consideradas. Segundo Santos (1998), as sociedades não dispõem de recursos suficientes para satisfazer todas as vontades de seus indivíduos. Essa escassez como realidade dada, posta, vai além da dimensão econômica e política, trazendo consigo consequências muitas vezes subestimadas na esfera do pensamento ético. Questões práticas e econômicas são necessárias, mas não suficientes para a justa distribuição de recursos escassos. A justiça não se limita a escassez, também implica em escolhas éticas (por vezes trágicas) que justifique pelos valores e equidade as escolhas tomadas.

A descoberta de que a opção entre equidade (justiça) e eficiência (administração da escassez) constitui genuíno dilema foi apenas a antecâmara para a luminosidade maior do espaço inteiro da sociedade: toda escolha social é uma escolha trágica no sentido radical de que, mesmo decisões altamente benéficas reverberam, em algum lugar, metamorfoseadas em mal (Santos, 1998, p.37).

Nesse contexto, a política social pode ser vista como uma "metapolítica", ou seja, aquela que determina as prioridades dentro das próprias prioridades, por isso as escolhas são trágicas e sua fundamentação em critérios de justiça essencial. Nesse sentido, também pode-se considerar "a seguinte proposição: chama-se de política social toda política que ordene escolhas trágicas segundo um princípio de justiça consciente e coerente" (Santos, 1998, p.37).

Uma vez analisado o conceito e as características fundamentais das políticas sociais, é possível desenhar um panorama histórico das políticas de assistência social e combate à pobreza no Brasil. O objetivo é compreender a evolução dessas políticas ao longo do tempo, as estratégias adotadas e os desafios enfrentados pelos governos nacionais na busca por soluções na luta contra a pobreza e desigualdade. Ao traçar esse breve histórico, é possível melhor contextualizar as políticas atuais, colaborando para a análise da efetividade das decisões governamentais.

Breve histórico das políticas de Assistência Social e combate à pobreza no Brasil

No século XIX a pobreza era interpretada como um fenômeno proveniente de um comportamento individual, este modelo de interpretação era decorrente do "laissez-faire" teoria econômica que apresentava a pobreza como uma situação de vida lamentável, no entanto, inevitável, uma vez que, fazia parte da condição humana e a forma de enfrentá-la seria, portanto, a indução ao trabalho necessário para à sociedade. Na Europa, em países como Inglaterra, França, Holanda e Alemanha, foram adotadas políticas públicas que consideravam a pobreza um fenômeno biologicamente predeterminado, proveniente da fraqueza individual, incapacidade, inabilidade ou pura incompetência, baseados neste modelo interpretativo as ações públicas implementadas combinavam um mix de assistencialismo e punição, modelo político este denominado como "Lei dos Pobres" (Marshall, 1967) (Townsend, 1984).

No Brasil, esta interpretação se manteve até o período da década de 1930, onde o Estado ainda não considerava a pobreza como uma questão a ser tratada por ele, neste momento histórico a pobreza ainda não era entendida

como uma questão social. No entanto, no decorrer desta década o assistencialismo social começa a ser introduzido e passa a figurar como política pública, sendo uma ação programática governamental (Sposati *et al.*, 1995).

No início da década de 1940 a dicotomia entre assistência social e promoção social se torna mais intensa segundo Vieira (1983). As políticas governamentais passam a enfatizar com maior expressão a dimensão assistencialista, implementando programas de prestação de serviços sociais básicos e de pronto socorro social de “solução” imediatista, que seria por sua vez, um auxílio financeiro ou material subsidiado para população em situação agravada de subsistência. Neste período, estas ações de pronto socorro social, passam a ser compreendidas como ações assistências governamentais.

De acordo com Vieira (1983) o pensamento reproduzido pelo então presidente Juscelino Kubitschek (1956/1961) era o de que, na medida em que se acelera o desenvolvimento nacional as lutas internas do sistema socioeconômico se reduzem e o movimento egoísta e reacionário dos interesses individuais se dilui. Havendo o bastante para todos, eventualmente seria eliminada a necessidade de disputa para possuir as migalhas pelos indivíduos das economias estagnadas e facilitada a implementação prática de uma justiça social. Desta maneira, se considerava que os programas de política social deveriam ser subordinados e interligados ao desenvolvimento econômico e a seus planejamentos.

Neste mesmo período, organismos internacionais começam a exercer influência na definição de programas voltados ao atendimento da população excluída do Brasil, principalmente a Organização das Nações Unidas – ONU com programas destinados para regiões com dificuldades econômicas e sociais, propondo a adequação de fundos financeiros e enquadramento as práticas internacionais alinhados a um modelo de estado de bem-estar social, no entanto, já se utilizava da desculpa de escassez de recursos financeiros como impedimento para a concretização de políticas sociais abrangentes no país (Silva, 2006).

O caráter assistencial existente nas políticas públicas foi reforçado durante a ditadura militar, ou seja, “A questão social passa a ser tratada a partir

da articulação repressão/assistência atendendo aos interesses de determinados segmentos sociais especialmente a burocracia estatal e os setores empresariais que se especializam na produção de bens e serviços” (Silva, 2006, p. 34).

Reformas fiscais, monetárias e financeiras foram implementadas no país década na de 1960. Tendo como objetivo desacelerar a força inflacionaria e em paralelo, almejava alavancar a economia. Nesse cenário, os temas relacionados à política social encontravam empasses no âmbito de financiamento dos programas, uma vez que, o orçamento fiscal não poderia ser pressionado pelos gastos sociais, desta forma, a proteção social encontrava-se em subordinação à economia e as reformas institucionais não buscavam à estruturação de um sistema de proteção social, privilegiando, desta forma, setores da economia em avaria das políticas sociais (Fagnani, 1997).

Logo, o combate à pobreza e as políticas de assistência social e foram inviabilizadas, este fato é resultante da falta de compatibilidade com o modelo de autofinanciamento determinado pelo estado, por redução de recursos fiscais a fundo perdido. Ao fim da década de 1960 e início da década de 1970 a pobreza e a exclusão estavam associadas a miséria pontual e isolada, que superariam com o desenvolvimento econômico (Silva, 2006).

Uma alteração no discurso do governo referente à pobreza foi notada em decorrer do II Plano Nacional de Desenvolvimento (1974 / 1979), com temáticas relativas à execução de uma política social, objetivando reduzir a pobreza elevando a renda real em todas as classes. No entanto, O surgimento de inúmeros programas, heterogeneidade de políticas sociais, lideranças de grupos e falta de recursos financeiros fez com que muitos dos novos programas se tornassem viáveis apenas para a imagem governamental, sendo insignificantes como instrumento para a resolução de problemas das classes trabalhadoras com escassos acessos pela população (Coimbra, 1985)

No final da década de 1970 cursou com o surgimento de programas sociais, primordialmente na área rural nordestina. Tais programas contaram com recursos do Banco Mundial, na ordem de US\$ 4 bilhões, emergindo pelo agravo da crise econômica. No início dos anos de 1980, as políticas sociais participavam de uma área de destaque da ação estatal, com esforço financeiro do estado em

relação à proteção do assistencialismo social, desta forma, a falta de capacidade administrativa e a centralização do poder proporcionou pouca transparência para o sistema de política social, o que, fatidicamente, abalou a eficácia e efetividade das ações (Draibe, 1998).

Com a transição da ditadura militar a partir de 1985 para a nova república, os sítios de discussão de reformas no sistema de proteção social foram expandidos. Questões emergenciais pertinentes à fome, pobreza e desemprego objetivavam à curto prazo, medidas de caráter estrutural priorizando o crescimento econômico, aumento de salários, amplificação do emprego e implementação de renda. Neste momento foram disseminados Programas de Prioridade Sociais – PPS (1985 / 1986) com planos emergenciais para o combate à miséria, à fome e ao desemprego. Foi sugerido melhor aproveitamento dos programas já existentes assim como, dos recursos disponíveis, abdicando as teorias que defendiam que o desenvolvimento social ocorria espontaneamente por meio do crescimento econômico (Nepp, 1998).

Fagnani (1997) destaca que o governo, a fim de aumentar a inclusão social, redefinir aspectos financeiros, universalizar o acesso e maximizar os impactos sociais, prioriza novas estratégias para as políticas sociais. Neste período há o lançamento do Plano Cruzado, que para a população mais pobre teve efeito positivo, principalmente, sobre o índice de inflação e altos investimentos em 1986.

Com a Constituição em processo de criação e as reações da ineficiência do Plano Cruzado, várias comissões representativas da sociedade civil foram criadas, objetivando a criação de propostas de reformulação do padrão de ação social do Estado (Silva, 2006).

Em 1988 a implementação da Constituição trouxe um modelo organizacional universal e igualitário de proteção social para o Brasil, substituindo o modelo particularista-meritocrático por um modelo redistributivo-institucional. Segundo Draibe (1998) a Constituição introduziu o conceito de seguridade social, ampliando a percepção dos modelos de assistência, gerando reconhecimento dos direitos sociais básicos da população. Antes deste momento de implementação constitucional, a assistência social não era

considerada como um dever do Estado e, tampouco, um direito do cidadão, estando vinculada a políticas clientelistas e ações filantrópicas (Cabrera, 2015).

De acordo com a Constituição/1988:

Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

Parágrafo único. Compete ao poder público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos:

- I - Universalidade da cobertura e do atendimento;
- II - Uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais;
- III - Seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços;
- IV - Irredutibilidade do valor dos benefícios;
- V - Equidade na forma de participação no custeio;
- VI - Diversidade da base de financiamento;
- VII - Caráter democrático e descentralizado da gestão administrativa, com a participação da comunidade, em especial de trabalhadores, empresários e aposentados. (Brasil, 1988).

O governo Itamar Franco teve início em 1992, após a finalização do governo José Sarney (1985 / 1990) e breve período de governo Fernando Collor (1990 / 1992). O então governo vigente apresentou avanços substanciais na implementação de programas de assistência social e combate à desigualdade e a pobreza, aderindo ao Plano de Combate à Fome e a Miséria – PCFM e com a sanção da Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, descrito na Lei 8.742/93 (Silva, 2006). No entanto, segundo Draibe (1998) vários obstáculos surgiram dificultando a implementação do PCFM, entre os principais, se destacava as restrições financeiras, a dificuldade em se controlar o clientelismo, a precariedade e o mau funcionamento das instituições públicas e a dificuldade de se articulação entre as esferas governamentais. Por outro lado, a LOAS define em seu artigo primeiro que:

Art.1. A Assistência Social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas. (LEI 8.742, art. 1º) (Brasil, 1988).

A referida lei ainda destaca os objetivos da assistência social:

- I - A proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
- II - O amparo às crianças e adolescentes carentes;
- III - A promoção da integração ao mercado de trabalho;
- IV - A habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;
- V - A garantia de 1 (um) salário-mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família". (Brasil, 1988).

A LOAS salienta em seu art. 2º a necessidade de integração das políticas sociais para o enfrentamento da pobreza:

A assistência social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, visando ao enfrentamento da pobreza, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais. (Brasil, 1988).

Apesar de estar previsto na Constituição Federal de 1988 no Artigo 203, o Benefício de Prestação Continuada – BPC dependia de regulamentação. A LOAS no Artigo 20 define o BPC como: “garantia de 1(um) salário-mínimo mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso com 70 anos ou mais que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção e nem de tê-la provida por sua família” (Lei 8.742, Art. 20). Cabe o destaque que o BPC substituiu benefícios já existentes como: o auxílio funeral, auxílio natalidade e a renda mensal vitalícia.

Com o compromisso de combater a fome e a pobreza e de fazer justiça social para o povo brasileiro, assumi a presidência da república Fernando Henrique Cardoso em 1995. Como políticas de assistência social e promoção da inclusão social e da cidadania, criou-se um conjunto de ações beneficiárias de resolução imediatista para a população em situação de vulnerabilidade, nas áreas de saúde e educação. Nesse contexto, programas inovadores como o Alfabetização Solidária (PAS), o Capacitação Solidária (PCS) e a Universidade Solidária (UNASOL) foram criados. No entanto, não foram estipulados fundos financeiros específicos para os programas, resultando em baixa capilaridade,

segundo Peliano *et al.* (1995) é importante destacar que a situação econômica nacional a época era de estabilidade monetária e crescimento econômico. No entanto, no que se refere a assistência social houve avanços com a criação do Fundo Nacional e da Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) sendo este o órgão responsável pelo fundo. Outro marco relevante foi a extinção da Legião Brasileira de Assistência (LBA), enfatizando o direito social enquanto norma dos programas sociais e rompendo com clientelismo histórico. Vale destacar também a descentralização dos recursos federais com a utilização de repasses automáticos para municípios e estados, possibilitando previsibilidade orçamentária e ações mais bem planejadas (Silva, 2006). A SNAS então começa formular ações para a implementação da LOAS, com ênfase no Benefício de Prestação Continuada (BPC) e no Programa de Erradicação Infantil (PETI), este criado em 1996, objetivava a erradicação do trabalho infantil em situações penosas, insalubres, degradantes ou perigosas, tanto na zona rural quanto na urbana (Brasil, 2017).

O Plano Real implementado em 1994 por Itamar Franco gerou efeitos econômicos positivos de redução da inflação e estabilização monetária, efeitos estes que consequentemente auxiliaram na redução dos níveis de pobreza e desemprego no Brasil. Por outro lado, em 1997 a crise asiática passa a gerar impactos negativos no Brasil, os resultados dos indicadores sociais começam a estagnar ou retroagir, mesmo com o país apresentando ampla redução da inflação. Visando melhorar as finanças públicas e com comprometimento em continuar investindo em programas sociais, foi criado um novo plano fiscal, além da aquisição de um empréstimo junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI) no valor de US\$ 41 bilhões (Silva, 2022).

Durante o segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso (1999/2003), as agitações econômicas do período levaram a agravamento da situação do desemprego e renda do povo brasileiro, o aperto fiscal e o empréstimo junto ao FMI não foram suficientes, gerando um embate sobre os gastos públicos da agenda social. Nesse sentido, por meio da Comissão Mista Especial o Congresso Nacional chegou à conclusão de que haveria possibilidade de se combater a pobreza e a desigualdade sem que houvesse um aumento nos

gastos públicos, sendo necessário apenas aperfeiçoar as políticas públicas, de tal maneira a evitar o aumento dos gastos com a agenda social (Comissão Mista Especial, 1999).

Em 2001 os programas de transferência direta de renda voltam a se destacar no âmbito governamental graças a criação da Rede de Proteção Social (RPS) que envolvia os seguintes programas: Previdência Rural (1971), Renda Mensal Vitalícia (1972), Abono Salarial do PIS/PASEP (1977), Seguro Desemprego (1988), Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (1995), Benefício de Prestação Continuada (1996), Bolsa Alimentação (1998), Bolsa Escola (2001), Agente Jovem de Desenvolvimento Humano (2001), Bolsa Qualificação (2001), Auxílio Gás (2002) e Seguro Safra (2002). No entanto, fica evidente que mesmo com a criação do RPS os programas permanecem fragmentados (Silva, 2006)

Ainda em 2001, foi criado o Cadastro Único (CadÚnico) para programas sociais do governo federal, trata-se de um sistema de registro, identificação e seleção de requerentes beneficiários, o sistema surge com o objetivo de integrar e unificar os cadastros dos beneficiários, uma vez que, até este dado momento cada programa possuía seu próprio cadastro. Entretanto, após doze meses de sua implementação, em seu cadastro constavam apenas cerca 5 milhões de famílias, aproximadamente 52% das famílias com renda mensal per capita de até 1/5 salário-mínimo. A justificativa apresentada para a baixa adesão foi a possível falta de documentos por parte da população requerente. Além do fato de que várias famílias que não estavam enquadradas nos critérios tiveram seus cadastros feitos de forma irregular. Em 2002 os programas que faziam parte do CadÚnico eram: Bolsa Escola, Auxílio Gás, Bolsa Criança Cidadã, Bolsa Alimentação e o Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano (Silva, 2006). Vale salientar que foi neste processo que surge como forma de inovação, a definição das mães como responsáveis financeiras do recebimento dos benefícios e a simplificação dos pagamentos serem feitos por meio do Cartão Cidadão, que se trata de um cartão magnético que permite a realização de saques em espécie dos valores pagos pelos programas sociais nas agências da

Caixa Econômica Federal e em sua rede credenciada (Paiva; Falcão; Bartholo; 2014).

Os programas de transferência direta de renda se tornam a prioridade para o combate da pobreza e da fome no país em 2003, no início do primeiro governo do Presidente Luiz Inácio da Silva (Lula). Neste momento da história o Brasil passava por uma situação econômica complexa, com inflação anual acumulada em 12,53%, equivalência do dólar em 4 reais para cada 1 dólar, escassez de linhas de crédito e com uma dívida externa pesada que afligia brutalmente as contas públicas, no entanto, mesmo diante do cenário desafiador uma das primeiras iniciativas do governo foi implementar o programa de segurança alimentar Fome Zero (IPEA, 2015). Visando uma maior assertividade, inicialmente se buscou avaliar as iniciativas anteriores, para posteriormente criar estratégias mais articuladas para o combate a fome. Junto com o Fome Zero foram criados: o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) e a implementação de um novo projeto de transferência de renda o Programa Bolsa Família (PBF). O Fome Zero teve suas ações divididas em quatro bases: ampliação do acesso aos alimentos, fortalecimento da agricultura familiar, geração de renda, articulação, mobilização e controle social (Paiva *et al.*, 2014).

Durante o Governo Dilma Rousseff (2011) foi implantado o Plano Brasil Sem Miséria, organizado de forma multidimensional em três eixos de atuação. O primeiro tinha o objetivo de proporcionar rendimentos mínimos e estáveis para a população carente, o segundo envolvia a inclusão produtiva, ofertando oportunidades de ocupação, qualificação e geração de renda e o terceiro objetivava à melhoria do acesso aos serviços públicos, com ênfase nas áreas de saúde, educação e assistência social. As ações eram desenvolvidas de forma articulada, possibilitando a potencialização dos resultados. O Plano Brasil Sem Miséria se baseou em políticas já desenvolvidas no governo anterior, principalmente no PBF que não só manteve sua continuidade como foi ampliado,

articulado e revigorado, uma vez que, se tratava de um experiência de sucesso (Brasil, 2015).

Em 2016 já no governo Michel Temer houve a implantação do Programa Criança Feliz, que tinha como finalidade a promoção do desenvolvimento integral das crianças na primeira infância, o público-alvo definido pelo programa foi: gestantes, crianças de até 6 anos e suas famílias beneficiárias do BPC, crianças de até 6 anos e suas famílias beneficiárias do PBF e crianças de até 6 anos que foram afastadas de suas famílias por questões relacionadas a medidas de proteção previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente. Cabe ressaltar que neste programa não havia disponibilização de recursos financeiros para seus beneficiários (Brasil, 2021b).

A pandemia de covid-19 agravou ainda mais as desigualdades e a pobreza no Brasil, dados estes que já vinham em declínio desde o início do Governo Jair Bolsonaro em 2019, que diante da situação pandêmica foi obrigado a conceder um novo recurso financeiro para a população o Auxílio Emergencial. Tratou-se de um benefício concedido pelo governo federal destinado aos microempreendedores individuais (MEI), autônomos, trabalhadores informais e desempregados, e tinha como objetivo gerar proteção emergencial a estas pessoas durante o enfrentamento da pandemia. Mais de 30% dos brasileiros tiveram de ser amparados no início do auxílio que era de R\$:600,00 tendo seu valor reduzido a partir de setembro de 2020 para R\$:300,00. Enquanto estava em atuação, o auxílio começou a ter seu valor alterado, seguindo um conjunto de regras que mudavam de acordo com a composição familiar: se a família for composta por apenas uma pessoa, o benefício é de R\$ 150,00 por mês; se a família for composta por mais de uma pessoa, o benefício é de R\$ 250,00 por mês; se a família for chefiada por mulher sem cônjuge ou companheiro, com pelo menos uma pessoa menor de dezoito anos de idade receberá, mensalmente, R\$ 375,00. Disponibilizados até quatro parcelas, desde que a família continue atendendo aos critérios de seleção do Auxílio. Nas situações em que for mais vantajoso para a família, o Auxílio Emergencial substituirá, temporariamente, o benefício do Programa Bolsa Família, ainda que haja um único beneficiário no grupo familiar (Silva, 2022).

Ainda durante a presidência de Jair Bolsonaro, o PBF foi substituído pelo Auxílio Brasil (AB) por meio da Medida Provisória N° 1.061 de 2021 que trouxe algumas mudanças em relação ao seu antecessor, foi aberta a possibilidade de acesso ao programa para famílias compostas por apenas um indivíduo, houve o aumento do valor do benefício para R\$:400,00 e disponibilizada a possibilidade de aquisição de empréstimos consignados para os beneficiários do auxílio, onde as parcelas dos empréstimos são descontadas na fonte, antes do recebimento do recurso por parte das famílias, impossibilitando a inadimplência. Em 2022 em meio ao período eleitoral onde o então presidente concorria à reeleição, foi aprovada a Lei N° 14.469 que aumentou o AB para R\$:600,00 até o final daquele mesmo ano (Figueiredo, 2022).

De acordo com o Banco Central do Brasil - BCB (2022) o país no período de 2021 e 2022 estava em meio a um período inflacionário perigoso onde políticas monetárias contracionistas seriam fundamentais para o controle da economia nacional, desta maneira medidas como o aumento da taxa básica de juros se fez necessário, no período entre 01/2021 e 12/2022 a taxa Selic foi elevada da 2% para 13,75%. Políticas contracionistas visam reduzir a concessão de crédito, reduzindo o poder de consumo da população para desta maneira controlar a inflação, o que por sua vez se torna ineficaz com a liberação de uma nova linha de crédito consignado e a inclusão de homens solteiros (principal público de apoio ao governo Bolsonaro) para recebimento do AB. Outro ponto crítico desta linha de crédito consignado junto ao AB é o endividamento dos beneficiários, que por necessidade e por falta de conhecimento específico sobre o assunto acabaram por precarizar ainda mais sua renda familiar, uma vez que, parte do benefício passou a ficar retido para o pagamento das parcelas.

Em 2023 volta ao poder o presidente Lula após uma eleição turbulenta e polarizada. Por meio da Medida Provisória N° 1.164 de 03/2023 o AB foi substituído novamente pelo Programa Bolsa Família, que teve suas características de condicionalidades mantidas, manteve o valor R\$:600,00 pagos as famílias, excluiu a possibilidade de crédito consignado para os beneficiários e as famílias de um único indivíduo do programa. Além deste ponto, foi incluída a possibilidade que famílias que começaram a ter renda superior ao valor limite

da condicionalidade pudessem manter o benefício de forma reduzida por até 24 meses, com o intuito de inibir a pobreza transitória (Brasil, 2023).

Considerações finais

Diante da análise da problemática levantada no campo da política social de transferência de renda percebesse um alto índice de complexidade em função do elevado quantitativo populacional em situação de vulnerabilidade social, como também pela especificidade de cada grupo social. Os programas de assistência social e combate à pobreza no Brasil, basicamente tiveram início na década de 1940, com ênfase em uma dimensão assistencialista de caráter imediatista, com a implementação de programas de serviços sociais básicos. A partir do governo do presidente Juscelino Kubitschek (1956 / 1961) as políticas sociais passam a ser vinculadas e subordinadas ao desenvolvimento econômico, ficando à mercê de seus planejamentos, dentro de uma lógica de mercado onde um possível crescimento econômico seria capaz de melhorar as condições de vida da população. Com o fracasso desta visão econômica, a partir de 1960 os temas relacionados as políticas sociais encontraram entraves no âmbito do financiamento dos programas sociais, inviabilizando a política de combate à pobreza e assistência social, tal percepção perdura até a atualidade, vide Emenda Constitucional 95/2016, conhecida popularmente como “Teto de Gastos” e o PLP 93/2023 conhecido como “Novo Arcabouço Fiscal”.

A partir da década de 1980 o governo se esforçou para implementar políticas de assistência social, no entanto, não houve capacidade administrativa e orçamentaria para tal, uma vez que, múltiplos projetos e diversos agentes econômicos demandavam assistência, exigindo escolhas trágicas de alocação que não eram suficientes. Com a Constituição de 1988 a assistência social passou a ser considerada um direito do cidadão e um dever do Estado. Em 1992 o então presidente Itamar Franco, sancionou a Lei Orgânica de Assistência Social e instaurou o Plano de Combate à Fome e a Miséria, no entanto, este segundo não obteve êxito por conta de obstáculos antigos e conhecidos como a precariedade das instituições públicas e restrições orçamentarias. Com o mesmo discurso de combate à fome e a pobreza no Brasil assume Fernando Henrique

Cardoso em 1995, vários programas de assistência à saúde e educação foram implementados, no entanto, mesmo com o país passando por estabilidade monetária e desenvolvimento econômico não foram criados fundos específicos para manutenção destes programas. Em relação aos programas de assistência social, os recursos federais foram descentralizados, com repasses para estados e municípios permitindo maior autonomia para a implementação de programas sociais.

Mais uma vez o discurso de combate a miséria e a desigualdade, assume a presidência Luís Inacio Lula da Silva, priorizando programas de transferência de renda direta, com destaque para o Programa Bolsa Família, que conseguiu atingir índices elevados de atendimento, sendo considerado o maior programa de transferência de renda no país. Dando continuidade à linha temporal, assume Dilma Roussef que expande o atendimento dos programas de assistência social no Brasil, como o Programa Brasil Sem Miséria. Em 2016 a então presidente Dilma Roussef sofre um “golpe” e perde o poder, dando início ao governo Michel Temer que novamente sobrepõem a política econômica à política social, criando o já citado “Teto de Gastos” que limitou a expansão das políticas sociais no Brasil. A partir de 2020 com a pandemia de covid-19 houve um agravamento da desigualdade e da pobreza no Brasil, obrigando o governo Jair Bolsonaro a conceder o Auxílio Emergencial, extinguindo na sequência o PBF, o substituindo pelo Auxílio Brasil de cunho clientelista. Em 2023 volta ao poder Lula, que retoma o PBF em vigor até a presente data.

Conclui-se que o percurso histórico apresentado relacionado as políticas sociais de combate a pobreza e a desigualdade apresenta diversas tentativas de diferentes governantes em diferentes épocas, contudo é perceptível obstáculos que em suma se repetem no decorrer do tempo, tais como questões financeiras, de planejamento orçamentário, falhas administrativas e precarização das instituições. Acarretando sempre em escolhas trágicas entre o social e o econômico.

Referências

BANCO CENTRAL DO BRASIL, Diretoria Colegiada. Nota. Copom eleva taxa Selic para 13,75% a.a., 2022. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/detalhenoticia/17704/nota>. Acesso em 26 de jun. 2024.

BRASIL, Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 25 out. 2024.

BRASIL, Lei Federal Nº 8.742. Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS). Brasília: DF, 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm>. Acesso em: 05 nov. 2024.

BRASIL, Medida Provisória Nº 1.061, de 9 de agosto de 2021. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 9 ago. 2021.

BRASIL, Medida Provisória Nº 1.164, de 2 de março de 2023. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 3 mar. 2023.

BRASIL, Ministério da Cidadania. Ações e Programas, Criança Feliz. 2021b. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/crianca-feliz>. Acesso em: 01 dez. 2024.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. Guia de políticas e programas. -- Brasília, DF: MDSA, Assessoria de Comunicação, 2017a.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Plano Brasil sem Miséria. Cadernos de resultados 2011/2014. 2015. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil_sem_miseria/cadernode-graficosbsm-35anos.pdf. Acesso em: 01 dez. 2024.

BRASIL. Lei Nº 14.469, de 16 de novembro de 2022. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 16 nov. 2022.

BRIGSS, Asa. The Welfare State in Historical Perspective. In: PIERSON, Christopher & CASTLES, Francis. The Welfare State – A reader. Cambridge: Polity Press, 2000.

CABRERA, Cecilia Correa. Características e tendências dos programas de transferência de renda na América Latina: destaque às experiências, brasileira e peruana. 2015. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, Brasília, 2015.

CARVALHO, Ailton Mota de. Políticas sociais: afinal do que se trata. Agenda Social, v. 1, n. 3, p. 73-86, 2007.

CEJA, Concepción M. "La política social mexicana de cara a La pobreza". *Geo Crítica Scripta Nova*, Revista eletrônica de geografia y ciências sociais, Universidad de Barcelona, VOL III, num. 176, novembro de 2004, p. 48-49.

COIMBRA, M. Dois modelos de intervenção nutricional no Brasil: PNS e PROAB. In: CASTRO, C.M.; COIMBRA, M. (Orgs). *O problema alimentar no Brasil*. Campinas: Editora da UNICAMP/Almed, 1985.

COMISSÃO MISTA ESPECIAL. Relatório Final da Comissão Mista Especial – destinada a estudar as causas estruturais e conjunturais das desigualdades sociais e apresentar soluções legislativas para erradicar a pobreza e marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais. Congresso Nacional. Brasília, DF, 1999.

DRAIBE, S. M. *O Welfare State no Brasil: características e perspectivas*. Campinas. SP: Unicamp, 1993.

DYE, Thomas R. *Understanding public policy*. Pearson, 2013.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. As três economias políticas do Welfare State. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, p. 85-116, 1991.

FAGNANI, Eduardo. Política social e pactos conservadores do Brasil: 1964/92. *Economia e Sociedade*, Campinas, n. 8, p. 183-238, 1997.

FIGUEIREDO, Erik Alencar de. *Expansão do Programa Auxílio Brasil: uma reflexão preliminar*. 2022.

GOOBY, Peter Taylor. Equality, rights and social justice. *Policy World*, p. 42-48, 2003.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira*. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Políticas sociais: acompanhamento e análise*, v. 23. Brasília: IPEA, 2015.

LAHERA PARADA, Eugenio. *Coletânea de políticas públicas: volume 1: política y políticas públicas*. 2006.

MAINGÓN, Thais. *Las políticas sociales: discusión teórica, conceptual y metodológica*, Caracas, Venezuela: Cuadernos Del Cendes Nº 19, enero/abril 1992.

MANNING, Nick. Social needs, social problems and social welfare and well-being. In: *The Student's Companion to Social Policy*. Wiley, 2003. p. 19-25.

MARSHALL, Thomas H. Cidadania. classe social e status. Tradução de Meton Porto Gadelha. 1967.

NEPP. Brasil 1986: Relatório sobre a Situação Social do País. Campinas: UNICAMP/NEPP, 1988.

PAIVA, Luis Henrique; FALCÃO, Tiago; BARTHOLO, Letícia. Do Bolsa Família ao Brasil sem miséria: um resumo do percurso brasileiro recente na busca da superação da pobreza extrema. In: CAMPELLO, T.; NERI, M. C. (orgs) Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania. Brasília: Ipea, p. 25-46, 2014.

PELIANO, Ana Maria; RESENDE, Luís Fernando; BEGHIN, Nathalie. Comunidade Solidária: Uma Estratégia de Combate à Fome e à Pobreza. Rio de Janeiro: Planejamento e Políticas Públicas, nº 12, jan/jun., 1995.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. Transferência de Renda, de 12 de abril de 2021. 2021. Disponível em https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/assistencia_social/gestao_de_beneficios/transferencia_de_renda/index.php?p=2009. Acesso em: 22 nov. 2024.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. A trágica condição da política social In: Santos Wanderley Guilherme dos (org) Políticas públicas e combate à pobreza. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

SILVA, CHESIL BATISTA. ESTUDO DOS PROGRAMAS SOCIAIS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA DIRETA E OS DESAFIOS DA IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA DE RENDA BÁSICA UNIVERSAL. 2022.

SILVA, Tiago Falcão. Mito de Sísifo ou a grande transformação? A experiência brasileira com programas de transferência direta de renda. Dissertação (Mestrado em Economia e do Trabalho Social) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006. Disponível em: <http://biblioteca.posgraduacaoredentor.com.br/link/?id=2585613>. Acesso em: 15 jun. 2024.

SPOSATI, Aldaíza; BONETTI, Dilséa Adeodata; YAZBEK, Maria Carmelita; CARVALHO, Maria do Carmo Brant. A assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

TOWNSEND, Peter. Responses to Poverty: Lessons from Europe. London: First American Edition Heinemann Educational Books, 1984. p. 1-27.

VIEIRA, Edvaldo Amaro; Estado e miséria social no Brasil: de Getúlio a Geisel. São Paulo: Cortez, 1983.

Bibliotecas comunitárias e acesso à cidadania: reflexões preliminares

Luiz Carlos de Souza Lima¹

Bianca Rihan²

Resumo

A partir de pesquisa qualitativa e exploratória, o artigo reflete sobre o universo das bibliotecas comunitárias, iniciativas presentes em diferentes regiões de nosso país. Para exemplificar o debate, apresentamos as experiências de duas bibliotecas comunitárias na Região Nordeste: a Biblioteca do Caranguejo (Maranhão) e a Biblioteca Maria das Neves Prado (Bahia). Entre outras questões, destaca-se o protagonismo dos atores envolvidos em cada um desses projetos, os meios utilizados para a captação de recursos em ambos; bem como seu potencial para a democratização do acesso à informação e à cultura em seus territórios.

Palavras-Chave: Bibliotecas Comunitárias; Protagonismo social; Acesso à Informação.

Abstract

Based on qualitative and exploratory research, this article reflects on the universe of community libraries, initiatives present in different regions of our country. To illustrate the discussion, we present the experiences of two community libraries in the Northeast Region: the Biblioteca do Caranguejo (Maranhão) and the Biblioteca Maria das Neves Prado (Bahia). Among other aspects, the article highlights the protagonism of the actors involved in each of these projects, the means used to obtain resources in both, as well as their potential for democratizing access to information and culture in their respective territories.

Keywords: Community Libraries; Social Protagonism; Access to Information.

¹ Graduado em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio).

² Professora da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio).

Introdução

Assim como nossas vidas, constituídas pela dinâmica do movimento, o universo da biblioteconomia apresenta diferentes questões, abordagens e nuances. Por sua vez, o tema das “Bibliotecas Comunitárias”, objeto central de nosso interesse, não foge a essa regra: é pauta das mais variadas discussões, tanto próprias ao mundo acadêmico, como fora dele. Nossa pretensão não passa, obviamente, por esgotar cada um desses tantos aspectos que atravessam as bibliotecas comunitárias, mas por identificar sua importância para a democratização do acesso à informação no Brasil.

Segundo defende Machado (2008, p. 20) “As bibliotecas [comunitárias] surgem nas comunidades locais de maneira espontânea ou a partir de um projeto social, individual ou coletivo [...]”. Sua tipologia é, portanto, diferente das demais, uma vez que moldadas pela iniciativa das próprias comunidades visando à resolução de suas demandas informacionais.

Logo, com centralidade na categoria de “protagonismo social”, entendida como elemento que dá origem a um processo democrático de apoio e mediação da informação, preocupamo-nos em demonstrar algumas das diferenças e das afinidades entre as bibliotecas comunitárias e aquelas instaladas nas comunidades pelas autoridades governamentais.

Após pesquisa teórica e bibliográfica, de natureza qualitativa e exploratória sobre aspectos gerais que envolvem as bibliotecas comunitárias, apresentamos, mais especificamente, os casos de duas bibliotecas comunitárias no Nordeste do país: a Biblioteca do Caranguejo, localizada na comunidade de pescadores da praia do Mangue Seco - Raposa, no Estado do Maranhão; e a Biblioteca Maria das Neves Prado, também conhecida como Biblioteca do Paiaíá, localizada no município de Nova Soure, na Bahia.

A partir de questionário com perguntas abertas, enviado à equipe da Biblioteca do Mangue Seco; e de entrevista³ concedida pelo professor Geraldo Prado, idealizador e fundador da Biblioteca do Paiaíá, ao Professor Gustavo

³A entrevista, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gmRRroq1NQk&t=300s> foi utilizada como fonte uma vez que não conseguimos contato com a biblioteca do Paiaíá para o envio de questionário aberto.

Saldanha, destacamos, ao final do artigo, algumas reflexões sobre os modos de atuação das respectivas bibliotecas e sobre suas formas de articulação com as comunidades em que se inserem.

Sendo a falta de acesso à informação - intrinsecamente relacionada ao analfabetismo funcional - um dos problemas cruciais na sociedade brasileira, o debate aqui proposto visa a investigar a importância das bibliotecas comunitárias em suas localidades. Na medida em que conjugam acesso à informação a atividades culturais e educacionais, apostamos nesses espaços para a promoção de cidadania em diferentes territórios de nosso país.

Um olhar ampliado sobre as bibliotecas

Em um escopo mais geral, as bibliotecas são comumente associadas “à missão de preservar, organizar e disseminar os elementos culturais e os insumos de conhecimentos concebidos por nosso fazer racional” (Silveira, 2010 p. 69).

Como indica Silveira, o nascimento das bibliotecas teve lugar paralelamente ao despontar da escrita, contexto em que os sujeitos, organizados para determinados fins, criaram um sistema capaz de “gravar em matéria estável a substância essencial daquilo que era narrado, daquele conteúdo que se conservava e se transmitia oralmente”. Deu-se, assim, a possibilidade de acúmulo do conhecimento humano em “espaços privilegiados de saber” (Silveira, 2010, p.69).

Se nesse primeiro momento a escrita e as bibliotecas eram restritas aos poucos grupos dominantes que detinham o poder material e simbólico nas sociedades antigas, passados quase seis mil anos, sua função foi se transformando, dando lugar a uma significativa abertura.

Como comenta Alves (2020), o despontar das bibliotecas públicas ampliou a circulação e o acesso à produção intelectual, ao mesmo tempo em que passou a estimular uma quantidade maior de pessoas a contribuírem com o acervo cultural da humanidade.

Conhecida como centro local de informação, a biblioteca pública tem sua origem atestada por vários autores, como Mueller, Nogueira, Serrai, etc., em meados da segunda metade do século XIX (Almeida Júnior, 1997). Os “motivos

que levaram ao surgimento da biblioteca pública, da forma que entendemos e conhecemos hoje”, no entanto, ainda geram controvérsias, conforme Almeida Júnior (1997, p.66).

Primeiramente, o autor comenta as demandas por mão de obra qualificada, com o advento da revolução industrial e, em paralelo, cita a hipótese de Madalena Wada, para quem a biblioteca pública teria sido criada pela ação filantrópica das classes dominantes (Almeida Júnior, 1997). Segundo Wada, as bibliotecas públicas foram concebidas estrategicamente como meio de diminuir as tensões sociais da época (Almeida Júnior, 1997).

Outras versões defendem que, no rastro da Revolução Francesa, reivindicações populares em prol da educação gratuita teriam empurrado o Estado a se responsabilizar por políticas públicas de acesso à educação, em que as bibliotecas públicas “[...] dariam suporte pedagógico para as ações educacionais.” (Almeida Júnior, 1997, p. 67).

Acreditando serem as duas condições essenciais como motivadoras para o aparecimento da biblioteca pública, outros autores, como Maria Cecília Diniz Nogueira, defendem que tanto a revolução industrial, gerando a necessidade de mão-de obra qualificada, como a revolução francesa, que fundamenta pressões por maior democratização da educação, devem ser consideradas não de forma isolada, mas participando de maneira concomitante no surgimento das bibliotecas públicas (Almeida Júnior, 1997, P. 67-68).

Em suma, podemos concluir a origem das bibliotecas públicas como fenômeno multicausal e multiterritorial, tendo sido disparadores da sua criação tanto aspectos presentes no contexto da Revolução Francesa, como no da Revolução Industrial.

Depois de um longo percurso de existência e da ampliação de sua função social, no contexto brasileiro contemporâneo, sobretudo com o agravamento do neoliberalismo, a partir da década de 1990, pode-se dizer que as bibliotecas públicas vêm passando por alguns percalços, o que teria contribuído para iniciativas em torno da criação de bibliotecas comunitárias. Segundo Alves, as bibliotecas públicas:

têm encontrado dificuldade em exercer essa função primordial, tendo em vista os problemas de ordem político-social que fazem com que esses espaços primem pela internalização de procedimentos técnicos em detrimento de uma pulverização e expansão de ações para seu público. Este fator, aliado ao da distância geográfica entre as bibliotecas públicas e escolares das zonas rurais e periféricas – geralmente tais espaços localizam-se no centro da cidade para atender a todo um município –, surgem as bibliotecas comunitárias, como uma forma de aproximar as comunidades periféricas dos bens culturais, criando serviços que atingem diretamente a esta população. Essas bibliotecas começam a surgir aproximadamente em fins da década de 1990 em vários locais do país e de lá para cá vêm suscitando repercussões sociais e discussões acadêmicas sobre sua natureza empírica e conceitual (Alves, 2020, p. 2)

Esse cenário reforça a importância das bibliotecas comunitárias, criadas como respostas à limitação de acesso aos bens culturais que atinge especialmente populações periféricas e rurais. A partir da década de 1990, tais iniciativas passaram a ocupar um espaço essencial na democratização da informação, promovendo serviços voltados às necessidades locais. No entanto, sua natureza “espontânea” também levanta debates sobre sua falta de formalização e riscos de descontinuidade, evidenciando, para além da relevância social, os tantos desafios para o prosseguimento desses projetos.

Diferenças e aproximações entre bibliotecas públicas e bibliotecas comunitárias

Nesta seção, nos dedicamos a um exercício de reflexão sobre os aspectos que determinam e mantêm bibliotecas públicas e comunitárias em nosso país, destacando algumas de suas características comuns, mas também suas diferenças.

Primeiramente é importante ressaltarmos que o fator mais explícito no que diz respeito às diferenças entre bibliotecas públicas e comunitárias não se trata de suas características físicas/estruturais, mas de suas iniciativas. Ou seja,

basicamente essas diferenças estão na origem e nos objetivos de cada uma delas.

Como se sabe, as bibliotecas públicas são concebidas e organizadas por órgãos estatais: federais, estaduais e/ou municipais; enquanto as bibliotecas comunitárias, em geral, trata-se de iniciativas advindas de pessoas das localidades onde foram consolidadas.

Contudo, conforme Almeida Júnior (1993, p. 126), “não há consenso entre as definições entre as duas propostas de biblioteca”. Em muitos casos, “são esses termos entendidos como sinônimos, além de se confundirem com a biblioteca pública tradicional”.

Também para Ribeiro, “bibliotecas comunitária, pública e popular” são muitas vezes tratadas pelos autores sem a devida diferenciação, (Café, Lacruz e Barros 2012, p. 298) de modo que as qualificações referentes às bibliotecas comunitárias se transformem de acordo com diferentes pontos de vista.

Nesse mesmo sentido, comenta Machado:

Com relação ao termo “biblioteca comunitária”, percebemos a dificuldade na sua definição, pois ele vem sendo empregado, pela sociedade em geral, como sinônimo de biblioteca pública e biblioteca popular, sendo que, de modo geral, o mesmo ocorre no contexto acadêmico. Partindo do princípio de que é importante a utilização de termos claros e significativos dentro de uma área de pesquisa, acreditamos ser importante fazer uma reflexão sobre suas formas de emprego e sua relação com os tipos de bibliotecas caracterizadas pela Biblioteconomia. (Machado, 2009, p.81).

Concordando com Machado, podemos dizer que as discussões acerca de nomenclaturas são imprescindíveis para que conceitos nucleares e fundamentais de nossa área não sejam mal-empregados.

Integrante da Diretoria do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas (DLLLLB) do Ministério da Cultura (MinC), o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP) traz definição de biblioteca pública embasada por manifesto produzido no ano de 1994 pela Federação Internacional de Associações e Instituições

Bibliotecárias (IFLA), em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Citando os ideais de liberdade, prosperidade e desenvolvimento, tal manifesto apresenta a biblioteca pública como “o centro local de informação, tornando prontamente acessíveis aos seus utilizadores o conhecimento e a informação de todos os gêneros” (SNBP, acesso em: 30 jan. 2022). Além disso:

Tem por objetivo atender por meio do seu acervo e de seus serviços os diferentes interesses de leitura e informação da comunidade em que está localizada, colaborando para ampliar o acesso à informação, à leitura e ao livro, de forma gratuita. Atende a todos os públicos, bebês, crianças, jovens, adultos, pessoas da melhor idade e pessoas com deficiência e segue os preceitos estabelecidos no Manifesto da IFLA/UNESCO sobre Bibliotecas Públicas (SNBP, acesso em: 30 jan. 2022).

Em contrapartida, sobre as bibliotecas comunitárias, a SNBP define: “Biblioteca Comunitária é um espaço de incentivo à leitura e acesso ao livro. É criada e mantida pela comunidade local, sem vínculo direto com o Estado” .

Obviamente não se trata de uma discussão finalizadora. Sabemos que nem todas as bibliotecas públicas, bem como as comunitárias, apresentam as mesmas dinâmicas. As práticas se diferenciam dependendo de uma infinidade de fatores em contextos diversos. De qualquer forma, frisamos o papel fundamental da ação coletiva nos espaços informacionais conhecidos como bibliotecas comunitárias. A alta legitimidade dessas iniciativas é fruto do diálogo, da partilha, do empoderamento e do protagonismo entre aqueles que com elas se relacionam.

Segundo Costa; Farias (2021, p. 50) o substantivo empoderamento, assim como os adjetivos correspondentes - empoderado/empoderada - ganharam um significado mais amplo por conta de Paulo Freire: “[...] Para o educador, pessoa, grupo ou instituição empoderada é aquela que realiza as mudanças e ações que levam a evoluir e se fortalecer.” (Valoura, 2011, não paginado, apud, Costa; Farias, p. 50, 2021).

Sobre o conceito de protagonismo social, caracteriza-se como elemento que dá origem a um processo democrático de apoio e mediação da informação para desenvolver o conhecimento tanto coletivo como individual.

“O protagonismo é um conceito cujo significado é relacional, na medida em que só pode ser compreendido em relação aos diferentes sujeitos, envolvidos num acontecimento” (Guedes Farias, Varela, 2017, p. 93). O bibliotecário, como profissional da informação, está a trabalhar para o outro, sendo importante colocar-se no lugar deste, deslocar-se até sua realidade para melhor compreendê-lo e empoderá-lo. Isto significa que o conceito de protagonismo tem como foco:

[...] deslocar seus atores para o papel principal, por revelar uma dimensão pessoal e ao mesmo tempo plural de convivência com o outro, com a comunidade a qual pertence, promovendo ações de diversos níveis, inclusive informacionais, e potencializado uma dinâmica social e cultural no seu contexto, e na sociedade (Guedes Farias, Varela, 2017 P.105).

Nesse sentido, defendemos que um dos impactos mais significativos exercidos pelas bibliotecas comunitárias diz respeito à capacidade de ultrapassarem funções restritas ao desenvolvimento dos sistemas formais de informação e à guarda de livros. Elas são referências nas regiões onde estão estabelecidas, preenchem uma lacuna onde as bibliotecas públicas não conseguem chegar e, através da articulação entre conhecimentos formais e não formais, investem-se da responsabilidade de incentivar a transformação social com base na educação e na ação cultural, no empoderamento e no protagonismo, inserindo o indivíduo no letramento e no pensamento crítico.

Experiências Comunitárias: Biblioteca Maria das Neves Prado (BA) e Biblioteca Do Caranguejo (MA)

Apresentando uma vasta diversidade cultural, as bibliotecas são iniciativas que impactam a vida de pessoas em todo o Brasil. Porém, os recursos destinados à implantação de bibliotecas públicas não são suficientes para atender às demandas de informação de toda a população. Em contrapartida,

algumas dessas demandas são supridas pelo incessante trabalho das bibliotecas comunitárias presentes nas periferias das cinco regiões do território brasileiro.

Para uma noção sobre a quantidade de bibliotecas comunitárias no Brasil, consultamos, inicialmente, o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP). Apesar da sigla se referir às bibliotecas públicas, intuímos estarem em seu radar também as bibliotecas comunitárias. Consta, porém, apenas uma referência curta: “Espaço de incentivo à leitura e acesso ao livro. É criada e mantida pela comunidade local, sem vínculo direto com o Estado” (SNBP).

Como evidencia Elisa Machado, em sua tese:

A concepção do SNBP foi inovadora, no sentido de propor um sistema que pudesse agir de forma ramificada nesse país de dimensões continentais. Por meio da organização sistemática de programas de apoio, poderia também incluir em suas metas a criação de uma rede de sustentação para as inúmeras iniciativas locais de bibliotecas comunitárias. Porém, infelizmente, desde sua criação o SNBP nunca teve abertura suficiente para o estabelecimento de articulações locais (Machado, 2007, p.79)

Ademais, consultamos a Rede Nacional de Bibliotecas Comunitárias (RNBC), uma iniciativa não governamental que, além de outros serviços, divulga informações sobre as bibliotecas comunitárias conectadas à sua rede. Em sua página, a RNBC apresenta dados do ano de 2019, identificando 115 bibliotecas comunitárias, 42.200 pessoas atendidas e 26.600 empréstimos.

Como fio condutor de nossa discussão, elegemos duas iniciativas de bibliotecas comunitárias de sucesso, localizadas na Região Nordeste. Apesar da enorme diversidade cultural, que se manifesta nas mais variadas expressões, seja na Literatura de Cordel, na especialização do artesanato feito com rendas, na culinária, entre muitas outras, a região ainda conserva práticas que remontam o passado colonial, como a ocupação desordenada da terra, a concentração de renda e de poder e, principalmente, a dificuldade ao acesso à educação formal e seus desdobramentos informacionais, relegando parte de seus cidadãos a viverem em condições de extrema precariedade.

Visando à análise de seus impactos em suas comunidades, escolhemos destacar duas bibliotecas, situadas, respectivamente, nos estados da Bahia e do Maranhão: a Biblioteca Comunitária Maria das Neves Prado (conhecida como Biblioteca do Paiaiá); e a Biblioteca do Caranguejo - Praia do Mangue Seco.

A Biblioteca do Caranguejo está situada na comunidade do Mangue Seco, município de Raposa, no Maranhão. A subsistência da população local se dá, sobretudo, através da pesca, sendo uma das maiores fontes de renda das famílias (Oliveira; Pereira, 2017).

Além das dificuldades econômicas, o lugar sofre com a ação do ser humano no meio ambiente, que atinge uma área de proteção. Num cenário de condições adversas, surge a iniciativa de uma biblioteca comunitária gerida por voluntários, com o objetivo de inserir crianças, jovens e adultos no universo da leitura e do aprendizado.

Figura 1 - logótipo da Biblioteca do Caranguejo



Fonte: Perfil da biblioteca no facebook

Figura 2 - Biblioteca do Caranguejo

Fonte: Página da Biblioteca no Facebook

A fim de melhor conhecermos a história e as ações mobilizadas pela Biblioteca do Caranguejo, enviamos à sua atual equipe um questionário, com perguntas abertas.

Desse modo, soubemos ter sido criada a Biblioteca do Caranguejo a partir de várias ações já existentes, elaboradas por grupos de amigos, moradores e, sobretudo, pela Cooperativa de Pescadores e Marisqueiras da Comunidade do Mangue Seco - Raposa (COOPEMAS), que sempre atuou em projetos voltados à preservação do manguezal e da praia.

Conforme nosso(a) respondente⁴, direcionada à educação, e com a ajuda da mão de obra local, a Biblioteca do Caranguejo foi estabelecida no dia 07 de julho de 2017, na sede da COOPEMAS. O projeto teve por objetivo a criação de um espaço que contasse não apenas com livros, mas também com atividades voltadas à formação de valores de cidadania e de cultura.

A captação de recursos foi um dos primeiros desafios a ser enfrentado. Com a idealização da biblioteca, iniciou-se uma campanha na internet para a arrecadação de livros e de materiais de estudo, mobilizando vários parceiros,

⁴ A aplicação de questionário foi autorizada pelo Comitê de Ética da Unirio, mas, conforme exigência do mesmo, a identidade do(s) respondente(s) não será divulgada.

incluindo-se outras bibliotecas, que abraçaram a causa. Em suma, todos os recursos foram angariados por doações e toda a participação para a estruturação do projeto teve caráter voluntário.

Ao se tratar de uma biblioteca que surge na comunidade e para a comunidade, diferentemente dos outros tipos de bibliotecas, como as públicas, escolares ou universitárias, que possuem bibliotecários como profissionais responsáveis pelos espaços, nesses locais, esse cargo fica majoritariamente sob o comando dos idealizadores dos projetos ou de pessoas voluntárias (Machado, 2008, *apud* Machado, p. 9-10, 2020).

Assim, na Biblioteca do Caranguejo, o envolvimento da comunidade com a iniciativa aconteceu de forma positiva, de modo que em torno de 120 a 150 pessoas trabalharam na construção, limpeza e manutenção da sede.

Figura 3 - Biblioteca do Caranguejo. Antiga sede da Cooperativa de Pescadores e Marisqueiras da Comunidade do Mangue Seco - Raposa, MA, Brasil



Fonte: 18º Congresso Nacional do Meio Ambiente.

Hoje, como nos conta um do(s) voluntário(a)s, a Biblioteca do Caranguejo agrega, em seu acervo, aproximadamente mil e duzentos livros de vários gêneros, que atendem a um público diversificado, composto por frequentadores da praia e por moradores, entre crianças, jovens e adultos. A maioria do público, contudo, é formado por crianças e jovens locais, envolvidos em projetos

voluntários. Os adultos seguem comprometidos com a iniciativa, sobretudo no empenho para a reforma e na captação de verbas e de mão de obra para o mesmo fim.

Conforme o Ministério do Meio Ambiente (2019), a ocupação desordenada ao longo da costa brasileira vem causando, progressivamente, a fragmentação ou a perda do ecossistema manguezal. Na praia de Mangue-Seco, tal ocorrência prejudica uma das mais importantes expressões culturais locais, que é também a principal fonte de renda de seus habitantes: a pesca do caranguejo.

Nesse sentido, a Biblioteca do Caranguejo atua, desde a sua fundação, em iniciativas voltadas à educação ambiental para a comunidade, visando à preservação e à conservação do ecossistema, bem como à contribuição para que as gerações posteriores possam conhecer, estudar, pesquisar, utilizar e usufruir do território. Não são poucos os mutirões realizados para a limpeza da praia, ou as convocações para performances artísticas com proposta semelhante.

Figura 2 – Cartaz convocando para mutirão de limpeza



Fonte: Perfil da Biblioteca no Facebook

Figura 5 – Alunos de uma escola local em mutirão de limpeza do manguezal



Fonte: Perfil da Biblioteca no Facebook

No âmbito da cultura, a comunidade organiza e participa de produções cinematográficas, oficinas de música e artesanato mobilizadas pela biblioteca, tendo esta se tornado, ainda, um local destacado para a arrecadação de cestas básicas e de promoção de ações de saúde:

Como nossas ações não se centralizam somente na literatura, mas também na cultura e no meio ambiente, percebemos que trouxemos muitos benefícios à comunidade e a quem a consome, como a conscientização da limpeza constante da praia, a importância do não uso de carro na área de banho e nos manguezais, o cultivo, replantio e tratamento do mangue. Dentro da cultura, a comunidade já participou ativamente em produções cinematográficas, oficinas de música, artesanato. Além de que a Biblioteca se tornou um meio importante para levar a eles condição de cestas básicas e ações de saúde. Assim é importante frisar que vemos a comunidade muito consciente da importância da Biblioteca. (Parte de resposta de um dos voluntários da Biblioteca do Caranguejo ao questionário enviado pelo autor em 30/03/2022)

A Biblioteca do Caranguejo destaca-se, desse modo, como uma ferramenta para o acesso à literatura, cultura, arte, saúde e informação. Com projetos direcionados à comunidade do Mangue Seco, a biblioteca atua diretamente na orientação dos usuários sobre o papel que cumprem em seu contexto. Os resultados alcançados, como o empoderamento dos cidadãos locais, já podem ser percebidos em razão das mudanças nos hábitos ambientais, participação nas ações propostas, interesse das crianças e jovens na busca por leitura e informação.

No empoderamento, o sujeito possui a autonomia para decidir, dando sentido a todas as suas escolhas, questionando seu papel na sociedade e podendo influenciar a tomada de decisões pelo coletivo, o que pode levar ao protagonismo social, pois ele ganha poder de decisão sobre as situações que exigem um posicionamento, passando a influenciar no meio em que vive de forma útil e positiva. (Costa; Farias, p. 46)

Observamos, nessa comunidade, como a biblioteca promove a interação das pessoas, aproximando espaços de uma mesma localidade até então apartados; garante o direito à leitura através de ações e atividades coletivas; desenvolve a consciência crítica dos usuários, destacando-se a valorização e a preservação do lugar onde vivem. Nesse ambiente, apesar de barreiras de ordem econômica, os esforços empreendidos pelos idealizadores da biblioteca conseguem, a cada dia, beneficiar a vida das pessoas que com ela entram em contato.

Passando à Biblioteca Maria das Neves Prado, mais conhecida como Biblioteca do Paiaíá, destacamos uma de suas principais diferenças em relação à iniciativa anteriormente descrita: trata-se de sua localização geográfica.

Ao contrário da Biblioteca do Caranguejo, que fica no litoral, a Biblioteca Comunitária Maria das Neves Prado, considerada a maior biblioteca rural do mundo, está alocada no sertão nordestino, precisamente no povoado de São José do Paiaíá, município de Nova Soure, a 250 km de Salvador (BA).

Fundada em 4 de novembro de 2005, a Biblioteca do Paiaíá, como é conhecida, tem como idealizador Geraldo Moreira Prado, Historiador, com Doutorado em Ciências Sociais Aplicadas, professor e pesquisador aposentado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (PPGCI/ IBICT), em convênio com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Para o empreendimento, Geraldo Prado contou com a participação fundamental de seu sobrinho José Arivaldo Moreira Prado, o Vadinho, na época estudante secundarista, e, hoje, graduado em Letras Vernáculas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), graduando em Biblioteconomia e Documentação pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), membro do Grupo de Pesquisa em Leitura, Escrita e Narrativa (PLENA), e Diretor da Biblioteca Comunitária Maria das Neves Prado, (Prado, Moreira, 2018-2019).

Figura 6 – Logomarca da Biblioteca

Fonte: Blog da Biblioteca

Segundo Geraldo Prado, nascido na fazenda Brejo Grande, no município de Nova Soure, onde está estabelecida a “Biblioteca do Paiaíá”, a ideia para a elaboração da mesma surgiu no momento em que tomou conhecimento de um projeto, no final do governo de Fernando Henrique Cardoso, através do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust), para financiar a implantação de serviços do setor - especialmente para a população mais carente (Agência do Senado, 2005).

Naquele momento, começou a pôr em prática o projeto para a fundação da biblioteca, doando parte de seu acervo, com o primeiro carregamento contando com aproximadamente 12.600 livros.

Inicialmente, foi alugado um imóvel para receber os itens, mas, logo, Geraldo e seu sobrinho notaram a necessidade de um espaço maior, na medida em que a iniciativa passou a extrapolar as pretensões iniciais e a se desdobrar em várias atividades, para além de eventos ligados à leitura. Tempos depois, Geraldo decidiu comprar um imóvel que comportasse as novas demandas da biblioteca comunitária.

Graças ao empenho e ao protagonismo de Geraldo, de José Arivaldo e do grupo de jovens denominados Amigos da Paz, coletivo que surgiu um ano depois das primeiras ações para a organização da biblioteca, o sonho se tornou realidade.

Figura 7 – O Professor Geraldo Prado



Fonte: Correio 24 Horas

Suas iniciativas para a construção, organização e manutenção de uma biblioteca comunitária em Nova Soure foram transformadoras. Tal afirmação pode ser confirmada devido a vários fatores, inclusive em relação à estrutura física da Biblioteca do Paiaia que, em seus primórdios, instalou-se em um prédio antigo, praticamente em ruínas, mas atualmente ocupa uma casa que, apesar de simples, é segura, bem cuidada e bem conservada.

Figura 8 – Prédio onde foi instalada antiga sede da Biblioteca do Paiaíá.



Fonte: youtube, LiveIBICT: QuartaÀsQuatro convida Professor Gustavo Saldanha e Professor Geraldo Prado

Figura 3 - Fachada da sede atual da Biblioteca do Piaiaíá



Fonte: youtube, LiveIBICT: QuartaÀsQuatro convida Professor Gustavo Saldanha e Professor Geraldo Prado

De forma geral, a Associação Biblioteca Comunitária Maria das Neves Prado trabalha com metodologia comprometida em atender às demandas informacionais dos cidadãos de sua comunidade, promovendo ações transdisciplinares, discutindo políticas de acesso e conscientizando o público sobre a importância da democratização da leitura.

A biblioteca mobiliza não apenas o acesso aos livros didáticos, mas também a leitura infanto-juvenil e adulta, de diferentes gêneros literários, como experiência importante para a formação cultural e estética dos indivíduos. Além

disso, estimula o despertar da consciência crítica sobre problemas com os quais a sociedade local convive em seu cotidiano, relativos a questões ambientais, saneamento, saúde, etc - objetivo explicitamente definido em seu estatuto; e dinamiza atividades ligadas ao desenvolvimento cultural e ao desenvolvimento sustentável local através de estratégias de economia solidária, economia criativa e inclusão social baseadas na formação de habilidades informacionais e no estímulo ao protagonismo de usuários e colaboradores.

Com uma programação bem delineada, contando com atividades como conferências, projetos de leitura, oficinas, e cinema, por exemplo, a Biblioteca do Paiaíá abrange todas as faixas etárias e ainda promove, em suas dependências, a capacitação de professores de ensino fundamental.

Ademais, segundo as palavras de seu patrono, ações que estimulam articulações e convênios com instituições públicas e privadas dentro e fora do estado onde está situada a biblioteca: “podem contribuir na superação da pobreza endêmica e do baixo nível educacional da população do município de Nova Soure” (Biblioteca do Paiaíá, 2005).

Ao assumir esse papel fundamental de polo articulador entre a sociedade local e projetos externos, como acontece em outras bibliotecas comunitárias espalhadas pelo Brasil, podemos dizer que a Biblioteca do Paiaíá se torna uma inspiração aos profissionais bibliotecários. A iniciativa no sertão baiano nos desperta a consciência de que não apenas a técnica é importante para a formação da pessoa bibliotecária, mas também o compromisso com a função social que se faz primordial para atuarmos nessa profissão.

Considerações finais

O artigo buscou realizar reflexão mais abrangente sobre as bibliotecas comunitárias, pautando-se na constatação de certa ausência de bibliotecas públicas em localidades periféricas do país. Nesse sentido, esforçamo-nos para entender as diferenças entre as bibliotecas públicas e as bibliotecas comunitárias, bem como as ações geralmente articuladas pelas últimas.

Nessa empreitada, verificamos o importante avanço representado pelas bibliotecas comunitárias em relação à democratização do acesso à informação

e à cultura no Brasil, especialmente no que tange as populações alocadas em territórios desassistidos pelo Estado. Ao se consolidarem como espaços de resistência e pertencimento, extrapolam a função de armazenamento de livros, tornando-se centros de convivência, aprendizado e valorização das identidades locais.

De caráter dinâmico e participativo, permitem que a própria comunidade atue para sua construção e manutenção, driblando políticas implantadas de “cima para baixo” – muitas vezes alheias à escuta da população local - e garantindo, portanto, que as necessidades e interesses de seus usuários sejam contemplados.

Após pesquisa bibliográfica sobre o tema, apresentamos as experiências de duas bibliotecas comunitárias na região Nordeste do Brasil: a Biblioteca do Caranguejo; e a Biblioteca Maria das Neves Prado – ou Biblioteca do Paiaiá.

A Biblioteca do Caranguejo se trata de um projeto idealizado por pessoas atuantes na Cooperativa de Pescadores e Marisqueiras da Comunidade do Mangue Seco - Raposa (COOPEMAS), e por grupos de amigos e moradores do território. Já a Biblioteca do Paiaiá nasceu da vontade e perseverança de um “filho da terra”, que acessou o mundo acadêmico e soube usar os conhecimentos adquiridos em sua jornada como profissional da informação - somados à sua vivência e sensibilidade - para tornar concreto um espaço de acesso à leitura, à informação e a outras práticas coletivas de produção de conhecimento em seu município, promovendo inclusão social, autonomia e empoderamento da comunidade.

Apesar de sua relevância, não podemos deixar de pontuar o fato de as bibliotecas comunitárias enfrentarem, ainda hoje, significativos desafios, como a falta de recursos financeiros, a ausência de políticas públicas específicas para seu fortalecimento e a dependência praticamente absoluta do voluntariado. Tais obstáculos tornam incerta sua continuidade, exigindo mobilização constante e articulação a diferentes setores da sociedade.

Para que seu papel seja plenamente reconhecido e consolidado é, portanto, essencial que as bibliotecas comunitárias sigam figurando como objeto de pesquisa, de investimento e de ações que assegurem sua permanência e

expansão, garantindo, assim, que mais pessoas possam usufruir dos benefícios que oferecem.

Referências bibliográficas

ALMEIDA JUNIOR, O. F. de. **Bibliotecas públicas e bibliotecas alternativas**. Londrina: EDUEL, 1997.

_____. **Bibliotecas públicas: avaliação de serviços**. Londrina: EDUEL, 2003.

_____. Mediação da informação: um conceito atualizado. In: BORTOLIN, S.; SANTOS NETO, J. A.; SILVA, R. J. (org.). **Mediação oral da informação e da leitura**. Londrina: ABECIN, 2015. 278p. p. 9-32.

_____. Profissional bibliotecário: um pacto com o excludente. In: BAPTISTA, S. G.; MUELLER, S. P. M. (org.). **Profissional da Informação: o espaço de trabalho**. Brasília, DF: Thesaurus, 2004. p.70-86. (Estudos Avançados em Ciência da Informação, 3).

ALVES, M. Biblioteca comunitária: conceitos, relevância cultural e políticas. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 16, p. 1-29, 2020.

ALVES, M. **Práticas leitoras e informacionais nas bibliotecas comunitárias em rede da Releitura-PE**. 2017. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco.

CAFÉ, L. M.; AUGUSTÍN LACRUZ, M. C.; BARROS, C. M. Organização do conhecimento: análise conceitual. In: **Congreso ISKO** Capítulo Español, 10., 2012. Fer-rol. Anais... La Coruña: Universidade da Coruña, 2012. p. 283-302.

Disponível

em: http://ruc.udc.es/dspace/bitstream/handle/2183/11615/CC_132_art_18.pdf;jsessionid=758F491AEE647CD102F4BC08DA6A7DCC?sequence=1. Acesso em: 03 mar. 2022.

COSTA: FARIAS, D; GUEDES, M. Apropriação da informação, empoderamento e protagonismo social: análise da obra Quarto de Despejo. **RICI: Revista Ibero-americana de Ciência da Informação**, FORTALEZA, ano 2021.29288, v. 14, n. 1, ed. 1, p. 45-69, 22 jan. 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/45151>. Acesso em: 7 jan. 2022.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Tradução: Magda Lopes. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010. 296 p. ISBN 9788536323008

GUEDES FARIAS, M; VARELA, A. 2017. La mediación de la ainformación y el protagonismo social": experimentando la construcción de un odelo en una comunidad brasilenã". **Investigación Bibliotecológica: archivonomía, bibliotecología e información** 73 (31): 91-110. <http://dx.doi.org/10.22201/iibi.24488321xe.2017.73.57848>

MACHADO, E. **Bibliotecas comunitárias como prática social no Brasil**. 2008. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

_____. Uma discussão acerca do conceito de biblioteca comunitária. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 7, n. 2, p. 80-94, 2009.

OLIVEIRA, Rafaela; PEREIRA, Márcio. Viver no Mangue: uma análise urbanística no Mangue Seco na Raposa – MA. In: **UIA 2021 RIO: 27th World Congress of Architects**. Rio de Janeiro, 22 fev. 2022. Disponível em:

<https://www.acsa-arch.org/chapter/viver-no-mangue-uma-analise-urbanistica-no-mangue-seco-raposa-ma/>. Acesso em: 21 fev. 2022

PRADO, Geraldo Moreira; PRADO, José Arivaldo Moreira. Da ordem presente à razão futura da biblioteca comunitária no Brasil. **Revista Cajueiro: Ciência da Informação e Cultura da Leitura**; v. 1 n. 1 (2018): nov. 2018/maio 2019. Disponível em <https://seer.ufs.br/index.php/Cajueiro/article/view/10484>. Acesso em: 18 mar.2022.

SILVEIRA, F. Biblioteca, memória e identidade social. **Perspectivas em Ciência da Informação**, [S.l.], v. 15, n. 3, p. 67-86, 2010.

SNBB - Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP). In: **SNBB - Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas** (SNBP). [S. l.], 4 fev. 2022. Disponível em: <http://snbp.cultura.gov.br/bibliotecaspublicas/>. Acesso em: 17 fev. 2021.
União dos Municípios da Bahia (2015). Disponível em: <http://www.upb.org.br/noticias/maior-biblioteca-rural-do-mundo-esta-no-coracao-da-bahia> Acesso em: 17 fev. 2021

ASSOCIAÇÃO BIBLIOTECA COMUNITÁRIA MARIA DA NEVES PRADO (BIBLIOTECA DO PAIAIÁ) (BAHIA). 10/01/2012: **PROSAS**, 4 nov. 2005. Disponível em: https://prosas.com.br/empreendedores/8597-associacao-bibliotecacomunitaria-maria-da-neves-prado-biblioteca-do-paiaia#!#tab_vermais_descricao. Acesso em: 7 maio 2022.

A IMAGEM NA EDUCAÇÃO: REFLEXÕES SOBRE A FOTOGRAFIA EM SALA DE AULA.

Rafael Garcia Madalen Eiras¹

Anna Paula Soares Lemos²

Resumo

O artigo aborda a integração da fotografia na educação sob a perspectiva do currículo pós-estrutural, que desafia as abordagens tradicionais e enfatiza a fluidez e a indeterminação da significação. Nesse contexto, o currículo é visto como um espaço de produção de identidades e saberes, permitindo desconstruir narrativas hegemônicas e promover uma educação crítica. A fotografia é apresentada como uma ferramenta que estimula a reflexão e a interpretação crítica da realidade, incentivando os alunos a questionarem e reimaginarem suas percepções. Essa abordagem favorece a inclusão de diversas linguagens e práticas, enriquecendo a experiência educativa e formando cidadãos mais conscientes e engajados.

Palavras-chave: imagem, educação, fotografia.

Abstract

This article addresses the integration of photography in education from the perspective of the post-structural curriculum, which challenges traditional approaches and emphasizes the fluidity and indeterminacy of meaning. In this context, the curriculum is seen as a space for the production of identities and knowledge, allowing the deconstruction of hegemonic narratives and promoting critical education. Photography is presented as a tool that stimulates reflection and critical interpretation of reality, encouraging students to question and reimagine their perceptions. This approach favors the inclusion of diverse languages and practices, enriching the educational experience and forming more conscious and engaged citizens.

Keywords: image, education, photography.

¹ Rafael Garcia Madalen Eiras é Doutorando em Cinema pelo PPGCine/UFF-RJ, Mestre em Humanidades, culturas e Artes (PPGHCA- UNIGRANRIO (2020). Graduado em História pela Universidade Cândido Mendes (2015) e Graduado em Cinema e Audiovisual pela Universidade Estácio de Sá (2007). Além de uma especialização em Fotografia e Imagem pela Universidade Cândido Mendes (2009). Rafael tem uma larga experiência como freelance no mercado audiovisual e no momento ele estuda a interação entre o cinema e a educação.

² Doutora e Mestre em Literatura Comparada na Faculdade de Letras – UFRJ com Pós-Doutorado em Literatura Comparada pela UFF. Atualmente é Professora Adjunta do Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Culturas e Artes, PPGHCA/UNIGRANRIO. Ministra principalmente a disciplina Pensamento Social Brasileiro no Campo Interdisciplinar. É JCNE - Faperj (Edital E_19/2022 - PROGRAMA JOVEM CIENTISTA DO NOSSO ESTADO - 2022) com a pesquisa "SALA DE ENSAIO: A PRODUÇÃO TEATRAL BRASILEIRA EM TEMPOS DE ISOLAMENTO SOCIAL".

Introdução

Na sociedade atual os indivíduos são constantemente expostos a imagens publicitárias, sinalizações e conteúdos digitais, tornando a interpretação visual uma habilidade indispensável. Pierre Lévy afirma que “a visão se tornou o sentido predominante do homem, fazendo dele um ser que necessita da visão para se comunicar” (Lévy, 1999). Nesta dinâmica, a trajetória histórica das comunicações passou da primazia da escrita, atravessou a era da cultura de massa e evoluiu para a era das mídias, onde a televisão, o videocassete e o fax transformaram rapidamente as interações, conectando vastos espaços e, simultaneamente, reconfigurando tradições regionais. No final do século XX, com o advento das redes de computadores, emergiu a era da informática, um novo domínio em que o virtual se torna um espaço repleto de imagens e possibilidades de representação da realidade (Santaella, 2010).

Por consequência, em um mundo em que as imagens estão no centro da comunicação a educação também se transforma. Hoje, a linguagem imagética tornou-se essencial na formação dos indivíduos, sendo a capacidade de interpretar e analisá-las fundamental para a construção do conhecimento, ressaltando a necessidade de uma educação do olhar e de uma nova alfabetização visual (Valentim, 2015). O ensino de disciplinas como Fotografia e Cinema no ambiente escolar é, portanto, imprescindível, já que até crianças pequenas se familiarizam com essas práticas desde cedo, tanto na captura quanto no compartilhamento de imagens.

A presença cada vez mais evidente de dispositivos reprodutores e distribuidores de sons e imagens nas escolas tornou-se uma parte intrínseca da vida educacional, agindo como extensões do corpo humano³. Isso reflete uma “lógica operacional que se tornou predominante no que convenciamos chamar de modernidade histórica” (Soares, 2016, p. 84).

³ A afirmação “Assim como se usa uma pinça para aumentar a precisão das mãos e uma chave de fenda para girar um parafuso, os meios de comunicação seriam, na verdade, extensões dos sentidos do homem” está no livro de Marshall McLuhan *Os Meios de Comunicação como Extensão do Homem* (MCLUHAN, Marshall. *Os meios de comunicação como extensões do homem*. São Paulo: Cultrix, 1969).

Este artigo, portanto, propõe refletir a integração da fotografia e outras formas de comunicação visual no currículo escolar, promovendo não apenas a criatividade, mas também um pensamento crítico em relação à realidade transpassada pelo universo das imagens. No ambiente escolar, as propostas visuais podem ser ferramentas poderosas para inserir os alunos em um mundo repleto de estímulos, como propagandas, monumentos e sinais que permeiam o espaço urbano. A fotografia, nesse contexto, representa um ponto de partida significativo para a construção de uma representação da realidade, embora sempre mediada pela subjetividade do olhar individual.

A Linguagem Imagética na Educação

A hegemonia da imagem como intérprete do mundo atual, invisibiliza outras formas, como o som, o olfato, o tato; diversas sensibilidades que fazem parte da interação do ser humano com o seu entorno e que são colocadas a margem. Assim, desenvolver a capacidade de observar e interpretar imagens não é somente essencial para a formação de cidadãos críticos, um dos objetivos fundamentais da educação básica; mas também promover um currículo que desconstrua as lógicas da imagem ao permitir também recolocar outras percepções periféricas em um lugar de destaque.

Desta forma, o currículo escolar é percebido neste trabalho como um instrumento de produção e afirmação de identidades e saberes (Silva, 2015), desconstruindo a ideia de que toda interação entre mestre e aluno envolva conteúdos definidos, moldados pelas realidades que permeiam o processo educacional, em que um professor é o detentor de "verdades" a seus alunos. Essa dinâmica é, justamente, uma abordagem pós-estruturalistas do currículo escolar que percebe a linguagem como uma ferramenta contingente e instável. O enquadramento fluido e fragmentado desta análise tanto desestabiliza o quadro estrutural da educação contemporânea, como também criam propostas e práticas pedagógicas inovadoras.

O pós-estruturalismo é um instrumento teórico de análise que foca na linguagem e no processo de significação, representando uma transformação do

estruturalismo. Este último priorizava a estrutura — a relação entre os elementos de um fenômeno. O pós-estruturalismo, por sua vez, introduz a fluidez e a indeterminação na significação (Silva, 2015). Aqui, o sujeito emerge como um resultado dos dispositivos que o constroem, revelando a relação de poder presente no currículo, que se torna uma questão de identidade.

Não se trata, portanto, de negar os avanços de uma perspectiva crítica e marxista nas ciências sociais, voltados para as práticas e cotidianos escolares, mas refletir uma desconfiança em relação às narrativas totalizantes do pensamento moderno, questionando até mesmo a noção de progresso, da mesma forma que atraem para a sala de aula uma perspectiva midiática, caracterizada por hibridismo, fragmentação e ironia; afinal a escola não opera a parte da sociedade.

Ao mesmo tempo que essa abordagem, levadas ao extremo, ameaça a própria continuidade da escola como instituição, também abrem espaço para a inclusão de novos conteúdos no currículo escolar, propondo não apenas objetos de estudo excluídos do ambiente educacional, mas também constroem pontos de vistas inovadores sobre os conteúdos tradicionais. Por exemplo, o cinema não deve ser visto apenas como uma representação da realidade, mas como um constructo discursivo que revela as relações de poder e o contexto social em que é produzido.

A fotografia, em particular, destaca-se como um ponto de partida significativo nesse processo educativo. Desde seu surgimento, trouxe novas formas de representar a realidade, fruto de inovações tecnológicas. Essa capacidade de captura confere à fotografia o que Flusser (1983) descreve como “fetiche da realidade”, onde a representação visual pode parecer mais real do que a própria realidade. Ela atua como uma ferramenta para a observação do mundo: uma “fotografia é uma imagem técnica, e como tal, reflete a lógica da técnica moderna” (Flusser, 1983). Uma lógica que abre novas possibilidades de representação, exigindo do observador uma análise apurada. Assim, os alunos não apenas aprendem a ver, mas também a questionar e interpretar o que observam. Eles, ao mesmo tempo que aprendem, também criam.

O mundo das imagens favorece interpretações subjetivas, permitindo uma maior participação dos alunos na construção do conhecimento. Com um aprendizado que abrange tanto a prática fotográfica e suas diversas bifurcações no mundo virtual, os alunos podem examinar de maneira problematizada os espaços que habitam, já que a estética molda suas percepções e saberes sobre o mundo. Este ciclo de formação, já articulado por Paulo Freire (1970), enfatiza a importância da criticidade e da sensibilidade no processo educativo.

Desta forma, a inclusão da fotografia no currículo escolar vai além de uma expressão artística; trata-se de um poderoso instrumento de análise do ambiente vivido, facilitando a compreensão da realidade que cerca os alunos através de uma percepção que escapa ao texto e transmite conhecimentos. O que enriquece descobertas científicas por meio de estímulos visuais, como despertar os sentidos para outras formas de interação com o mundo.

O ato de capturar imagens de forma consciente exige que os alunos tomem decisões sobre o que retratar e como fazê-lo, um exercício de análise que pode ser aplicado em diversas áreas de conhecimento e na vida cotidiana. A prática de usar a imagem para documentar e refletir sobre a realidade pode inspirar ações comunitárias e promover um espírito de colaboração. Como a análises de documentos históricos visuais em aulas de História, por exemplo, podem enriquecer a compreensão dos alunos sobre eventos passados, criando conexões emocionais que vão além da leitura de textos. A observação de fotografias de diferentes culturas desenvolve sensibilidade e respeito pela diversidade, fundamentais para a formação de uma sociedade plural e inclusiva.

A didática visual na Educação

O processo de ensino e aprendizagem envolve uma relação dinâmica entre teoria e prática, conforme descrito por Saviani (1983). Esses elementos, embora opostos, são complementares e exigem que os educadores se familiarizem com diversas tendências pedagógicas para que possam construir sua trajetória de forma consciente. "Através destes conhecimentos, poderão propor mudanças,

transformando a prática educativa em uma ação efetiva que transponha as dimensões do espaço escolar" (Gasparin; Petenucci, 2008, p. 2).

Atualmente, as práticas pedagógicas incorporam a produção e a divulgação de uma vasta gama de linguagens audiovisuais e interativas, em consonância com uma tendência educacional que valoriza a mediação tecnológica, como evidenciam leis e decretos que têm alterado os marcos regulatórios nas últimas décadas. Este fenômeno não apenas valoriza a educação a distância e a utilização de mídias audiovisuais em aulas presenciais, mas também abre espaço para a produção de novas linguagens em sala de aula, incluindo práticas fitográficas e a produção de vídeos.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2017), em seu capítulo introdutório, define a educação básica como integral, englobando cinco dimensões: intelectual, física, emocional, social e cultural. Esse conceito já está presente em importantes marcos legais brasileiros, como a Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que buscam promover o desenvolvimento dos alunos como pessoas, profissionais e cidadãos. Assim, a educação visa preparar os estudantes para a construção de uma sociedade mais justa, ética, democrática, responsável, inclusiva, sustentável e solidária, com a ideia central de competência – a aquisição de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores.

Entretanto, persiste uma relação antagônica, onde as competências podem ser vistas como habilidades voltadas à formação de indivíduos polivalentes para um mercado cada vez mais complexo. Essa prática curricular pode levar à formação técnica neoliberal, resultando em um enfoque que prioriza saber fazer, saber aprender e saber se inserir no mundo, enquanto uma perspectiva crítica que busca desconstruir esse sistema é frequentemente ignorada. Se não forem abordadas de maneira a desafiar essa lógica, as propostas curriculares podem apenas reproduzir e moldar o futuro mercado de trabalho e a tecnologia acaba se transformando em um aprisionamento.

A análise de Bourdieu e Passeron (2014) sobre o conceito de "reprodução" revela como o potencial revolucionário original da escola é comprometido pelas forças do mercado. Os autores destacam que a escola, longe de ser uma

instituição neutra, serve para reproduzir interesses das classes dominantes. Assim, considerar a escola como um espaço sem ideologia enfraquece a ideia de luta de classes, pois a escola é um reflexo da sociedade; e muitas vezes as fotografias, filmes e cartazes que são produzidos em sala acabam por também ser uma reprodução deste mundo neoliberal.

O professor é um pesquisador que tem como função mediar, ele não é neutro, nem o dono do saber. Trabalhando com um conteúdo dinâmico que necessita das experiências dos alunos, no entanto, tem como objetivo dar ao indivíduo uma consciência histórica que necessita dos conteúdos clássicos, já consolidados na sociedade. Recolocando, assim, uma perspectiva revolucionária na escola, (im)possibilitada pelas dinâmicas do sistema capitalista atual.

Importante intervenção pedagógica em um momento em que há uma centralidade nos documentos oficiais das práticas mediadas pela tecnologia da informação e da comunicação (TIC). E que acabam sendo inseridos na escola com um forte sentido de anular a dominação do capital (Barreto, 2012), uma vez que surgem com um fetiche de democratização da informação, mas que na prática se apresenta como mecanismos de hegemonização, voltados para um mercado de trabalho em que o indivíduo tem que lidar com a tecnologia para ser inserido no mercado.

No que tange aos contextos educacionais, a análise dos modos de recontextualização das TICs, entre políticas e práticas de formação de professores em curso no Brasil, implica a caracterização de dois movimentos antagônicos. De um lado, as TICs representadas como nova força motriz da sociedade, apagando as contradições entre capital e trabalho e os determinantes do desenvolvimento desigual do capitalismo em nível mundial, extrapolando as condições da sua produção, elidindo as múltiplas determinações do real; de outro, as TICs são vistas como produção que não pode ser pensada fora das relações sociais que as engendram. (Barreto, 2012)

Nesse panorama tecnológico um novo paradigma parece surgir, que quebra a unidade dual do processo de ensino e aprendizagem. O ensino é colocado de lado e a prática pedagógica se centraliza na aprendizagem

ressignificada pelas possibilidades de tutoria do aparelho. “É a celebração de uma espécie de aprendizagem sem ensino: como ‘autoaprendizagem’ ou aprendizagem mediada pelas TICs, estas frequentemente representadas como dispensando a intervenção humana.” (Barreto, p. 992, 2012)

As tecnologias devem não só servir o processo de ensino, elas devem ser desconstruídas por ele para serem compreendidas como dispositivos de linguagens que são carregadas de forças ideológicas. Uma aparente neutralidade da lógica da imagem e do som, herdada, por um lado, por um fetiche de realidade fotográfica, e por outro, pelas já naturalizadas lógicas virtuais das dinâmicas em rede, que mascaram um processo de manutenção do sistema vigente. Porém, não se trata também de ir contra as tecnologias, como práticas indesejadas do mercado, mas dar ao aluno a percepção de que elas também são construções, ao desconstruir suas narrativas no próprio uso de suas potencialidades.

Assim, o que se propõe aqui é ir além da visão crítica proposta por Saviani (1983), sem a deixar de lado como objetivo, mas olhar para a estrutura do currículo e sua reflexão através de uma dinâmica pós-estrutural, um discurso que constrói realidades, constrange comportamentos, projeta identidades e governa sentidos; ou seja, o currículo também é cultura, e também é político, no sentido de estar o tempo todo recriando significados contingentes que governam os conteúdos e práticas escolares do presente. Assim, se pode entender “os discursos pedagógicos e curriculares como atos de poder, o poder de significar, de criar sentidos e hegemonizá-los” (Lopes; Macedo, 2011, p.40).

Uma proposta curricular pós-estrutural visa expor a dinâmica de poder e revelar os mecanismos disciplinares que vão além da perspectiva emancipatória das teorias críticas, situando-se em uma lógica de classes e rompendo com a ideologia colonial dos saberes. Essa abordagem se articula com a visão libertadora de Paulo Freire (1970), que critica o currículo da educação bancária e enfatiza a importância da cultura e do ato político. Também dialoga com a Pedagogia Histórico-Crítica de Dermeval Saviani (1983), que faz uma distinção clara entre educação e política, afirmando que “a educação torna-se política apenas na medida em que permite que as classes subordinadas se apropriem

do conhecimento” (Silva, 2015, p. 63). Embora ambas as propostas não se encaixem estritamente na perspectiva pós-estruturalista, compartilham um foco na emancipação e na desconstrução dos processos e discursos sociais. Nesse sentido, o pós-estruturalismo não exclui, mas sim evidencia as múltiplas estruturas do conhecimento, integrando em sua base teórica abordagens diversas e, por vezes, contraditórias.

Neste contexto, a integração da fotografia no ensino pode ocorrer de várias maneiras. Projetos de documentação fotográfica podem ser desenvolvidos em diferentes disciplinas, como a criação de um álbum que represente a história da escola ou da comunidade local. Os alunos podem trabalhar em grupos para coletar e editar imagens, aprimorando não apenas suas habilidades fotográficas, mas também sua capacidade de colaboração e comunicação.

Outra abordagem prática é a utilização de fotografias em atividades de leitura e interpretação. Ao analisar imagens, os alunos desenvolvem habilidades de observação e crítica, discutindo o que a imagem representa, seu contexto e sua relação com o conteúdo estudado. Essa metodologia ativa transforma os alunos em participantes engajados no processo de aprendizagem, ao invés de meros receptores de informação.

Além disso, o uso de redes sociais e plataformas digitais para compartilhar trabalhos fotográficos pode aumentar o engajamento dos alunos. Projetos que incentivam a postagem de fotografias e reflexões em blogs ou redes sociais conectam a aprendizagem à vida cotidiana, tornando o aprendizado mais relevante e envolvente.

Para que a fotografia cumpra seu papel educativo, é crucial que os alunos desenvolvam uma análise crítica das imagens. Isso envolve questionar sua origem, propósito e a mensagem que transmitem. Como afirma Stuart Hall, “a imagem é sempre um campo de luta, uma área onde significados são construídos e desconstruídos” (Hall, 1997). Essa abordagem enriquece o aprendizado e promove a conscientização sobre a manipulação de imagens na mídia contemporânea.

O celular, por exemplo, como uma câmera cinematográfica, pode capturar e criar imagens do mundo dos alunos, gerando discursos que devem ser

analisados dentro de uma dinâmica pedagógica, não apenas como um recurso superficial. Ele deve funcionar como um músculo, responsável pelo movimento integral do corpo educacional, e não ser uma mera adição. A proposta não é apenas exibir filmes para ilustrar eventos históricos, mas produzir conteúdos que dialoguem criticamente com a realidade. Filmes, músicas e memes podem ser utilizados para gerar e problematizar as práticas sociais dos alunos.

Como interface virtual, o celular deve ir além de uma ferramenta de pesquisa; deve atuar como um meio de interatividade que promove diálogos entre os alunos e revela diferentes perspectivas, rompendo as lógicas algorítmicas das redes sociais. Isso transforma o celular em um produtor e disseminador de um processo criativo que possibilita, mais do que a simples documentação do real, a dramatização da vida cotidiana, a subversão do previsível e a ficcionalização das relações pessoais e sociais. Dessa forma, os alunos podem imaginar, criar e experimentar novas possibilidades de existir de forma ética e estética. “As narrativas audiovisuais que surgem nas diferentes telas compõem as escritas efêmeras e sensíveis do mundo, com as quais experimentamos e compartilhamos o presente” (Soares, 2016, p. 86).

Entretanto, é crucial evitar a armadilha conceitual que transforma o celular, como parte das tecnologias da informação e da comunicação, em um fetiche educacional que busca inovações superficiais. Tal discurso, frequentemente alinhado a uma lógica neoliberal, tende a perpetuar as hierarquias sociais existentes. Ao adotar uma abordagem foucaultiana, o conceito de dispositivo (Foucault, 1986) se torna elucidativo, englobando um conjunto heterogêneo de discursos, instituições, e normas que moldam a realidade educacional. O uso das TICs deve ser cauteloso, para que, ao invés de emancipar, não exclua os indivíduos do processo educacional. Uma educação verdadeiramente emancipatória se realiza ao “profanar” seus conteúdos, rompendo com a hegemonia sistêmica.

Dentro da ampla diversidade de pedagogias da imagem, que reúne perspectivas críticas, clássicas, liberais e marxistas, destaca-se uma abordagem pós-estrutural. Essa reflexão propõe o uso da imagem como ferramenta para desconstruir seus próprios mecanismos de interpretação do mundo,

questionando continuamente seu papel como realidade. Em outras palavras, busca-se oferecer ao aluno uma análise das estruturas anatômicas da imagem, desconstruindo o fetiche de realidade que elas evocam. Assim, uma pedagogia da imagem fotográfica se revela como uma pedagogia das incertezas, criando dúvidas potenciais.

Conclusão: O Papel da Tecnologia na Educação Visual

A evolução tecnológica desempenha um papel crucial na maneira como a fotografia é integrada à educação. Com a popularização de smartphones e redes sociais, os alunos têm acesso sem precedentes a ferramentas de captura e compartilhamento de imagens, permitindo uma abordagem dinâmica e interativa no processo de ensino-aprendizagem. As plataformas digitais não apenas facilitam a criação de conteúdo visual, mas também promovem a colaboração e o compartilhamento entre os alunos, ampliando a visibilidade de seus trabalhos.

A câmera fotográfica, assim como o celular, é fruto de avanços técnicos e conceituais que se entrelaçam com diversas disciplinas, como química, física, artes e eletrônica. A desconstrução dessas imagens, por sua vez, torna-se uma prática pedagógica que conecta os alunos ao conhecimento científico. Ferramentas digitais, como aplicativos de edição e softwares de apresentação, incentivam a criatividade ao permitir que os alunos manipulem e personalizem suas fotografias.

Entretanto, a intensa utilização de imagens digitais traz desafios, como a sobrecarga visual, que pode prejudicar a capacidade crítica dos alunos. Portanto, é fundamental que educadores desenvolvam estratégias que ajudem os alunos a filtrarem e interpretarem a vasta quantidade de imagens que encontram, promovendo o ensino de competências digitais que incluam tanto a criação quanto a curadoria de conteúdo visual.

A análise do papel da imagem na educação ressalta a necessidade urgente de adaptar práticas pedagógicas às novas realidades comunicativas. A fotografia deve ser integrada de maneira consciente no currículo escolar, não apenas como uma ferramenta de expressão artística, mas também como um meio fundamental

de compreensão das "realidades" contemporâneas. Uma abordagem crítica em relação às imagens capacita os alunos a se tornarem cidadãos mais informados e conscientes.

Além disso, a formação adequada de docentes é crucial para explorar plenamente as potencialidades da didática visual. Programas de formação continuada e workshops focados em técnicas fotográficas e análise crítica são essenciais para equipar os educadores com as habilidades necessárias. A inclusão da fotografia como recurso didático não apenas enriquece o aprendizado, mas também pode atuar como um meio de inclusão social, permitindo que alunos de diferentes origens culturais e sociais expressem suas experiências e identidades.

Ao criar um ambiente colaborativo que valoriza a diversidade, a fotografia promove a empatia e o entendimento entre os alunos. Em última análise, reconhecer a importância da imagem na educação é vital para que os currículos se alinhem às demandas do século XXI, preparando os alunos para um futuro em que a comunicação visual será cada vez mais relevante.

Referências

BARRETO, Raquel Goulart. A recontextualização das tecnologias da informação e da comunicação na formação e no trabalho docente. *Revista Educação e Sociedade*, Campinas, v. 33, n. 121, p. 985-1002, out.-dez. 2012. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 09 set. 2020.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Petrópolis: Vozes, 2014. 7. ed.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Brasília, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 24 fev. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 4, de 13 de julho de 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM). Brasília, 2000.

BRASIL. Senado Federal. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 2. ed. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2018.

FLUSSER, Vilém. Filosofia da caixa preta. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2005.

FLUSSER, Vilém. Para uma filosofia da fotografia. São Paulo: Annablume, 1983.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Organização e tradução: Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e crise do capitalismo real. São Paulo: Cortez, 2010. 9. ed.

GASPARIN, João Luiz; PETENUCCI, Maria Cristina. Pedagogia histórico-crítica: da teoria à prática no contexto escolar. 2008. Disponível em: <www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/22898.pdf>. Acesso em: 09 set. 2020.

GOMES, L. F. Educação e imagem: práticas de ensino na contemporaneidade. São Paulo: Cortez, 2010.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

LÉVY, Pierre. A condição pós-moderna. São Paulo: Ed. 34, 1999.

LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth. Teorias de Currículo. São Paulo: Cortez, 2011.

MCLUHAN, Marshall. Os meios de comunicação como extensões do homem. São Paulo: Cultrix, 1969

SANTAELLA, Lucia. A comunicação das imagens: estética, história e educação. São Paulo: Paulinas, 2004.

SANTAELLA, Lucia. Culturas e artes do pós-humano. São Paulo: Paulus, 2010.

SAVIANI, Demerval. Escola e democracia. São Paulo: Cones/autores associados, 1983.

SILVA, Livaldo Teixeira da. Didática coerente com a pedagogia histórico-crítica. Rio de Janeiro: RPC Editora, 2018. p. 115-179. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/29053>. Acesso em: 25 set. 2020.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Documento de identidade: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

VALENTIN, Andreas. Ensino da fotografia no CAP-UERJ: formação do olhar e desenvolvimento de competências. e-Mosaico: Revista Multidisciplinar de Ensino, Pesquisa e Cultura do Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira (CAP-UERJ), v. 4, n. 7, jun. 2015. ISSN: 2316-9303. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/e-mosaicos/article/view/17118/12587>. Acesso em: 06 mai. 2019.

Diretrizes para a regulamentação e promoção do agrivoltaico no Brasil

Felipe Marques da Silva¹

Carlos Eduardo Camargo Nogueira²

Jair Antônio Cruz Siqueira³

Resumo

A combinação de sistemas fotovoltaicos e o plantio agrícola no mesmo local é denominada sistemas agrivoltaicos, proporcionando uma alternativa sinérgica para a geração de energia renovável e produção de alimentos. Embora essa tecnologia já tenha sido aplicada em vários projetos comerciais internacionalmente, sua viabilidade e impacto na produção de culturas ainda foram pouco investigados. Neste trabalho, foi avaliada a implementação de sistemas agrivoltaicos como alternativa para a produção sustentável de culturas agrícolas e apresentadas as diretrizes para regulamentações e promoção do agrivoltaico no Brasil.

Palavras-chave: *Agrivoltaico; Energia renovável; Agricultura sustentável.*

Abstract

The combination of photovoltaic systems and agricultural cultivation in the same location is referred to as agrivoltaic systems, providing a synergistic alternative for renewable energy generation and food production. Although this technology has already been applied in various commercial projects internationally, its feasibility and impact on crop production have been insufficiently investigated. In this study, the implementation of agrivoltaic systems was evaluated as an alternative for sustainable agricultural crop production, and guidelines for regulations and promotion of agrivoltaics in Brazil were presented.

Keywords: Agrivoltaic; Renewable energy; Sustainable agriculture.

¹ Mestrando em Engenharia de Energia na Agricultura – UNIOESTE. E-mail: felipemarques.silva@hotmail.com

² Docente da UNIOESTE.

³ Docente da UNIOESTE.

Introdução

A população mundial cresce exponencialmente a cada ano, a necessidade do fornecimento de energia para atender este crescimento está interligada junto ao crescimento populacional (Fraunhofer Ise, 2022).

Devido ao aumento do consumo de energia, há uma dependência cada vez maior sobre fontes de energia não renováveis, o que tem efeitos ambientais negativos e levanta questões sobre a sustentabilidade a longo prazo (Dupraz *et al.*, 2011).

A demanda de energia impactada pelo crescimento da população atinge as áreas como o transporte, indústria e consumo doméstico. Essas áreas dependem significativamente de combustíveis fósseis como carvão, petróleo e gás natural, que afetam as mudanças climáticas devido as emissões de gases do efeito estufa. A necessidade urgente de soluções energéticas sustentáveis ficou clara com a crescente demanda por energia (Weselek *et al.*, 2019).

O crescimento populacional também está atrelado à racionalização da produção e consumo de alimentos. A necessidade da produção de alimentos cresce à medida que a população mundial aumenta, colocando mais pressão sobre os sistemas agrícolas e os recursos necessários para produzir alimentos (Dinesh; Pearce, 2016).

Uma abordagem mais equilibrada e consciente dos recursos para atender às necessidades nutricionais de uma população crescente pode ser alcançada usando técnicas agrícolas eficientes e sustentáveis em conjunto, de forma a promover menor desperdício de alimentos (Dinesh; Pearce, 2016).

Uma estratégia potencial para abordar as questões de segurança alimentar e produção de energia renovável nos últimos anos tem sido a fusão da agricultura e geração de energia solar fotovoltaica. Esse conceito, conhecido como agrivoltaico, envolve o uso da terra para instalação de usinas solares fotovoltaicas e o cultivo agrícola ao mesmo tempo, produzindo um sistema que beneficia ambas as partes (Fraunhofer Ise, 2022).

Pesquisas e instalações de usinas têm demonstrado seu potencial e vantagens, os sistemas agrivoltaicos vêm se desenvolvendo rapidamente em todo o mundo. Ao combinar agricultura e energia solar fotovoltaica, existe um

potencial para otimizar o uso da terra, aumentar a produtividade agrícola e contribuir para a produção de energia sustentável (Ademe, 2021).

Avanços significativos na pesquisa e aplicação de agrivoltaicos também foram realizados em outros países, como Japão, França, Itália e Alemanha. Além disso, fóruns sobre o compartilhamento de conhecimento e cooperação internacional evoluíram para promover o crescimento e a adoção de tecnologias agrivoltaicas (Fraunhofer Ise, 2022).

O estado da arte das usinas agrivoltaicas mostraram um tremendo potencial para a geração de energia renovável e agricultura sustentável globalmente. Este método fornece uma maneira viável de otimizar o uso da terra, aumentar o rendimento das colheitas e ajudar na transição para um futuro mais verde por meio da integração de painéis solares com técnicas agrícolas (Mase, 2022).

A implementação bem-sucedida do agrivoltaico no Brasil requer a definição de diretrizes claras para regulamentação e promoção. É essencial estabelecer diretrizes que definam a integração eficiente de sistemas fotovoltaicos e atividades agrícolas, garantindo a sustentabilidade ambiental e econômica.

Definição de agrivoltaico

Sistemas agrivoltaicos combinam os conceitos de produção de energia solar fotovoltaica e produção de culturas agrícolas coexistindo na mesma área de terra, através das instalações de usinas fotovoltaicas posicionadas acima da superfície do solo (Mase, 2022).

A utilização dos sistemas agrivoltaicos são uma forma de mitigar a futura competição entre espaços de terrenos entre a execução de usinas fotovoltaicas e o plantio agrícola, assim possibilitando o uso duplo da terra para otimização do espaço. Essa abordagem oferece a possibilidade de instalar grandes sistemas de energia fotovoltaica em áreas abertas, ao mesmo tempo em que mantém o solo livre para a produção de culturas agrícolas (Ademe, 2021).

Em locais onde há incidência de grandes quantidades de radiação solar, a coprodução entre agricultura e energia solar fotovoltaica torna-se vantajosa. Regiões adequadas ao plantio agrícola que apresentam solo fértil e clima

moderado, tornam-se lugares propícios para a instalação deste tipo de sistema de cogeração de atividades (Fraunhofer Ise, 2022).

A Figura 1 demonstra a instalação de um sistema agrivoltaico. Nela pode-se observar a integração entre o sistema fotovoltaico e o plantio de culturas agrícolas.

Figura 1 – Implantação de Sistema Agrivoltaico em área agrícolas



Fonte: Fraunhofer Ise, (2022).

Agricultura sustentável

Um dos desafios universais que o setor agrícola enfrenta atualmente, é o fornecimento de alimentos em quantidades suficientes para a sobrevivência humana. Estima-se que em 2050, haverá uma nova necessidade de aumento da oferta global de alimentos em 60% para alimentar quase 9 bilhões de pessoas (Padilla; Hudson, 2019).

Para atender essa demanda populacional, faz-se necessário, cada vez mais, o uso de grandes terras para a produção de alimentos (Jayne *et al.*, 2014).

Com isso, a agricultura sustentável entra como fator importante para a produção otimizada do uso das terras e dos recursos utilizados na sua produção (Padilla; Hudson, 2019).

A sustentabilidade é definida como um equilíbrio combinação de desempenho social, ambiental e econômico para beneficiar as gerações atuais e futuras (Geissdoerfer *et al.*, 2017).

De acordo com Sayer e Cassman (2013), a sustentabilidade agrícola é caracterizada por três pilares inter-relacionados: desempenho econômico, social e ambiental. No contexto dessa abordagem, os autores destacam que a agricultura deve buscar simultaneamente quatro objetivos, frequentemente em competição entre si, para alcançar um crescimento sustentável. Esses objetivos incluem assegurar a produção de um abastecimento alimentar adequado, aliviar a pobreza, alcançar uma melhor saúde e nutrição para uma população em crescimento, e conservar os recursos naturais.

Essa perspectiva integral reconhece a complexidade e a interconexão dessas metas, enfatizando a importância de equilibrar considerações econômicas, sociais e ambientais para promover uma agricultura verdadeiramente sustentável.

Com os avanços tecnológicos, o compromisso da agricultura sustentável deve ser acompanhado de aprimoramento tecnológico (Mellor, 2017).

Para atingir o objetivo sustentável e enfrentar os desafios globais da segurança alimentar, a adoção de aplicações mais amplas e a implementação das tecnologias existentes, utilizando recursos avançados com suas respectivas ferramentas e técnicas, seriam estratégias diretas para promover a evolução de agricultura sustentável (Franco, 2021).

Integração entre a agricultura e a energia solar fotovoltaica

A integração de usinas fotovoltaicas e o plantio de culturas agrícolas no mesmo local, tem a capacidade de garantir geração de energia eficiente e sustentar a produção agrícola com impactos ambientais mínimos (Zainol Abdin *et al.*, 2021).

Os autores Pascaris, Schelly e Pearce (2020) citam três tipos de metodologias e abordagens para o agrivoltaico que são focadas em produção de energia, centradas na agricultura e o desenvolvimento equivalente entre agricultura e energia fotovoltaica.

A primeira metodologia, focada em produção de energia no agrivoltaico é marcada por comportamentos que otimizam a produção de energia solar fotovoltaica, ao mesmo tempo em que minimiza as alterações no crescimento da agricultura sob e ao redor da instalação da usina.

A segunda metodologia, centrada na agricultura, foca nas ações que maximizam as atividades de produção de biomassa e reduzem as mudanças nas atividades atuais de gerenciamento da cultura, enquanto ainda integram as atividades de produção de energia solar fotovoltaica.

E por fim, a terceira metodologia, que se refere ao método equivalente, visa combinar tanto o desempenho energético quanto as metas de produção agrícola, resultando na coprodução proporcional as duas atividades.

A aplicação do agrivoltaico onde há a produção de agricultura e energia na mesma área, pode ser adequada para usinas fotovoltaicas ou terrenos com potencial de plantio em terras subdesenvolvidas. No entanto, as abordagens equivalentes exigem alterações nos métodos de produção agrícola e de energia solar fotovoltaica, que podem variar de grandes mudanças estruturais a pequenos ajustes no manejo agrícola (Nrel, 2022).

Aspectos legais e regulatórios

A fim de normatizar as instalações agrivoltaicas, países como a Alemanha, Japão, França e Itália, desenvolveram diretrizes de implementação de sistemas agrivoltaicos para orientar sobre as suas instalações e de como realizar o uso devido das áreas agrícolas.

Na Alemanha, o documento DIN SPEC 91434:2021-05, que estabelece requisitos para o uso primário agrícola, foi desenvolvido pelo Instituto Alemão de Padronização (*Deutsches Institut für Normung*, ou DIN) em 2021.

Na França, a Agência Francesa de Gestão Ambiental e Energética (ADEME) definiu padrões para a energia agrivoltaica em 2021, caracterizando projetos solares fotovoltaicos em terras agrícolas por meio de cartilhas técnicas.

Na Itália, o Ministério de Transição Ecológica - Departamento de Energia (MASE) estabeleceu diretrizes no campo de sistemas agrivoltaicos em 2022. O objetivo é acelerar o processo de crescimento sustentável do país, alinhando-se com as metas europeias para 2030 e 2050.

No Japão, a Organização de Desenvolvimento de Nova Energia e Tecnologia Industrial (NEDO) definiu em 2021 diretrizes de projeto e construção para sistemas agrícolas de geração de energia solar, fornecendo diversas orientações sobre agrivoltaico.

Essas iniciativas refletem o comprometimento desses países em promover práticas normativas e diretrizes para a implementação eficaz e sustentável de sistemas agrivoltaicos.

Tipos de sistemas agrivoltaicos

A norma alemã DIN SPEC 91434:2021-05 (sistemas agrivoltaicos – requisitos para uso primário agrícola) apresenta diretrizes para a elaboração de sistemas agrivoltaicos onde estabelece um padrão para valores e medidas para a instalação fotovoltaica, documentações de projetos para autoridades legislativas, investidores e de órgãos de aprovação, bem como para o comissionamento e certificação de sistemas agrivoltaicos.

No documento, os sistemas agrivoltaicos são definidos em duas categorias: sistemas agrivoltaicos com instalações suspensas (Categoria I) e sistemas agrivoltaicos com instalação ao nível do solo (Categoria II).

Com base nas especificações para cultivos agrícolas, os sistemas agrivoltaicos de ambas as categorias podem ser divididos em quatro formas de uso: (A) Culturas permanentes e perenes; (B) Culturas anuais e plurianuais; (C) Pastagem permanente para roçada; e (D) Pastagem permanente usada como pasto (conforme Tabela 1 e Tabela 2).

As culturas permanentes incluem aquelas que não estão integradas na rotação de cultivos, permanecem no solo por pelo menos cinco anos e proporcionam rendimentos recorrentes.

Além das culturas permanentes, as pastagens fixas são áreas que não fazem parte da rotação de culturas por pelo menos cinco anos e são usadas para o cultivo de grama ou pasto. A criação de animais em codesenvolvimento com sistemas agrivoltaicos podem ser compartilhados com uso de pastagem permanentes (Tabela 1 e Tabela 2 – categorias 1D e 2D).

Tabela 1 – Categoria I conforme DIN SPEC 91434:2021-05

Sistemas Agrivoltaicos	Uso	Exemplos
Categoria I: Fotovoltaico aéreo com altura vertical > 2,1 m Cultivo no sistema agrivoltaico (Imagem A)	1A: Culturas permanentes e perenes	Frutas, bagas, viticultura, lúpulo
	1B: Culturas de um ano e de longo prazo	Culturas arvenses, hortaliças, pastagens alternadas, forragem
	1C: Pastagem permanente com roçada	Pastagens comerciais intensivas e extensas
	1D: Pradaria com pastagem permanente	Pastagem permanente, rotação de pastagens (bovinos, aves, ovinos, suínos e caprinos)

Fonte: Adaptado DIN SPEC, (2021).

Tabela 2 – Categoria II conforme DIN SPEC 91434:2021-05

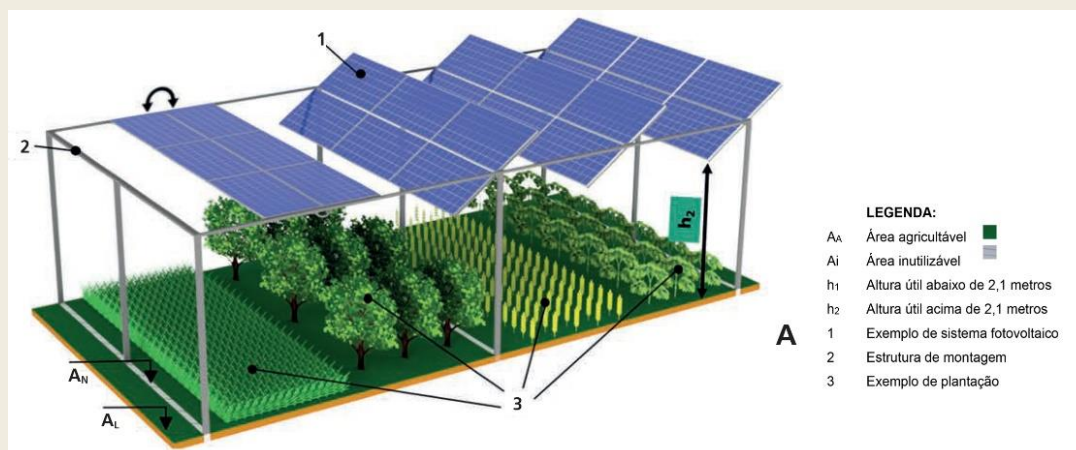
Sistemas Agrivoltaicos	Uso	Exemplos
Categoria II: Entre fileiras do sistema fotovoltaico com folga vertical < 2,1 m Cultivo entre as fileiras de sistemas agrivoltaicos (Imagem B/C)	2A: Culturas permanentes e perenes	Frutas, bagas, viticultura, lúpulo
	2B: Culturas de um ano e de longo prazo	Culturas arvenses, hortaliças, pastagens alternadas, forragem
	2C: Pastagem permanente com roçada	Pastagens comerciais intensivas e extensas
	2D: Pradaria permanente com pastagem	Pastagem permanente, rotação de pastagens (bovinos, aves, ovinos, suínos)caprinos)

Fonte: Adaptado DIN SPEC, (2021).

A DIN SPEC 91434:2021-05 define que as instalações suspensas devem ter altura livre de pelo menos 2,10 metros e o cultivo agrícola será tratado abaixo do sistema, caracterizando assim um sistema agrivoltaico de acordo com a categoria I (Figura 2). A área agricultável (Aa) pode ser parcialmente ou totalmente coberta por módulos fotovoltaicos que podem ser instalados em vários ângulos e posições.

De acordo com a proposta da cultura, a área inutilizável (Ai) é apenas a área da instalação fotovoltaica e assim não são mais adequadas para a agricultura convencional durante o cultivo do campo.

Figura 2 – Categoria I conforme DIN SPEC 91434:2021-05



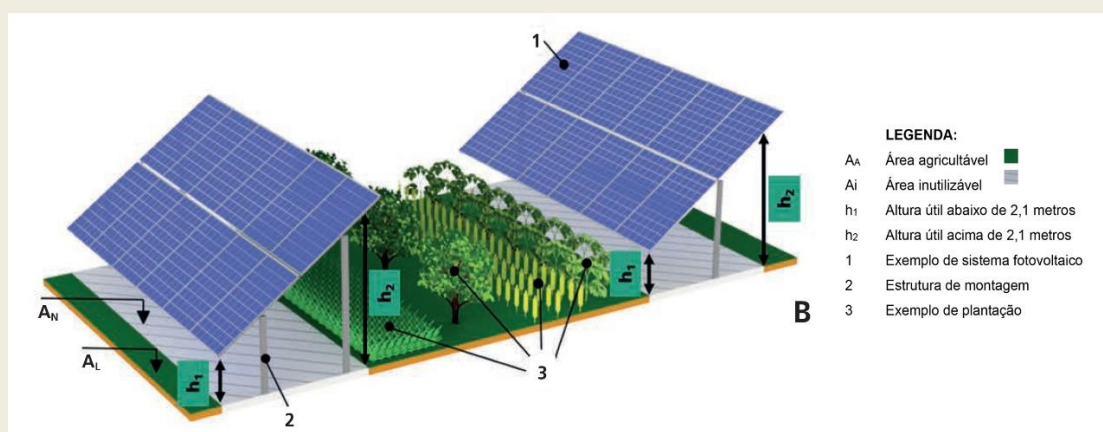
Fonte: Fraunhofer Ise, (2022).

Os sistemas agrivoltáicos de categoria II são sistemas instalados no solo (Figuras 3 e 5) que são utilizados para cultivo no espaço entre as fileiras.

A normativa descreve a distinção entre sistemas agrivoltáicos onde os módulos fotovoltaicos são instalados permanentemente em um ângulo específico entre fileiras (Figura 3, variante 1) ou instalados verticalmente ou na forma de rastreamento solar (Figura 4, variante 2).

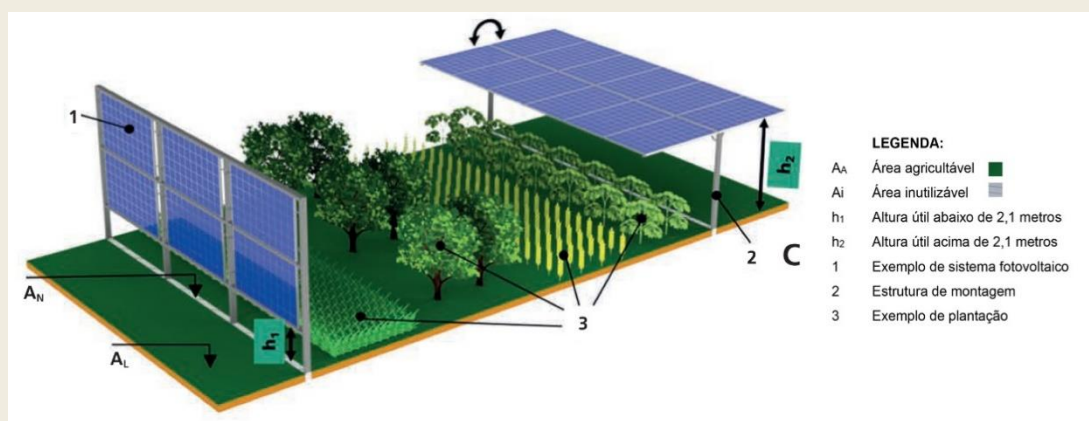
A região sob os módulos com altura livre inferior a 2,10 metros é geralmente considerada como terreno que não pode ser usado para agricultura (Ai).

Figura 3 – Categoria II Variante 1 - conforme DIN SPEC 91434:2021-05



Fonte: Fraunhofer Ise, (2022).

Figura 4 – Categoria II Variante 2 - conforme DIN SPEC 91434:2021-05



Fonte: Fraunhofer Ise, (2022).

Arquitetura do sistema agrivoltáico

Na Itália a Agência Francesa de Gestão Ambiental e Energética (2022) definiu que os sistemas agrivoltáicos podem ser caracterizados por diferentes configurações espaciais (mais ou menos densas), com o objetivo de maximizar as sinergias produtivas entre o sistema fotovoltaico e cultivo agrícola (Mase, 2022).

Em geral, as necessidades relacionadas ao sistema fotovoltaico e aquelas ligadas às atividades agrícolas estão em oposição, pois as soluções otimizadas para a máxima captação solar fotovoltaica podem gerar condições menos favoráveis para a agricultura e vice-versa (Mase, 2022).

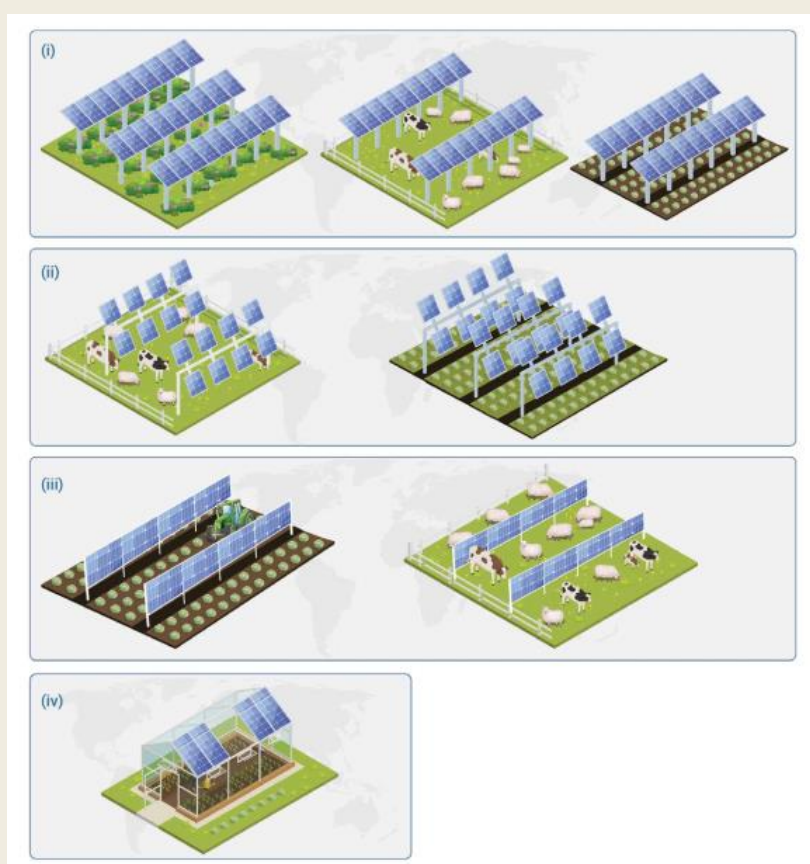
Os sombreamentos excessivos nas culturas podem ter um impacto negativo na eficiência fotossintética e, portanto, na produção; ou mesmo as pequenas distâncias espaciais entre os módulos e o solo podem interferir no uso de ferramentas mecanizadas geralmente utilizadas na agricultura (Nedo, 2021).

Portanto, é importante estabelecer parâmetros e definir requisitos que visem alcançar um desempenho otimizado do sistema como um todo, considerando tanto a dimensão energética quanto a agrônômica (Sekiyama; Nagashima, 2019).

Na Figura 5, são mostrados alguns exemplos nos quais busca-se a otimização do desempenho agrivoltaico global variando o padrão fotovoltaico (geometria e densidade da malha dos módulos fotovoltaicos) e a altura dos módulos em relação ao solo (Jreich; Mahjoubi, 2023).

É possível observar a busca pela configuração ótima por meio da variação da disposição dos módulos, sua altura em relação ao solo e sua posição específica.

Figura 5 – Padrões de instalações agrivoltaicas.



Fonte: Jreich; Mahjoubi, (2023).

Barreiras para implementação

Embora os sistemas agrivoltaicos apresentem diversos benefícios, como citados anteriormente, ainda existem barreiras para a sua adesão e implementação. Tais barreiras envolvem desde a infraestrutura necessária para

instalação, estudos de planejamento e compatibilidade das culturas com a produção de energia, políticas governamentais, manutenção do sistema, conscientização das pessoas sobre essa modalidade de produção e também acesso às tecnologias (Pascaris *et al.*, 2022).

Em relação à infraestrutura, os sistemas agrivoltaicos necessitam de significativos investimentos nesta área. Esses investimentos incluem a instalação do sistema fotovoltaico, suportes de fixação, sistemas de captação de água adequados e equipamentos agrícolas específicos. Dessa maneira, em um primeiro momento, estes custos iniciais podem ser um obstáculo, especialmente para pequenos agricultores ou regiões com recursos financeiros limitados (Torma; Aschemann-Witzel, 2023).

Os estudos de planejamento e codesenvolvimento, também são partes importantes a serem consideradas, uma vez que deve haver um estudo complexo entre o codesenvolvimento da agricultura e a energia solar, garantindo projetos em que as atividades sejam compatíveis e complementares, o que necessita de conhecimento amplo de ambas as áreas (Nedo, 2021).

Portanto, é necessário verificar a compatibilidade dos painéis fotovoltaicos com a cultura a ser desenvolvida na área agricultável, avaliar a compatibilidade e identificar se o sombreamento parcial pode prejudicar o seu desenvolvimento, ou se os painéis podem ser danificados por atividades agrícolas (Weselek *et al.*, 2019).

As questões normativas para a implementação de sistemas agrivoltaicos exigem políticas governamentais que regularizem a atividade. Para isso, é necessário identificar o custo nivelado de energia (LCOE) do sistema agrivoltaico e o que ele pode impactar na compensação de energia (Schindele *et al.*, 2020).

Outro empecilho a ser analisado é o planejamento do sistema sem considerar as etapas posteriores à sua implementação. Para isso, deve ser desenvolvida a gestão e manutenção da usina avaliando, por exemplo, o sistema de colheita e preparação do solo, infraestruturas para o maquinário que será utilizado para o manejo agrícola, entre outros (Din Spec, 2021).

Pensar na conscientização e aceitação do modelo agrivoltaico é fundamental, pois em algumas comunidades, onde os sistemas agrivoltaicos

podem ser uma novidade, a falta de conhecimento ou resistência cultural pode dificultar a aceitação dessas tecnologias e criar barreiras para a sua implantação (Pascaris *et al.*, 2022).

Por fim, em áreas rurais ou remotas pode haver dificuldades no acesso às tecnologias e na oferta para a implementação de sistemas agrivoltaicos, como a falta de empresas especializadas ou a disponibilidade de componentes específicos que podem ser uma grande barreira para sua efetuação (Pascaris *et al.*, 2022).

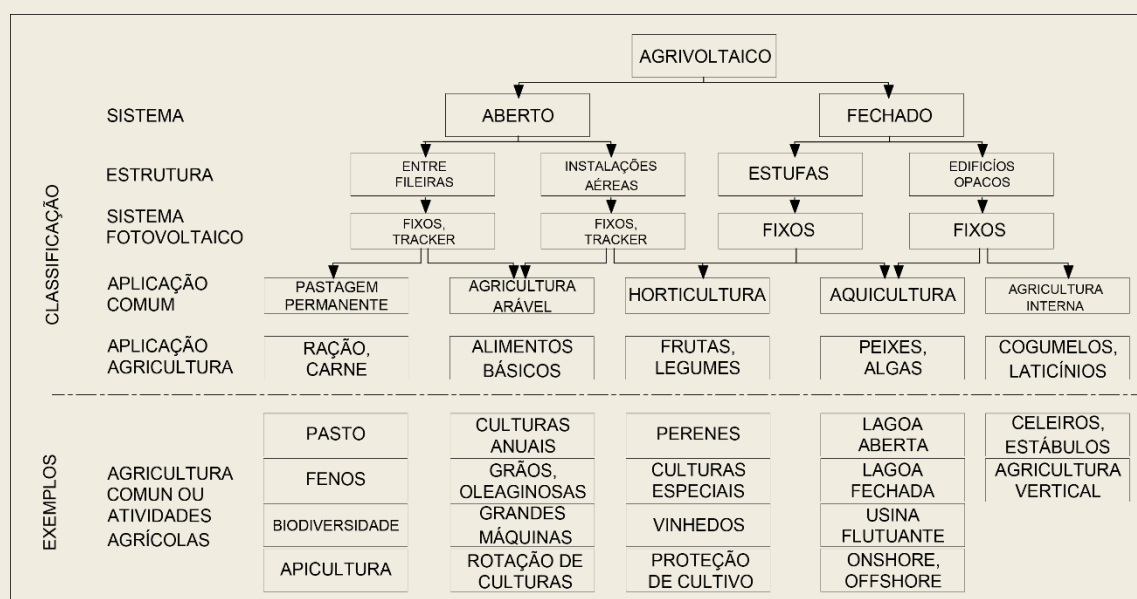
Critérios de implementação do projeto agrivoltaico

As soluções técnicas para integrar a energia fotovoltaica na agricultura são tão diversas quanto a própria agricultura. Eles podem ser amplamente categorizados em sistemas abertos e fechados (Fraunhofer Ise, 2022).

Sistemas fechados cobrem principalmente estufas fotovoltaicas, enquanto sistemas agrivoltaicos abertos pode ser dividido em nível do solo ou entre fileiras.

A Figura 6 demonstra a classificação entre sistemas agrivoltaicos abertos ou fechados:

Figura 6 – Classificação de sistemas agrivoltaicos.



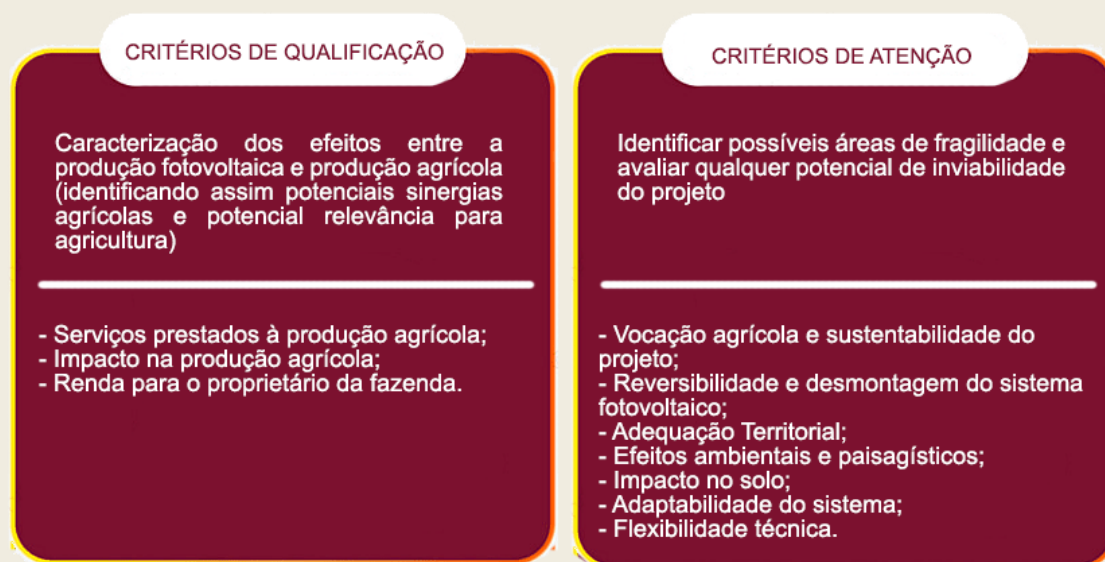
Fonte: Adaptado Fraunhofer Ise, (2022).

Avaliação de viabilidade do sistema

Em 2021 na França, a Agência de Transição Ecológica (ADEME), desenvolveu as diretrizes para aderir a instalação agrivoltaica para projetos em áreas agrícolas. O documento aponta os critérios de viabilidade para o codesenvolvimento das atividades sustentáveis de energia e cultivo agrícola.

A Figura 7 ilustra os critérios de classificação de projeto, os quais estão categorizados em dois grupos distintos. O primeiro conjunto, denominado critérios de qualificação, tem como propósito estabelecer a sinergia entre o sistema fotovoltaico e o cultivo agrícola. Por outro lado, o segundo grupo, conhecido como critérios de atenção, concentra-se na avaliação das características de viabilidade para a implementação do projeto, identificando também as áreas de fragilidade associadas a ele.

Figura 7 – Diferença entre critérios



Fonte: Adaptado ADEME, (2021).

Considerações finais

Ao estabelecer diretrizes robustas com base nas normativas internacionais e regulamentar uma abordagem integrada para o Brasil, é possível criar um

ambiente propício para o crescimento sustentável do agrivoltaico, contribuindo tanto para a segurança energética quanto para a produção agrícola do país.

É necessário cumprir as diretrizes para a implementação de sistemas agrivoltaicos em áreas agrícolas pois necessitam respeitar as práticas recomendadas, considerações a arquitetura do sistema agrivoltaico e aspectos regulatórios para integração do sistema fotovoltaico que devem ser levados para garantir uma integração eficiente.

Dessa forma, os resultados a serem alcançados contribuem para a compreensão abrangente da implementação de sistemas agrivoltaicos, fornecendo dados para pesquisadores, profissionais da agricultura e investidores de sistemas fotovoltaicos interessados em promover práticas agrícolas sustentáveis e energeticamente eficientes.

Referências

ADEME. **I Care & Consult, Ceresci, Cétiac. Characterising solar PV projects on agricultural land and agrivoltaism - Executive Summary.** 2021. 27 p. Disponível em: <https://bibliothèque.ademe.fr/>. Acesso em: 15 de janeiro de 2024.

DIN SPEC 91434:2021-05. **Agri-photovoltaic systems - Requirements for primary agricultural use.** 2021. Disponível em: <https://www.beuth.de/de/technische-regel/din-spec-91434/337886742>. Acesso em: 10 de janeiro de 2024.

DINESH, H.; PEARCE, J. M. **The potential of agrivoltaic systems. Renewable and Sustainable Energy Reviews**, v. 54, p. 299-308, 2016. ISSN 1364-0321. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.rser.2015.10.024>. Acesso em: 10 de janeiro de 2024.

DUPRAZ, C. *et al.* **Combining solar photovoltaic panels and food crops for optimizing land use: Towards new agrivoltaic schemes.** *Renewable Energy*, v. 36, n. 10, p. 2725-2732, 2011. ISSN 0960-1481. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.renene.2011.03.005>. Acesso em: 8 de janeiro de 2024.

FRANCO, S. **Assessing the environmental sustainability of local agricultural systems: how and why.** *Current Research in Environmental Sustainability*, v. 3, 100028, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.crsust.2021.100028>. Acesso em: 16 de janeiro de 2023.

FRAUNHOFER INSTITUTE FOR SOLAR ENERGY SYSTEMS ISE. **A Guideline for Germany: Agrivoltaics - Opportunities for Agriculture and the Energy Transition.** 2022. Disponível em: <https://www.ise.fraunhofer.de/content/dam/ise/en/documents/publications/studies/APV-Guideline.pdf>. Acesso em: 10 de dezembro de 2023.

GEISSDOERFER, M. *et al.* **The circular economy – a new sustainability paradigm?** Journal of Cleaner Production, v. 143, p. 757–768, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2016.12.048>. Acesso em: 30 de dezembro de 2023.

JAYNE, T. S.; CHAMBERLIN, J.; HEADEY, D. D. **Land pressures, the evolution of farming systems, and development strategies in Africa: a synthesis.** Food Policy, v. 48, p. 1–17, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.foodpol.2014.05.014>. Acesso em: 6 de janeiro de 2024.

JREICH, R.; MAHJOUBI, C. **Agrivoltaics: Harvesting solar energy in the Mediterranean.** Res4Africa Foundation, v. 1, p. 84, 2023. Disponível em: <https://res4africa.org/>. Acesso em: 30 de dezembro de 2023.

MASE. **Ministry of Ecological Transition - Department of Energy. Guidelines on Agrivoltaic Systems.** 2022. Disponível em: https://www.mase.gov.it/sites/default/files/archivio/allegato/PNRR/linee_guida_impianti_agrivoltaici.pdf. Acesso em: 13 de dezembro de 2023.

MELLOR, J. W. **Agricultural Development and Economic Transformation: Promoting Growth with Poverty Reduction.** Springer, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/978-3-319-65259-7>. Acesso em: 15 de janeiro de 2024.

NEDO. New Energy and Industrial Technology Development Organization. **Design and construction guidelines for farming solar power generation systems.** 2021. Disponível em: <https://www.nedo.go.jp/content/100939011.pdf>. Acesso em: 13 de dezembro de 2023.

NREL. National laboratory of the U.S. Department of Energy Office of Energy Efficiency & Renewable Energy. **The 5 Cs of Agrivoltaic Success Factors in the United States: Lessons From the InSPIRE.** Research Study. Golden, CO: National Renewable Energy Laboratory. NREL/TP-6A20-83566. 2022. Disponível em: <https://www.nrel.gov/docs/fy22osti/83566.pdf>. Acesso em: 5 de dezembro de 2023.

PADILLA, J. E.; HUDSON, A. **United Nations Development Programme (UNDP) perspectives on Asian large marine ecosystems.** Deep-Sea Research Part II: Topical Studies in Oceanography, v. 163, p. 127–129, 2019.

Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.dsr2.2019.05.011>. Acesso em: 12 de janeiro de 2024.

PASCARIS, A. S.; SCHELLY, C.; PEARCE, J. M. **A First Investigation of Agriculture Sector Perspectives on the Opportunities and Barriers for Agrivoltaics**. *Agronomy*, v. 10, n. 12, p. 1885, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/agronomy10121885>. Acesso em: 10 de janeiro de 2024.

PASCARIS, A. S.; *et al.* **Do agrivoltaics improve public support for solar? A survey on perceptions, preferences, and priorities**. *Green Tech Research & Sustainability*, v. 2, p. 8, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s44173-022-00007-x>. Acesso em: 10 de janeiro de 2024.

SAYER, J.; CASSMAN, K. G. **Agricultural innovation to protect the environment**. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, v. 110, p. 8345–8348, 2013. Disponível em : <https://doi.org/10.1073/pnas.1208054110>. Acesso em: 8 de janeiro de 2024.

SCHINDELE, S *et al.* **Implementation of agrophotovoltaics: Techno-economic analysis of the price-performance ratio and its policy implications**. *Applied Energy*, v. 265, 114737, 2020. ISSN 0306-2619. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.apenergy.2020.114737>. Acesso em: 11 de janeiro de 2024.

SEKIYAMA, T.; NAGASHIMA, A. **Solar Sharing for Both Food and Clean Energy Production: Performance of Agrivoltaic Systems for Corn, A Typical Shade-Intolerant Crop**. *Environments*, v. 6, n. 6, p. 65, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/environments6060065>. Acesso em: 10 de janeiro de 2023.

TORMA, G.; ASCHEMANN-WITZEL, J. **Social acceptance of dual land use approaches: Stakeholders' perceptions of the drivers and barriers confronting agrivoltaics diffusion**. *Journal of Rural Studies*, v. 97, p. 610-625, 2023. ISSN 0743-0167. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2023.01.014>. Acesso em: 10 de janeiro de 2024.

WESELEK, A. *et al.* **Agrophotovoltaic systems: applications, challenges, and opportunities. A review**. *Agronomy for Sustainable Development*, v. 39, p. 35, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s13593-019-0581-3>. Acesso em: 6 de janeiro de 2023.

ZAINOL ABIDIN, M. A.; MAHYUDDIN, M. N.; MOHD ZAINURI, M. A. A. **Solar Photovoltaic Architecture and Agronomic Management in Agrivoltaic System: A Review**. *Sustainability*, v. 13, n. 14, p. 7846, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/su13147846>. Acesso em: 30 de dezembro de 2023.

A RELAÇÃO ENTRE CULTURA E EDUCAÇÃO: CONTRIBUIÇÕES DOS PROJETOS CULTURAIS PARA O ENSINO-APRENDIZAGEM

Renata de Almeida Oliveira¹

Ariana Rabelo de Almeida²

Resumo

Este artigo apresenta um recorte do projeto de Doutorado "A interseção da Cultura, Educação e Políticas Públicas: Impactos das Leis Aldir Blanc e Paulo Gustavo na Formação Cultural e Educacional em escolas públicas de Duque de Caxias/RJ, desenvolvido no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Humanidades Culturas e Artes - PPGHCA da Universidade Unigranrio| Afya, que se encontra em andamento. Pretende-se refletir sobre a estreita relação entre cultura e educação, destacando as contribuições dos projetos culturais quando integrados ao ambiente formal de aprendizagem, tendo como base a Lei Paulo Gustavo fomentada pelo Ministério da Cultura e pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Duque de Caxias. A cultura, entendida como um conjunto dinâmico de saberes, costumes, valores e práticas, está diretamente vinculada ao processo educativo, que não apenas transmite conhecimento, mas também atua como um agente de transformação e preservação cultural. Nesse sentido, explorar essa conexão é fundamental para compreender como a educação pode desenvolver a vivência cultural dos estudantes e promover a diversidade.

Palavras-chave: *Políticas Culturais, Lei Paulo Gustavo, Lei Aldir Blanc, Educação e Cultura.*

Abstract

This article presents an excerpt from the doctoral project "The Intersection of Culture, Education, and Public Policies: Impacts of the Aldir Blanc and Paulo Gustavo Laws on Cultural and Educational Formation in Public Schools in Duque de Caxias/RJ," developed within the framework of the Postgraduate Program in Humanities, Cultures, and Arts - PPGHCA at Unigranrio|Afya University, which is

¹ Doutora em Memória em Memória Social. Docente do Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Culturas e Artes da Universidade do Grande Rio (PPGHCA/UNIGRANRIO).

² Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Humanidades, Culturas e Artes.

ongoing. The aim is to reflect on the close relationship between culture and education, highlighting the contributions of cultural projects when integrated into the formal learning environment, based on the Paulo Gustavo Law, promoted by the Ministry of Culture and the Municipal Department of Culture and Tourism of Duque de Caxias. Culture, understood as a dynamic set of knowledge, customs, values, and practices, is directly linked to the educational process, which not only transmits knowledge but also acts as an agent of transformation and cultural preservation. In this sense, exploring this connection is essential to understand how education can develop students' cultural experience and promote diversity.

Keywords: Cultural Policies, Paulo Gustavo Law, Aldir Blanc Law, Education and Culture.

Introdução

A partir das discussões sobre os temas Educação e Diversidade Cultural e O que é Cultura, este estudo amplia as reflexões sobre costumes, concepções e transformações que ocorrem, sobretudo, no contexto escolar, espaço onde diferentes identidades e expressões culturais se encontram e se cruzam. A escola, enquanto espaço de socialização e construção do conhecimento, exerce um papel fundamental na valorização e na reinterpretação das práticas culturais, colaborando para a formação de cidadãos críticos e conscientes de seu papel na sociedade.

Aliado ao tema explicitado, este texto assume como objetivo categorizar os projetos culturais contemplados pelo Edital nº 04/2023³, que foram executados para estudantes de algumas escolas⁴ públicas municipais de Duque

³ Edital de chamamento público para estabelecer os critérios e a seleção de projetos na área das artes e cultura, exceto de Audiovisual para pessoas físicas, residente e/ou atuantes no município de Duque de Caxias com recursos da Lei Complementar 195/2022 (Lei Paulo Gustavo). Disponível em < [Edital-04---2023_67kvtggb.pdf](#) > acesso em 16/11/2024.

⁴ As escolas contempladas para a execução da contrapartida dos projetos culturais está disponível no anexo IX do Edital Nº 04/2023 e no endereço eletrônico < [Duque de Caxias](#)>, acesso em 16/11/2024. A indicação da escola ficou a critério do produtor

de Caxias/RJ, identificando como esse “cardápio cultural⁵” pode incentivar a criatividade, fomentar o respeito à diversidade e ampliar o repertório cultural.

Por meio de práticas culturais integradas ao currículo, é possível transformar o ensino-aprendizagem em uma experiência impulsionadora e significativa, conectada às múltiplas realidades dos alunos, fortalecendo a construção de uma educação mais inclusiva e plural.

Breve histórico das políticas culturais no Brasil após a redemocratização

O histórico das políticas culturais no Brasil reflete a evolução das ações públicas voltadas para a valorização e o fomento à cultura, com uma trajetória marcada por marcos legais e transformações significativas. A partir da Constituição de 1988, as políticas culturais passaram a ser vistas como um direito fundamental, promovendo a diversidade cultural e a participação da sociedade nas decisões sobre o setor. A Constituição de 1988 estabelece, em seu artigo 215, que o Estado deve assegurar o pleno exercício dos direitos culturais, destacando a cultura como um bem de todos e sua preservação como responsabilidade pública.

Com a Constituição, o Brasil vivenciou um momento de grande abertura política e social, em que a gestão cultural passou a ser orientada pela promoção da identidade e da cidadania, com o reconhecimento da diversidade cultural. No entanto, um marco importante foi a criação da Lei Sarney, em 1986, que instituiu os primeiros incentivos fiscais à cultura no Brasil. Essa lei permitia que empresas e pessoas físicas deduzissem parte do Imposto de Renda para financiar projetos culturais, embora sua execução tenha sido limitada. Foi um avanço inicial, mas com impactos modestos.

Em 1985, durante o governo do Presidente José Sarney, foi criado o Ministério da Cultura. Dentro dos órgãos que compunham a Secretaria de Cultura muitos eram de opinião de que mais valia uma secretaria forte que um ministério fraco. Um dos maiores defensores dessa idéia

cultural, uma vez selecionada, era realizado um agendamento com a unidade escolar para a execução das produções.

⁵ Expressão apresentada pela autora para elucidar a diversidade de projetos culturais que foram recebidos para análise na Secretaria Municipal de Educação de Duque de Caxias.

foi Aloísio Magalhães, que havia falecido em 1982. Logo de início o Ministério enfrentou muitos problemas, tanto de ordem financeira como administrativa. Faltava pessoal para cuidar do conjunto de atribuições que cabem a um Ministério, recursos financeiros para a manutenção dos programas existentes e até mesmo espaço físico para a acomodação da nova estrutura. Ocorreu também um processo de substituição contínua na chefia da pasta. José Aparecido de Oliveira foi nomeado Ministro da Cultura, logo substituído por Aluísio Pimenta, que por sua vez passou o cargo, em 1986, para Celso Furtado. Na tentativa de criar novas fontes de recursos para a impulsionar o campo de produção artístico-cultural foi promulgada a primeira lei de incentivos fiscais para a cultura. A Lei nº 7.505, de 02 de junho de 1986, que ficou conhecida como Lei Sarney. O objetivo era o de buscar superar as dificuldades financeiras que o campo da administração pública federal da cultura sempre enfrentou. O orçamento ficava em grande parte comprometido com a administração do Ministério e de seus órgãos vinculados. A criação do novo Ministério acabou por significar um menor aporte de recursos financeiros para a área. Diferentemente da educação a cultura não conseguiu criar um fundo que não sofresse cortes orçamentários. (CALABRE, 2007, p. 5-6)

A verdadeira transformação no incentivo fiscal à cultura veio com a criação da Lei Rouanet, em 1991. Criada no governo Collor e mantida durante o governo Fernando Henrique Cardoso, essa lei criou o Sistema de Incentivo à Cultura, permitindo que empresas e cidadãos financiassem projetos culturais com deduções fiscais significativas. Apesar de sua importância para o setor, a Lei Rouanet sempre foi alvo de críticas, principalmente por beneficiar grandes empresas e projetos de artistas renomados, em detrimento de iniciativas culturais menores e mais locais.

Nos anos seguintes, as políticas culturais continuaram a se expandir, mas foi a Lei Aldir Blanc, sancionada em 2020, que teve um impacto decisivo, especialmente no contexto da pandemia de COVID-19. A crise sanitária global afetou diretamente a economia e a produção cultural no Brasil, e a Lei Aldir Blanc surgiu como uma resposta emergencial. Ela destinou recursos para trabalhadores da cultura, além de transferir verbas para estados, municípios e o Distrito Federal, a fim de apoiar espaços culturais e promover a manutenção de atividades culturais em um momento de grande incerteza.

A Lei Aldir Blanc (LAB) foi uma resposta da sociedade brasileira ao impacto da pandemia de COVID-19 no setor cultural. Sancionada em junho de 2020 (Lei nº 14.017), ela determinou repasse de R\$ 3 bilhões a estados, municípios e Distrito Federal, destinados a três eixos de atuação. O primeiro trata da renda emergencial para trabalhadores da cultura como objetivo de apoiar

profissionais da cultura, que tiveram suas atividades interrompidas pela pandemia. O segundo é voltado à manutenção de espaços culturais prejudicados com interrupção de atividades por causa da pandemia. E, por fim, o terceiro eixo é destinado ao apoio de projetos culturais que foram impactados pelas restrições impostas pelo período.

Em 2021, ela foi prorrogada por meio da Lei nº 14.150, que ampliou o prazo para utilização dos recursos e estendeu o auxílio emergencial aos trabalhadores da cultura. (Ministério da Cultura, 2024)

A Lei Aldir Blanc não foi apenas uma medida de socorro temporária, mas também um exemplo de como políticas públicas podem ser adaptadas às necessidades do setor. A sua implementação foi descentralizada, permitindo que os recursos chegassem rapidamente às diversas partes do Brasil, onde as realidades culturais variam de acordo com as particularidades locais. O apoio aos espaços culturais, que enfrentaram enormes dificuldades financeiras durante a pandemia, foi um dos pilares dessa ação emergencial.

Em 2022, o Brasil deu outro passo importante com a criação da Lei Paulo Gustavo. Semelhante à Lei Aldir Blanc, a Lei Paulo Gustavo também surgiu como resposta aos impactos da pandemia, mas seu foco foi voltado para o setor audiovisual. A lei destinou recursos para a produção e distribuição de filmes e vídeos, apoiando a cadeia produtiva do audiovisual e oferecendo um auxílio crucial para cineastas, técnicos e outros profissionais do setor. A criação dessa lei destacou a importância da cultura audiovisual no Brasil, que, assim como outros segmentos culturais, sofreu grandes perdas durante a crise. “A Lei Paulo Gustavo (Lei Complementar nº 195/2022) representa o maior investimento direto já realizado no setor cultural do Brasil e destina R\$ 3,862 bilhões para a execução de ações e projetos culturais em todo o território nacional”. (Secretaria de Comunicação Social, 2024)

Além das leis de incentivo fiscal e emergenciais, um dos maiores avanços nas políticas culturais brasileiras foi a criação do Sistema Nacional de Cultura (SNC), em 2010. Com a Lei nº 12.343, o SNC foi criado com o objetivo de organizar e articular as políticas culturais em todo o território nacional, envolvendo as esferas federal, estadual e municipal. O sistema busca promover uma gestão descentralizada e participativa, garantindo que as políticas culturais sejam implementadas de maneira integrada e que envolvam todos os níveis de governo e a sociedade civil.

A criação do SNC permitiu que as políticas culturais ganhassem maior coesão e articulação entre os diversos entes federativos. Ele estabelece uma rede de cooperação entre os governos e as sociedades locais, garantindo que as ações culturais estejam de acordo com as necessidades de cada região. Além disso, o Sistema Nacional de Cultura também permitiu o fortalecimento do Plano Nacional de Cultura (PNC), criado para traçar diretrizes e metas para o setor cultural nos próximos anos, com o objetivo de construir uma política cultural de longo prazo no Brasil.

O Plano Nacional de Cultura (PNC), aprovado em 2010, define um conjunto de metas a serem alcançadas até 2020, sendo uma das principais ferramentas para a implementação de políticas públicas culturais. A partir do PNC, as ações culturais passaram a ser orientadas por um planejamento de longo prazo, envolvendo a participação da sociedade civil na construção e monitoramento das metas estabelecidas. Essa participação é uma característica essencial das políticas culturais no Brasil, que buscam garantir a inclusão e a diversidade.

A Política Nacional Aldir Blanc (PNAB) foi uma extensão da Lei Aldir Blanc, buscando organizar e estruturar de maneira mais duradoura o apoio à cultura no Brasil. A PNAB não apenas atendeu à emergência causada pela pandemia, mas também estabeleceu uma base para o fortalecimento de políticas culturais em nível local, considerando as diferentes realidades do país. Com isso, a relação entre a Política Nacional Aldir Blanc e o Sistema Nacional de Cultura ficou evidente, pois ambos buscam integrar as ações culturais e garantir que as políticas cheguem aos públicos mais necessitados e menos atendidos.

Com a criação do Sistema Nacional de Cultura, o Brasil deu um grande passo em direção à democratização da gestão cultural. A ideia central do SNC é descentralizar as ações culturais, promovendo uma gestão que leve em consideração as especificidades locais e regionais. Esse modelo também reflete a política de democratização do acesso à cultura, promovendo a inclusão de diversas manifestações culturais em todas as regiões do país.

A Lei Aldir Blanc e a Lei Paulo Gustavo foram decisivas nesse processo, pois, além de serem respostas urgentes às crises da pandemia, também

funcionaram como instrumentos de fortalecimento da cultura no Brasil. Através dessas leis, o governo foi capaz de transferir recursos diretamente para os municípios e estados, com um foco claro em apoiar os trabalhadores da cultura e os espaços culturais que enfrentaram sérios desafios financeiros.

A relação entre o Sistema Nacional de Cultura e as Leis Aldir Blanc e Paulo Gustavo também ilustra o processo de integração entre diferentes esferas de poder. Essas leis foram implementadas em um contexto em que a descentralização e a articulação com o SNC foram fundamentais para garantir que os recursos chegassem rapidamente aos lugares mais necessitados. O SNC, ao integrar as esferas de governo e a sociedade civil, foi crucial para que essas políticas emergenciais fossem efetivas.

As políticas culturais no Brasil, com a integração do Sistema Nacional de Cultura e a criação de leis de incentivo e apoio, mostram que, apesar das dificuldades econômicas e políticas, o setor cultural brasileiro continua a ser um pilar fundamental para a construção da identidade nacional. A luta pela democratização do acesso à cultura e pela preservação da diversidade cultural do Brasil segue como uma das maiores prioridades no cenário das políticas públicas.

Relações entre educação e cultura

É substancial pontuar que quando falamos em educação em sua função social como direito público subjetivo, fazemos uma relação direta com o conceito de cultura que Santos (2006) nos apresenta ao caracterizá-la como tudo aquilo que representa uma população humana.

Cultura é uma construção histórica, seja como concepção, seja como dimensão do processo social. Ou seja, a cultura não é "algo natural", não é uma decorrência de leis físicas ou biológicas. Ao contrário, a cultura é um produto coletivo da vida humana. Isso se aplica não apenas à percepção da cultura, mas também à sua relevância, à importância que passa a ter. Aplica-se ao conteúdo de cada cultura particular, produto da história de cada sociedade. Cultura é um território bem atual das lutas sociais por um destino melhor. E uma realidade e uma concepção que precisam ser apropriadas em favor do progresso social e da liberdade, em favor da luta contra a exploração de uma

parte da sociedade por outra, em favor da superação da opressão e da desigualdade. Santos (2006)

Nenhuma ação educativa pode prescindir de uma reflexão sobre o homem e de uma análise sobre suas condições culturais. Não há educação fora das sociedades humanas e não há indivíduos isolados e engessados em suas identidades culturais.

Na modernidade tardia⁶ a educação, entendida aqui como processo social e cultural, está diretamente ligada à construção e reconstrução das identidades dos indivíduos, que se desenvolvem no contexto das interações humanas, Hall (2006). Nesse sentido, Munanga (2010) aponta para uma educação que promova a igualdade, a dignidade humana, o respeito as diferenças, a paridade entre mulheres e homens, a construção de uma sociedade e de uma cultura justa e pacífica. Assim, compreender o papel da cultura na educação é reconhecer a escola como um espaço de produção de significados e de trocas simbólicas, onde diferentes vivências culturais podem dialogar e se transformar.

Este estudo parte da premissa de que a educação, como afirma Freire (1979), não é um processo neutro; ao contrário, é profundamente moldada pelas realidades culturais e sociais em que está inserida. Assim, a integração de projetos culturais no ambiente escolar visa não apenas à transmissão de conhecimentos formais, mas também à promoção de uma experiência pedagógica que valorize a diversidade e fomente o diálogo intercultural.

Portanto, a relação entre cultura e educação é essencial para construir práticas que não apenas respeitem, mas celebrem a pluralidade cultural presente no cotidiano escolar. Essa abordagem reconhece que a educação tem o potencial de ir além da transmissão de conteúdos, tornando-se um meio de

⁶ O conceito de **modernidade tardia**, como apresentado por **Stuart Hall**, refere-se a uma fase da modernidade caracterizada por intensas transformações sociais, culturais e econômicas que desafiam os padrões e identidades tradicionais. Essa ideia está vinculada à noção de que, na modernidade tardia, as instituições e estruturas antes consideradas estáveis passam por profundas mudanças, afetando as formas como os indivíduos entendem a si mesmos e suas relações com o mundo.

transformação social, de ampliação de repertórios culturais e de fortalecimento da cidadania crítica.

Os projetos culturais no espaço escolar

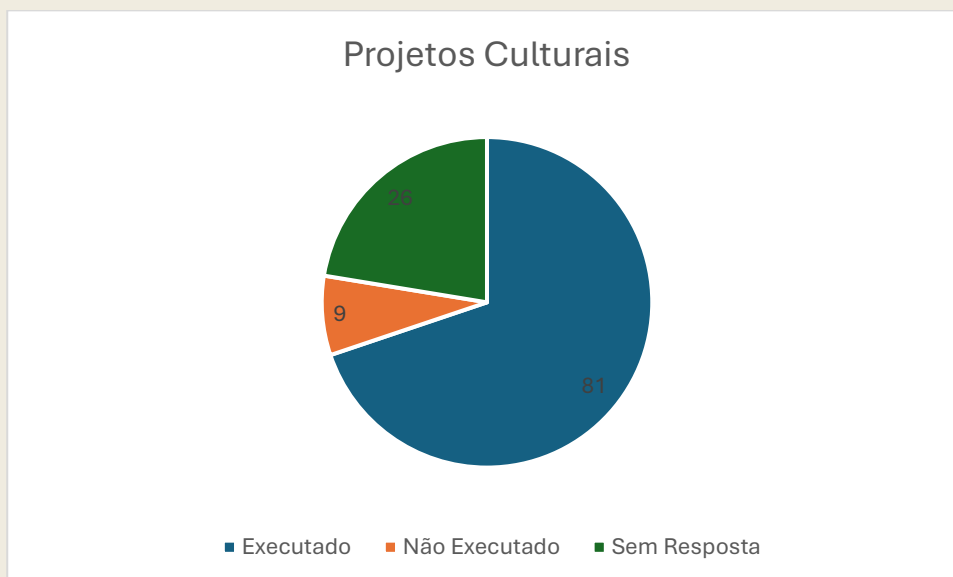
Os projetos culturais no espaço escolar permitem a valorização das práticas culturais presentes no cotidiano dos estudantes e suas comunidades. Essa integração enriquece o processo de ensino-aprendizagem, pois conecta os conteúdos escolares às vivências sociais e culturais, tornando-os mais próximos e acessíveis. A partir dessa perspectiva, o ambiente escolar deixa de ser um espaço isolado e se transforma em um local de trocas, onde a cultura dos alunos e da comunidade não apenas é reconhecida, mas também utilizada como base para a construção de novos saberes.

Por que não estabelecer uma necessária “intimidade” entre os saberes fundamentais aos alunos e a experiência social que eles têm como indivíduos? Diante dessa provocação, Freire (2002) nos convida a refletir sobre a íntima relação entre os saberes populares e suas intervenções nos processos formativos.

Essa intimidade a que o autor se refere, pode ser evidenciada na figura 1, que categoriza os cento e dezoito (118) projetos culturais, distribuídos e encaminhados para cinquenta e uma (51) unidades escolares. Trata-se aqui de um recorte dos projetos analisados, que foram indicados pela Secretaria de Municipal de Cultura e Turismo do município de Duque de Caxias/RJ à Secretaria Municipal de Educação (SME), e direcionados às Unidades Escolares por meio de e-mail.

A primeira análise realizada mapeou o número de projetos enviados às unidades escolares e a execução desses projetos. Do total de 118 projetos encaminhados, 81 tiveram retorno positivo quanto à sua execução, 9 apresentaram resposta negativa, e 26 unidades não responderam se os projetos foram ou não implementados. Os canais utilizados pela SME para coletar essas respostas incluíram e-mails, formulários no Google Forms, ligações telefônicas e mensagens via WhatsApp. Os dados estão apresentados na Figura 1.

Figura 1: Quantitativo de Projetos Culturais



Fonte: Autor

Após essa breve análise, os dados apresentados revelam uma lacuna na intencionalidade e no alcance da execução dos projetos. Apesar dos esforços realizados para coletar as respostas, o número de projetos efetivamente implementados poderia ser mais significativo, especialmente considerando que as unidades escolares estavam devidamente autorizadas a receber os produtores culturais e implementar os projetos, sem que isso causasse impedimentos ou perturbações na rotina escolar.

O segundo panorama apresentado, discorre sobre as categorias de manifestação cultural dos projetos indicados para execução. É importante ressaltar que apenas foram analisados os oitenta e um (81) projetos executados⁷, conforme informado acima. Sendo assim, a seleção dos grupos estabelece as seguintes áreas culturais: Grupo Audiovisual – Literatura, livros e audiovisual; Grupo Criações Funcionais – LGBTQIA+, Área Técnica, cultura de rua, urbana e periférica; Grupo patrimônio – cultura indígena, capoeira, cultura popular e folclórica, cultura popular e de matriz africana, artesanato; Grupo Artes

⁷ Os dados analisados foram retirados do link: <http://sistemaculturaduquedecaxias.com/gestao/itens/avaliar>, ao qual a autora tem acesso.

de Espetáculo – Circo, dança, música, teatro, artes visuais, assim categorizados na Figura 2.

Figura 2: Categorização das produções culturais



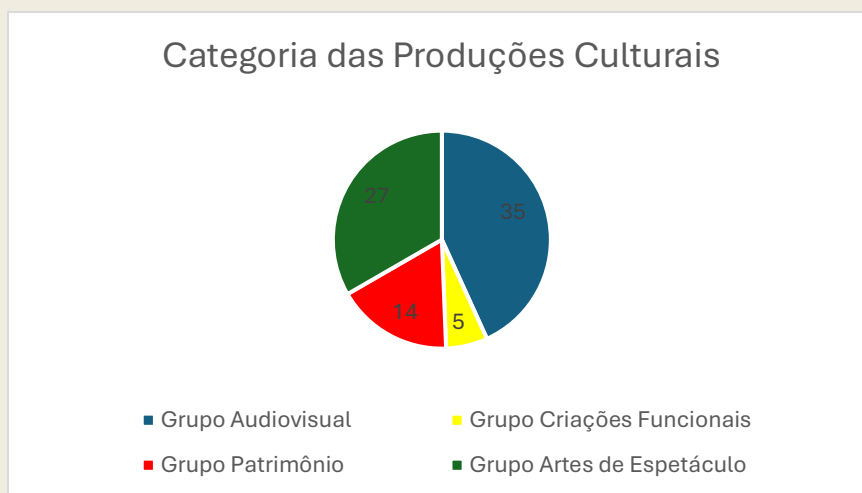
Fonte: Adaptado de Pacheco, (2024)

As produções culturais podem ser classificadas de diversas maneiras, dependendo do contexto em que são analisadas. A escolha da classificação a ser utilizada geralmente levou em consideração a diversidade de projetos apresentados, como é evidenciado na Figura 3. Esse processo de categorização se fundamenta na variedade de características das produções, que podem ser distintas em termos de formato, técnica, propósito e público-alvo. Em um cenário específico, a classificação selecionada reflete a necessidade de agrupar essas produções de maneira que possibilite uma compreensão mais clara e eficaz de sua multiplicidade.

A Figura 3, portanto, serve como ilustração dessa diversidade, demonstrando que os projetos culturais analisados são suficientemente diversos para que diferentes critérios de classificação possam ser aplicados, seja por

meio do tipo de mídia ou expressão, do objetivo cultural ou educacional, ou da abordagem estética e técnica adotada em cada projeto.

Figura 3: Categorização das produções culturais



Fonte: Autor

A inserção de manifestações culturais dentro do espaço escolar contribui para reflexões acerca das identidades, valores e desigualdades. Os dados acima demonstram uma maior inclinação para atividades que envolvam audiovisuais, música, dança e teatro.

Considerações Finais

A imersão dos projetos culturais no espaço escolar desempenha um papel fundamental ao integrar a diversidade cultural dos diferentes povos aos saberes acadêmicos. Essa integração é essencial, pois enriquece o processo de ensino-aprendizagem, permitindo que os alunos se conectem com a riqueza de suas próprias culturas e com aquelas que são diferentes das suas. A presença de projetos culturais no ambiente escolar fortalece não só o aprendizado acadêmico, mas também a identidade e a cidadania dos estudantes, proporcionando uma formação mais crítica e criativa. Ao vivenciar diferentes formas de expressão cultural, os alunos têm a oportunidade de se tornar mais conscientes da pluralidade cultural do mundo ao seu redor.

Além disso, a inserção de projetos culturais nas escolas favorece a construção de um ambiente educacional mais inclusivo e colaborativo. A diversidade de saberes culturais presentes nas escolas contribui para que os estudantes compreendam e respeitem as diferentes realidades sociais e culturais, o que é fundamental para a formação de cidadãos conscientes e engajados. Tais práticas ajudam a moldar um espaço onde o diálogo entre as diversas culturas é valorizado, tornando a escola um ambiente de trocas enriquecedoras que ultrapassam os limites do currículo formal.

No entanto, os dados apresentados no estudo revelam que, apesar da relevância e do potencial dos projetos culturais, a execução das iniciativas ficou aquém do esperado. Das 51 unidades escolares inicialmente indicadas para a implementação dos projetos, apenas 42 realmente receberam e executaram as atividades propostas. Esse número, embora significativo, indica que uma parcela considerável das escolas não conseguiu concretizar os projetos culturais. Além disso, 9 escolas não responderam ou deram um retorno negativo, o que evidencia a dificuldade de engajamento de algumas instituições de ensino com as propostas culturais, um desafio que precisa ser compreendido e superado.

Essa realidade aponta para a necessidade de estratégias mais eficazes de mobilização e sensibilização junto às escolas e aos educadores, para que entendam a importância dessas iniciativas e se comprometam com a sua execução. A resistência ou a falta de interesse por parte de algumas escolas pode estar relacionada a diversos fatores, como falta de recursos, desconhecimento sobre os benefícios dos projetos culturais ou mesmo a sobrecarga de atividades pedagógicas. Assim, é imprescindível que haja um esforço conjunto entre as secretarias de educação, as comunidades escolares e os gestores culturais para que esses projetos sejam mais bem incorporados ao cotidiano escolar.

É importante destacar que, quando executados de maneira efetiva, os projetos culturais têm o potencial de transformar profundamente a relação dos estudantes com o saber. Através de atividades que envolvem arte, música, dança, teatro e outras formas de expressão cultural, os alunos não apenas aprendem conteúdo acadêmico, mas também desenvolvem habilidades sociais,

emocionais e cognitivas que são essenciais para sua formação integral. Além disso, o contato com diferentes manifestações culturais pode despertar nos estudantes um senso de pertencimento e identidade, ao mesmo tempo em que amplia sua visão de mundo, tornando-os mais abertos e empáticos.

A execução de projetos culturais nas escolas também fortalece os vínculos entre a instituição de ensino, os estudantes e suas comunidades. Muitas vezes, as escolas tornam-se espaços isolados da realidade local, e é justamente através da implementação de iniciativas culturais que é possível aproximar a escola da comunidade, promovendo a troca de experiências e o reconhecimento de saberes e práticas culturais. Essa aproximação fortalece a ideia de que a educação não está dissociada da vida cotidiana e das práticas culturais presentes nas comunidades.

Entretanto, os desafios mencionados não devem ser vistos como obstáculos insuperáveis, mas como pontos de reflexão e aprimoramento. A pouca adesão de algumas escolas aos projetos culturais pode ser encarada como uma oportunidade para repensar os métodos de engajamento e a forma como as propostas culturais são apresentadas. Tornar esses projetos mais atrativos e acessíveis, com a devida formação e apoio aos educadores, pode ser uma solução para ampliar a participação das escolas e garantir que mais estudantes tenham acesso a experiências culturais enriquecedoras.

Por fim, as reflexões sobre a relação entre cultura e educação ficaram evidenciadas pela diversidade de projetos executados, que mostraram como é possível fomentar o diálogo entre esses dois universos de forma profunda e transformadora. As experiências relatadas evidenciam que a cultura não deve ser vista apenas como um complemento extracurricular, mas como um elemento central no processo educativo. A integração da cultura no currículo escolar é uma estratégia poderosa para promover o desenvolvimento integral dos estudantes, formando cidadãos mais críticos, criativos e conscientes.

Portanto, é fundamental que políticas públicas e iniciativas educacionais continuem a incentivar e apoiar a inserção da cultura no ambiente escolar, como uma forma de democratizar o acesso ao conhecimento e ao desenvolvimento humano. A contínua promoção de projetos culturais nas escolas é uma maneira

eficaz de fortalecer a educação, tornando-a mais dinâmica, inclusiva e conectada com as necessidades e realidades dos estudantes e suas comunidades. A experiência cultural, quando vivenciada no espaço escolar, tem o poder de transformar não apenas o currículo, mas também as vidas dos alunos, preparando-os para enfrentar os desafios do mundo de forma mais integrada e consciente.

Em síntese, embora os projetos culturais ainda enfrentem desafios em sua implementação nas escolas, a sua importância para a formação de cidadãos críticos e criativos é indiscutível. É preciso, portanto, continuar a investir em iniciativas que promovam a cultura como um elemento fundamental na educação, para que todos os estudantes tenham a oportunidade de se envolver com a diversidade cultural e desenvolver competências que os tornem mais preparados para o futuro. O diálogo entre cultura e educação deve ser visto como um processo contínuo e necessário, essencial para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Referências

CALABRE, Lia. **Políticas Culturais no Brasil: balanço e perspectivas**. Trabalho apresentado no III ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, realizado entre os dias 23 a 25 de maio de 2007, na Faculdade de Comunicação/UfBa, Salvador-Bahia-Brasil. Disponível em: <https://rubi.casarui Barbosa.gov.br/bitstream/handle/fcrb/451/Calabre%2c%20L.%20-%20Políticas%20Culturais%20no%20Brasil?sequence=2&isAllowed=y>. Acesso em: 27.fev.2025

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. 12.^aed. Trad. de Moacir Gadotti & Lilian Lopes Martin. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1979.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia. Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz & Terra, 1996.

HALL, S. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Trad. Adelaine La Guardiã Resende et al. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Brasília: Representação da Unesco no Brasil, 2003.

HALL, S. **Identidade cultural e diáspora**. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 24, 1996, p. 70-71.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro – 11.ed. – Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HIDALGO, Kênia ribeiro da Silva. **Relações entre cultura e educação escolar: concepções e práticas de professores do ensino fundamental/Tese (doutorado)** – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação, Goiânia, 2016. Acesso em <<http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/handle/tede/3530>>

SANTOS, José Luiz dos. O que é cultura. São Paulo: Brasiliense, 2006.

Secretaria de Comunicação Social. Governo Federal. **Lei Paulo Gustavo**. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/acesso-a-informacao/comunicabr/lista-de-acoes-e-programas/lei-paulo-gustavo> <Acesso em: 25.fev.2025>

Ministério da Cultura. Governo Federal. **Política Nacional Aldir Blanc**. Um marco para a cultura brasileira. Disponível em: <https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/noticias/lei-aldir-blanc-um-marco-para-a-cultura-brasileira> <Acesso em: 27.fev.2025>

MUNANGA, Kabengele. **Educação e diversidade cultural**. Cadernos Penesb.

PACHECO, Adriano Pereira de Castro. **A imaginação move a cidade: o papel da Lei Aldir Blanc nas iniciativas de cultura e economia criativa em Campo Grande, MS**. INTERAÇÕES, Campo Grande, MS, v. 24, n. 3, p. 1057-1071, jul./set. 2023. Acesso em 19/11/2024 <scielo.br/j/inter/a/Kpx6Xpkd7T8bG8WvTpNNV/kM/?format=pdf&lang=pt>